UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA
E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

POLIANA CORDEIRO DE FARIAS

DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO: CIÊNCIA, ECONOMIA E PODER NA BAHIA (1788-1800)

Salvador/Feira de Santana
Setembro de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

POLIANA CORDEIRO DE FARIAS

DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO: CIÊNCIA, ECONOMIA E PODER NA BAHIA (1788-1800)

Texto apresentado para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (PPGEFHC) - Universidade Federal da Bahia-Universidade Estadual de Feira de Santana.

Área de concentração: História das Ciências

Orientador: André Luís Mattedi Dias

Salvador/Feira de Santana
Setembro de 2010

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central da Universidade Estadual de Santa Cruz

F224 Farias, Poliana Cordeiro de.
Domingos Alves Branco Muniz Barreto : ciência, economia e poder na Bahia (1788-1800) / Poliana Cordeiro de Farias. – Salvador : UFBA ; Feira de Santana, BA: UEFS, 2010.
189f. : il.

Orientador : André Luís Mattedi Dias.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Ensino de Filosofia e História das Ciências. –
Referências: f. 178-189.

1. Barreto, Domingos Alves Branco Muniz. 2. Ciência – História Séc. XVIII. 3. Economia – História – Séc. XVIII. 4. Poder. 5. Bahia – História – Séc. XVIII. I. Título.

CDD 509

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

AUTORA: Poliana Cordeiro de Farias

Banca examinadora:

Prof. Dr. André Luis Mattedi Dias (Orientador)

Profª. Drª. Maria Hilda Baqueiro Paraíso (Membro interno - UFBA)

Profª.Drª.Christiane Cruz de Sousa

RESUMO

A partir de 1750 o Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, iniciou a elaboração de um programa político reformista visando a recuperação econômica do Reino, através do estudo, fomento e apropriação das riquezas naturais da colônia. Num contexto de crise, a reforma da Universidade de Coimbra e a criação de instituições científicas, sob a direção do naturalista italiano Domingos Vandelli, foram os lugares indicados para oferecer sustentação ao projeto, que chegou ao ápice com D. Rodrigo de Sousa Coutinho e sua idéia de Império luso-brasileiro, compartilhada pelos homens de ciência que gravitavam em torno do ministro. Na colônia, a capitania da Bahia e a comarca de Ilhéus, devido às riquezas naturais possuídas, tornaram-se um importante *locus* de produção científica, arregimentando muitos naturalistas, como Domingos Alves Branco Muniz Barreto. O objetivo da dissertação consiste em discutir a contribuição de Muniz Barreto para a ciência então desenvolvida na Bahia, sobretudo na comarca de Ilhéus, através da análise de vários manuscritos por ele legados, constituindo-se as "Memórias Científicas" na fonte que privilegiamos nessa análise. Estas permitem, entre outros aspectos relevantes, observar sua concepção de ciência, a leitura realizada dos principais modelos científicos produzidos na Europa, a produção de um conhecimento original, arraigado ao contexto histórico e grupo social no qual estava inserido. A análise foi realizada, sempre relacionando o texto ao contexto, o que permitiu observar a forte influência de fatores econômicos, sociais e políticos em sua produção e a finalidade principal dos escritos científicos: aproximar-se do centro do poder e conseguir reconhecimento, honra e ascensão social, concedidas através das mercês régias, forma utilizada pelo monarca para reconhecer os feitos dos seus vassalos.

PALAVRAS-CHAVE: Domingos Alves Branco Muniz Barreto; século XVIII; ciência; economia; poder.

ABSTRACT

In 1750, the Marquis of Pombal launched the development of a political-reform program geared towards the economic recovery of the kingdom of Portugal through the study, promotion, and appropriation of the natural wealth of Brazil, then a Portuguese colony. In a crisis context, the reform of the University of Coimbra, in Portugal, and the creation of scientific institutions under the direction of the Italian naturalist, Domingos Vandelli, offered support to this project, which culminated with Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho and his idea of the Luso-Brazilian Empire, also shared by men of science who gravitated around the minister. In the colony, the Captaincy of Bahia and the District of Ilhéus, given their natural resources, became a major *locus* of scientific production recruiting many naturalists, such as Domingos Alves Branco Muniz Barreto. The aim of this dissertation is to discuss Muniz Barreto's contribution to the development of science in Bahia, the District of Ilhéus in particular, through the analysis of several of his manuscripts, the "Scientific Memoirs" constituting the major source. These materials offer us, among other important aspects, the opportunity to analyze his conceptualizations of science, his accomplished readings of major scientific models produced in Europe, and the production of an original knowledge ingrained in the historical context and social group in which it was inserted. In this dissertation, the analysis was undertaken relating the texts to this context, thus allowing for the identification of the great influence of economic, social and political factors in their production, as well as the main purpose of these scientific writings: that is, to approach the center of power and thus gain recognition, honor and upward social mobility as royal favors, the means used by the monarch to recognize the achievements of his vassals.

PALAVRAS-CHAVE: Domingos Alves Branco Muniz Barreto; 18th century; economy; science; power.

AGRADECIMENTOS

Ao professor André Luís Mattedi Dias.

À professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso pela leitura atenta do trabalho e preciosas sugestões e críticas.

Ao professor Henrique Jorge B. Lyra por ter disponibilizado grande parte das fontes utilizadas neste trabalho, por ter me apresentado o "pitoresco" Muniz Barreto e pelo incentivo constante.

Ao professor José Carlos Barreto de Santana gostaria de agradecer os comentários e sugestões realizados no exame de qualificação.

Maria José Rapassi Mascarenhas, pessoa exemplar, capaz de sintetizar competência acadêmica e ética. Obrigada pelos ensinamentos e amizade.

Ao professor Evergton Sales, sempre disponível ao diálogo. A bibliografia gentilmente cedida foi fundamental para a construção da dissertação.

Kátia Vinhático Pontes, por ter tornado a sua biblioteca itinerante, sempre disposta a auxiliar os "meninos da UESC" e por tudo que, parafraseando Machado de Assiz, "melhor se diz calando.

Ao professor Mário Mendonça pela disponibilidade com que me recebeu para conversar sobre a pesquisa, pelas sugestões bibliográficas, pelos preciosos esclarecimentos sobre o "ser militar" no século XVIII.

Aos colegas Hálysson Gomes da Fonseca e Rodrigo Osório, companheiros de pesquisa. Hálysson, um agradecimento especial pela presença em minha vida, pela dedicação e paciência.

Romualdo Neto, saudades de quem tão bem me acolheu em "Gotham City". Emiliano, obrigada pela amizade e pela cooperação. Ainda existe solidariedade entre os historiadores!

Michele Mansur e Verônica Isabel que sempre me apoiaram, ouviram, aconselharam e, mais importante, sorriram e me alegraram em momentos tão difíceis.

Seu Luis, muito obrigada por existir em minha vida.

Euza Moniz Barreto, "o amigo: um ser que a vida não explica [...]"!

À minha família que sempre acreditou que eu sobreviveria... A Meire Gomes, minha querida sogra, obrigada pelas energias positivas.

Agradeço a todos os funcionários de arquivos e bibliotecas pelo atendimento sempre solicito que encontrei. Também, aos secretários do PPGEFHC, pela competência e paciência.

Por fim, agradeço ao povo brasileiro que financiou a pesquisa: a CAPES, pela concessão da bolsa de estudos durante o período do Mestrado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I: A ILUSTRAÇÃO LUSO- BRASILEIRA 20
1.1 As Reformas Pombalinas da Instrução Pública e a Difusão do Ideário Ilustrado em Portugal 21
1.2 As Idéias Científicas e Econômicas que Fundamentaram as Estratégias de Reforma e Desenvolvimento 43
1.3 Os Ministérios de Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Intensificação do Sistema de Patronagem Régia 50

CAPÍTULO II: A TRAJETÓRIA DE DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO: "O MAIS HUMILDE E OBEDIENTE SÚDITO" E O PANFLETÁRIO DO IMPÉRIO 66

CAPÍTULO III: ECONOMIA, SOCIEDADE E HISTÓRIA NATURAL 85
3.1 A Memória Sobre a Civilização dos Índios do Brasil: Objetivos Políticos e Científicos 86
3.2 Memória sobre a Fortaleza do Morro de São Paulo 96
3.3 As Matas da Comarca de Ilhéus: Elites em Negociação 107
3.3.1 Impactos Econômicos e Naturais dos Cortes de Madeira Estabelecidos na Comarca de Ilhéus: Críticas e Proposições de Domingos Alves Branco Muniz Barreto 123

CAPÍTULO IV: A VIAGEM FILOSÓFICA DE DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO 138
4.1 "Das Producções Naturaes" 143
4.2 As Plantas que Curam 158

CONSIDERAÇÕES FINAIS 175

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 178

LISTA DE IMAGENS

1 - IMAGEM I: “Ruínas da Fortaleza do Morro de São Paulo” 81

2 - IMAGEM II: “Ilustração de Arte do carvoeiro ou methodo de fazer carvão de madeira, de Duhamel du Monceau, edição da Arco do Cego, 1801” 101

3 - IMAGEM III: “Planta da Vila de Santarém” 146

4 - IMAGEM IV: “Planta da Aldeia de São Fidélis” 148

5 - IMAGEM V: “Planta da Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Jequiriçá” 149

6 - IMAGEM VI: “Vila de Nova Abrantes”.....151

7 - IMAGEM VII: “Aldeia de Massarandupió” 152

8 - IMAGEM VIII: “Espinheiro” 172

9 - IMAGEM IX: “Cravinho” 173

ABREVIATURAS

ACL - Academia de Ciências de Lisboa

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

BACL - Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

BN - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo principal a análise das investigações científicas desenvolvidas na Capitania Real da Bahia e na área norte da Comarca de Ilhéus, em finais do século XVIII e início do século XIX, pelo militar Domingos Alves Branco Muniz Barreto[1] (1748-1831), almejando contribuir para o fomento da economia do Estado português. Suas pesquisas acerca do mundo natural foram completamente ignoradas pela historiografia, que privilegiou as suas atividades político-militares, deixando lacunas que estimulam o estudo em outros campos do saber. Isto se explica, principalmente, pelo fato do personagem se constituir em uma figura peculiar, que assimilou as idéias ilustradas, dominando as principais correntes de pensamento da época, sem pertencer à chamada geração de 1790, composta pelos egressos da Universidade de Coimbra reformada. Entretanto, observa-se que homens com formações diversas participaram do processo de consolidação das ciências naturais na América portuguesa, formando uma rede científica que envolvia funcionários da Coroa, além de indígenas, escravos e da população local,[2] mas estes tem seu papel, com raras exceções, desconsiderado pelos historiadores das ciências.

Muniz Barreto teve uma formação estruturada nas principais idéias da Ilustração européia que o tornou capaz de escrever importantes projetos acerca da realidade colonial. A análise destes projetos contribui para compreender as principais concepções do programa reformista do final do século XVIII e as características dos homens de letras nele envolvidos. Em muitos aspectos era um homem diferente dos outros e, se o conhecimento que produziu contribuiu para o progresso econômico da Metrópole, no meio científico do período não obteve grandes progressos.

Os limites cronológicos estabelecidos para este trabalho foram os anos de 1788 a 1800, por dois motivos principais. Primeiro, porque compreende o período em que, de acordo com as fontes documentais reunidas, Muniz Barreto realizou as suas viagens e investigações científicas na Bahia. Um segundo fator, compreende à questões contextuais, visto que trata-se de um momento onde as políticas empreendidas pela Coroa portuguesa para o processo de

[1] Nos documentos e bibliografia utilizados, a grafia aparece como Domingos Alves Branco Moniz Barreto e Domingos Alves Branco Muniz Barreto sendo a mais recorrente, o que justifica a opção neste trabalho.

[2] Sobre a formação e redes científicas na América portuguesa, ver Lorelai Kury (2005) e Ângela Domingues (2001). Quanto à apropriação dos conhecimentos das comunidades locais pelos naturalistas ver Ildeu M. de Castro (2002).

emergência e consolidação das Ciências Naturais no Império Português [3] intensificaram-se, através das medidas empreendidas pelos ministros da Secretaria de Estado e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Entretanto, estes limites cronológicos não foram utilizados de maneira rígida na pesquisa, sendo necessário retroceder ao ano de 1772, quando ocorreu a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, levada a cabo pelo Ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, responsável pela difusão das idéias Ilustradas em Portugal e pela formação de membros da elite econômica e intelectual colonial, que tiveram um papel fundamental durante o governo posterior, executando as reformas almejadas pelo Estado. Também foi preciso avançar pelo século XIX, sobretudo no momento da apresentação da trajetória do indivíduo.

A área geográfica delimitada para a realização deste estudo foi a Capitania Real da Bahia e a área norte da Comarca de Ilhéus, onde se encontravam as chamadas "vilas de baixo", Boipeba, Cairú, Camamú, Valença, Maraú, como define Teixeira da Silva (1991, p.86). Para Silva Campos (2006, p. 22-24), até passar para o domínio da Coroa, em 1763, a Capitania de Ilhéus teve seus limites territoriais variando de acordo com o tempo. Entretanto, no período que interessa ao estudo presente, era demarcada ao norte pela "embocadura do rio Jaguaripe, fronteiro à ponta meridional da Ilha de Itaparica", ao sul pelo "rio Grande ou Jequitinhonha, posteriormente chamado de Belmonte", para o interior chegava próximo ao Arraial da Conquista, atualmente município de Vitória da Conquista. Sobre suas características naturais, afirma que couberam ao donatário Jorge de Figueiredo Correia, terras "vestidas de portentosas florestas, muito ricas de madeiras preciosas para toda a sorte de obras. Terreno montuoso, fartamente chovido, fartamente regado de cursos fluviais, caudalosos e perenes". A donataria estava cortada pelos "mais importantes rios baianos que fluem diretamente no Oceano Atlântico". Contando com "clima propício, águas copiosamente abastadas de saboroso pescado. Mangues profusamente habitados por mariscos.Terra fértil, amena, regadia [...]" (idem, 2006, p. 26).

Neste espaço, no período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX, alguns homens dedicaram-se às ciências naturais realizando estudos e pesquisas, no âmbito do projeto reformista de caráter Ilustrado levado à cabo pelo governo português. Desempenharam um papel ativo neste processo, produzindo vários documentos

[3] O historiador João Fragoso (2001, p. 324) oferece uma concepção de Império português, que possibilita compreender a importância assumida por suas diversas partes e personagens no contexto estudado: "O Império luso era mais que uma unidade político-administrativa com sede em Lisboa, sendo, em realidade, um espaço econômico com alto grau de refinamento. Espaço que, entendido com uma intricada rede de negócios em que a política estava mais que presente, tinha suas características e personagens próprios".

sobre a realidade natural local, o Ouvidor da comarca de Ilhéus e Inspetor dos Reais Cortes, Francisco Nunes da Costa; o coimbrão Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e seu irmão José de Sá Bittencourt e Accioli; o Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa e o militar Domingos Alves Branco Muniz Barreto, entre outros. Tal fato mostra que a região foi um importante *locus* de produção de conhecimento científico e técnico na América portuguesa, principalmente devido às suas riquezas naturais.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos e para a sua construção foram utilizados documentos variados, destacando-se os textos científicos escritos por Muniz Barreto, fontes primárias, provenientes do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa (BACL), Arquivo Histórico do Museu Bocage (AHMB). Também foram consultados documentos de cunho político-administrativo referente à Bahia, como Cartas-Régias, Ofícios, Alvarás, Relações e Cartas Particulares.

O primeiro capítulo, intitulado "A Ilustração em Portugal e na América Portuguesa", objetivou, principalmente, analisar o contexto histórico no qual estavam inseridos o autor e sua obra, mostrando como o desenvolvimento da História Natural na segunda metade do século XVIII, esteve atrelado à idéia de progresso econômico e modernização do Reino de Portugal. Não se trata de realizar uma análise minuciosa sobre as relações entre a metrópole e a colônia no período, trabalho realizado por excelentes historiadores brasileiros e portugueses, mas apenas utilizar bibliografia secundária e algumas fontes primárias, com o intuito de mostrar questões centrais do período, como as razões que levaram à Coroa portuguesa a investir na produção de conhecimento científico. Dessa forma, "interpreta-se a ciência como uma forma de produção intelectual, ligada a preocupações econômicas, interesses de classe e valores ideológicos de períodos históricos e culturais particulares" (MARTINS, 2001, p.23).

A opção pela contextualização dos textos de Muniz Barreto também derivou da concepção de ciência adotada neste trabalho enquanto produto da sociedade que tem seu desenvolvimento motivado por fatores externos e internos, o que implica em analisar as Memórias escritas pelo autor à luz da crise do sistema colonial e do projetismo e reformismo que então se impuseram.[4] A análise busca não se reduzir a aspectos internos aos textos, mas

[4] Tomo os termos reformismo e projetismo de empréstimo a José Luis Cardoso (1989), que os utiliza para se referir ao "movimento" estruturado por homens setecentistas vinculados à Academia Real de Ciências de Lisboa, embasados por diferentes matrizes teóricas, com o objetivo comum de recuperação econômica do reino através da escrita de projetos.

relacioná-los ao contexto econômico, social e cultural. Como foi salientado por Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p.378), o historiador que realiza análise de textos deve evitar as lacunas e os empobrecimentos que a hiper-especialização ocasiona, voltando-se para as diversas dimensões da realidade social abordada:

> [...] buscar os nexos entre idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social.

No período de crise do antigo sistema colonial, as necessidades socioeconômicas exerceram um impacto condicionante na produção de conhecimento científico. Sem subestimar a racionalidade científica, reconheceu-se a relevância de fatores externos no sentido de incrementá-la ou impor obstáculos. As ciências desenvolvidas em Portugal na segunda metade do século XVIII eram altamente centralizadoras. Como afirma Pinheiro, através das denominadas "Instruções de Viagem", àquele Estado conseguiu definir "qual o conhecimento que deveria ser produzido, e até o quê e como determinado objeto científico deveria ser observado". Orientavam acerca de "quais os produtos naturais e industriais a serem recolhidos e como deveriam ser preparados, os locais a serem percorridos, as observações etnográficas que deveriam ser feitas, a produção de diários de viagem e desenhos, enfim, abordavam todo o instrumental teórico e prático das Viagens" (PINHEIRO, s/d, p.4-5). Ângela Domingues (2001, p. 829) corrobora a assertiva, ao afirmar que "a construção de um novo conhecimento sobre o Império e a fluidez com que a informação circulava tinham, para além de um componente científico notório, repercussões econômicas óbvias". Destarte, ficam claros os interesses do poder público em incentivar e controlar a produção do conhecimento científico, o diagnóstico e exploração das riquezas coloniais.

Para analisar as políticas empreendidas pela Coroa objetivando o fomento científico, foi necessário discutir o papel desempenhado pelas suas principais instituições científicas, a Universidade de Coimbra e a Academia Real das Ciências de Lisboa, e privilegiar o papel exercido pelos ministros da Secretaria de Estado e Domínios Ultramarinos, Sebastião José de Carvalho e Melo, Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

O naturalista Domingos Vandelli também aparece como uma figura exemplar, pelo impulso dado aos estudos científicos e econômicos em Portugal, participando das reformas do ensino empreendidas durante toda a segunda metade do século XVIII, sendo um dos

principais protagonistas da criação da Academia Real das Ciências de Lisboa e orientando, através das Instruções de Viagem e das Memórias Econômicas, naturalistas que realizaram pesquisas na metrópole e no ultramar. Ao difundir em Portugal as principais idéias econômicas e científicas da Ilustração italiana, Vandelli formou uma verdadeira "tradição memorialista e projetista", unificada em torno do propósito comum de realização de um inventário rigoroso dos três reinos da natureza dos domínios portugueses para modificar a realidade econômica do Império. Assim, as principais doutrinas por ele difundidas e assimiladas pelos funcionários reais que se dedicaram ao estudo da História Natural nas colônias, foram sinteticamente abordadas.

Por fim, destacou-se a intensificação do sistema de patronagem, durante o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Através da idéia de formação de um império luso-brasileiro, perspicaz estratégia política do ministro, conseguiu montar uma eficiente rede dialógica entre os ilustrados luso-brasileiros, homens de letras, governadores e o poder central, que investigaram a natureza americana, com o objetivo de receber as mercês régias. Embora, de acordo com Valentim Alexandre (1993, p.84-85) o reformismo ilustrado de Sousa Coutinho não tenha apresentado grandes novidades, afirmando que estamos ainda perante a defesa do Antigo Regime[5] e do pacto colonial, "conservando Portugal o papel de entreposto necessário dos produtos brasileiros e o Brasil o de mercado reservado para os produtos portugueses, nomeadamente os manufaturados", é necessário considerar seus esforços para fazer prosperar a agricultura,[6] as manufaturas, as minas,[7] o comércio e as ciências na colônia,

[5] Utiliza-se a categoria de Antigo Regime para os trópicos, concordando-se com as análises de Souza (2006, p.63-67), segundo as quais, o que houve nas colônias não foi uma expressão típica do Antigo Regime europeu, que exprime um "mundo onde a política predominava sobre a economia". Mas sim, "uma expressão muito peculiar da sociedade de Antigo Regime européia, que se combinou [...] com o escravismo, o capitalismo comercial, a produção em larga escala de gêneros colonias - que nunca exclui a de outros, obviamente -, com a existência de uma condição colonial que, em muitos aspectos e contextos, opunha-se a reinol e que, durante o século XVIII, teve ainda de se ver com mecanismos de controle econômico nem sempre eficaz e efetivo, mas que integravam, qualificavam, e definiam as relações de um e outro lado do Atlântico: o exclusivo comercial. Em suma, o entendimento da sociedade de Antigo Regime nos trópicos, beneficia-se quando considerada nas suas relações com o antigo sistema colonial".

[6] Especialmente através da introdução de novas tecnologias e incentivo à cultura de vários produtos como a cochonilha, o linho cânhamo, a canela, o cacau, a pimenta, entre tantos outros.

[7] Sousa Coutinho buscou revitalizar as minas brasileiras e diminuir as pressões fiscais exercidas sobre as mesmas, contando com a colaboração de ilustrados luso-brasileiros como José Bonifácio de Andrada e Silva e Manuel Ferreira da Câmara, ambos formados na Universidade de Coimbra reformada por Pombal. Tais trabalhos renderam a estes homens cargos, privilégios e rápida ascensão social na sociedade colonial, visto que o ministro acreditava que o investimento das rendas provenientes das minas, na agricultura, manufatura e comércio constituíam-se em excelentes meios de recuperação econômica da Metrópole: "[...] o numerário vindo a ter um grande aumento, o número dos que têm grandes fortunas vindo a ser muito considerável, o juro do dinheiro diminui, a agricultura sobe ao maior período possível de elevação, todos os vários ramos do comércio interior participam deste bem executam-se as obras públicas úteis, ainda as mais dispendiosas. E se é fora de dúvida que as manufaturas neste caso, igualmente [...] sofrem alguma decadência; contudo sustentam-se muitas daquelas,

fontes regeneradoras da economia metropolitana. As memórias escritas no período, não deixam dúvidas de que Sousa Coutinho tornou muitos colonos defensores de seus projetos. Dessa forma, procurou-se demonstrar à sua influência sobre as idéias de Muniz Barreto, principalmente quando discute questões relacionadas à agricultura, pesca predatória de baleias e monopólio de recursos naturais como o sal. Também foram analisadas às contraposições de Muniz Barreto referentes à carta régia emitida por Sousa Coutinho, datada de março de 1797, que estabelecia o monopólio da Coroa sobre as matas litorâneas, afirmando que "as matas e arvoredos à borda da costa marítima, ou dos rios navegáveis que desembocassem no mar, eram consideradas propriedade exclusiva da Coroa" (PÁDUA, 2002, p.100), enfatizando seus embasamentos políticos e científicos. Esta política contou com a participação direta de Baltasar da Silva Lisboa, nomeado no mesmo ano para o cargo de Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, devido a sua sólida formação em História Natural.

O segundo capítulo, intitulado "A trajetória de Domingos Alves Branco Muniz Barreto: 'O mais humilde e obediente súdito' e o panfletário do Império", objetivou perceber a trajetória do indivíduo na sociedade do Antigo Regime e no Império, apontando as diversas ações por ele realizadas almejando maiores possibilidades de ascensão social. A noção de "trajetória" formulada por Pierre Bourdieu (1996, p.189) enquanto "uma série de posições ocupadas por um mesmo agente num espaço em que ele próprio é um devir, estando sujeito a incessantes transformações", possibilita afastar-se da tentativa de reconstruir a vida dos indivíduos, enquanto portadora de um sentido, uma coerência, uma cronologia ordenada que, como afirmou Bourdieu em texto citado anteriormente, não passa de uma "ilusão biográfica". Neste sentido, foram efetuadas escolhas para reconstruir a "superfície social" e as redes de relações estabelecidas pelo indivíduo. Privilegiou-se alguns dados biográficos do autor, sobretudo aqueles relativos à família e formação, além dos textos por ele escritos sobre vários temas e em diferentes momentos, sempre objetivando o recebimento de honras, cargos e distinções do rei.

Embora fizesse parte de uma tradicional família baiana e exercesse atividade militar, o que já lhe conferia automaticamente a nobilitação, Muniz Barreto sempre esteve atento aos interesses mais amplos do Império - como na segunda metade do século XVIII a recuperação econômica do Reino através do levantamento e exploração dos recursos naturais da colônia - dedicando-se a eles e chegando a aplicar parte de sua riqueza em prol dos serviços régios,

---

onde dispendiosas máquinas podem abreviar o trabalho dos homens [...] com o que ganha na agricultura, no comércio de economia, na navegação[...]" (Sousa Coutinho, apud Silva, p.170, t.II).

como será demonstrado. No período em estudo, devido ao grande número de mercês régias concedidas pelos monarcas nas colônias e a mudança de concepção acerca do atributo de nobreza e das qualidades que deveriam ter os homens de Estado para pôr em prática os projetos da monarquia,[8] foi necessário abrir novos campos de possibilidade de prestação de serviços para inserir-se na cultura política do Antigo Regime.

Como afirma Fernanda Olival (2001, p.21), em estudo que aborda a "economia da mercê" na metrópole e na colônia:

> A justiça distributiva [...] era objeto de grande atenção na sociedade do Antigo Regime [...] Com efeito, servir a Coroa, com o objetivo de pedir em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes setores do espaço social português. Era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção. Como se verá, não terá sido apenas a primeira nobreza do reino que se adaptara a esta crescente dependência. Nos grupos sociais mais baixos, a questão fundamental era muitas vezes encontrar a disponibilidade necessária, nomeadamente econômica, para servir.

O terceiro capítulo, "Economia, Sociedade e História Natural", buscou mostrar que embora não tivesse formação em História Natural, Muniz Barreto dedicou-se a ela com afinco, apropriando-se sempre do saber nativo para produzir ciência nos trópicos e formando uma rede de relações com os intelectuais formados na Universidade de Coimbra reformada que atuaram na comarca de Ilhéus, como José de Sá Bittencourt e Accioli e Baltasar da Silva Lisboa, tratando de botânica, mineralogia, conservação das matas, agricultura, construção naval, pesca predatória de baleias, civilização dos índios, entre outros temas. Tais relações não se fizeram sem conflito, principalmente quando o objeto de discussão tratou-se da conservação das matas de Ilhéus.

Nesta região, o Ouvidor e Juiz Conservador das Matas, Silva Lisboa, deparou-se com grandes obstáculos impostos pelos colonos exploradores de madeiras e agricultores, que tiveram seus interesses representados por José de Sá Bittencourt e Accioli e Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Assim, destacou-se como estes intelectuais, munidos de interesses e referenciais teóricos diversos, pensaram a conservação das matas no século XVIII, escrevendo

[8] O estrangeirado D. Luís da Cunha, embora versando sobre diplomacia, já afirmava a mudança de mentalidade referida, percebida sob o governo de D. José I, a necessidade de profissionais bem nascidos, experientes e instruídos: "os empregos de qualquer gênero que eles sejam, não se alcançam sem que os pretendentes trabalhem para alcançá-los; é necessário que cada um se ponha em postura de os merecer segundo os objetivos que tiver; por exemplo: como poderá vir a ser general quem não entender a guerra, ou ser almirante quem não entender a náutica; e da mesma sorte, como aspirará a entrar no Governo, quem não se informar pelo menos especulativamente das muitas partes em que ele se divide?". "Carta de Guia do Estadista português no século XVIII, por D. Luís da Cunha". s.d. p.3-5. ACL, Série Azul, Mn 490.

diferentes planos e informando acerca de situações reais vividas pela região em estudo. Tamanho foi o contraponto imposto pelos colonos, corroborado em forma de textos por Bittencourt e Accioli e Muniz Barreto, que fez com que Silva Lisboa fosse obrigado a modificar seus projetos pelo menos três vezes.[9] Tal fato mostra o importante papel dos colonos nas decisões políticas metropolitanas, permitindo supor que grupos políticos locais, em alguns momentos, conseguiam limitar o almejado poder absolutista da monarquia e estimular o diálogo entre centro e periferia. Como demonstrou Russell-Wood (1998, p.206) por meio de exemplos, como o da deposição de governadores, os colonos praticaram "suficiente pressão sobre as autoridades metropolitanas no sentido de evitar ou modificar totalmente as políticas propostas, de atrasar a implementação de ações prescritas ou de negociar um acordo menos ofensivo aos interesses coloniais".

Importante ressaltar, que a análise das Memórias escritas por Muniz Barreto foi realizada observando a interação ou oposição às idéias científicas em voga no período. A trajetória deste ator social, deste pequeno "fragmento", mostra como a cultura científica "oficial" foi posta a serviço dos interesses coloniais, produzindo uma forma de conhecimento peculiar.

O quarto capítulo, "A Viagem Filosófica de Domingos Alves Branco Muniz Barreto: as relações entre saber erudito e saber popular", centrou-se nas investigações de plantas medicinais e árvores e fibras vegetais destinadas à construção naval,[10] realizadas pelo naturalista "movido do zelo de catholico e de fiel vassalo, [...] à sua custa" [11]. Para tanto, foram usados três manuscritos produzidos pelo naturalista durante a realização de uma viagem pela capitania da Bahia e comarca de Ilhéus: "Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte da Capitania da Bahia";[12] "Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilhéos na Capitania da Bahia e seus

[9] Informação contida no documento atribuído por Henrique Jorge B. Lyra a Domingos Alves Branco Muniz Barreto, "Memória sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus Pertencente a Capitania da Bahia". s/d. Ms 512 (47, doc. 2). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN).

[10] Atualmente está sendo desenvolvida uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)-UFBA, por Halysson Gomes da Fonseca, sobre a indústria madeireira na área norte da comarca de Ilhéus.

[11] AHU, Castro e Almeida, doc. 15. 194- 15.836.

[12] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN).

produtos em três ramos da História Natural";[13] e "Plantas do Certão do Gram Pará".[14] Buscou-se destacar os métodos de classificação utilizados pelo autor, o discurso acerca da exploração econômica das espécies observadas e a apropriação do conhecimento indígena. Além dos relatos escritos, Muniz Barreto produziu imagens de vilas e plantas medicinais dos lugares por onde passou. As imagens iconográficas vinham acompanhadas de um texto explicativo, descrevendo a estrutura das plantas e seus usos medicinais. Entretanto, observa-se que sua retratação da natureza não seguiu a teoria científica de Lineu, difundida na colônia por Domingos Vandelli. Por sua vez, no documento intitulado "Plantas do Certão do Gram Pará", Muniz Barreto defende sua concepção de representação da natureza, se contrapondo as regras estabelecidas pela História Natural, segundo as quais as espécies vegetais deveriam ser descritas a partir de suas várias partes e ângulos, justificando que deveriam ser representadas as partes consideradas principais das espécies, visando facilitar sua posterior localização, extração e comercialização.

[13] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural. (s/d, aproximadamente 1790). Cópia extraída do códice manuscrito n. 688 existente na Real Biblioteca do AHU, 1.3.8, p. 207-223.

[14] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Plantas do Certão do Gram Pará. Série Azul, Ms. 627 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). In: "O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

CAPÍTULO I

A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

CAPÍTULO I

A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

> [...] quando as máximas depravadas tomaram o lugar das boas, quando o povo perdeu as normas dos seus antigos costumes [...] é necessário um golpe de raio, que abisme e subverta tudo, para tudo reformar.
>
> (Marquês de Pombal, Discurso Político, p.188)

1.1 AS REFORMAS POMBALINAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E A DIFUSÃO DO IDEÁRIO ILUSTRADO EM PORTUGAL

As reformas pombalinas e a difusão do pensamento Ilustrado em Portugal têm sido objeto de inúmeras reflexões e debates historiográficos. Assim, serão ressaltados apenas alguns aspectos essenciais concernentes a questão, principalmente através da utilização de fontes secundárias. O objetivo central é esclarecer de maneira sintética, correndo o risco de destacar alguns aspectos em detrimentos de outros de igual ou maior importância, como as mudanças impressas no campo da instrução pública, por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), posteriormente conhecido como Marquês de Pombal,[15] levaram a uma atitude mental caracterizada por uma forma pragmática de se conceber e praticar as ciências, formando uma geração de intelectuais provenientes da América portuguesa, capacitada para produzir um conhecimento concreto da realidade econômica, social e natural do Império e projetar a sua soberania política, durante o período de crise do Antigo Regime europeu.

Antes de analisar as políticas pombalinas é necessário explicitar que a ênfase dada a um determinado indivíduo, se justifica apenas para mostrar que desde o governo de D. João V, foram concedidas atribuições cada vez maiores aos ministros, enquanto as Cortes iam perdendo poder.[16] Pombal, como qualquer outro indivíduo, estava inserido numa rede de

[15] Sebastião José de Carvalho e Melo foi nomeado Conde de Oeiras em 1759 e, em 1769 recebeu o título de Marquês de Pombal. Seguindo a tradição historiográfica, será utilizada a expressão Marquês de Pombal, mesmo para os períodos anteriores a 1769. Importante destacar que esta sucessiva concessão de títulos demonstra à ascensão do ministro dentro da lógica do Estado moderno e seu conseqüente empoderamento no governo de D. José I.

[16] Para um aprofundamento acerca das reformas governativas iniciadas no governo de D. João V, ver (Marques, 1998), onde trata da abolição das Cortes durante o consulado pombalino, extinguindo, assim, a representação popular e ficando a autoridade governamental sob domínio único de D. José I e seu ministro.

interdependência que o ligava a outros membros das elites locais que influenciavam e limitavam as suas ações e decisões. Ainda que tenha subjugado seus opositores e tornado e seu poder hegemônico, transformando-se no mito do indivíduo livre e onipotente que definiu os destinos de Portugal naquele contexto,[17] foi fundamentalmente um representante dos interesses de grupos sociais cujas idéias ganhavam cada vez mais destaque no Estado e que através do seu governo, romperam com a organização social anterior, como será explicitado posteriormente. Assim, a referência constante ao ministro aqui encontrada, não deve ser confundida com culto ao "individualismo", pois interessa analisar, como afirma Norbert Elias (2001, p. 29):

> [...] a figuração de homens interdependentes que possibilitou, a indivíduos singulares, e seu pequeno círculo de ajudantes, manter a sua dominação e a sua dinastia como soberanos absolutos, ou quase absolutos, sobre uma maioria esmagadora de súditos, muitas vezes por um longo período.

Pombal assumiu o ministério em 1750, sob o reinado de D. José I, momento em que a monarquia portuguesa adquiriu uma fisionomia particular. A adoção de uma nova doutrina direcionadora das práticas governativas, o "absolutismo ilustrado", levou a uma série de reformas em todos os níveis da sociedade, destacando-se o administrativo-militar e o econômico-mercantil, orientado o monarca e seus ministros pelas idéias filosóficas da Ilustração, vários pontos de vista doutrinários distintos,[18] mas convergindo nas idéias de civilização, progresso e "felicidade pública".

Impossível de ser interpretada como um todo coerente e universal, a Ilustração apresenta, em sua análise, dificuldades inerentes às especificidades das circunstâncias históricas do espaço em que surgiu. Então, é necessário ressaltar brevemente as especificidades da Ilustração em Portugal e na América Portuguesa.

De acordo com Fernando A. Novais (2005, p. 167), apesar de Portugal não ter sido um

[17] Como enfatiza Maxwell (1996, p.1) "O Portugal do século XVIII é quase inseparável da figura dominadora do marquês de Pombal [...]. Para alguns, Pombal, que para todos os efeitos governou Portugal entre 1750 e 1782, é uma figura do despotismo esclarecido, comparável a Catarina II da Rússia, a Frederico II da Prússia e a José II da monarquia austríaca. Para outros, não passa de um filósofo inexperiente e de um tirano maduro". Estas representações do indivíduo que se pretende problematizar.

[18] De acordo com Villalta (1999, p. 97), a Ilustração teve um caráter plural, variando de acordo com o tempo, espaço e indivíduos: "Pode-se dizer mesmo que a Ilustração variou conforme as diferenças de nacionalidade, de credo e de região, havendo, portanto, diferentes Ilustrações, vividas por homens e mulheres, por brancos e também sob a influência das tradições indígenas. A variação das idéias dos filósofos deu-se [...] em consonância com os diferentes modos de pensar a religião e as táticas políticas, chegando mesmo a haver hostilidades entre pensadores católicos, luteranos e anglicanos".

dos grandes centros geradores das Luzes, "efetivamente, foi um dos primeiros países a iniciar as reformas (1750, com o Marquês de Pombal)", diferindo-se da França que, apenas a partir de 1774, iniciou mudanças concretas. A preocupação nesse trabalho consiste em não tornar antagônica a singularidade da Ilustração luso-brasileira em relação às suas congêneres européias e evitar dicotomias já ultrapassadas pelos estudos culturais, alicerçada em uma concepção generalizante de cultura e não em uma pluralidade cultural.

Os fenômenos que mais oferecem elementos para a compreensão da especificidade da questão luso-brasileira, referem-se a suas bases mentais e sócio-econômicas. Para além da forte influência eclesiástica, as limitações das forças produtivas portuguesas no século XVIII e a debilidade da sua burguesia,[19] fizeram surgir uma Ilustração singular, visto que reformista, católica e conciliadora. Assim, pode-se afirmar que a inserção lusa na atmosfera da Ilustração, visava "harmonizar as inovações com a tradição" (NOVAIS, 1983, p.168) e não um rompimento radical com as suas formas sociais tradicionais como propunham alguns pensadores franceses clássicos. Em outros termos, não houve no caso dos ibéricos e de outros Estados da Europa Central, uma associação direta entre Ilustração e Revolução.

> Se é certo que autores como Voltaire, Rousseau, Mandevilli, d'Alembert, Diderot ou Montesquieu, tinham algumas de suas obras proibidas de circular em Portugal (o que obviamente não significava que o público português a elas não tivesse acesso); se igualmente é certo que os aspectos mais contudentes da crítica religiosa e política do pensamento iluminista não tiveram entre nós comprovado impacto, verifica-se, contudo, que essa nova atitude mental, essa diferente forma de conceber e praticar o conhecimento científico, penetra no nosso país de forma bem marcante (CARDOSO, 1989, p. 53).

Desse fato, resulta uma reinterpretação do discurso ilustrado, através da incorporação seletiva das idéias das luzes promovida pelo próprio Estado,[20] buscando garantir o desenvolvimento econômico e a arrecadação estatal, através da adoção de uma série de medidas protecionistas, do fortalecimento da máquina burocrática e da associação direta entre

[19] Um maior aprofundamento no que se refere às questões acima referidas encontra-se em Godinho (1971). Especificamente sobre a burguesia portuguesa, Falcon (1993, p. 172) afirma: "[...] burguesia mercantil, débil, pouco numerosa, estreitamente ligada ao Estado absolutista e por ele limitada, ficou como simples intermediária nas transações comerciais e na exploração colonial; intermediária entre as fontes de riqueza e o Estado, ou entre aquelas e os mercadores estrangeiros".

[20] De acordo com Maxwell (1996, p. 99-101) em 1768, Pombal criou a Real Mesa Censória, com o intuito de substituir a inquisição e escolher o que era "aceitável para o público leitor português". Os principais censores provinham do setor reformista da Igreja e condenavam as obras que contivessem "irreligião ou a falsa filosofia materialista e ateísta". Entre os autores censurados, encontram-se Voltaire, Rousseau, Hobbes, Locke, entre outros. Dessa forma, percebem-se as contradições do projeto pombalino, ao mesmo tempo autoritário e inovador, claramente sintonizado com seus propósitos econômicos.

progresso econômico, interesses coloniais e conhecimento científico. Nesse sentido, entende-se que a definição de "naturalismo econômico", utilizada pelos historiadores José Luis Cardoso (2001) e José Vicente Serrão (1994) para se referir à estratégia governamental portuguesa da segunda metade do século XVIII, que associava a exploração da natureza colonial e conhecimento científico, com finalidades essencialmente econômicas, é bastante esclarecedora para melhor compreender o objeto estudado: uma ciência pragmática, posta a serviço da reforma do Estado.

Nas palavras do próprio Pombal percebe-se a associação direta entre fortalecimento nacional e desenvolvimento científico: "as ciências entram no plano do sistema político: é sem contradição, porque a Inglaterra e a França têm feito progressos nas artes liberais [Ciências], que tem adquirido a superioridade sobre as demais nações" (POMBAL, s.d, 138-89). Em outro discurso, afirma: "por meio das artes é que a Inglaterra se tem tornado senhora de nossas minas e nos despoja regularmente de seu produto" (idem, p. 69).

Embora a Ilustração chegue a sua fase culminante em Portugal na segunda metade do século XVIII, a infiltração de idéias científicas e filosóficas no reino remonta ao final do século XVII. É notável a ação da Academia Real de História Portuguesa,[21] da Congregação do Oratório,[22] e das Conferências Discretas e Eruditas, patrocinadas pelo 4°Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier Menezes (1674-1743), reuniões das quais participaram inúmeros renomados intelectuais portugueses e estrangeiros, discutindo assuntos filosóficos e literários dentro de uma orientação cartesiana, exaltando as ciências e a cultura enciclopédica (FALCON, 1993, p. 205). Estes movimentos de cunho histórico, literário, científico e filosófico, durante o governo de D. João V, apesar de constituírem-se em iniciativas mais ou menos isoladas, marcam o início de uma ofensiva às tradições ibéricas, mostrando os primeiros sintomas de uma crise de paradigmas em Portugal.

Em importante pesquisa sobre os estudos no campo da História Natural pelos lusitanos, o historiador Rómulo de Carvalho (1987, p. 8-9) chamou à atenção para o fato das práticas científicas fazerem parte da rotina portuguesa anteriormente ao período pombalino, devido à sua condição privilegiada de senhores de um grande Império desde o século XV e

[21] Serrão (1982, p. 20) afirma que a Academia Real de História Portuguesa foi fundada pelo monarca D. João V, em 1720, segundo modelo francês de Academias Régias, com o intuito de construir a história nacional. Pombal fez parte da referida academia, o que lhe permitiu adquirir "dons de ilustração e de convívio, que lhe granjearam distinção". Antes desse período, participou da Academia dos Ilustrados, tendo atuação medíocre, mas garantindo uma imagem de homem com certa erudição.

[22] A Congregação do Oratório se dedicava a reforma do ensino público em Portugal, introduzindo a Filosofia Moderna, sobretudo de orientação cartesiana (DIAS, 1972, p. 9).

XVI. Entretanto, se intensificaram no século XVIII, apresentando como fatores que motivaram tal fato, "o contato, cada vez mais íntimo, dos portuguêses com o mundo por eles mesmos desvendado, com a África, a Ásia, o Brasil, surpreendentes repositórios de produtos naturais, plantas, animais e minerais muitos deles nunca antes observados [...]".

As grandes possibilidades de inovação cultural ocorreram com as formulações teóricas dos intelectuais D. Luis da Cunha (1662-1749), Luis Antônio Verney (1713-1792) e Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1793), os denominados "estrangeirados", grupo com idéias bastante coesas, que causou uma grande fermentação intelectual no Reino e influenciou profundamente o Marquês de Pombal, incutindo-lhe as principais idéias que fundamentaram o seu reformismo ilustrado. Com relação às que interessam mais propriamente a esse trabalho, apontaram o "atraso" português referente à economia, política e cultura frente às nações européias e apresentaram projetos para promover amplas e imediatas mudanças, com o fim da hegemonia da Companhia de Jesus no Estado, redução da influência inglesa na economia do país e a formação de uma burocracia capaz de assessorar o monarca no processo de fortalecimento do poder real e recuperação da soberania nacional. Como corrobora Serrão (1982, p. 239-240):

> [...] foram, sobretudo, cada um no seu campo específico, "agentes" ou "inspiradores" de uma metodologia que passou a ter depois mais ampla e segura aplicação. Mas favoreceram linhas de renovação que germinavam em muitos espíritos, de acordo com as correntes mentais que sopravam de além-Pirineus e que tinham audiência em muitas instituições de ensino e figuras cultas do nosso país.

Contudo, não existe um verdadeiro consenso acerca da validade do termo ou do que se deve entender por "estrangeirados". O referido conceito vem sendo problematizado, sobretudo por Jorge Borges de Macedo (1974) e José Luis Cardoso (1989), que entendem não ser ele suficientemente claro, ainda que amplamente utilizado por uma historiografia tradicional que não se propõe a uma investigação sistemática acerca da realidade de tal fato ou fenômeno histórico no Portugal setecentista. Afirmam Macedo (idem, p. 201) e Cardoso (idem, p. 44) respectivamente:

> O conceito abstrato, envaidecido e posterior, de estrangeirado tem obstado, na sua definição substantiva, a uma correta dimensão das influências externas na sociedade portuguesa e a uma conveniente avaliação dos conteúdos próprios dessa mesma sociedade. E se a sua aplicação ao século XVIII, extinguiu vias de pesquisa, a generalização a outros períodos tem agravado a transformação da história portuguesa numa sequência evolutiva pré-determinada, dividindo, maniqueisticamente, os homens em bons e maus, favoráveis, a uma evolução que, em dado momento, se estipula como justa.

> Está em causa, no entanto, a utilização de um conceito - 'estrangeirados' - que pressupõe a existência de um conglomerado de indivíduos (vivendo na mesma ou em diferentes épocas) a cuja virtudes e saberes se fica a dever, em exclusivo, a luz que ilumina as trevas ou a voz que desperta o corpo em letargo [...] sem que se cuide de admitir que possa existir uma dinâmica interior que não seja a da decadência ou abismo.

Concorda-se com os historiadores que utilizam o conceito de "estrangeirados" para dar conta de um fenômeno importante da cultura lusa no século XVIII, como J. S. da Silva Dias (1972), Oliveira Marques (1998), entre outros, pois grande parte do pensamento da elite de Estado que contribuiu para o reformismo-luso foi formulado no estrangeiro, principalmente através da diplomacia, considerada no período como experiência fundamental da formação política dos novos homens de Estado, como pode ser percebido na afirmação de Richelieu acerca das características de um perfeito estadista: "espírito firme, opiniões firmes, um conhecimento razoável de literatura, e conhecimentos gerais acerca da história e da organização dos Estados de todo o mundo e, sobretudo da sua pátria" (RICHELIEU apud KAMEN, 1995, p.20).

Além disto, a maioria dos docentes contratados por Pombal para pôr em prática as reformas educacionais, cujo maior exemplo é Domingos Vandelli, era "estrangeirada" na origem e na formação intelectual. Mas, a questão fundamental, apontada por Falcon (1993, p. 320-321) relaciona-se ao "estrangeiramento" enquanto "atitude mental", fusão de leituras, educação e cultura absorvida do exterior, independente do deslocamento espacial.

Os estrangeirados tiveram, sem dúvida, grande importância na difusão do pensamento europeu moderno em Portugal, antecipando várias questões que foram aventadas durante o governo pombalino. Puseram conhecimentos adquiridos em outros Estados a serviço da realidade lusa, produzindo um conhecimento singular.

Luís Antônio Verney dedicou-se ao estudo da reforma do ensino secundário e superior, sugerindo a sua direção pelo Estado; propôs mudanças no estudo da língua portuguesa e a inserção curricular de outras línguas vivas, mas sem diminuir o mérito do latim, grego e hebraico, como não poderia deixar de ser, tratando-se de um eclesiástico preocupado com a filosofia e com a teologia; dissertou acerca da necessidade de um tratamento igualitário entre cristãos velhos e novos, destacando os ganhos que o Estado português teria com o mesmo; preocupou-se com a educação feminina e dos membros dos diversos estamentos, destacando as elites do Reino e do Ultramar, e com a redução dos poderes da Inquisição. Sua considerável atividade pedagógica, contida em obras como

"Verdadeiro Método de Estudar", de 1746; "Oração sobre a aliança da Filosofia moderna com a Teologia", de 1747; "De Ortographia Latina", de 1747; "Carta ao Marquês de Valença", de 1748; "Apparatus ad Philosophiam et Theologiam", de 1751; "De Re Logica", 1751; "De Re Metaphysica", 1753; "De Re Physica", de 1758 e "Gramática Latina", também de 1758, atribui à pedagogia escolástica os grandes malefícios da sociedade portuguesa e expõe um novo método, por ele considerado moderno e científico, composto pela física, matemática, razão, direito natural e antimetafísica.

Verney redigiu grande parte de seus escritos sob a influência da Ilustração italiana, tendo assumido o lugar de Arcediago da Sexta Cadeira da Catedral de Évora, em Roma, em 1742. Vivera 55 anos na Itália. Sua principal obra, "Verdadeiro Método de Estudar", é um dos maiores exemplos da autoridade do pensamento italiano sobre seus escritos, visto que propunha uma reforma nos conteúdos curriculares e nas práticas pedagógicas dos jesuítas, referindo-se a algumas questões sociais, econômicas, políticas e jurídicas, mas sem sugerir um total rompimento com a Igreja Católica. O autor defendia um saber baseado na observação e na experiência e não na mera transmissão de conhecimentos já superados pelos novos preceitos epistemológicos e metodológicos da física newtoniana, como faziam os velhos inacianos, mas nunca um conhecimento irreligioso. Assim, trata-se de um dos grandes representantes de uma Ilustração católica, pois buscava promover uma síntese do pensamento eclesiástico com a Filosofia moderna em voga na Europa, não percebendo incompatibilidade entre ciência e "verdadeira" religião.

D. Luís da Cunha, o mais eminente dos estrangeirados, seguiu uma longa carreira diplomática, mantendo contato com as culturas das Cortes de Londres (1715-1719), Madri (1719-1720), Paris (1720-1728 e 1736-1749) e Haia (1728-1736). Apesar de incumbido de muitas e importantes missões diplomáticas, dedicou-se também às letras, destacando-se na sua produção as "Memórias", oferecidas à Biblioteca Real, que analisam a história política da Europa; as "Instruções" à Marco António de Azevedo Coutinho, de 1736, onde articula a idéia de um Império luso-brasileiro; algumas "Cartas" dirigidas a homens importantes do governo português, oportunidade em que discorre sobre as mudanças que deveriam ser empreendidas na magistratura, marinha, exército, indústria, religião, entre outros temas. A principal carta escrita por D. Luís da Cunha, impressa em 1820 com o título de "Testamento Político", foi oferecida ao príncipe D. José I e contribuiu decisivamente para o entendimento das condições em que se encontrava o reino de Portugal, além de abordar a necessidade de fortalecimento do poder régio frente ao eclesiástico através de um forte intervencionismo

estatal, com o intuito de acabar com os danos que o mesmo causava à sociedade e à economia, principalmente através da perseguição aos cristãos novos, donos de grandes cabedais. Outro tema central refere-se à necessidade de diminuir o poder desfrutado pela fidalguia e a sugestão do nome de Sebastião José de Carvalho e Melo, para a secretaria do Reino, atribuindo-lhe "temperamento paciente e especulativo" (MAXWELL, 1996, p. 1).

Médico, filósofo e pedagogo, António Nunes Ribeiro Sanches contribuiu decisivamente para a reforma da sociedade portuguesa e para a construção dos "Novos Estatutos da Universidade de Coimbra", apresentados em 1772. As obras "Método para Aprender e Estudar a Medicina, Ilustrado com os Apontamentos para Estabelecer-se uma Universidade Real na qual Deviam Aprender-se as Ciências Humanas de que Necessita o Estado Civil e Político", de 1763 e "Cartas sobre a educação da mocidade", redigida em 1759, em atenção a D. José I, dissertavam sobre as escolas sustentadas pela Igreja, os excessos do clero na política, a importância da laicização do ensino e sugeriam a adoção de métodos semelhantes aos que estavam em voga na Europa do período, bastante conhecidos por Ribeiro Sanches, que por sua origem judaica, havia deixado Portugal em 1726, aos 27 anos de idade, e viajado por diferentes países do continente. Influenciado por Locke, Newton e Fleury, exaltava as ciências da natureza, o método experimental e as artes.

Assim como Luís António Verney, na duodécima carta do "Verdadeiro Método de Estudar", Ribeiro Sanches propõe mudanças para o curso de Medicina que deveriam ser realizadas na Universidade de Coimbra através da adoção da verdadeira experimentação, com a utilização de cadáveres humanos para o estudo da anatomia e criação de hospitais anexos à Universidade. Em suas "Cartas sobre a educação da mocidade", expõe a finalidade do seu projeto educacional, pragmático e eclético[23], à semelhança das propostas de filósofos franceses, como Diderot, D'Alembert e Voltaire, que acreditavam que os homens deveriam conhecer todas as teorias disponíveis, fugir da ortodoxia e apreender aquilo que julgassem melhor, ou seja, um conhecimento plural.

Ainda nas "Cartas" de Ribeiro Sanches, encontra-se a proposta de fundação de um Colégio Real dos Nobres, seguindo o modelo francês de pensões, visando vantagens para o Estado, que formaria uma nobreza instruída em questões militares, administrativas, técnicas e

[23] De acordo com Voltaire, "O eclético é um filósofo que, calcando aos pés o preconceito, a tradição, a antiguidade, o consenso universal, a autoridade, numa palavra, tudo o que subjuga a multidão dos espíritos, ousa pensar por si próprio, regressar aos mais claros dos princípios gerais, examiná-los, discutí-los, nada admitir senão perante o testemunho da sua experiência e da sua razão; e a partir de todas as filosofias que analisou sem qualquer parcialismo ou deferência, fazer para si próprio uma filosofia particular" (VOLTAIRE apud RAZARD, sd., p. 125-126).

científicas, acabando com o parasitismo fruto do "privilégio de sangue", que tinha como uma das suas conseqüências, um regime de propriedade da terra arcaico, aumentando a dependência econômica do reino em relação às grandes potências européias, no que concerne à importação de bens de consumo de subsistência. Agrarista, contemporâneo do fisiocrata Quesnay, acreditava que o desenvolvimento da agricultura levaria a prosperidade do Estado e conservação das conquistas, pois desembocaria no incremento do comércio e da indústria. Mas, como conseguir isto em Portugal? Negando legitimidade ao poder dos jesuítas e da "nobreza rica, soberba e ociosa" [24] e fortalecendo o ensino através do desenvolvimento das ciências e tecnologias.

Entre os estrangeirados portugueses, Ribeiro Sanches conquistou maior reputação no meio europeu, como sócio-emérito das Academias de São Petersburgo, Paris e Berlim e, principalmente, por ter escrito na "Enciclopédia", grande publicação do século das Luzes, editada a partir de 1750 por Diderot e D'Alembert, o artigo intitulado "Maledie Vénérienne Inflamatoire Chronique", tratando de doenças venéreas crônicas. Soma-se a isto, o fato de ter escrito memórias sobre o planeta Júpiter, baseado no grande conhecimento de física e astronomia adquirido com mestres holandeses e ingleses. Esboçados no reinado de D. João V, algumas propostas de Ribeiro Sanches foram incluídos nas reformas realizadas por Pombal.

Durante o governo de D. João V, o marquês de Pombal também teve o seu período de "estrangeiramento". Devido à proteção do tio Paulo de Carvalho de Ataíde, lente de Cânones na Universidade de Coimbra e mais tarde cônego da Sé Patriarcal de Lisboa, conseguiu freqüentar a universidade, a Academia dos Ilustrados, a Academia Real de História Portuguesa e seguir carreira diplomática. No ano de 1739, partiu para Londres como enviado extraordinário, permanecendo até 1745, quando passou para a corte de Viena da Áustria, também em missão diplomática, retornando ao Reino apenas no final de 1749, a chamado de D. José I, para assumir o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por decreto de 31 de julho de 1750, indicado pelo Cardeal da Mota e por D. Luis da Cunha, em seu "Testamento Político" dirigido a D. José I.

Dessa forma, a partir do amplo contato com as idéias econômicas, políticas e científicas em voga em importantes países europeus, Pombal pôde avaliar a situação de Portugal, elaborando suas principais idéias acerca do que concebia como "atraso" e "isolamento" e seus primeiros escritos diplomáticos, tinham como tema central os problemas

[24] SANCHES, António Nunes Ribeiro. Cartas sobre a Educação da Mocidade. Porto: Ed. Domingos Barreira, s.d [1759] (Obra Microfilmada, localizada na Seção de Leitura Geral da BNL), p.122.

comerciais portugueses, vistos como conseqüências das relações luso-britânicas. Na Inglaterra, entrou em contato com as teorias da Economia Política, tornou-se membro da Maçonaria,[25] assistiu a uma Igreja separada de Roma, estabeleceu relações com jansenistas holandeses (fortalecendo seu regalismo) e analisou minuciosamente as estratégias políticas inglesas. Como afirma Maxwell (2005, p.23):

> Carvalho e Melo [em Londres], dedicou-se a investigar as causas, as técnicas e o mecanismo da superioridade naval e comercial britânica – e durante sua estada em Londres conseguiu chegar à minuciosa avaliação da posição inglesa. Sua notável biblioteca londrina refletia seu interesse: com livros de Thomas Mun, de William Petty, de Charles Davenant, de Charles King, Joshua Gee e Joshua Child, havia relatórios completos sobre colônias, comércio, minas e lanifícios, cursos especializados sobre açúcar e pesca [...] frota mercante e navegação, fraudes alfandegárias, livros de tarifas, regulamentos da marinha inglesa e, principalmente, sua coleção era um verdadeiro tesouro de clássicos mercantilistas – com grandes concentrações de livros sobre companhias de comércio. Além de suas amplas leituras e observações pessoais, Carvalho e Melo apercebeu-se do controle que a Inglaterra exercia sobre Portugal – não só em função das dificuldades econômicas e sociais de sua pátria como pelo rápido progresso da economia britânica.

Na Corte de Viena, sob o reinado de Maria Teresa (1740-1780), conheceu uma Ilustração católica, avessa às manifestações políticas e sociais dos enciclopedistas e comprometida com a formação de um corpo burocrático preparado na Universidade de Viena, capaz de pôr em prática as reformas estatais almejadas. No plano econômico, o influenciaram profundamente as leituras em voga naquele Estado, principalmente do mercantilista francês Jean-Baptiste Colbert que promoveu, durante o reinado de Luís XIV, uma política econômica essencialmente protecionista, incrementando a produção nacional, estimulando a industrialização, desenvolvimento das ciências, aumento populacional, fim da ociosidade da nobreza, tolerância religiosa a judeus e regulando os gastos do dinheiro público.

Certamente, todas estas experiências contribuíram para sua prática governativa, pois permitiu a Pombal comparar diferentes culturas, construir uma imagem da sociedade portuguesa em alguns aspectos caricaturada, difundir esta ideologia e atingir seus objetivos e interesses. Segundo Serrão (1982, p.22):

> O período austríaco, que durou quatro anos, foi bem mais proveitoso do que refere a maioria dos seus biógrafos. Na esteira de Cabral de Moncada, pode afirmar-se que

[25] A filiação maçônica do Marquês de Pombal é objeto de discussão historiográfica. De acordo com Oliveira Marques teria sido maçom em Londres, de forma que permitiu a criação de lojas durante o seu governo e desautorizava qualquer perseguição do Santo Ofício aos seus membros. Para J. S. da Silva Dias, não existem comprovações documentais de seu envolvimento com a maçonaria e a expansão da instuituição durante o seu governo nada revela, visto que se tratou de um fenômeno generalizado na Europa (BARATA, 2002, p.55).

> foi nessa capital do espírito que o ministro português, em contato com o mundo da política e da diplomacia, bebeu os grandes princípios do Despotismo Iluminado que haveria de aplicar no seu regresso ao país. E de lá trouxe igualmente [...] as idéias econômicas e culturais que serviram de trave-mestra do seu governo.

Após assumir o ministério, esforçou-se por projetar a soberania política da monarquia nacional, através de questões fundamentais como a centralização do poder, reforma econômica, educacional, jurídica, administrativa e religiosa, estabelecimento de Companhias de Comércio no Reino e nas Colônias, incentivo à industrialização e definição do território do Brasil, concebendo, assim, uma relação direta entre dependência política, decadência econômica e "ignorância dos povos", como observado nos escritos anteriormente citados dos intelectuais e estadistas portugueses setecentistas.

Progressivamente, com a sua atuação enérgica após o terremoto de Lisboa em 1755[26] e a neutralização da oposição aristocrática ao novo regime em 1758,[27] Pombal afirmou-se como o primeiro homem do governo, sendo-lhe atribuída uma "autoridade virtualmente completa" pelo monarca D. José I (MAXWELL, 1996, p.95), recebendo por decreto de 31 de agosto de 1756, o setor mais importante da máquina estatal: a Secretaria dos Negócios do Reino, vaga pela morte de Pedro da Mota e Silva.

Entretanto, o poder não é algo que pode ser posto nas mãos de um indivíduo ou grupo social. Pombal soube utilizar-se das oportunidades para fortalecer-se, o que se fez sentir através das redes de relações estabelecidas com outros indivíduos e de suas ações em vários âmbitos da sociedade: nas reformas administrativas e educacionais, criando os elementos

[26] Há um consenso historiográfico acerca do fato de Sebastião José de Carvalho e Melo ter utilizado o terremoto de 1755 para se fortalecer politicamente que se baseia, em grande parte, no seu "Discurso Político Sobre as Vantagens que o Reino de Portugal pode Alcançar da sua Desgraça por Ocasião do Memorável Terremoto do 1º de Novembro". Assim, anunciou os aspectos positivos do terremoto: "Fenômenos espantosos mudam freqüentemente a face dos Impérios. Pode dizer-se que esses desastres da natureza são algumas vezes necessários porque eles podem mais que qualquer outra coisa contribuir a aniquilar certos sistemas que se encaminham a invadir o universal Império [...], porém dirão é necessário que sobre a terra se transportem províncias, que subvertam as cidades para dissipar as cegueiras de certas nações, ilustrá-las no conhecimento dos seus verdadeiros interesses. Sim, atrevidamente o digo, assim é necessário". E completa: "Da mesma forma que as inundações são necessárias aos rios extravazados para os fazer correr no natural leito donde tinham saído, pode haver casos onde, para restabelecer um Estado, é necessário que um Estado seja em parte aniquilado, e que o seja por algum acontecimento extraordinário. Depois do 'fenômeno', uma nova claridade se derramou sobre os espíritos, havendo o tremor que experimentou o Governo político e civil destruído os prejuízos" (MELO apud SCHWARCZ, 2002, p. 96).

[27] Após o atentado ocorrido contra D. José I no dia 3 de setembro de 1758, quando o rei foi vítima de tiros de bacamarte, o Marquês de Pombal conseguiu condenar e encarcerar uma parte importante da nobreza e dos religiosos que se contrapunham ao seu regime, fundamentando-se na legislação e nos costumes do tempo, acusando-os de crime de lesa-majestade. Apenas no reinado de D. Maria I, os cárceres foram abertos e nobres como os Duques da Casa de Aveiro, os Marqueses da Casa de Alorna e de Távora retornaram à Corte de Lisboa, em busca da reconquista do prestígio e causando grande tensão governamental, por estarem determinados a vingar-se do Marquês de Pombal e dos seus aliados.

humanos e institucionais adequados aos objetivos da missão reformista; na nomeação de elementos de sua total confiança para ocupar cargos no governo, como seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado que passou a exercer o governo-geral do Pará, se constituindo num dos maiores opositores dos jesuítas; incentivando a criação do crime de lesa-majestade, que lhe permitiu neutralizar membros da nobreza; criando o cargo de Intendente de Polícia da Corte e do Reino, sob a justificativa de combater o crime que se disseminou em Portugal após o terremoto de 1755, mas se tornando um instrumento de observação atenta dos opositores ao novo regime político, através da atuação de Diogo Inácio de Pina Manique, personagem central do governo pombalino; favorecendo a publicação de textos, através dos diplomatas portugueses na Europa, que estigmatizavam ingleses e jesuítas, denunciando a ação dilapidadora dos primeiros em Portugal e o empecilho que os segundos representavam à modernização de qualquer Estado, com o intuito de formar uma opinião favorável ao seu governo, entre outras variadas formas de monopolização do poder. Assim, Pombal obscureceu a figura de D. José I que, como afirma Serrão (1982, p. 15), é tratado pela historiografia "como um príncipe sem vontade própria e como um rei inteiramente à mercê do poder despótico do seu primeiro-ministro".

Com a assinatura da "Lei de Expulsão da Companhia de Jesus, de Portugal e Seus Domínios", por D. José I, em 1759 e a conseqüente submissão da Igreja ao controle do Estado, rompeu com a escolástica e deu início a uma série de mudanças em todos os níveis de ensino, passando a defender uma educação nacional que promovesse uma maior integração do indivíduo ao Estado. Trata-se de um momento crucial na luta de Pombal pelo poder político: como afirma Roger Chartier em prefácio à obra de Norbert Elias (2001, p.17), "à medida que subjuga seus concorrentes, externos ou internos, a unidade de dominação tornada hegemônica se transforma a partir do interior: o senhor central [...] qualquer que seja o seu título [...], se apodera pessoalmente do monopólio da dominação".

Sob a influência dos "estrangeirados" e das experiências vividas em Londres e Viena, uma das primeiras medidas foi a aprovação, por Alvará de 19 de maio de 1759, dos "Estatutos da Aula de Comércio". Com duração de três anos, este curso visava atender aos interesses estatais, objetivando a formação técnica de filhos de negociantes portugueses para as normas da vida comercial através do ensino da aritmética e da "ciência dos câmbios", além de outros métodos italianos de contabilidade.

Experimentos educacionais secularizadores ocorreram também no Ultramar, quando foram criadas as "aulas régias" e os diretores laicos substituíram os missionários nos

aldeamentos, fundando duas escolas públicas em cada aldeia indígena: "aos meninos se ensinaria a ler, escrever e contar, assim como a doutrina cristã; enquanto as meninas, em vez de contar, aprenderiam a cuidar da casa, costurar e executar outras tarefas apropriadas para esse sexo" (idem, p. 104). Porém, a secularização do ensino primário e secundário contou com várias dificuldades de implementação, fruto da resistência das elites brasileiras que burlavam a lei do Subsídio Literário e, devido à falta de livros adequados e professores, permaneceu ministrado por eclesiásticos seculares que continuaram seguindo os velhos métodos jesuíticos. Ainda sob estas circunstâncias, de acordo com Emanuel Araújo (1987, p. 32) criaram-se na colônia, através da arrecadação do Subsídio, "17 aulas de ler e escrever, 15 de gramática latina (três das quais na Bahia), seis de retórica, três de filosofia e apenas três de língua grega (uma delas em Salvador)".

Guilherme Pereira das Neves aponta as dificulades de implementar-se as reformas pombalinas do ensino na colônia, afirmando que:

> [...] na Bahia, encarregado de aplicar as reformas, o chanceler da Relação logo recebeu livros indispensáveis, mas assinala o número insuficiente de exemplares: as gramáticas não chegavam a quatrocentas. Em conseqüência, decidiu-se a só introduzir os novos métodos em Salvador e na Vila da Cachoeira. Para preencher os postos de professor, formou-se uma banca constituída por três religiosos – um franciscano e dos carmelitas – que examinaram os candidatos, na maioria também eclesiásticos e que incluíam dois ex-jesuítas.[28]

Convém ressaltar que se trata de um período inicial das reformas, de consolidação das propostas de novos métodos de ensino e que o intuito do Estado português nunca foi produzir um ensino irreligioso, como pode ser compravado pela relação do mesmo com os Oratorianos, que após a expulsão dos jesuítas tornaram-se "aliados do ministro para a superação da lacuna aberta no ensino", perdendo seus privilégios apenas quando desafiaram o regalismo do Marquês de Pombal (SANTOS, s.d., p.4).

No ano de 1761, concretizou-se o projeto de criação do Colégio Real dos Nobres, voltado para a instrução dos jovens da nobreza, através do ensino de Latim, Grego, Retórica, Lógica, Poética, História, Equitação, Dança, Esgrima, Matemática, Arquitetura Militar e Civil e Desenho. Tratava-se da viabilização das propostas de Ribeiro Sanches realizadas em 1759 nas "Cartas sobre a educação da mocidade", de criação de um colégio específico para àquele seguimento social, que deveria ser educado nas artes e nas ciências, com o intuito de

[28] NEVES, Guilherme Pereira das. Repercussão, no Brasil, das reformas pombalinas da educação: o seminário de Olinda. RIGHB, Rio de Janeiro, 159 (401): 1707-1708, out./dez.1998, p.1720.

aproveitá-los na administração superior do Estado.[29] Como complemento deste empreendimento, o Estado assumiu em 1772, o Colégio Real de Mafra, estabelecimento voltado para a formação de jovens de outros estamentos e que, até 1759 esteve nas mãos dos inacianos. Os "estudos menores" [30] também sofreram mudanças na Metrópole e no Ultramar, com a abertura de escolas para outros estamentos sociais, com a contratação de grande número de professores régios e novos métodos de estudos. De acordo com Serrão (1982, p. 257), esta reforma foi um dos maiores feitos do governo josefino que, conseguiu cobrir todas as vilas do Reino, chegando a contar com um total de "837 postos de ensino, 479 postos de mestres de ler, escrever e contar, 236 professores de Gramática Latina 38 de Língua Grega, 49 de Retórica e 35 de Filosofia".

Entretanto, Guilherme Pereira das Neves discorda da análise de Serrão, concluindo que:

> Apesar da escolha de um Diretor de Estudos, da criação de novas aulas de gramática, grego, de retórica e, um pouco depois, de filosofia, e da definição de instruções para os professores, o resultado das reformas ficou muito aquém do esperado. No próprio reino, o preenchimento dos cargos foi lento e hesitante. Faltavam recursos materiais e, principalmente, humanos para substituir a complexa rede de escolas jesuíticas em todo o Império.[31]

Para garantir as inovações educacionais, criou-se por alvará de 10 de novembro de 1772 o Subsídio Literário, imposto arrecadado em Portugal e nas colônias, com o objetivo de suprir as despesas provenientes destes estudos, que era complementado com recursos originados dos bens confiscados da Companhia de Jesus. [32]

---

[29] SANCHES, António Nunes Ribeiro. Cartas sobre a Educação da Mocidade. Porto: Ed. Domingos Barreira, s.d (Obra Microfilmada, localizada na Seção de Leitura Geral da BNL), p.137.

[30] Desde o século XVI, encontra-se na literatura portuguesa, o termo "estudos menores" sendo utilizado para se referir as disciplinas ensinadas nos colégios do reino e do ultramar, como Latim, Grego, Retórica, Filosofia, História, Eloqüência, Geometria, entre outras, com a finalidade de preparação dos estudantes para os cursos universitários. Estiveram sob controle quase absoluto dos jesuítas, até a publicação do Alvará de 28 de julho de 1759, quando passaram para a responsabilidade do Estado (ALBUQUERQUE, 1965, v.2, p. 476).

[31] NEVES, Guilherme Pereira das. Repercussão, no Brasil, das reformas pombalinas da educação: o seminário de Olinda. RIGHB, Rio de Janeiro, 159 (401): 1707-1708, out./dez.1998, p. 1718.

[32] Interessado na modernização do ensino português, mas temendo a Ilustração radical da Enciclopédia, foi criada pela Lei de 5 de abril de 1768, a Real Mesa Censória, Tribunal Régio onde atuaram muitos clérigos, selecionando os livros que poderiam ser usados na Metrópole a nas colônias. A Mesa Censória administrou os estudos portugueses, propondo pagamento de impostos pela sociedade para cobrir as despesas com a educação, através do Subsídio Literário, criado em 10 de novembro de 1772, obtido através de impostos sobre produtos como carne, aguardente, entre outros, e impedindo a livre circulação de idéias revolucionárias em Portugal. Entre os autores censurados estavam Voltaire, Diderot, D'Alembert, Rousseau, Hobbes, John Locke, Gabriel Malagrida, Padre Antônio Vieira, avaliados como uma ameaça ao Absolutismo Ilustrado ou à religião católica, um dos principais sustentáculos do poder da Coroa.

O Marquês de Pombal criou novas escolas de engenharia militar em seus domínios, em atenção às questões diplomáticas envolvendo a Espanha e França. Contratou Guilherme Schaumburg-Lippe-Buckeburg (1724-1777) conhecido em Portugal como Conde de Lippe, em 1763, para reformar o exército e as academias militares. Foi Marechal-General do exército português e comandante das forças anglo-portuguesas no último ano da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Disciplinou e instruiu as tropas, sendo responsável por uma verdadeira "ilustração" dos militares, publicando os "Regulamentos de Infantaria e Cavalaria," estudos sobre o exército, estratégia militar, normas disciplinares, defesa e funcionamento das peças de artilharia, além do ensino de trigonometria plana, física, cartografia, geometria, manuseamento de novos instrumentos e tradução para o português de obras de engenheiros estrangeiros renomados, sobretudo prussianos. A mesma reforma e metodologia foi aplicada nas escolas da América portuguesa, pelo tenente-general João Henrique Böhm, devido à necessidade de formar tropas competentes para o projeto de definição de fronteiras e reconquista do Rio Grande aos espanhóis. A organização militar colonial do período compreendia tropas de primeira, segunda e terceira linhas.

Convém ressaltar, que no desenvolvimento de suas idéias, Ribeiro Sanches, após avaliar a situação do exército português, propusera mudanças que em muito se assemelhavam as executadas posteriormente por Pombal: a formação de militares que fossem homens de letras:

> [...] a força, o ânimo ousado e a valentia já não são bastantes para vencer, como quando fazíamos a guerra expulsando os mouros da pátria. A arte da guerra, hoje, é ciência fundada em princípios que se aprendem e devem aprender antes que se veja o inimigo: necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão; que o guerreiro tome a pena e saiba tão bem calcular e escrever, como é obrigado a combater com a espada e com o espontão. O verdadeiro guerreiro é hoje um misto de homens de letras e de soldado. [...] não somente necessita da instrução das matemáticas, astronomia e ciência náutica, mas de muitos e muitos conhecimentos políticos para cumprir os seus importantes cargos [...].[33]

Tal foi a formação recebida por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, de um homem de letras própria do movimento ilustrado, conforme Roger Chartier (1997, p. 119), "não [...] um erudito que adquiriu um saber profundo sobre uma determinada disciplina, mas um homem que possui conhecimentos em todas as áreas do saber".

Além disso, o estímulo à abertura de Academias Científicas no reino e nas colônias

[33] SANCHES, António Nunes Ribeiro. Cartas sobre a Educação da Mocidade. Porto: Ed. Domingos Barreira, s.d (Obra Microfilmada, localizada na Seção de Leitura Geral da BNL), p.174-175.

caracterizou o período, alterando a tendência da primeira metade do século XVIII, quando o movimento academicista no Brasil caracterizava-se por uma perspectiva mais literária e histórica. Durante a segunda metade daquele século, de acordo com Varnhargem (1962, p. 255), foram fundadas três academias no Brasil, com o intuito de contribuir para o conhecimento e exploração do mundo colonial, "através dos escritos de pessoas ilustradas em História Natural, Física, Química, Agricultura, Medicina, Cirurgia e Farmácia: a dos Seletos", no Rio de Janeiro, em 1752; a dos "Renascidos", na Bahia, em 1759, fundada por José Mascarenhas Pereira Coelho e Melo com duração efêmera; e a "Científica", no Rio de Janeiro, fundada em 1772 pelo Marquês do Lavradio. De acordo com o ilustrado vice-rei, tratava-se:

> [...] de uma assembléia ou academia para se examinarem todas as cousas que se puderem encontrar neste continente pertencentes aos três reinos vegetal, animal e mineral, fazendo-se se irem dando todos os meses, uma completa notícia dos descobertos que se forem fazendo.[34]

Pertencente a esse movimento academicista, encontra-se também a Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras, cujas "Preliminares para os Estatutos da Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras", redigidas por Luís Antônio de Oliveira Mendes, bacharel em Leis na Universidade de Coimbra, contem normas, objetivos e nomes de sócios. Entretanto, tal instituição ainda não foi pesquisada e ignora-se se funcionou efetivamente. Sobre seus objetivos para a institucionalização da ciência na Bahia, afirma:

> A Diretoria das Artes, e Sciencias se comporá de seis sócios efectivos, dos quais dois serão Directores, e os mais ficarão como Vogais. Esta [ilegível] alem de se ocupar na dystribuição das obras concurrentes, como fica dito, sera o seu privativo, e principal Instituto, entregar se a composição de hum Jornal Scientifico [...]. Como o principio baze e origem das Sciencias consistão na observação, indagação e combinação de tudo quanto apresentão a Natureza [ilegível] suas qualidades, Leis, propriedades, e efeitos, o q' compreende a Metereologia, Chimica, Anatomia, Botánica, Materia Medica, e a Historia Natural em Geral de todos os corpos, em particular de cada hum delles, como zoologia, Mineralogia, e outros muitos [...].[35]

Entre os anos de 1790 e 1801, as Academias fundadas na colônia sofreram forte osposição do Vice-Rei Conde de Rezende, ocorrendo o fechamento de algumas delas como a

[34] MARQUÊS DO LAVRADIO. Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776, Rio de Janeiro, Instituto Estadual do livro, 1978, Carta 355, de 06 de março de 1772.

[35] OLIVEIRA MENDES, Luís Antônio. Preliminares para os Estatutos da Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras. s.d. BNRJ/MN – II, 34, 8, 5.

Sociedade Literária do Rio de Janeiro, temeroso da discussão e divulgação de idéias maçônicas na colônia.

Durante o processo de reforma do sistema educacional e de laicização dos seus quadros, o paduano Domingos Vandelli (1735-1816), foi convidado à Portugal em sua primeira missão, lecionar no Colégio Real dos Nobres. A partir de então, iniciou o fomento científico almejado por Pombal, participando das mudanças da Universidade de Coimbra, entre os anos de 1772 e 1791, e da criação de vários estabelecimentos científicos, acompanhando seus desdobramentos durante o período pós-pombalino, sob os ministérios de Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho. De acordo com Munteal Filho (1993, p. 8):

> Vandelli foi indicado para ministrar cursos na área de Química e História Natural. Além das atividades docentes na Universidade de Coimbra, o naturalista deu prosseguimento às suas atividades de pesquisa no campo da Filosofia da Natureza e iniciou estudos para sua grande obra (inacabada): uma História Natural de Portugal e de seus Domínios (principalmente o Brasil), tendo produzido contribuições científicas e filosóficas sobre a flora brasileira, sobre as terras férteis do Brasil e as belezas naturais dos trópicos na segunda metade do século XVIII.

Como afirma Maxwell (1996, p. 110), as interferências pombalinas na instrução pública tiveram objetivos essencialmente utilitaristas, visto que almejavam "produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformada [...], entre esses burocratas e clérigos recém-forjados, que as reformas encontrariam seus perpetuadores e defensores". [36] Então, a Universidade de Coimbra, mais antiga escola superior do país, tornou-se uma alta prioridade para o governo, passando por mudanças significativas em 1772, com a intervenção ativa de Pombal. Desde 1555, a escola esteve sob controle da Companhia de Jesus, voltada principalmente para uma educação humanística, de acordo com os interesses do Estado de então. Contudo, nunca permaneceu impermeável à pesquisa e experimentação científicas, como acusou o "Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra" [37], elaborado ao final das atividades da "Junta da

---

[36] A formação de uma burocracia de profissionais capazes de servir ao Estado com eficácia, competência e lealdade foi uma preocupação de todos os governos ilustrados, visto que significava a garantia da centralização e racionalização da estrutura administrativa.

[37] "Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuitas e dos Estragos feitos nas Sciencias e nos Professores, e Directores que a Regiam pelas Maquinações, e Publicações dos Novos Estatutos por Elles Fabricados. Lisboa: na Régia Officina Typografica. Anno MDCCLXXII".

Providência Literária", que serviu de base para a confecção dos "Novos Estatutos" [38] da Instituição.

> No ano de 1772 recebeu o Marquês de Pombal a incumbência de visitar Coimbra, com o fim de publicar os novos Estatutos da velha Universidade. Revestido dos poderes de visitador e reformador, vinha na situação de Lugar-Tenente del-Rei, com jurisdição exclusiva e ilimitada. Depois da expulsão da Companhia de Jesus, fora a Escola dionisina sujeita a uma ampla reforma para o desejado florescimento das Artes e das Ciências. Entendia a Coroa que se tratava da fundação da 'Nova Universidade', o que correspondia à maior renovação dos estudos superiores em Portugal (SERRÃO, 1982, p. 73).

O projeto de reforma teve suas origens na década de 1768. Mas, apenas em 23 de dezembro de 1770 foi posto em prática, quando por determinação régia, foi criada a "Junta de Providência Literária", com o objetivo de preparar as mudanças da educação superior, através do estudo das causas da sua decadência e apontamento dos meios de renovação dos estudos. A comissão foi constituída pelo Marquês de Pombal, Cardeal da Cunha (membro do Conselho de Estado), José Ricalde Pereira de Castro e José Seabra da Silva (ambos Desembargadores do Paço), Doutor Francisco Antônio Marques Giraldes (Membro do Conselho de Estado e Deputado da Mesa de Consciência e Ordens), Doutor Francisco de Lemos e Faria (Reitor da Universidade de Coimbra desde 1770) e os Doutores Manoel Pereira da Silva e João Rodrigues de Azeredo (Desembargadores da Casa da Suplicação).

Em 18 de agosto de 1771, apresentaram ao monarca o "Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Sciencias e nos Professores e Diretores que a Regiam, pelas Maquinações e Publicações dos Novos Estatutos por elles Fabricados", que serviu como base para a confecção dos "Novos Estatutos", objetivando a abolição da filosofia escolástica e a garantia dos progressos dos estudos, baseados nas ciências e nas artes liberais. Por terem consciência de que o conhecimento é uma grande fonte de poder e, de que os dogmas jesuíticos deram a seus membros força e capacidade de manipulação durante muitos séculos, os integrantes da "Junta" compreendiam que a sua eliminação e a produção de um novo tipo de conhecimento, gerariam uma outra fonte de poder, associada, então, ao grupo reformista. Como declara Guilherme Pereira das Neves:

[38] Estatutos da Universidade de Coimbra, compilados debaixo da imediata e suprema inspeção de El Rei D. José I Nosso Senhor pela Junta da Providência Literária criada pelo mesmo Sr. para a Restauração das Ciências, e Artes Liberais nestes Reinos e todos os seus Domínios ultimamente roborados por Sua Magestade na Sua Lei de 28 de agosto deste presente ano de 1772. Lisboa: Régia Typ., 1773.

> [...] e quando a Coroa apercebeu-se desse processo, que transformava o saber em poder, o absolutismo se fez ilustrado. [...] a pedagogia travestia-se em uma nova arma imanente da monarquia, com o fim de secretar uma ideologia, sucessora da religião, como cimento da sociedade e argamassa do Estado.[39]

Assim, D. José I desqualificou o ensino ministrado pelos inacianos e exprimiu seu intuito de monopolizar o conhecimento:

> [...] a mesma Universidade foi tão admirada na Europa até o anno de mil quinhentos cincoenta e cinco; na qual os denominados jesuítas depois de haverem arruinado os Estudos Menores com a accupação do Real Colégio das Artes, em que toda a Primeira Nobreza de Portugal recebia a mais util, e louvavel Educação; passaram a destruir tambem successivamente os outros Estudos Maiores com o máu fim, hoje a todos manifesto de precipitarem os Meus Reinos, e Vassalos deles nas trévas da ignorancia. E por que como Rei, como Soberano Protector da mesma Universidade, me pertence fazer examinar as causas da sua decadencia, e o presente estado da sua ruina; para em tudo prover de forte, que não so se repare um tão deploravel estrago, mas tambem sejam as escolas fundadas sobre fundamentos tão sólidos, que as Artes, e Sciencias possam nellas resplandecer com as Luzes mais claras em commum benefício: sou servido erigir para estes effeitos huma Junta da Providência Literária.[40]

Atribuía-se os problemas do Reino aos "estragos" produzidos pelos jesuítas no ensino. Assim, em todo o "Compêndio", analisam exaustivamente os Estatutos jesuíticos produzidos desde 1598, buscando mostrar como haviam ministrado "cada uma das quatro Sciencias Maiores no seu particular; e os impedimentos, que lhes oppuseram para não mais poderem resuscitar da ignorância, em que as haviam sepultado".[41] Trata-se da destruição da Teologia, da Jurisprudência Canônica e Civil e da Medicina, que de acordo com a comissão, não contavam com erudição, fundamentação teórica e experimentação, sendo impossível o aproveitamento de qualquer idéia contida nos velhos Estatutos, suspensos entre 25 de setembro de 1771 e agosto de 1772, por não passarem de "sinistros estratagemas e maquinações".

> E à vista do referido ninguém duvidará que os ditos Estatutos Jesuíticos fizeram da Universidade de Coimbra o mesmo, que em Babel fez a confusão das Línguas differentes; fizeram tantas Seitas obstinadas, quanto foram as Opiniões daqueles

[39] NEVES, Guilherme Pereira das. Repercussão, no Brasil, das reformas pombalinas da educação: o seminário de Olinda. RIGHB, Rio de Janeiro, 159 (401): 1707-1708, out./dez.1998, p. 1713.

[40] Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuitas e dos Estragos feitos nas Sciencias e nos Professores, e Directores que a Regiam pelas Maquinações, e Publicações dos Novos Estatutos por Elles Fabricados. Lisboa: na Régia Officina Typografica. Anno MDCCLXXII. p. 2-3.

[41] Idem, p. 12.

> Doutores, que estabelecêram com juramento por únicos principios, e por unicas regras; e fizeram consequente, e necessariamente com que a Universidade, e todo este Reino ficassem por effeitos daqueles Magistérios, e daqueles Estudos ardendo huma perpétua guerra de contradicções, e de sofismas, que era o objecto, com que os malignos introduziram com tantas intrigas na mesma Universidade os ditos Estatutos.[42]

A entrega dos "Novos Estatutos" ocorreu em 03 de setembro de 1772, quando da visita do Marquês de Pombal à Universidade de Coimbra. Houve a contratação de novos lentes, visto que Portugal ficara com reduzido número de professores desde a expulsão dos jesuítas em 1759, e modificação dos métodos de ensino e das disciplinas oferecidas. As Faculdades tradicionais de Teologia, Cânones, Leis e Medicina foram totalmente reorganizadas e criaram-se duas novas Faculdades, Matemática e Filosofia. Entretanto, deve-se destacar, como afirma Serrão (1982, p. 270), "que a renovação do ensino foi mais profunda nas ciências experimentais que no saber clássico, devido ao escol de mestres estrangeiros que em Coimbra realizaram uma obra científica de alto valor".

O curso de Filosofia Natural teria duração de quatro anos, contando com as cadeiras de Filosofia Racional e Moral (Lógica, Ética e Metafísica no primeiro ano); História Natural (Zoologia, Botânica e Mineralogia no segundo ano, acompanhada do estudo de Geometria na Faculdade de Matemática), Física Experimental durante o terceiro ano e Química teórica e prática no quarto. A Faculdade de Matemática, cujo curso durava quatro anos, possuía seis cadeiras: Geometria, Álgebra, Foronomia,[43] Astronomia e breves noções de Geografia, Gnomónica,[44] Hidrografia, Calendário, Cronologia e Desenho Civil e Militar. A Faculdade de Medicina previa a conclusão do curso em seis anos, contava com as disciplinas de Matéria Médica e Arte Farmacêutica, Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia, Instituições Médico-Cirúrgicas, Aforismos e Prática de Medicina e Cirurgia, parte correspondente ao ensino essencialmente prático do curso. Os estudantes de Medicina também deveriam cursar Geometria, Cálculo e Foronomia no Curso de Matemática, História Natural, Física Experimental e Química Geral e Prática no Curso de Filosofia, vigorando o método experimental.

[42] Ibdem, p. 93.

[43] No século XVIII, o termo Foronomia era utilizado para designar a parte da Física que se ocupa do movimento das leis e do movimento dos corpos sólidos e líquidos.

[44] A Gnomónica, cujo nome deriva do grego "gnómon" (ponteiro solar), ocupava-se no século XVIII, do estudo dos relógios de sol, ou seja, dos mecanismos que permitem registrar, baseados na projeção do estado do sol, em todos os instantes, o correto tempo solar. Sua importância foi fundamental no período anterior à Revolução Industrial e construção dos relógios mecânicos.

Objetivando integrar a teoria e a prática, característica essencial da pedagogia das Luzes, foram criados diversos institutos científicos em anexo às Faculdades. O Museu de História Natural, o Jardim Botânico, o Gabinete de Física Experimental e o Laboratório Químico, contribuíram para os experimentos da Faculdade de Filosofia. O Dispensatório Farmacêutico, o Teatro Anatômico e o Hospital Escolar, à Faculdade de Medicina. À Faculdade de Matemática estava em anexo o Observatório Astronômico. Estes espaços foram dirigidos pelos novos professores contratados por Pombal, em sua maioria da península itálica, o que proporcionou ao movimento Ilustrado português a característica de uma "Aufklärung católica", como afirma Fernando Novais (1983, p. 219), "assimilação de uma ciência moderna pelo pensamento tradicional, modernização sem romper com a ortodoxia".

O Gabinete de História Natural e o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra ficaram sob a coordenação de Vandelli, que auxiliado por Julio Mattiazzi, aclimatava, cultivava e estudava produtos dos três Reinos da Natureza coletados na Itália, Coimbra, Lisboa e nas colônias portuguesas. O Gabinete de Física Experimental, também chamado de Teatro de Filosofia Experimental, ficou sob a responsabilidade de Giovanni Dalla Bella, contratado por Pombal em 1766 para criar o curso de Física no Real Colégio dos nobres em Lisboa; enquanto Miguel Antônio Ciera responsabilizou-se pelo Observatório Astronômico. Importante destacar, que nos referidos espaços foram introduzidos instrumentos científicos para priorizar a demonstração prática e a observação, condizente com adoção dos novos métodos científicos.

Os mestres "estrangeirados" empenharam-se para por em prática a política de renovação científica e cultural, formando uma "elite letrada", composta por jovens nascidos na Metrópole e nas Colônias, qualificada para a execução de projetos modernizantes e preservação do regime político e social vigente e capaz de explorar científica, sistemática e metodologicamente os três reinos da natureza dos domínios ultramarinos. De acordo com Morais (1949), ao longo do século XVIII, matricularam-se na Universidade de Coimbra 1752 brasileiros, entre os quais 572 eram baianos, 445 fluminenses e 347 mineiros. Antes da reforma pombalina, a formação destes estudantes era essencialmente clássica, em Teologia, Cânones e Leis. Após aquela data, houve uma grande mudança nas opções de cursos, matriculando-se um intenso número de alunos nos "estudos científicos", fruto de uma política conscientemente implantada pela metrópole.

Tais projetos evidenciam a importância que o mundo colonial assumiu no equilíbrio de poder entre as grandes potências européias desde o início do século XVIII. O reformismo

ilustrado português repensou a questão imperial, reconhecendo que as riquezas naturais e econômicas da colônia brasileira seriam a base de seu desenvolvimento e soberania. Esta idéia já havia sido sugerida pelo eclesiástico Antônio Vieira, por Duarte Ribeiro de Macedo, entre outros perspicazes observadores da conjuntura Imperial. Dessa forma, o Brasil passou por mudanças significativas no contexto das reformas pombalinas, importando destacar aquelas ocorridas no âmbito da burocracia colonial, sob a tutela de indivíduos "treinados" em Coimbra ou na própria colônia para executar os projetos pombalinos, entre os quais o desenvolvimento científico. Cabe lembrar, com Maria Odila Leite da Silva Dias (2005, p. 42) a atração que os cursos de "ciências" (Filosofia Natural, Matemática e Medicina) passaram a exercer sobre os estudantes:

> A penetração desse espírito em Portugal [movimento científico] explica o fato de, entre os 568 estudantes formados em Direito (maioria significativa no total de 866 brasileiros formados em Coimbra) de 1772 a 1822, 281, ou seja, cerca da metade, terem se formado simultaneamente em Leis e Matemática ou Ciências Naturais, acumulando duas ou três especialidades, fenômeno que era bastante comum naquele tempo [...] com referência aos restantes, formados exclusivamente em humanidades, isto é, em Leis, Teologia, Artes, podemos opor 141 diplomados somente em ciências. Em dados globais, referentes às matrículas e aos cursos seguidos e não individualmente aos estudantes, desdobrando, portanto, o número dos que acumularam vários diplomas, temos que, dos 866 estudantes, oitocentos formaram-se em pelo menos um ramo das ciências; dentre os quais 450 em Matemática, 285 em Filosofia Natural e 65 em Medicina. Mais a maioria dos que deixaram obras escritas voltaram-se de preferência para as Ciências Naturais e Medicina, predominando, pois, na literatura 'científica' desse período os estudos de Ciências Naturais, em detrimento de pesquisas nas Ciências Puras ou Exatas.

Importante ressaltar, que durante a segunda metade do século XVIII as ciências não estavam desvinculadas da economia no Império português. Eram, portanto, uma atividade financiada pelo Estado, que procurava promover o "bem-estar e prosperidade dos povos" e a riqueza do soberano, o que explica a atração que exercia sobre muitos homens de letras, que através da realização de inventários da natureza tiveram seus feitos reconhecidos e recompensados (RAMINELLI, 2008).

1.2 AS IDÉIAS CIENTÍFICAS E ECONÔMICAS QUE FUNDAMENTARAM AS ESTRATÉGIAS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO

José Augusto Pádua (2002), em estudo emblemático sobre alguns ilustrados luso-brasileiros do final do século XVIII que buscaram as universidades européias para a sua formação, afirma que nem todos os homens projetados pela reforma pombalina da Universidade de Coimbra absorveram as idéias pragmáticas e progressistas que caracterizaram a Ilustração européia, como as concepções da História Natural. Apenas um grupo minoritário utilizou o ideário intelectual difundido por Vandelli e seus colaboradores para aplicá-lo à realidade colonial, fundamentando suas pesquisas, projetos e críticas acerca da utilização dos recursos naturais coloniais. Este ideário intelectual, de acordo com o referido autor, combinava a doutrina econômica fisiocrata, a economia da natureza de Lineu (1707-1778), a filosofia natural do Conde de Buffon (1707-1788) e a "teoria do dessecamento" desenvolvida por naturalistas como Stephen Halles, Duhamel du Monceau e Buffon. A leitura de escritos de alguns letrados do período, que mesmo não tendo formação em universidades européias sustentaram redes de informações científicas nos domínios coloniais, revela que o ecletismo português incorporou outras idéias, como o agrarismo, o tradicional mercantilismo e o liberalismo. Destarte, a suposta homogeneidade de idéias cede lugar a certa multiplicidade, unindo-os o propósito comum de um conhecimento concreto da natureza do Império português, tendo como conseqüência a modificação de sua realidade econômica.

Neste sentido, a produção em História Natural que se praticava nos grandes centros europeus, foi posta a serviço da investigação da natureza no Brasil colônia. Mas, não se trata de uma mera transposição de modelos científicos, visto que o encontro desta ciência com um contexto colonial e escravista gerou uma série de idéias inovadoras e produção de um conhecimento próprio. Os naturalistas luso-brasileiros escolheram os modelos a serem adotados e chegaram a propor novos métodos científicos, ainda que seus trabalhos fossem direcionados pela Coroa portuguesa para interesses mercantilistas e utilitaristas, através das "Instruções de Viagem" produzidas em Portugal.

Naturalmente, isto não significa que tenham ignorado o grande projeto da História Natural do século XVIII de impor uma ordem racional à natureza, baseada na observação, descrição, classificação e experimentação. O filósofo francês Denis Diderot e o paduano Domingos Vandelli, grandes expoentes da Ilustração, oferecem uma definição coetânea do campo de investigação da História Natural e de seus métodos. Diderot, mostrando a sua importância como disciplina acadêmica, afirma:

> [A História Natural objetiva] a observação da natureza, a reflexão e a experiência. A observação recolhe os fatos, a reflexão os combina, e a experiência verifica o resultado da combinação. É preciso que a observação da natureza seja assídua, que a reflexão seja profunda e que a experiência seja exata. Raramente se vê estes meios reunidos (DIDEROT, 1989, p. 39).

Vandelli, mais pragmático que o filósofo francês, enfatiza sua importância para a economia e aproveitamento dos recursos naturais:

> Não consiste pois o estudo da História Natural, na simples nomenclatura; mas nas observações e nas experiencias para conhecer as relações, a ordem da natureza, sua economia, política, e formação da terra, e revoluções que sofreu, e enfim as utilidades que se podem tirar das produções naturais alem das conhecidas [...] pelo que sendo este estudo tão útil e necessário, e digno que muitas pessoas se apliquem a ele, e consistindo uma de suas maiores dificuldades na inteligencia dos termos, de que os Naturalistas, e principalmente o Cel. Linnéu fazem uso; foi por isso que me determinei com maior clareza possível, a traduzi-lo na nossa lingua. [45]

Vandelli refere-se, com freqüência, ao naturalista Lineu com quem se correspondia diretamente sobre questões científicas. A influência do naturalista sueco sobre o italiano e os memorialistas e projetistas luso-brasileiros da segunda metade do século XVIII é um fato indiscutível. Sua sistemática de classificação e nomeação das espécies naturais era concebida como a mais objetiva, devendo ser utilizada por todos os naturalistas, para a busca de uma linguagem de domínio universal e fazer abandonar o antropocentrismo, simbolismo, superstições e crendices que caracterizaram, durante séculos, as descrições da natureza americana realizadas pelos cronistas. Na décima edição de seu "Systema naturae" (1758), Lineu apresentou seu método para a organização dos minerais e vegetais, que se tornou código quase universal para a História Natural. Seu sistema de classificação do reino vegetal propunha uma organização das espécies de acordo com um único critério, as características morfológicas visíveis, especificamente o número de órgãos sexuais (estames e pistilos) evidentes na flor, daí seu método ter ficado conhecido como "sistema sexual".

Lineu também simplificou a nomenclatura do período, através do uso do binômio

[45] VANDELLI, Domingos. Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das obras de Linnéo, com a sua explicaçaõ, e estampasabertas em cobre, para facilitar a intelligência dos mesmos e a Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botanicos que offerece a Raynha D. Maria I Nossa Senhora, encadernado junto à Flora Lusitanicae et Brasilienses Specimem. Plantae exoticae B. Brasilienses et Epistolae ab eruditis viris Carolo A.Linné et Antonio de Haen ad Dminicum Vandelli Scriptae Coimbra: Na Real Officina da Universidade. MDCCLXXXVIII. p. IV-V.

latino, um ligado ao gênero outro à espécie. Devido ao fato de recorrer a um único critério para classificar o reino vegetal e nomeá-lo de forma concisa e precisa, Drouin (1991, p. 30) explica o sucesso de seu sistema: "[...] compreende-se por isso que tenha encontrado ardentes defensores, em particular em países onde o isolamento ou a fragilidade numérica da comunidade científica impunha uma estreita aliança entre os amadores e profissionais". Para o estudo dos minerais, aplicou as mesmas proposições taxionômicas estabelecidas para a botânica. Compreendia as pedras (argilosas, calcárias e vitrificáveis), os minerais (sais e enxofres) e os metais. Assim, o objetivo maior do sistema lineano era assegurar a correta identificação dos vegetais, minerais e animais, baseado no método artificial da divisão lógica.

Antes de Lineu, diversos investigadores da natureza propuseram sistemas e métodos de classificação e nomeação. Destacaram-se os de Andrea Cesalpino, proposto no livro "Das Plantas" (1583), que criou um sistema artificial com base nas partes de frutificação das plantas, e do inglês John Ray, no livro "Historia Plantarum" (1686-1704) que propusera um sistema natural, estudo partindo das sementes das plantas. Mas, de acordo com Drouin (idem, p. 31), em tempos e lugares anteriores a Lineu, os nomes das plantas eram grandes frases que procuravam definí-las, o que dificultava muito o trabalho dos naturalistas. Então, a terminologia latina foi se afirmando como insubstituível, mas não sem questionamentos. Vários naturalistas setecentistas se recusaram a utilizar o sistema lineano, mesmo demonstrando grande conhecimento do mesmo, desenvolvendo outras formas de olhar para a natureza e ordená-la, ou mostrando a sobrevivência de uma antiga atitude, a utilização de nomes vernáculos.

O maior opositor ao sistema lineano foi o diretor do Jardim du Roi, em Paris, o Conde de Buffon, que rejeitava qualquer sistema de classificação artificial, ou seja, fundamentado em traços externos observáveis. Para o naturalista francês, a melhor forma de analisar a natureza era "natural", ou seja, "prática". Deveria basear-se na diversidade de todas as partes do objeto pesquisado, inclusive a anatomia interna, a distribuição e o comportamento. Para os animais, de acordo com os seus relacionamentos com os homens, e para as plantas, de acordo com as suas similaridades gerais e qualidades intrínsecas (MAYR, 1988, p. 211).

Os modos de percepção da natureza totalmente novos apresentados por Lineu e Buffon causaram uma verdadeira revolução na História Natural, sendo difundidos em muitos países. Contudo, importa ressaltar que em determinados contextos, sua assimilação foi bastante gradual. Na América portuguesa, o principal estímulo para os estudos botânicos continuou sendo medicinal e agrícola, não se rompendo imediatamente com os pressupostos com a visão

antropocêntrica e utilitarista da natureza. No referido contexto, os estudos de História Natural ainda eram realizados por "amadores", que se baseavam no conhecimento dos camponeses, escravos e indígenas, associando-se o universo popular e erudito, saber científico e crenças populares, revelando que a existência da circularidade dos níveis culturais, impedia a dicotomia almejada por um grupo minoritário de naturalistas, como observado no estudo das "Memórias" produzidas por Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Entretanto, é necessário reconhecer que a tentativa de introdução da terminologia latina teve implicações importantes no mundo científico europeu, levemente percebidas no Império português, como a não publicação de muitas obras importantes para o conhecimento da natureza da segunda metade do século XVIII, principalmente quando tratavam de plantas medicinais, por utilizarem nomes vernáculos e populares e serem consideradas, então, mal classificadas e nomenclaturadas, demonstrando uma atitude completamente anti-científica. Keith Thomas corrobora a assertiva:

> Para Lineu, todas as plantas, independentemente da prática vernácula local, deveriam ter dois nomes latinos, um indicando o gênero, e outro indicando a espécie; e as regras que ele estabeleceu em sua 'Critica Botanica' (1737) foram rígidas, não permitindo nomes baseados no cheiro, no gosto, nas propriedades medicinais, no caráter moral ou na importância religiosa das plantas, qualidades que ele considerava altamente subjetivas, variando conforme o observador (THOMAS, 1996, p.102).

A corrente científica que Lineu denominou, em 1749, de "economia da natureza", definida como "a muito sábia disposição dos seres naturais, instituída pelo Supremo Criador, segundo a qual aqueles se orientam para fins comuns e tem funções recíprocas na natureza" (DROUIN, 1991, p. 34), encontrou muitos adeptos entre os ilustrados luso-brasileiros, embasando críticas acerca da ação humana predatória sobre o mundo natural colonial, fundamentada desde o início da expansão européia, na exploração de metais preciosos, minérios, vegetais e animais. O naturalista sueco afirma a importância de

> [...] cada uma das disposições da natureza, de forma que se faltasse uma única espécie de minhoca, a água estagnante perturbaria o solo e a umidade faria tudo apodrecer. Se uma única função importante faltasse ao mundo animal, nós poderíamos temer o maior desastre do universo. (LINEU apud PÁDUA, 2000, p. 120)

A concepção lineana de que a natureza não produz nada de supérfluo foi vulgarizada no mundo colonial e implicou numa tentativa de exploração "qualitativa" da natureza. Aliada

à "teoria do dessecamento", que relacionava a destruição da vegetação nativa com alterações climáticas, diminuição das chuvas e erosão dos solos, proporcionou o surgimento de projetos objetivando o uso racional dos recursos vegetais, mas nunca questionando o direito do homem de dominar e explorar a natureza. Assim, a "preservação do mundo natural", com raras exceções, foi defendida sem qualquer intuito "humanístico", mas como meio de gerar riquezas para a nação portuguesa. A posição defendida por Lineu na citação seguinte é suficientemente clara para por termo a qualquer tentativa de enxergar influência do romantismo ou "sensibilidade ecológica" nos homens de letras do período. Se Lineu alertava para a fragilidade dos sistemas naturais, justificava sua exploração em nome de valores econômicos, sociais, culturais e de um utilitarismo antropocêntrico: "[...] no governo da natureza, o homem é o mais alto servidor, a natureza inteira tende a prover a felicidade do homem, cuja autoridade se estende por toda a terra e que pode se apropriar de todo o seu produto" (LINEU apud ACOT, 1990, p. 7).

Esta idéia lançou raízes para o utilitarismo e a exaltação da ciência e da técnica, podendo ser observada em escritos do período pombalino e, em maior grau, nas "Memórias" da Academia Real das Ciências de Lisboa, onde a *intelligentzia* da época a afirmava de forma explicita. Esta postura pode ser percebida na concepção de ciência do naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, expressou em 1783: "O grau de aplicação de uma ciência mede-se pela sua utilidade" (FERREIRA apud Filho, 1939, p.22).

Os projetos de modernização da economia colonial, também tomaram por base a fisiocracia, o agrarismo, o liberalismo econômico e o mercantilismo, um conjunto de tradições teóricas cuja aplicação variava segundo o observador e o problema a ser solucionado. O governo pombalino incentivou a reflexão sobre a agricultura colonial, com particular ênfase nos fatores que impediam seu desenvolvimento e nos meios a serem utilizados para o seu incremento, pois as minas de ouro se esgotavam e suas possessões asiáticas iam se perdendo. Durante a segunda metade do século XVIII a agricultura esteve no centro das preocupações dos fisiocratas, liberais, mercantilistas e dos agraristas. Sob o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho o esforço de modernização agrícola no Brasil chega ao ápice por meio de maiores investimentos em investigações científicas, como fica evidente nas publicações da Academia Real das Ciências de Lisboa.

O debate sobre desenvolvimento e reforma da agricultura, privilegiado pelos ilustrados luso-brasileiros, foi bastante heterogêneo. Influenciados pelos fisiocratas, grupo de

reformadores sociais franceses discípulos intelectuais de François Quesnay (1694-1774),[46] alguns intelectuais concebiam o setor agrícola como verdadeira e única fonte de riqueza do Estado, pois apenas através da agricultura o trabalho humano seria capaz de produzir excedente, dom da natureza. Apesar de aceitarem a existência de interdependência entre o setor agrícola e industrial, os fisiocratas concebiam apenas o primeiro (setor agrícola) como "classe produtiva, visto que não se achava que pudesse sobrar qualquer excedente ou lucro na atividade industrial, classe estéril" (HUNT, 1989, p. 58). Então, sob influência da fisiocracia, alguns homens empenharam-se no desenvolvimento da agricultura, ressaltando a necessidade da aclimatação de espécies endógenas e exógenas, denunciando as causas "físicas e morais" da sua decadência,[47] defendendo a "ilustração" dos agricultores que deveriam ser recompensados com prêmios, quando dedicados a cultura de novos gêneros e a introdução de novas técnicas rurais, como o uso de trenéis no interior da Bahia, e a reflexão sobre métodos de cultivo e reforma do regime de propriedade da terra e de tributação.

No interior de outra tradição historiográfica, José Luis Cardoso (1989), critica àqueles historiadores que entendem qualquer apelo ao desenvolvimento da agricultura como influência da fisiocracia, mostrando a existência de outro princípio orientador dos ilustrados, o agrarismo. A assimilação das doutrinas fisiocráticas francesas em Portugal e suas colônias na segunda metade do século XVIII pode ser aferida em muitos teóricos, porém vários defensores da agricultura não seguiram efetivamente o aparelho conceitual da fisiocracia, dissertando acerca da necessidade de seu incremento, mas negando a noção de esterilidade dos setores não agrícolas e a concepção da terra como fonte única de riqueza. Os agraristas propunham uma reforma geral para o setor, visando o desenvolvimento do Estado, mas não sobrepunham sua importância a outras atividades econômicas, como a indústria, comércio, navegação, mineração, entre outras, visto que se orientavam pela idéia de que a riqueza é fruto do trabalho em geral. Entretanto, a mudança de atitude em relação à agricultura, o discurso do estado de decadência e das medidas a serem tomadas para a sua superação são

[46] A doutrina fisiocrata surge na França em meados do século XVIII, tendo sua primeira formulação escrita em 1756 no verbete "Arrendatários", escrito na Enciclopédia, por François Quesnay. Em clara oposição ao colbertismo, doutrina mercantilista imperante na França do período, afirma que a terra é a verdadeira e única fonte de riqueza, sendo a manufatura estéril e apenas transportadora de mercadorias, não criando riquezas. Como corrobora Gomes (1958, p. 129), "a Fisiocracia participa do naturalismo do século XVIII [...] somente a natureza é criadora. O homem apenas transforma, de modo que só os agricultores são verdadeiramente produtores. Todas as outras classes são estéreis". A referida doutrina também tende a um certo utilitarismo, defendendo a inovação das técnicas agrícolas e a produção e divulgação de um conhecimento prático, útil aos homens do campo.

[47] De acordo com Cardoso (1989, p. 108), entende-se nos textos do período por causas "físicas e morais" que inviabilizavam a agricultura, "a condicionantes, por um lado naturais e técnicas e, por outro, institucionais e políticas".

temas centrais em ambas as dominantes teóricas, de forma que muitos historiadores, seguindo o discurso da época, aceitam sem discussão ou oposição o diagnóstico da decadência e das necessidades de reforma. Problematizando a questão, Cardoso (idem, p. 108) expõe:

> [...] se a carga dogmática e mítica do "decadentismo" pode hoje ser criticamente avaliada, não devemos esquecer que os autores do passado foram também actores sociais que imprimiram um sentido e uma intenção aos seus escritos. Independentemente daquilo que escreveram, independentemente de as suas palavras serem ou não roupagem nova para um velho mito, é indispensável considerá-los na voluntariedade e na intencionalidade de sua acção. A "decadência" era uma arma ideológica bramida contra um estado de coisas; a "decadência" era um ponto de partida para a apresentação de propostas de renovação do tecido económico e social. Por essa razão, afigura-se útil passar em revista as principais reformas que os memorialistas propugnaram [...].

As idéias mercantilistas e alguns aspectos do liberalismo também são encontrados nos textos dos memorialistas, embora com o fim do ministério pombalino e a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779), tenha se consolidado um claro anti-mercantilismo. Isso não significa que idéias e práticas mercantilistas não sejam encontradas em muitas Memórias, através de tentativas de consolidar o papel do Estado no controle da atividade econômica; na concepção de balança de comércio favorável; na doutrina da população, cujo aumento é incentivado visando o fomento da produção, consumo e coletas de impostos e tributos, e no conceito de riqueza originada de uma balança de comércio favorável.

Mas o Estado, visto pelos mercantilistas como uma entidade autônoma, cujo caráter intervencionista garantiria a "felicidade pública", torna-se alvo de alguns memorialistas que usaram as doutrinas clássicas do liberalismo econômico para embasar suas críticas, principalmente nas colônias. O mercantilismo colbertista, inspirador da política pombalina, não podia ser aplicado ao Império que necessitava de outros Estados para atender às suas necessidades básicas, não conseguindo, assim, manter uma balança comercial favorável. Como afirma Cardoso (ibdem, p. 81):

> O papel que o Estado ocupava no fomento da actividade económica (manufatureira e comercial) tornava-se um fácil alvo de atenção por parte de todos aqueles que, sensíveis à exaltação dos méritos da acção humana individual, estendiam as prerrogativas do individualismo filosófico ao campo da organização da vida económica e acreditavam que essa organização era passível de uma regulação automática que tornaria dispensável uma directa intervenção estatal. O estado deixava de ser concebido como agente económico determinante e privilegiado, criando-se condições (em termos doutrinais, entenda-se) para uma libertação dos agentes econômicos individuais.

Convém ressaltar, no contexto colonial, a oposição movida por alguns intelectuais ilustrados ao controle rígido das atividades econômicas pelo Estado, ressaltando que a sua função deveria ser, principalmente, no sentido de incentivar melhores condições e técnicas de produção. Neste sentido, a tese de Adam Smith acerca da harmonia e regulação natural da economia foi aplicada aos recursos minerais e florestais coloniais, cuja exploração deveria ser realizada pelos colonos, visto que os interesses e a autonomia pública não contrariavam progresso coletivo.[48] Como será demonstrado, estas idéias geraram um intenso debate sobre a exploração dos recursos naturais baianos, sobretudo das florestas do sul da Bahia, propiciando o surgimento de algumas memórias que utilizavam das idéias científicas e econômicas do período, com o intuito de reforçar seus argumentos.

Face às teses e doutrinas citadas, Muniz Barreto demonstrou grande ecletismo. Observa-se que no período de transição em que vivia, identificou-se com as doutrinas agraristas, foi antimercantilista e utilizou-se, quando necessário, de algumas idéias de Adam Smith. Das concepções científicas de então, distanciou-se das idéias lineanas, optando pelas concepções de filosofia natural do Conde de Buffon e outros intelectuais do período. Utilitarista e pragmático colocou todo o conhecimento que possuía à seviço da economia, como será demonstrado.

1.3 OS MINISTÉRIOS DE MARTINHO DE MELO E CASTRO E D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO E A INTENSIFICAÇÃO DO SISTEMA DE PATRONAGEM RÉGIA

Com a morte de D. José, em 24 de fevereiro de 1777 e o pedido de exoneração do cargo solicitado pelo Marquês de Pombal, em 1º de março do mesmo ano, assumiu o trono

[48] Vários homens de letras do final do século XVIII adotaram idéias de Smith, sobretudo àquelas referentes a liberdade de comércio e o ideal de império por ele apregoado para as colônias americanas inglesas como única forma existente de preservação dos laços entre a metrópole e a colônia, naquela conjuntura. Sobre o monopólio comercial afirmava que "a exclusividade de comércio dos países colonizadores tende a diminuir, ou pelo menos, a manter abaixo do que de outra forma atingiram, tanto a satisfação como a atividade de todas essas nações, de um modo geral, e das colônias americanas, em particular [...], pois tal sistema é sempre e necessariamente danoso" (SMITH, vol.II, cap. VII, p.76). Sobre suas concepções acerca de um Império inglês, que se daria através da concessão de uma crescente autonomia às colônias, disserta: "esse gesto poderia não somente dispô-las a respeitar durante séculos o tratado de comércio que tivessem concluído conosco [...] mas também a favorecer-nos, tanto na guerra como no comércio e, ao invés de tornarem-se súditos truculentos e facciosos, se transformariam em nossos aliados mais fiéis, afeiçoados e generosos [...]" (Idem, p.94).

português D. Maria I, dando início à denominada política da "viradeira". É abundante a bibliografia referente ao assunto, a maior parte permeada pela investigação acerca de ter-se alterado por completo a obra pombalina ou se constituído apenas numa continuidade da mesma. Apesar das evidentes manifestações de continuidade, principalmente no tocante às questões de cunho técnico e científico, alguns historiadores concebem o período como um momento de mudanças radicais nos projetos pombalinos, por isso denominada de "viradeira". Reconheça-se que o advento do reinado de D. Maria I e a regência de D. João assumiram formas específicas devido à intensificação das crises diplomáticas européias e o fim do consulado pombalino, que algumas alterações na política interna.[49] Entretanto, os tempos não eram de ruptura, houve uma intensificação das práticas ilustradas de caráter científico-pragmático iniciadas no governo anterior:

> [...] o período que se segue ao 'consulado pombalino' aparece-nos muito mais como seu desdobramento que sua negação. [...] das condições das reformas, passa-se, a partir de 1777, para uma etapa de maiores aberturas para o pensamento ilustrado, mas isso era um desdobramento do processo de reformas. De um lado, o esforço de recuperação econômica empreendido pelo Marquês de Pombal começava a dar seus frutos: doutro lado, com a independência dos Estados Unidos a abertura da era das revoluções, os mecanismos de crise geral do sistema começavam a vir à tona. As mudanças se impunham, nas alternativas de reforma ou revolução. Neste sentido, a chamada 'viradeira' tem muito reduzida a sua importância efetiva; houve sim uma viragem significativa, mas no sentido de uma maior integração nas linhas do reformismo ilustrado (NOVAIS, 1983, p. 224).

Frente aos conflitos diplomáticos travados entre França e Grã-Bretanha em busca da hegemonia européia, que ameaçaram Portugal e seus domínios coloniais do Atlântico durante todo o século XVIII, o governo de D. Maria I preocupou-se desde o início com questões diplomáticas, o que teve como conseqüência a reforma do exército, a criação de um Hospital da Marinha, da Sociedade Marítima Militar e Geográfica e, principalmente, a reconstrução do Arsenal da Marinha e construção de navios de guerra, o que envolvia diretamente a colônia brasileira no projeto de construção naval e de defesa de zonas florestais. A nova administração também procedeu a mudanças de cunho administrativo, diplomático e econômico,[50] com o intuito de encontrar meios para suportar os grandes encargos de defesa

[49] Apesar de terem sido mantidas muitas estruturas do governo pombalino, Serrão (1982, p. 294), afirma que D. Maria I esforçou-se por modificar a orientação mercantilista do governo anterior, acentuando-se uma tendência para o liberalismo e uma maior difusão da política das Luzes. Além disso, a abertura dos cárceres e a restituição de direitos dos membros da nobreza acusados de crime de lesa-majestade após o atentado ocorrido contra D. José I no dia 3 de setembro de 1758 tornou tenso o exercício de reinar.

[50] A política expansionista francesa e a pressão espanhola sobre os territórios coloniais portugueses tornaram-se cada vez mais reais, o que impossibilitou a posição de suposta neutralidade mantida por Portugal durante muitos

do reino que enfraqueceram consideravelmente a sua economia. Como continuidade do reinado josefino, D. Maria I demonstrou acreditar na capacidade do mundo natural das colônias para incrementar a economia da Metrópole.

É esse o ponto que interessa fixar aqui, a necessidade contínua de reformas realizadas por homens comprometidos com os interesses da Monarquia absolutista, a recuperação econômica do Reino, associada à exploração colonial. Como afirma José Jobson de Arruda (1986, p. 96):

> [...] a política económica empreendida pelos estadistas portugueses a partir de Pombal revela um sentido prático marcante e notável acuidade para as novas condições económicas que se apresentavam. Buscou, portanto, uma integração de mercado no plano interno e externo, inclusive colonial, a harmonização da política mercantil que deveria, por meio das companhias de comércio, integrar o sector produtivo industrial e agrícola metropolitano no sector agrícola colonial.

Muitos homens identificados com Pombal permaneceram no poder, como é o caso de Martinho de Melo e Castro (1716-1795), que passara para a Secretaria da Marinha e Negócios Ultramarinos sendo conservado no cargo até 1795; Francisco de Lemos, mantido na reitoria da Universidade de Coimbra, dando prosseguimento as reformas do ensino iniciadas por Pombal, até outubro de 1778 quando foi jubilado; Diogo Inácio de Pina Manique, o odiado Intendente Geral da Polícia pombalina; D. Rodrigo de Sousa Coutinho, entre outros.

Melo e Castro é um indivíduo ainda pouco estudado. Sabe-se que realizou estudos em Évora e Coimbra, assumindo carreira diplomática durante o reinado de D. José I. Foi designado embaixador em Haia em 1751 e em 1754 na Corte de Londres.

Declaradamente inimigo dos franceses, procurou seguir uma tradição mercantilista, mas buscou alterar alguns esquemas políticos da fase pombalina, sendo favorável aos interesses britânicos e enviando instruções a todos os governadores da América portuguesa, para que intensificassem as atividades econômicas mais adequadas à colônia - a agricultura, o

---

anos, tendo que optar pela proteção marítima da Grã-Bretanha, apesar das inúmeras concessões comerciais exigidas. Como conseqüência, as reformas econômicas e financeiras se intensificam em Portugal sob o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que buscou investir na agricultura e na indústria, concebidas como as fontes de onde surgem o comércio e a navegação. Para conseguir o almejado, realizou uma reforma do sistema tributário português, fazendo com que os impostos recaíssem principalmente sobre a nobreza. Uma análise pormenorizada de suas reformas econômicas e tributárias encontra-se em CARDOSO (1989). José Jobson Arruda (1986, p.95) oferece uma análise sintética do quadro das atividades produtivas do período: "a característica marcante da economia colonial nesse período é a expressiva diversificação produtiva. Assim sendo, torna-se necessário distinguir uma produção integrada no sector agro-exportador, constituído por produtos agrícolas, extractivos vegetais, extractivos minerais e pecuário; um sector de subsistência agrícola e pecuário; um sector de transformação, definido pelas manufaturas de açúcar completadas pela construção naval, manufacturas de ferros e de tecidos em plano secundário."

comércio e a navegação - deixando explícitas as diretrizes mercantilistas de sua política, sua meta de fortalecer o domínio metropolitano sobre a colônia, alcançar um perfeito funcionamento do protecionismo e monopólio, e assim garantir uma balança comercial favorável.

> [...] si não cuidar efficazmente nos meios e modos de os cohibir [fábricas e manufaturas na colônia], a conseqüência será que todas as utilidades e riquezas d'estas importantissimas colonias ficarão sendo patrimônio dos seus habitantes e das nações estrangeiras, com que elles as repartem, e que Portugal não conservará mais que o apparente, esteril e inutil dominio n'ellas. Quanto às fabricas e manufacturas é indubitavelmente certo que sendo o Estado do Brasil mais fertil e abundante em fructos e producções da terra, e tendo os seus habitantes vassallos d'esta corôa por meio da lavoura e da cultura, não só tudo quanto lhes é necessario para sustento da vida, mas muitos artigos importantissimos para fazerem, como fazem um extenso commercio e navegação; [...] é por consequencia indispensavelmente abolir do Brasil as ditas fabricas e manufaturas. [51]

Fernando Antônio Novais (2005) analisa no artigo intitulado "A proibição das manufatutas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII", o alvará acima referido. Apesar de concordar com as interpretações historiográficas tradicionais sobre o tema, que afirmam tratar-se da mais agressiva política mercantilista e protecionista do período, apresenta o contexto interno e externo, mostrando que "somente levando-se em conta todos os aspectos econômicos, políticos e ideológicos é que se pode compreender o alvará de 1785" (idem, p.81). Assim, analisando o fenômeno de forma ampla, enfatiza as idéias que lhe fundamentaram: a concepção de base fisiocrática do período, preocupada com a produção agrícola, com as melhorias tecnológicas, com o aumento do número de cultivadores e prosperidade das sesmarias, pois os produtos brasileiros constituíam-se na base do comércio e navegação de Portugal (ibdem, p.63).

Marcou o seu ministério a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, acordo diplomático firmado entre Portugal e Espanha que visava estabelecer as fronteiras geográficas dos domínios pertencentes a estes Estados na América. Para a sua execução, foram criadas as Comissões Demarcadoras de Limites compostas por engenheiros e cartógrafos, que partiram para a América em 1780, percorrendo-a por dez anos, para estabelecer os limites naturais dos territórios pertencentes as duas Coroas. Associando esta política colonial à possibilidade de levantamentos em História Natural, Domingos Vandelli

[51] MELO e CASTRO, Martinho. Documentos officiais ineditos realativos ao alvará de 5 de janeiro de 1785, que extinguiu no Brasil todas as fabricas e manufacturas de ouro, prata, sedas, algodão, linho, lã, etc. 1785. RIHGB, Tomo X, Segunda Edição. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignácio da Silva, 1870. p. 217-218.

utilizou-se das Instruções de Viagem[52] e de naturalistas como frei Joaquim Vellozo de Miranda, Francisco Vieira de Couto, Serafim Francisco de Macedo, José da Silva Lisboa, Inácio Gularte, Alexandre Rodrigues Ferreira, entre outros, com

> [...] orientações pormenorizadas sobre os modos de produção de diários e desenhos, "do conhecimento físico e moral dos povos", dos "rios, fontes minerais e lagoas", do "reino das plantas" e do "reino animal" [...] referindo-se aos produtos dessa colônia e orientando o olhar dos viajantes a averiguar os gêneros exploráveis, como a cochonilha, o anil, a quina, o cacau etc (PATACA, 2005, p. 63).

A execução das Viagens Filosóficas durante o ministério de Martinho de Melo e Castro esteve intrinsecamente associada ao reconhecimento do território colonial e de suas fronteiras naturais, após o longo período de formação dos naturalistas nos estabelecimentos científicos e nos campos do Reino de Portugal durante o consulado pombalino. Assim, questões diplomáticas, políticas, econômicas, naturais e morais foram analisadas em conjunto, dentro da lógica colonialista. Como afirmam Figueirôa, Silva e Pataca (2004, p.717) Vandelli inicia seus escritos sobre viagens à colônia americana em 1778, juntamente com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Com as expedições das comissões demarcadoras de fronteiras partiram os homens de ciências orientados por Vandelli:

> [...] ciente da necessidade dos levantamentos naturalísticos, Vandelli sugeria, em 1778, que um naturalista acompanhasse as comissões demarcadoras de fonteiras [...] acreditamos que as 'viagens filosóficas' devem ser compreendidas de forma conjunta com as missões demarcadoras.

A primeira Memória escrita por Muniz Barreto, de acordo com as fontes consultadas, foi escrita durante sua primeira missão militar, na Capitania do Rio Grande de São Pedro, contra as investidas espanholas. Dessa forma, associou a espada e a pena,[53] defendendo o

[52] As "Instruções de Viagem", literatura responsável por preparar os viajantes para atender aos interesses da Coroa, confeccionadas por Vandelli e seus auxiliares, são consideradas por vários analistas como textos fundamentais para a produção científica do período. Como afirma Pinheiro (s/d, p. 4-5), "[...] as Instruções de Viagem eram instrumentos de controle essenciais para a produção do conhecimento científico da época, pois tornavam possível o acompanhamento das Viagens de dentro dos gabinetes europeus. Por conseqüência, apresentavam a forte visão centralizadora das ciências, pois definiam qual o conhecimento que deveria ser produzido, e até o que e como determinado objeto científico deveria ser observado. [...] abordavam todo o instrumental teórico e prático das Viagens". De acordo com Pataca e Pinheiro (2005, p.62), "A demanda por Instruções de Viagem tornou-se evidente no século XVIII, devido à ausência de observações sistematizadas pelos naturalistas nas expedições. Tentou-se excluir o fator subjetivo que tornava pessoal o relato de viagem deixando-o vulnerável a interpretações diversas [...] em um esforço para homogeneizar o olhar do naturalista. Em outras palavras, as Instruções buscavam, acima de tudo, diminuir a distância entre o sujeito observador e o objeto observado".

[53] Sobre tal associação ver RAMINELLI, 2008, de quem tomo o termo de empréstimo.

território e escrevendo as "Obsevações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro, no Brasil, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Cavalheiro professo da Ordem de São Bento de Aviz", no ano de 1778. Durante todo o ministério de Melo e Castro, preocupou-se principalmente com questões relativas a defesa da colônia e à "civilização" dos índios do Brasil, altamente imbricada com tal processo. Entretanto, ainda que ocupando papel secundário, sempre buscava tratar de aspectos científicos em seus manuscritos.

Na Universidade de Coimbra não se observou mudanças significativas, herdou-se da fase pombalina o intuito de instruir os estudantes nas ciências e na política, havendo uma reorganização das disciplinas, objetivando um ensino humanístico e científico, embora tenha diminuído o número de cadeiras humanísticas. Com o empossamento do novo reitor, Principal de Castro em 3 de dezembro de 1785, e do vice-reitor José Monteiro da Rocha em janeiro de 1786, pequenas alterações foram efetivadas: proibiu-se o uso de "Sebentas",[54] exigindo-se dos lentes de todas as cadeiras a confecção de Compêndios Escolares e extinguiu-se a Mesa Censória, substituída pela Direção Geral dos Estudos.[55]

Como exemplo de ruptura com o período anterior Caetano Beirão (1994, p.237) cita a crescente participação dos eclesiásticos no período da viradeira: "os institutos religiosos tomaram conta de muitas cadeiras de ensino popular, tanto em Lisboa como na província". Porém, a cultura ilustrada do período pombalino já havia se instaurado, não permitindo que a religião exercesse grandes influências no ambiente intelectual português. O próprio vice-reitor citado, José Monteiro da Rocha, abandonou a ordem jesuítica com a expulsão dos mesmos em 1759 e foi ordenado padre secular em 1760. Matemático e astrônomo, foi um homem de confiança de Pombal, participando da reforma da Universidade de Coimbra, organizando o curso de matemática e, posteriormente, encarregado de lecionar Ciências Físico-Matemáticas, especificamente Mecânica, Hidrodinâmica e Astronomia. Em 1795 foi nomeado director do Observatório Astronômico e teve a incumbência de equipá-lo com instrumentos modernos. Tal demonstra, que o grande conflito travado por Pombal, como já foi explicitado, não era entre ciência e religião. Muitos religiosos, principalmente os jesuítas e os oratorianos, se destacaram na referida área do conhecimento.[56]

[54] As "Sebentas" eram anotações realizadas pelos estudantes em aulas. Sua proibição foi justificada pela intensa subjetividade nelas encontradas, deturpando os escritos originais.

[55] Com a criação da Direção Geral dos Estudos, toda a responsabilidade de fiscalização da instrução pública, que no período pombalino estava nas mãos da Mesa Censória, passava para a Universidade de Coimbra.

[56] As informações supracitadas sobre José Monteiro da Rocha encontram-se no texto intitulado "José Monteiro

Mas a verdadeira mudança ocorreu com a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, por aviso régio de 24 de dezembro de 1779, que se tornou a mais importante instituição científica portuguesa, obscurecendo a Universidade de Coimbra nesta matéria. O projeto de sua criação teve relações com as reformas do ensino no período pombalino, pois os "Estatutos" [57] tratavam da necessidade de uma "Congregação Geral para o adiantamento, progresso e perfeição das Ciências naturais", com o objetivo de transformar os conhecimentos adquiridos por médicos, filósofos naturais e matemáticos em algo mais prático e menos pedagógico. Embora este projeto não tenha obtido sucesso durante o ministério de Pombal, Vandelli e outros lentes de Coimbra reconheciam a sua importância e conseguiram colocá-lo em prática sobre outras bases. Como afirma Cardoso (1989, p.43), "a Academia propunha transformar a reflexão científica em objeto de grande consumo, expressamente privilegiando as suas funções de dinamização de projectos de adiantamento económico e social".

Para a sua implantação, foi decisivo o apoio de D. João Carlos de Bragança, o Duque de Lafões, que tinha parentesco direto com a casa real - tio de D. José I - e do abade José Correia da Serra, ambos "estrangeirados". O Duque de Lafões deixara o reino em 1757 com o intuito de educar-se na carreira militar e diplomática, vivendo 22 anos nas Cortes européias, Londres, Viena, Paris e Roma, onde adquiriu grande erudição. Tornou-se membro da Royal Society e, por vezes, viajou em terras da África e do Oriente. José Correia da Serra, em 1779 contava com apenas 29 anos de idade, mas já tinha seus méritos de naturalista reconhecidos no estrangeiro, sobretudo na Itália. Dessa forma, é preciso ressaltar que apesar da ação política para a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, do conhecimento científico e das experiências acerca das formas de atuação das grandes academias européias, Lafões e Serra não devem ser apontados como personagens principais na criação da mesma, visto que de Coimbra saíram os lentes e diplomados pela Universidade que levaram a cabo seu projeto de instituição e a tornaram o mais importante veículo de investigação e divulgação científica da sociedade portuguesa no final do século XVIII (idem).

Segundo Oswaldo Munteal Filho (1998, p.24-25), "serviu como centro aglutinador de um novo ideário reformista, que atuasse como a base teórica e política do reformismo

---

da Rocha (1734-1819)" de Fernado Reis, publicado no Instituto Camões. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/. Acesso em 20/04/2008.

[57] "Estatutos da Universidade de Coimbra, compilados debaixo da imediata e suprema inspeção de El Rei D. José I Nosso Senhor pela Junta da Providência Literária criada pelo mesmo Sr. para a Restauração das Ciências, e Artes Liberais nestes Reinos e todos os seus Domínios ultimamente roborados por Sua Magestade na Sua Lei de 28 de agosto deste presente ano de 1772. Lisboa: Régia Typ., 1773".

ilustrado pós-pombalino". Trata-se de um novo *locus* de produção do saber, que almejava o "fomento econômico, elaboravam Memórias, preparavam instruções para os naturalistas do Ultramar português e adestravam quadros burocráticos para a tarefa de governar esclarecidamente" (idem).

Os intelectuais reunidos em torno da Academia produziram inúmeros textos científicos que denominaram de "Memórias Econômicas", embora articulassem reflexões sobre vários campos. O termo "econômicas" era bastante amplo, abarcando todos os trabalhos imbuídos do ideal naturalista-utilitário de desenvolvimento econômico do Império português. Essa orientação pode ser observada no "Discurso Preliminar" de José Correia da Serra que abre o primeiro volume das "Memórias Econômicas para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas", quando define os objetivos da Academia:

> O primeiro passo de uma nação, para aproveitar as suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o que de fato são capazes. A História Natural é a única ciência que tais luzes pode dar, e sem um conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e riqueza de um povo [...] as artes [técnicas] todas não são mais do que uma aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões e utilidades; o seu adiantamento depende todo das ciências naturais e exatas, e quanto mais estas têm sido cultivadas em cada povo, tanto mais artes têm nele chegado ao seu auge. O exame do estado atual das artes entre nós, o melhoramento dos métodos e máquinas que nelas se usam, a diminuição dos gastos e a dos preços que daí resulta, os planos sólidos e calculados de canais de navegação e rega, de enxugar pauis, melhorar portos, os métodos de aperfeiçoar a nossa navegação, são outros bens que a Academia pode fazer a Portugal, bem análogos à natureza do seu instituto.[58]

Na metrópole e na colônia foram produzidos, desde o período pombalino, muitos textos em forma de Memórias. Maria Odila L. da Silva Dias (2005) realiza um levantamento pormenorizado destes textos e informa o grande número escrito na última década do século XVIII e início do século XIX, sob o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, quando se intensificaram os projetos de reforma e já se faziam sentir os resultados das mudanças empreendidas pelo Marquês de Pombal.

Com Sousa Coutinho como Ministro dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801) [59] houve mudanças no perfil político, tendo em vista a percepção

[58] SERRA, José Correia da. Discurso Preliminar. In: Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p. III-IV.

[59] De acordo com Andrée Mansuy Diniz Silva (1993) D. Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu em 1755, em Chaves, Traz-os-Montes, filho de fidalgo e governador de Angola e Benguela [...] estudou com distinção no

do Conde de Linhares de que através de mecanismos de poder, como o uso das mercês régias, poderia controlar uma elite intelectual responsável por executar a política reformista por ele almejada. Além disso, em meio às crises internas que configuraram o período pós-pombalino, a distribuição de honras que levava a obrigações recíprocas entre o monarca e os vassalos, era uma forma de conseguir manter o equilíbrio entre os grupos em oposição, o que Norbert Elias (2001) denomina de "equilíbrio das tensões", e consolidar o monopólio de dominação real.

Assim, o ministério representado pelo Conde de Linhares exerceu além das práticas que lhe são tradicionalmente atribuídas, a constituição de uma rede de relações com governadores das capitanias das Américas e intelectuais com formações diversas, sobretudo a chamada "geração de 1790" (MAXWELL, 1999). Este governo representava, para os homens da América portuguesa, a esperança de uma mudança de *status* advinda com a prestação de serviços no campo das ciências naturais: riqueza, mobilidade, dignidade e prestígio. Como destacou Alex Gonçalves Varela (s/d, p.1), em artigo sobre as relações entre José Bonifácio de Andrada e Silva e Sousa Coutinho, o ministro não deixou de financiar os naturalistas e lhes permitir acumular honras e títulos, revelando "a aliança tácita entre os homens de governo e os estudiosos das ciências naturais".

As mercês régias, utilizadas para desenvolver o seu programa reformista e aumentar os rendimentos financeiros da colônia, significavam grandes possibilidades de ascensão social para os homens inseridos em sua rede de poder. Eram instrumentos de controle, mecanismo de poder, através dos quais os monarcas recompensavam os serviços prestados pelos vassalos. Embora em séculos anteriores a obtenção de distinções tenha se associado a funções militares (o sistema de mercês régias teve origem durante as guerras de reconquista contra os muçulmanos no Portugal medieval), e à conquista de terras e ações de combates para solucionar conflitos internos na colônia, durante a segunda metade do século XVIII, verificam-se mudanças neste quadro com a crescente valorização das letras e das ciências, visto que o Império colonial não mais se consolidava apenas nas incessantes conquistas, mas na necessidade de maior autonomia política e econômica (RAMINELLI, 2008). A concessão de hábitos das ordens militares de Avis, Cristo e Santiago, de altos cargos na burocracia, a

---

Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra. Fora educado para a vida política, assumindo importantes cargos da administração portuguesa. Afilhado do Marquês de Pombal, teve importante experiência como ministro plenipotenciário na Corte de Sardenha e em Turim, onde permaneceu de 1779 a 1796, estabelecendo contatos com grandes nomes da *intelligentzia* do período, como D'Alembert, Abade Raynal, Laplace, Duque de Lafões, Ribeiro Sanches, entre outros. Destacou-se em cargos importantes como a pasta da Marinha e Domínios Ultramarinos (1776-1801), a pasta da Fazenda, a presidência do Erário Régio (1801-1803), a pasta da Marinha e ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros (1808-1812). Dessa forma, serviu ao reinado mariano e a regência de D. João, falecendo em 1812, no Rio de Janeiro, aos 56 anos, sendo sepultado no Convento de Santo Antônio.

possibilidade de enviar seus descendentes para realizarem estudos nas universidades européias, receber patentes militares, fizeram crescer consideravelmente a produção e divulgação científicas, inclusive por amadores.

Nas interpretações historiográficas sobre as ações de D. Rodrigo de Sousa Coutinho enquanto ministro da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, a dimensão colonialista de seus projetos não obtém o devido destaque. Maria Odila da Silva Dias (2005, p.55-56) em artigo precursor, informa as preocupações reformista-ilustradas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o seu papel centralizador, ao afirmar que:

> Em 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, absolutista ilustrado, incansável homem de projetos e reformas, tornou-se ministro de D. Maria I, e toda uma equipe de bacharéis passou a se agitar e torno dele, em razão de uma política de renovação da agricultura e da introdução de novas técnicas rurais.

Fernando A. Novais (1983) e Kenneth Maxwell (2005) corroboram a interpretação supracitada, ao mostrarem as iniciativas do ministro para o não rompimento do pacto colonial. Maxwell, ao analisar o caso de Minas Gerais, mostrou como a idéia de um "império luso-brasileiro" foi utilizada por D. Rodrigo para mobilizar as elites americanas em torno do seu projeto de sobrevivência da metrópole, face às crises diplomáticas.

Neste momento, a produção científica tornou-se algo fundamental e muitos homens letrados passaram a dedicar-se a ela, sob ordens de ministros e governadores, como fica explícito nos princípios orientadores da política colonial de Sousa Coutinho, citados abaixo:

> Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países, deve ser outro grande projeto do Legislador Político, unindo-lhe também o cuidado de segurar-lhe o comércio, na Europa, por meio da Metrópole e, nas outras partes do mundo, por meio de outros domínios que a nossa Real Coroa possui [...] que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as suas minas de ouro, diamante, etc., as suas matas e arvoredos para madeira de construção, as indústrias já existentes e que muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho cânhamo, as carnes salgadas, etc., e as novas culturas de canela, cravo da Índia, da noz moscada, da árvore-pão lhe prometem justamente, com a extensão da sua navegação, uma renda muito superior ao que jamais poderiam esperar das manufaturas e artes que muito mais em conta, por uma política bem entendida, podem tirar da Metrópole (SOUSA COUTINHO apud MENDONÇA, 1958, p. 284-285)

De acordo com o estudo clássico do Marquês de Funchal (2008, p.13) sobre Sousa Coutinho, apesar das dificuldades em situar a sua obra num sistema doutrinal e teórico

homogêneo, é possível afirmar que não se tratava de um liberal convicto, nem de um mercantilista ou fisiocrata, embora tenha sido um grande admirador das idéias do Marquês de Pombal. Entretanto, afirma que tinha "grande energia de caráter, ademais de inteligência, senso prático e prudência". José Luis Cardoso (1989, p.136) corrobora estas idéias, ao afirmar a "dificuldade ou incorreção em fixar Sousa Coutinho nos parâmetros rígidos de uma ortodoxia de pensamento [...]". Tratava-se de um eclético, no sentido voltairiano.

Ao assumir o ministério, destacou-se com grandes pretensões políticas sempre definidas a partir de suas experiências históricas:

> Criará a Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica, para pesquisas ultramarinas; um plano para restabelecer o crédito público, a fim de gerar recursos para as grandes despesas na renovação e diversificação da silvicultura portuguesa em "pinhais, arvoredos e matas" da pecuária e agricultura em "gados e trigos", "há necessariamente deixar de sentir-se a falta de lenhas, que experimentamos, assim como os outros Estados da Europa", mais a retomada da indústria têxtil pela "construção de boas máquinas para fiar particularmente o algodão, a lã, e o linho, e que verdadeiramente são as que mais contribuem para a extensão das manufaturas" naquela primeira Revolução Industrial começando assim pela Inglaterra (idem, p. 17)

No cencernente a instrução dos colonos, Sousa Coutinho, mesmo após a saída da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, não descuidou de dialogar com os agentes ou funcionários da Coroa situados nos altos níveis da hierarquia, sobre a necessidade de distribuição de livros e folhetos impressos por conta da Real Fazenda, entre os membros das elites coloniais e senhores de terra. No Arquivo Histórico Ultramarino, são encontrados entre os anos de 1800 e 1802, vários documentos tratando do tema.[60] Parte significativa do material enviado, que deveria ser vendido pelo governador da Bahia, fazia parte das leituras reformistas, tratavam de agricultura, botânica e mineralogia, destacando-se os exemplares da coleção "O Fazendeiro do Brasil". Um pequeno número, dedicado às humanidades, privilegiava questões militares e a medicina.

Entretanto, o processo de circulação de livros almejados pelo ilustrado não atinguiu grandes proporções. Acredita-se, que apenas alguns membros das elites adquiriam tais

[60] Alguns deles: "Oficio de Antonio Pires da Silva Pontes para João Felippe da Fonseca, sobre a venda de livros impressos por conta da Real Fazenda". AHU, Castro e Almeida, cx. 120, doc. 23632; "Oficio de Antonio Pires da Silva Pontes para João Felippe da Fonseca, sobre a venda de livros impressos por conta da Real Fazenda e anexos". AHU, Castro e Almeida, cx. 119, doc. 23584-23585; "Oficio do Governador D. Fernando José de Portugal para o Visconde de Anadia, sobre a venda de diversos livros e impressos por conta da Real Fazenda". AHU, Castro e Almeida, cx. 116, doc. 22830-22831; Oficio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual accusa a recepção de diversos livros, destinados á venda, sobre diferentes culturas agrícolas e preparação do anil, salitre e etc. AHU, Castro e Almeida, cx. 107, doc. 20787.

materiais, como Muniz Barreto, que cita em seus manuscritos grande parte dos livros enviados pela Real Fazenda desde o período pombalino. Muito embora, saiba-se hoje que os comerciantes franceses abasteciam a colônia de livros, inclusive àqueles censurados e podia-se encomendá-los diretamente aos livreiros de Lisboa. Em 1802, o Governador D. Fernando José de Portugal, informa a condição do leitor colonial no período:

> Com a chegada do Comboio, e Correio Maritimo Paquete Real, que entrou neste Porto no mês passado, recebi os Officios de V. Ex.ª [...] em que se me remetem vários Livros para aqui se venderem por ordem de Sua Alteza, pelos preços declarados nas Relaçõens que os acompanhão, recomendando-me o cuidado de os fazer ler, antes de os distribuir para que não escape alguã opinião, que possa ter mas consequencias, sobre o q.' me ocorre ponderar a V. Ex.ª, que aqueles que dizem respeito a História Natural, como por exemplo a Helmintologia e Mineralogia, são mais difíceis dar-lhes sahida, por haver aqui muito poucas pessoas que entendão e se apliquem a esta matéria, segurando a V. Ex.ª que se não fosse o respeito, e authoridade do Governo, o mesmo aconteceria com a maior parte dos outros Livros que tratam de cultura, a que por hora se não empregam os Lavradores desta Capitania, como seja o Anil, Cravo, e Canhamo ou de artigos que não compreendem por falta de conhecimentos [...].[61]

Ainda preocupado com a instrução, buscou fazer com que as câmaras subsidiassem os estudos dos colonos em universidades européias e na Academia da Marinha de Lisboa, o que gerou discussões profícuas com algumas delas, exceto com as Câmaras das comarcas de Jacobina e Ilhéus, como aponta o governador D. Fernando José de Portugal:

> Em cumprimento do Officio que me foi expedido por essa Secretaria de Estado em data de 27 de outubro de 1798, propuz ás Camaras d' esta Capitania quanto seria do Real agrado que cada huma, em razão da sua extensão e meios, estabelecesse pensões convenientes ao menos a 2 engenheiros, topógrafos e a 2 engenheiros hydraulicos, a 1 contador, a 1 medico e a 1 cirurgião para cada comarca, os quaes mandarião estudar ou á Universidade, ou ás Aulas da Academia da Marinha de Lisboa, para depois voltarem a exercer os mesmos empregos, assistindo-se-lhes entretanto de huma pensão alimentaria com que se mantenhão durante os estudos, conservando-se ahi sempre outros que hajão de succederem aos que vierem. As Câmaras da comarca de Jacobina e Ilhéos, responderam que não podiam os povos pela sua pobreza satisfazer similhantes pensões, apesar de recnhecerem a necessidade e utilidade de haver ali hum medico e cirurgião hábil [...].[62]

---

[61] Oficio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual accusa a recepção de diversos livros, destinados á venda, sobre diferentes culturas agrícolas e preparação do anil, salitre e etc. AHU, Castro e Almeida, cx. 107, doc. 20787.

[62] Oficio do Governador D. Fernando José de Portugal para o Visconde de Anadia, em que se refere á tentativa que se fizera junto as Camaras, para que subsidiassem diversos indivíduos para que seguissem os estudos da Universidade e da Academia de Marinha de Lisboa e voltassem ao Brasil habilitados sufficientemente, para exercerem as profissões a que se dedicassem. AHU, Castro e Almeida, cx. 116, doc. 22783.

Contrapondo-se a homens célebres do período, como o francês Charles-Louis de Secondat, ou simplesmente Montesquieu, escreveu para a Academia Real das Ciências de Lisboa a memória intitulada "Discurso sobre a verdadeira influência das Minas dos metais preciozos na indústria das Nações que as possuem, e especialmente da portuguesa" [63], argumentando que o descobrimento de minas de metais preciosos animariam a indústria, a agricultura, as finanças e economia em geral, visto que o aumento populacional gerado pelas mesmas fomentaria os vários ramos da economia. A importância deste texto consiste no refutamento, por parte do ministro, de uma idéia hegemônica em Portugal e outras nações européias, acerca da "influência nefasta que as minas de metais preciosos exerciam sobre as nações que as possuíssem" (CARDOSO, 1989). Assim, discorre contra as idéias contidas no artigo escrito por Montesquieu para a "Encyclopédie", que afirmava terem sido as minas a causa da decadência de muitas Nações, que buscaram "rápidas fortunas e quase sem trabalho" causando "huma despovoação, que toda se converte em danno do paiz que possue as minas".[64] Sustentava que entre as nações que possuíram minas em suas colônias, apenas a Espanha e Portugal não conseguiram tirar as vantagens necessárias ao seu desenvolvimento: a primeira, devido ao fato de ter expulsado do Reino os "vassalos ricos e industriozos", judeus e mouros, diminuindo a povoação e perdendo a sua maior fonte de riquezas, passando após este episódio a enfrentar contínuas guerras que lhe consumiram imensas despesas.[65] Portugal, havia perdido as grandes vantagens que as minas poderiam ter lhe proporcionado, devido à assinatura do Tratado de Methuen, "o qual destruindo todas as manufaturas do Reino, e fazendo cair todo o nosso Commercio nas mãos de huma Nação alliada e poderosa, fixou contra nós a balança do Commercio a tal maneira, que o immenso producto das minas foi limitado para a soldar".[66]

No mesmo tomo da publicação da Academia Real das Ciências de Lisboa, no qual consta a memória supracitada escrita pelo ministro, Domingos Vandelli publicou o texto intitulado "Memória sobre algumas producções naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão" [67], expondo uma opinião diversa da de Sousa

[63] SOUSA COUTINHO, Rodrigo de. "Discurso sobre a verdadeira influência das Minas dos metais preciozos na industria das Nações que as possuem, e especialmente da portuguesa". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p. 237-244.

[64] Idem, p. 237.

[65] Ibdem, p. 240

[66] Ibdem, p. 242.

[67] VANDELLI, Domingos. "Memória sobre algumas producções naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco

Coutinho, compartilhada por muitos homens de ciência da metrópole e da colônia, a criação da riqueza por meio da produção agrícola:

> Entre as Producções naturaes, as minas de ouro são aquellas de que se faz maior estimação, e de que universalmente se cuida mais que na Agricultura. Todos os mais Sábios Políticos bem conhecem o engano que ha nesta materia: o exemplo das Nações o demonstra claramente. Os que tem as minas dos metais mais preciosos, e que fazem o seu maior cabedal nestas, são menos ricos que aquelles, que cuidão da Agricultura, nas Artes e no Commercio. Faça-se o parallelo das riquezas de Hespanha, e de Portugal, com as de Hollanda, França, e Inglaterra, e se verá quanto excedem estas Potencias àquellas. [...] Entre todas as minas, as de ouro são as mais incertas, desiguaes e pobres no seu producto. [...] Direi somente que as minas de ouro não devem ser o principal cuidado, e trabalho do Brazil, e que sobre ellas seria muito útil hum sábio regulamento; mas que a riqueza maior que se deve tirar das Conquistas he das outras suas naturaes producçõesobtidas pela Agricultura, ou assim como as subministra a natureza.[68]

Em outro texto, "Memória Sobre as Producções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiras matérias de differentes Fabricas, ou Manufacturas",[69] contida no mesmo tomo das "Memórias Econômicas" já referidas, Vandelli enfatiza mais uma vez sua concepção da agricultura como fonte primordial de riqueza:

> Porém a principal, e mais necessaria de todas as fabricas he aquella que se chama Agricultura; a qual não sendo ainda sufficiente para a actual povoação, não convem cuidar-se em multiplicar as outras, que tirando á primeira grande numero de gente, a hiria pouco a pouco arruinando. O que já antigamente conhecerão os povos, os quaes pedirão nas primeiras Cortes do Senhor D. João II, que os filhos dos lavradores sejão lavradores; e o mesmo se pedio nas Cortes de Evora no anno 1490; porque de outro modo ficavam muitas terras incultas. Nem vale dizer, que os productos das Fabricas, diminuindo a entrada das Manufacturas estrangeiras, compensa este prejuízo; porque se póde facilmente demonstrar, que se entrão menos Manufacturas estrangeiras, entra ao contrario mais trigo, milho, cevada &c.[70]

Enquanto ministro Sousa Coutinho nunca descuidou da agricultura. Entretanto, no final do século XVIII, muitos homens dedicados ao estudo da economia, percebiam qualquer

---

conhecidas, ou não se aproveitão". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p. 176-186.

[68] Idem, p. 187-188.

[69] VANDELLI, Domingos. "Memória Sobre as Producções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiras matérias de differentes Fabricas, ou Manufacturas". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p. 223-236.

[70] Idem, p. 223.

valor atribuído aos metais preciosos como um retorno ao mercantilismo, visto que influenciados pelas escolas fisiocrática e clássica, sabiam que aquele sistema havia descuidado da mesma em detrimento da indústria, mesmo que incorresem em uma contradição, pois visavam importar o mínimo possível e a agricultura se constituía na atividade geradora da indústria e comércio. Como afirma Cardoso (1989), portador de um pensamento econômico mais complexo, Sousa Coutinho concebia que a geração de riqueza fundamentava-se na produção agrícola e industrial e nos atos de troca internos e externos, como evidencia nas "Reflexões Políticas sobre os meios de criar e fundar solidamente em Portugal a cultura e manufactura da seda", de 1794:

> [...] se é certo e evidente que a riqueza das nações se fundamenta unicamente na perfeição da sua agricultura e extensão da sua indústria, donde nascem como fonte um vasto comércio, e uma grande navegação: ninguém poderá duvidar igualmente que elevar a indústria ao ponto maior da perfeição seja com justiça o que mais deva ocupar os soberanos que vêem crescer a um tempo a opulência dos vassalos, a força de estado, e as suas próprias rendas". (SOUSA COUTINHO apud CARDOSO, 1989, p. 132)

Quanto ao seu interesse pela colônia americana, este remonta ao início de sua carreira diplomática quando retomou antigas sugestões de criar no Brasil um grande Império[71] que serviria de base para a Monarquia e a população lusitana em caso de invasão pelas potências européias: "Portugal, por si mesmo [...] não é a melhor e mais essencial parte da Monarquia [...] ainda resta ao soberano e a seus povos o irem criar um poderoso império no Brasil [...]".[72]

A nova burocracia treinada desde o período pombalino e por ele cooptada para exercer funções num Estado de novo formato, fomentador e utilitário, tencionava diminuir a suposta defasagem existente entre Portugal e os outros Estados da Europa, através de medidas como reformas fiscais, quebra de alguns monopólios, conservação das matas, desenvolvimento da indústria naval,[73] aumento populacional, diversificação da agricultura,

[71] Esta proposta já havia sido feita por Gabriel Soares de Sousa, Padre Antônio Vieira, Rocha Pita, D. Luis da Cunha, Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, entre outros, que a partir da circulação de mercadorias, plantas e homens, visavam articular Europa, Ásia, África e América.

[72] SOUSA COUTINHO, D. Rodrigo de. "Quadro da situação política da Europa, apresentado ao Príncipe Regente por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho" em 16 de agosto de 1803. In: Instruções políticas; introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva; Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. P. 166.

[73] De acordo com José Luis Cardoso (1989, p. 136) Sousa Coutinho, com freqüência, "alude à importância de as exportações e importações serem feitas pela marinha nacional, comércio ativo [...]". Afirma que o maior impedimento às relações comerciais portuguesas é a "ausência de marinha própria que agravava substancialmente os preços de exportação retirando-lhes competitividade [...].

através da introdução de novas técnicas rurais e da aclimatação de espécies exógenas e endógenas, principalmente na comarca de Ilhéus, que contava com a presença do naturalista Baltasar da Silva Lisboa como Ouvidor e Juiz Conservador das Matas, dedicando-se a aclimatação do "linho cânhamo", "urraca", "amoreiras", "bicho da seda", "ipeca", "teca", "Morus papyrifero", "pinheiros escosssezes", "cedros", "ervas da Guiné", "caneleiras", "café", "cacau", "palmeiras", "pimenteiras da Ásia", entre outros. Dessa forma, como afirmou Fernando Novais (1983), o período que se seguiu ao ministério pombalino caracterizou-se muito mais como seu desdobramento do que como a sua negação, chegando ao limite a consciência da crise do Antigo Sistema Colonial.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA DE DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO: DO "MAIS HUMILDE E OBEDIENTE SÚDITO" AO PANFLETÁRIO DO IMPÉRIO

CAPÍTULO II

A trajetória de Domingos Alves Branco Muniz Barreto: do "mais humilde e obediente súdito" ao panfletário do Império

> "Penetrar nos arcanos de uma outra alma humana é tarefa sisífica: por mais que se tente e por mais aliciante que a tarefa se nos afigure, jamais os resultados serão completamente satisfatórios e indiscutíveis". Eugénio dos Santos

Após analisarmos as estruturas sociais portuguesas do fim do século XVIII, as estratégias de modernização do Estado português sob o absolutismo ilustrado, serão apresentadas as formas utilizadas por Domingos Alves Branco Muniz Barreto para se inserir no sistema de patronagem régia setecentista, desenvolvendo pesquisas no âmbito da História Natural e estabelecendo uma complexa rede de relações com homens de ciência do período. Esta inserção não se fez sem conflito, visto que, algumas vezes, através de seus escritos, tentou romper algumas barreiras da estrutura de poder do Antigo Regime, buscando certa margem de autonomia e negociação, desrespeitando os ditames científicos da sua época, como o sistema lineano. Construindo seu caminho durante o Império, buscou outras oportunidades no novo contexto político, mostrando-se oscilante, ambíguo e sempre inserido em tensões, frutos dos seus atos cotidianos e das opções realizadas para sobreviver em tal sociedade.

Como afirma Elias (2005), o "desvio da norma", trouxe como conseqüência o seu "destino social": Muniz Barreto, na sociedade do Antigo Regime, não conseguiu publicar seus trabalhos na Academia Real das Ciências de Lisboa nem receber alguns dos almejados prêmios destinados àqueles que contribuíssem para o conhecimento e exploração dos domínios coloniais. Desta forma, apesar de esforçar-se na busca de benefícios materiais vários e de honras e distinções através das armas e das letras, os limites institucionais e históricos por vezes se impuseram à sua atuação, embora tenha conseguido a concessão de hábitos e outras mercês régias. Norbert Elias (idem, p. 48) ao examinar as possibilidades de um indivíduo influenciar as mudanças sociais, afirma:

> Nenhuma pessoa isolada, por maior que seja a sua estatura, poderosa a sua vontade, penetrante a sua inteligência, consegue transgredir as leis autônomas da rede humana da qual provém seus atos e para a qual eles são dirigidos. Nenhuma personalidade, por forte que seja, pode [...] deter mais do que temporariamente as forças centrífugas [...]. Ela não pode transformar sua sociedade de um só golpe.

Constatou-se que Muniz Barreto elaborou uma série de projetos, em vários âmbitos, almejando promover o desenvolvimento da colônia. Entretanto, a historiografia tem enfatizado, sobretudo, o seu perfil político. Um exemplo, é a dissertação de mestrado de Maria Luísa M. Delerue (1998), intitulada "Domingos Alves Branco Moniz Barreto: Entre o Reformismo Lusitano e a Independência do Brasil", que buscou apresentar o papel desempenhado pelo indivíduo num momento de grandes transformações ocorridas na colônia, entre o reformismo ilustrado e o processo de separação política da Metrópole (1822), destacando seus ideais de "civilização" dos índios, fomento agrícola das terras do Rio Grande de São Pedro do Sul e o seu percurso político "acidentado" nos acontecimentos da independência do Brasil, repleto de hesitações, acordos e desacordos. Reconhecendo a magnitude da obra do indivíduo, Delerue assume as limitações da sua pesquisa, que

> [...] decorrrem da própria temática tratada pelo autor, ao longo da sua vida, aliás intensamente vivida (mais de oito décadas), como se verá. Desde aspectos jurídicos específicos, como contencioso, civil, crime, fiscalidade, orfanologia, aos científicos, incluindo agricultura, comércio, transportes, aos culturais e humanitários, abordando a necessidade de civilizar os índios e de limitar os malefícios da escravidão, aos militares em sentido estrito, como os que dedicou à cidade da Baía, até aos políticos, cobrindo mais de cinqüenta anos da evolução interna brasileira, tudo aí nos surge analisado sob a ótica de sua cultura e o discernimento da sua inteligência (DELERUE, 1998, p. 06).

Por sua vez, o trabalho de Carolina Ramalho de Sá, "Domingos Alves Branco Muniz Barreto e o Despertador Contitucional Extraordinário", refere-se a sua atuação como redator do referido periódico carioca, entre os anos 1824 e 1831, onde defendia a monarquia e o que denominava de "Império Brasílico", procurando traçar as linhas mestras que deveriam nortear sua organização. No ano de sua morte, deixou nas páginas do periódico a prova de sua influência política e seu apoio ao Imperador, prestes a abdicação:

> Sejamos, pois, caros compatriotas, vigilantes em fazer sustentar para nossa felicidade a Independência do Império e sua integridade, o sistema Constitucional, e o sagrado respeito ao Augusto Imperador por dever e gratidão sustentando e defendendo os bons brasileiros estas quatro bases, nada tem a temerem das tentativas de tais monstros anarquistas (MUNIZ BARRETO apud Sá, 2006).

Entretanto, observa-se que nem sempre apoiou incondicionalmente o Imperador, visto que fez parte do conhecido grupo de liberais exaltados, encabeçado por João Soares Lisboa e Joaquim Gonçalves Ledo, que planejaram conspirações para mudar a forma de governo, sendo acusados de serem republicanos, tornando-os vítimas de devassas. Sabe-se, ainda, que escrevia para o jornal "Correio do Rio de Janeiro" do jornalista libertário João Soares Lisboa, incansável em atormentar a Corte com suas idéias de soberania popular e de insubordinação ao Imperador. De acordo com Leite (2000) tratava-se do mais importante jornal do Império, conseguindo ter publicação diária.

Por conta de seu envolvimento com estes grupos foi vítima, em 1822, "de processo e devassas instauradas por ordem do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva [...] preso, mas julgado sem culpa por não haver provas para tal acusação" (BLAKE, 1893, v. 2, p. 189). [74] Trata-se da denominada "bonifácia", perseguição do grupo maçom ligado a José Bonifácio de Andrada e Silva ao grupo de Joaquim Gonçalves Ledo, representantes de um projeto político diferenciado, um governo representativo, constitucionalista.

Mas, os anseios do indivíduo foram sendo definidos no curso da vida, a partir de seu convívio social e suas experiências. Assim, se defendeu a República como forma de governo, não suportou a insatisfação do Imperador, que se mostrou sobre a forma da penalização e perda de privilégios.[75] Tornou-se, a partir de então, um panfletista político atormentado pela idéia de que ocorresse no Brasil algo semelhante aos fatos havidos na Revolução Francesa ou na Haitiana. Suas reflexões passaram a pautar-se nos escritos do aristocrata Montesquieu, para o qual a liberdade representava fazer apenas o que a lei não proibisse, como afirma Sá (2006).

[74] Blake (1893) refere-se ao "Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manoel Alves de Azevedo, Thomas Joze Tinoco d'Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valério Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, José Clemente Pereira, padre Januário da Cunha Barbosa, e o padre Antonio João Lessa. Pronunciados na devassa a que mandou proceder José Bonifácio d'Andrada e Silva para justificar os acontecimentos do famozo dia 30 de outubro de 1822. Julgados innocentes por falta de prova (excepto João Soares Lisboa) no Tribunal Supremo da Supplicação da Corte do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, Typ. de Silva Porto, 1824, p. 3-4.

[75] De acordo com Renato Lopes Leite (s/d, p. 4-5) sob as ordens de D. Pedro, José Bonifácio de Andrada e Silva instalou uma devassa para investigar os homens envolvidos na redação do Jornal "Correio do Rio de Janeiro", constando em seus documentos que "havia pessoas espalhando doutrinas erradas e contrárias ao sistema de Governo estabelecido, já em público, já em associações particulares, [que] pretendiam desacreditar o mesmo governo, alterar sua forma, e fomentar a discórdia e a guerra civil". Muniz Barreto estava entre os possíveis "traidores do Império" e experimentou a fúria de D. Pedro contra o "crime de injúria atroz". O eminente intelectual e funcionário do governo foi preso, ameaçado de expulsão e degredo, mas inocentado. Entretanto, sua imagem no meio em que freqüentava foi abalada e tornou-se vítima constante de desconfiança e intrigas.

Desde que foi vítima de processos e devassa em 1822, Muniz Barreto refinou sua retórica, modificou a tônica do seu discurso, cuidando da produção e circulação de jornais e de obras de cunho laudatório oferecidas ao soberano com o intuito de impulsionar sua trajetória política e defender seus interesses sociais. Destaca-se a proposta realizada numa sessão da loja maçônica carioca "Comércio e Artes", em 1822, de oferecer ao príncipe regente D. Pedro o título de "Defensor Perpétuo do Brasil". Trata-se de uma clara tentativa de atrair a atenção da autoridade e tornar pública sua submissão ao soberano. Como afirma Dias (2005, p.23) a própria estrutura social do período de separação da Metrópole levou a atitudes não-revolucionárias e a união dos interesses das classes dominantes. As possíveis manifestações de descontentamento e divergências foram sufocadas pelo "sentimento de insegurança social e haitianismo [...] traços típicos da mentalidade da época, reflexos estereotipados da ideologia conservadora e da contra-revolução européia".

Corrente na historiografia brasileira são as referências a sua filiação a Ordem Maçonica, forma de sociabilidade que cumpriu várias funções sociais ao final do século XVIII e durante o XIX nas colônias americanas. Na América portuguesa grande parte dos trabalhos historiográficos afirmam terem as maçonarias[76] adquirido uma feição completamente identificada com as elites recém-formadas nas universidades européias, tornando-se um lugar social privilegiado para discussão e divulgação das idéias ilustradas e liberais e de criação das bases políticas e ideológicas para um rompimento com o sistema colonial. De acordo com Marco Morel (2001, p.06), apesar da heterogeneidade destas associações, algumas funções comuns a permeavam, como a filantropia, "identificada com a beneficência, caridade e fraternidade francesas [...] movimento dos que podiam ajudar (os ativos) em direção aos percebidos como despossuídos passivos"; a pedagogia, acreditando-se que através das Luzes, educação, instrução e processo civilizatório se atingiria o estado de "felicidade pública"; a política, visto que os maçons exerciam "pressão direta ou de intervenção na cena pública"*;* além de "políticas de caráter cultural, artístico e científico [...] pois a organização de políticas culturais estava no cerne da gênese da modernidade política".

> [...] essas instituições – permeadas por valores e interesses externos a elas – deram uma contribuição própria a vida política dos séculos XVIII e XIX. E apesar das características locais havia uma espécie de fundo comum teórico, prático e simbólico para a conformação das lojas maçônicas, sem esquecer os laços internacionais que chegavam a se estabelecer entre tais agremiações (idem, p. 7).

[76] Utiliza-se o termo maçonarias, concordando-se com a análise de Marco Morel (2001, p. 28), segundo a qual "não havia um centro possante, homogêneo e unificado, e sim, sobretudo, uma organização que se espalhou por diversos países", portanto, heterogêneas embora marcadas por algumas especificidades.

Alexandre Mansur Barata, em tese de doutorado intitulada "Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790 – 1822)", apresenta aspectos importantes para o conhecimento de um tema ainda pouco estudado. Logo de início, revela através do uso de uma farta documentação, o equívoco de grande parte dos trabalhos historiográficos dedicados a referida instituição, ao associar diretamente Ilustração, Maçonaria e Revolução: nem todos aqueles que estudaram na Europa tornaram-se maçons e nem todos os maçons conspiraram contra a metrópole (BARATA, 2002, p. 64). Analisando a composição das lojas maçônicas do Rio de Janeiro no século XIX, mostrou sua composição maciça por militares, assim como ocorreu na Espanha e em Portugal, além de funcionários públicos, negociantes, proprietários de terras e membros da nobreza, excluindo-se àqueles homens que não possuiam condições financeiras para sustentar as atividades da instituição.

Elucida, o que esperava-se dos seus membros no período em estudo: que "fosse um homem virtuoso, bom súdito, caridoso, companheiro dos amigos, discreto, que soubesse conter seus instintos e guardar os segredos que lhe eram revelados", destinando-se, então, ao aperfeiçoamento moral e intelectual dos homens (Idem, p.103). Sem exagerar nas perspectivas inovadoras e revolucionárias da Maçonaria, revela os elementos de continuidade, o encontro de dois contextos: o Antigo Regime agonizante e o mundo moderno emergente. Mesmo perseguida pelas autoridades políticas e religiosas, conseguiu arrebatar grande número de membros, entre outros fatores, pelo mistério que conservava seus rituais, pela facilidade de comunicação e mobilidade social que proporcionava (espaço privilegiado de convívio com as elites intelectuais e políticas) e por ser "um meio eficaz de criação redes de poder e laços de clientela" (Ibdem, p.112).

> Essa forma particular de entender a prática do auxílio mútuo, da filantropia, própria da cultura ilustrada, que fazia com que ele fosse destituído de qualquer conteúdo que lembrasse a prática da caridade cristã, podia também ser vista sob um prisma bem mais pragmático, visando ganhos financeiros ou facilidades nas atividades comerciais. [...] pertencer a uma sociedade que se espalhava para além das fronteiras nacionais, com a promessa de proteção e ajuda, era um grande atrativo para viajantes e comerciantes (ibdem, p. 113).

Entretanto, não deixa de destacar o papel da Maçonaria, "como espaço de circulação de idéias, do debate intelectual enfim, da promoção do conhecimento" (Ibdem, p.119). No Rio de Janeiro a partir de 1822, a instituição passa a constituir-se num espaço extremamente

voltado para as ações políticas, o que em parte explica a associação realizada por muitos historiadores entre maçonaria, revolução e independência.

Luis Henrique Dias Tavares, Kátia Mattoso e Istvan Jancsó,[77] tratam da existência de uma loja maçônica em Salvador fundada em 1797, denominada "Cavaleiros da Luz" e da instalação da loja "Virtude e Razão" em 1802, ao que parece as primeiras instaladas no Brasil, ainda que não contassem com reuniões regulares. Entretanto, desconhece-se sua composição, não sendo possível afirmar se Muniz Barreto pertenceu a alguma delas. Encontra-se informações de sua filiação à maçonaria apenas no Rio de Janeiro oitocentista, entre os membros fundadores do "Grande Oriente do Brasil".

Ainda de acordo com Barata (Ibdem, p. 136) era uma prática comum entre os maçons a adoção de um nome simbólico após o batismo na instituição, geralmente relacionado a notáveis políticos, militares, filósofos, estadistas entres outras personalidades que exerceram papel importante na sociedade em tempos remotos. Esta escolha não ocorria de forma aleatória, "pois ao optarem, em sua grande maioria, por nomes de personagens históricos que tiveram um certo protagonismo no passado, de algum modo estavam também construindo uma imagem de si próprios que revelasse uma atitude de intervenção na vida pública que eles deveriam assumir" (Ibdem, 2002, p. 136). Muniz Barreto, secretário na loja "Comércio e Artes na Idade de Ouro", escolheu como nome simbólico Sólon [78]. Esta informação, por certo, sugere o papel político que almejava desempenhar na sociedade do período: mudanças nas hierarquias sociais e nas estratégias de ascensão e enriquecimento, acompanhando a evolução das estruturas sociais e econômicas.

Tal como Sólon suas idéias geraram uma série de conflitos, com os grupos contrários a maçonaria e com maçons que possuiam projetos políticos diferentes daqueles propostos por

[77] Ver: TAVARES, Luis Henrique Dias. "Questões ainda não resolvidas na História da Sedição de 1798 na Bahia". In: Academia de Letras da Bahia, II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Brasília: MINC, 1999; JANCSÓ, István. Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996; JANCSÓ, István. "Bahia 1798- a hipótese de auxílio francês ou a cor dos gatos". In: FURTADO, Júnia (org). Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "A presença francesa no movimento democrático baiano de 1798". Bahia: Itapuã, 1969.

[78] Importante personagem da política grega, eleito para o cargo de Arconte em 594 a.C. e, a partir de então, realizando reformas como o fomento das atividades industriais e comerciais para libertar os indivíduos do trabalho da terra e exploração dos grandes proprietários, acabando com a abolição da escravidão por dívidas, regulando as importações e exportações através da introdução da cunhagem de moeda, estabelecendo a Timocracia, regime político e social em que a participação política passou a estar condicionada não mais a origem, mas a classe social a qual o indivíduo pertencia por sua riqueza monetária. A grande mudança introduzida em Atenas pelo governo de Sólon, foi o favorecimento do grupo de comerciantes: o poder antes detido pela oligarquia de grandes proprietários de terras passou para uma oligarquia baseada na riqueza móvel (dinheiro e mercadoria).

seu grupo, considerado defensor de um governo representativo, portanto concebidos como "liberais".

Barata (Ibdem, p.302-303) afirma que defendeu a maçonaria em vários momentos contra a associação realizada pelos seus opositores, entre a instituição e a defesa de governos republicanos, argumentando que ser maçom não o colocava em "desalinho com a 'causa do Brasil, do Imperador e de seu Ministério', porque foi a Maçonaria uma das fiadoras da indepedência do Brasil em relação a Portugal e da luta pela unidade nacional". Em 1825 encontrou-se envolto em discussões que procuravam esclarecer o verdadeiro objetivo da maçonaria, gerando reações de um membro do clero que o fez ataques pessoais, chamando-o "vovô maçom" no título de um dos folhetos publicados, para ridicularizar o fato de indivíduo com idade tão avançada, viver constantemente envolvido na mobilização de novas forças sociais. Sem fugir da discussão, respondeu ao padre com críticas ao pensamento conservador católico brasileiro. Abaixo, disserta acerca de suas concepções sobre a maçonaria:[79]

> O Instituto da Maçonaria Brasílica, que foi restaurada pela nova elevação do seu Oriente, não foi uma Obra, que procedesse da obscuridade, e menos espessos véus misteriosos, e impenetráveis, mas sim fundado nos mesmos virtuosos princípios, que já ficam manifestadas, e que formava uma liga de Cidadãos leais, defensores da boa Ordem, da Religião, do Imperante, e das Leis. O fanatismo político não se encontrava nas suas deliberações. Homens zelosos do bem geral, e da honra do Brasil, uniram provisoriamente à Sociedade Maçônica operações Filantrópicas, e discutiram com sabedoria, e prudência as idéias, que lhes ocorriam acerca dos meios mais próprios para se conseguirem os úteis fins da prosperidade deste Novo Mundo; e o Plano sobre a sua emancipação foi tão bem concebido, concertado, e judicioso, que o resultado correspondeu ao ardor, e atividade dos seus assíduos trabalhos; e disto não podemos alegar melhor prova que o testemunho do mesmo Ministério do Governo, e de pessoas dignas de fé, sem que houvesse vestígio de conspiração, tendo somente em vista o Direito de Sucessão na justa, e bem merecida Aclamação de Imperador do Brasil na Pessoa do Senhor D. Pedro I, que anteriormente já tinha sido proclamado Seu Defensor Perpétuo" (MUNIZ BARRETO apud BARATA, p. 303).

As pesquisas realizadas e os trabalhos historiográficos referidos, mostram que Muniz Barreto não teve nenhum envolvimento direto com a Filosofia Natural durante o período em que esteve no Rio de Janeiro, no século XIX, buscando dedicar-se a outras áreas do saber, outras instâncias da vida social. Como explicar o abandono do fazer científico? As relações do indivíduo com um Estado de novo formato, com um novo contexto, exigiam outros

[79] As referidas informações sobre o Muniz Barreto e a Maçonaria, encontram-se na tese de Doutorado de Alexandre Mansur Barata, intitulada "Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790 – 1822)".

elementos de negociação.

Como afirma Raminelli (2008, p.12) "no início do século XIX os homens de ciência não mais percebiam as instituições científicas como espaço de prestígio e migraram para as altas esferas da burocracia estatal", porque a instabilidade política provocada pela ameaça francesa desestabilizou a produção científica metropolitana. Desde os últimos anos do século XVIII, Munteal Filho reconhece que a Academia Real das Ciências de Lisboa, principal instituição científica da metrópole no período, "foi vivendo um processo de 'burocratização' das suas atividades de rotina, descaracterizando o projeto inicial de intervenção 'crítica'sobre o Mundo natural das colônias" (apud Raminelli, 2008, p. 131). O grande expoente da ilustração portuguesa, Domingos Vandelli, que permaneceu na metrópole após a invasão francesa, abandonou não apenas as instituições que coordenava como a elaboração de suas grandes obras. Foi acusado de "afrancesamento" e de colaboração com os invasores. Ignora-se se estabeleceu contatos com os franceses, mas é certo que sem o seu esforço de compreensão da natureza, a debilidade científica portuguesa tornou-se um fato.

Dessa forma, a historiografia tem se referido essencialmente ao seu perfil político, dedicando-se a sua trajetória durante o século XIX, deixando inúmeras lacunas, visto que os diversos âmbitos aos quais se dedicou em sua "vida", foram muito mais amplos do que teoricamente caberia a um militar. Objetiva-se, portanto, seguir novas orientações, resgatando seu perfil de "homem de ciências", dedicado a muitas áreas do saber - agricultura, botânica, mineralogia, conservação das matas, entre outros campos – contribuindo, assim, para enriquecer os debates sobre questões científicas, políticas, sociais e econômicas do Império português.

Muniz Barreto nasceu na cidade de Maragogipe na Bahia em 1748 e morreu na cidade do Rio de Janeiro, aos 83 anos de idade, em 19 de julho de 1831. Filho primogênito de D. Marianna da Glória Muniz Branco e do militar Domingos Alves Branco,[80] teve apenas três irmãos, o tenente Francisco Joaquim Alves Branco Muniz Barreto, o bacharel Joaquim Ancelmo Alves Branco Muniz Barreto e um terceiro ao qual pouco se refere, lembrando apenas a sua atuação no serviço militar na Ásia.[81] Segundo Rodrigo Ricupero (2005), em

[80] Algumas informações sobre a família de Domingos Alves Branco Muniz Barreto podem ser encontradas no texto escrito por Jorge Godofredo Felizardo, para os Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia, realizado em 1950, intitulado "Linhagens Baianas no Rio Grande do Sul (Verbetes Genealógicos)".

[81] Informação contida no "Requerimento do Sargento-mór Domingos Alves Branco Moniz Barreto, por si e como procurador de sua mãe D. Marianna da Glória Moniz Barreto e de seus irmãos Francisco Joaquim e Joaquim Anselmo Alves Branco Moniz Barreto, em que pedem a entrega dos documentos e certas providências a respeito da administração dos bens de sua mãe". AHU, Castro e Almeida, cx. 150, doc. 30.099.

trabalho sobre a formação da elite colonial baiana, a família Muniz Barreto sempre teve um *status* social elevado, tendo chegado à Bahia com Mem de Sá e controlado desde então, cargos de poder e prestígio, como atividades ligadas a administração, tarefas militares, a alcaidaria-mór de Salvador, a provedoria da Bahia, entre outros. Moniz Bandeira corrobora a assertiva, afirmando que:

> [...] Domingos Alves Branco Muniz Barreto descendia de Francisco Moniz Barreto, fidalgo da Casa Real, que, no século XVII, passara da Ilha Terceira para a Bahia, onde se casara com Francisca Isabel Barreto de Menezes, sua parenta, descendente de Egas Muniz Barreto, primeiro alcaide-mor da cidade de Salvador. (BANDEIRA, 2007, p. 526)

Em requerimento no qual solicita a Coroa providências sobre o rapto perpetrado pelo Cadete Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque contra sua filha Maria Rita Vellosa da Fontoura, episódio no qual todos os bens de metais preciosos que encontravam-se na residência foram roubados, apresenta informações importantes sobre a sua família, buscando convencer às autoridades da nobreza da mesma e prisão do raptor, que além de humilhá-lo publicamente, havia lhe tirado muitos símbolos de riqueza e ostentação:

> Sendo o Suplicante filho legítimo de Domingos Alves Branco, Cavaleiro profético da Ordem de Christo, Comissário das três Ordens Militares, Sargento-Mor de Infantaria e Commandante da Fortalêza do Camarão da Cidade da Bahia e de sua mulher D. Marianna da Gloria Muniz Barreto, netto pela parte paterna de Domingos Branco e de sua mulher D. Ignês Alvares, Lavradôres de terras próprias, ricos e abastados, capella de administração e das principaes famílias de Monfreita, Freguesia de São Vicente no Bispado de Miranda, e pella parte materna Francisco Muniz Barreto, Fidalgo da Casa de V.A.R., Capitão de Infantaria do Primeiro Regimento de Linha da Guarnição da Cidade da Bahia e Morgado na Ilha Terceira de D. Leonôr Rodrigues Soutto achando-se tanto o Suplicante como seus Irmãos habilitados de Genero para no Arcebispado da Bahia, e seu irmão D.^{or} José Alv.^{s} Branco Muniz Barreto, Ministro do Desembargo de V.A.R. e Ouvidôr nomeado do Serro Frio, feito familiar do Santo Offício, no tempo da maior restricção d'aquelle Tribunal.[82]

Seguiu a tradição familiar ingressando na carreira militar, como fazia grande parte dos filhos das famílias nobres. Como afirma Maria Beatriz Nizza da Silva (2005), esta atividade proporcionava prestígio e era um dos principais meios de diferenciação social para aqueles

[82] Requerimentos (2) do Sargento môr Domingos Alves Branco Moniz Barreto, relativos a um acontecimento de certo reserva que se dera com uma pessoa de sua família e anexos. AHU, Castro e Almeida, cx. 150, doc. 30.099-30.101. p. 5

que podiam viver dos rendimentos da agricultura ou comércio, como a família Muniz Barreto. Ele e seus irmãos eram todos funcionários da Coroa, possuíam grandes propriedades de terras - constando nas fontes consultadas o arrendamento de parte delas-, dedicavam-se a pesca de baleias e industrialização de alguns de seus produtos, ao comércio (possuíam boticas na cidade de Salvador) e ao crédito, atividade que parece ter sido uma grande fonte de rendimentos para a família, dada a escassez de moeda circulante na colônia. Em requerimento em que solicita providências a respeito da administração dos bens de sua mãe, da qual tornou-se procurador após o falecimento do pai, afirma que parte da herança ou capitais "eram fundados em empréstimo dados a juros a diversos Negociantes e Agricultores"[83] e solicita agilidade da Coroa no processo, não apenas por interesses próprios, mas para se poder realizar

> [...] hum giro activo de Commercio, tanto para este Reyno como para as differentes Capitanias do Brasil [...] chamando ao mesmo Commercio os antigos Freguêses que de todas as Comarcas da Cap.nia da Bahia negociavam com o mando do Suplicante já falecido e que foi naquella Praça hum dos Negociantes mais ricos e bem acreditado [...].[84]

Como afirma Maria José Rapassi Mascarenhas (2002, p. 17) devido a grande escassez de moeda circulante que afetava a economia metropolitana e colonial, "o crédito caracterizou-se como um meio importante de pagamento e acumulação [...] tornando-se um fator essencial nos negócios coloniais". Desta forma, a atividade credora gerava grandes lucros, visto que era buscada em muitas circunstâncias e por todos os níveis sociais. Ainda de acordo com Mascarenhas recorria-se ao crédito para a compra de propriedades, de meios de produção, de utensílios domésticos, objetos pessoais de status e prestígio, o que acabou gerando uma "economia com base no crédito [...] na qual este assumiu o importante papel de moeda invisível" (idem, p.20).

Maria Beatriz Nizza da Silva (2005) enquadra o pai de Muniz Barreto, Domingos Alves Branco, no grupo mercantil baiano. Apresenta informações importantes sobre a família e sobre como o reinado de D. José fez o negociante "compatível com a mais alta nobreza" (idem, p.175). Afirma que Domingos Alves Branco, almejando concessão de hábitos, preencheu o tempo da Mesa da Consciência e Ordens entre 1748 e 1771 com muitos recursos

[83] Requerimentos (2) do Sargento môr Domingos Alves Branco Muniz Barreto, por si e como procurador de sua mãe D. Marianna da Glória Moniz Barreto e de seus irmãos Francisco Joaquim e Joaquim Anselmo Alves Branco Muniz Barreto, em que pedem a entrega de documentos e certas providências a respeito da administração dos bens da sua mãe. AHU, Castro e Almeida, cx.150, doc. 30.097-30.098. p. 1.

[84] Idem.

e pareceres negativos ao seu pleito, entrar para a Ordem de Cristo (ibdem, p.183). Sobre os motivos que levaram a "Mesa" a alegar "falta de qualidade" ao habilitando:

> Inicialmente foi dito que seu pai tinha "loge de drogas para boticas, onde assistia com seus caxeiros", atividade que também tinha sido exercida pelo seu avô. [...] Além disso, o próprio habilitando chegara à Bahia como criado do arcebispo D. José Botelho de Matos, na qualidade de seu "comprador". Instalara-se com loja de fazendas da Índia "e nela vendia pessoalmente", o que o qualificava como mecânico. Só mais tarde começara a se servir de caxeiro. A 30 de abril de 1767 a Mesa considerou-o impedido de entrar para a Ordem de Cristo. Domingos Alves Branco recorreu, lembrando que o rei costumava dispensar daqueles impedimentos e que, além disso, "na América não serviam pessoas brancas e só escravos". Esclareceu que sua função junto ao arcebispo era de "criado grave" e que o fato de ter sido seu comprador significava apenas que ele comprava "ornatos para o palácio". Quanto à loja de fazendas da Índia, "não se podia induzir mecânica por ser administrada por caxeiros". Mas a Mesa não se convenceu e manteve o seu parecer a 4 de julho daquele mesmo ano de 1767. No segundo recurso apresentou o posto honorífico de capitão de auxiliares e a certidão, passada pelo contador da gente de guerra [...]. Por outro lado, procurou deixar muito claro o que significava pertencer à "família" do arcebispo, mostrando para isso o depoimento de um cônego da Bahia: "se ocupava de dar execução a algumas diligências, que se lhe incumbiam da casa e palácio, em que não intervinha exercício algum vil, antes de todos era tratado com a maior atenção". Sobretudo, explicava ainda, nunca fizera "semanas de sala em que se empregavam os pajens minoristas". Assim, o ser familiar do arcebispo não acarretava "desdouro de nobreza" sendo, "pela abundância de bens e opulência em que vive, de todos estimado ainda entre os de primeira nobreza desta cidade e do seu Recôncavo". Finalmente convenceu os deputados (Ibdem, 183-184).

Apesar de ser membro da nobreza portuguesa, tornou-se no Brasil um negociante de grosso trato, passando então por dificudades para se habilitar, pois ele e seu pai haviam fugido à regra familiar apresentando defeito mecânico. Entretanto, o prestígio social do qual gozava na Bahia, fez com que a Mesa da Consciência e Ordens tornasse menos rígidos seus estatutos, concedendo-lhe o hábito solicitado.

Interessa, na citação acima, a afirmação que o avô e o pai de Muniz Barreto eram proprietários de boticas na cidade da Bahia. Embora possam haver explicações diversas para a inserção dos mesmos em tal atividade, é fato que conheciam a legislação portuguesa e tinham ciência que, como afirma Vera Regina B. Marques (1999, p. 162), entre 1572 e 1603 o ofício de boticário deixou de ser "honrado e privilegiado", passando os mesmos a serem "misturados e confundidos com outros oficiais mecânicos". Entretanto, a família focalizada buscava não apenas o prestígio e a honra, mas principalmente o lucro, de maneira que encontrava-se na Bahia envolvida em muitas atividades econômicas. Retomando análises de Marques (idem, p.177) "nem tudo se reproduzia nas terras de além-mar", de forma que ser boticário no Brasil não era motivo de constrangimento. E os ricos, "afastavam-se diretamente do balcão

colocando em seu lugar caxeiros contratados, buscando, como bem-sucedidos homens de negócios, ludibriar o caráter servil do seu ofício" (ibdem, p. 190), como ocorreu com Alves Branco. Ainda, o preparo dos medicamentos nem sempre ficava a cargo do boticário, que quase sempre os importava da metrópole, de forma que apenas no final do século XVIII, sob forte pressão das autoridades coloniais, inicia-se um processo de valorização de confecção dos mesmos com ervas e raízes da natureza colonial, devido às dificuldades de importação derivada do longo tempo das viagens que levava a corrupção das fómulas (ibdem, p.196). Inserido neste universo, Muniz Barreto, neto e filho de boticários, não se furtou a investigar a flora brasílica, buscar fórmulas eficazes que estimulassem o reconhecimento da atividade, dedicando-se especialmente aos conhecimentos dos indígenas e, tornado-se um boticário tal qual exigido pelas novas concepções do século das Luzes.

Dessa forma, observa-se que o indivíduo estudado procurava várias formas de nobilitação, buscando sempre dedicar-se à questões capazes de proporcionar privilégios e distinções sociais de maneira que, às vezes, demonstrava insastifação com a carreira militar:

> É erro constantemente seguido em todo o Brasil, ainda com mais preocupação que em Portugal, o não consultarem os pais nobres os talentos de seus filhos para verem então se os hão de aplicar à espada, à toga, ou a outra qualquer ocupação distinta (MUNIZ BARRETO apud Silva, 2005, p. 234).

No curso de sua vida, procurou sempre se dedicar a serviços que interessassem a monarquia portuguesa, como durante a segunda metade do século XVIII, a História Natural. De acordo com Silva (idem, p.7), esses procedimentos no sentido de satisfazer às necessidades da Coroa se explicam pela especificidade da nobreza colonial, que mantinha a sua distinção social através do processo de nobilitação - visto que não havia uma nobreza de sangue tradicional na América portuguesa - dependendo da graça ou mercê régia para existir e não da mera reprodução social, como ocorria na Metrópole. Apesar da polêmica existente em tal afirmação, visto que o historiador Rodrigo Ricupero (2005) mostrou a existência de uma nobreza de sangue vinda de Portugal ainda com Tomé de Sousa para ocupar cargos centrais da administração colonial, é certo que no final do século XVIII, com as mudanças empreendidas por Pombal na legislação, a monarquia "favoreceu o alargamento da nobreza, a definitiva compatibilização de muitas funções [...] com este estatuto, e a inserção de novos grupos na teia do sistema remuneratório da monarquia" (MONTEIRO, 2005, p.8). Muito embora a mobilidade social ainda fosse limitada, novos mecanismos surgiram para facilitar a ascendência dos socialmente despromovidos. Assim, levando-se em conta as especificidades

regionais, tradição, riqueza, mérito, pareciam as grandes vias utilizadas pelos homens da colônia para adquirir nobilitação e participar das cadeias de clientela e prestígio.

Entretanto, como alerta Kátia de Queiróz Mattoso (1992, p. 252), essas novas formas de alcançar o topo da pirâmide social não devem iludir o historiador. As elites são definidas através do consenso social, do reconhecimento público, que ocorrem "segundo critérios de comportamento, berço, educação e riqueza". Na Bahia do período em estudo, o nascimento e a propriedade de terras tratavam-se de critérios indispensáveis para ingressar no "restrito circuito da elite". A ocupação de cargos no Estado, a magistratura e a formação acadêmica representavam formas de distinção, contudo:

> Todos esses homens pertenciam ao mesmo meio social, que era o núcleo onde se formavam as elites baianas e se confirmavam os atributos do pequeno círculo dos proprietários de terras. Apenas indivíduos excepcionais, vindos de outros meios sociais e de outras comunidades, conseguiam penetrar nesse pequeno mundo fechado (Idem, p.252).

Há algumas lacunas documentais no que se refere ao indivíduo estudado, uma delas diz respeito a sua formação acadêmica. De acordo com as pesquisas de Delerue (1998), apenas foi possível afirmar, que realizou estudos primários com mestres particulares. Não foi encontrado o seu nome entre os bacharéis da Universidade de Coimbra. Tampouco realizadas pesquisas em ficheiros de outras instituições européias, como Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo, para onde muitos membros das elites coloniais do período foram enviados. Importa ressaltar que Muniz Barreto mostrou-se um leitor eclético e curioso, deixando em suas obras citações de publicações de gêneros diversos: história, política, filosofia, jusrisprudência, filosofia natural, matemática, retórica, economia, arte militar, entre outros. Obteve, assim, conhecimento das mais variadas áreas, demonstrando sintonia com o ecletismo característico da Ilustração e com as mais importantes e atuais obras publicadas na Europa. Provavelmente, o acesso a este conhecimento lhe foi facilitado por fazer parte da Maçonaria e ter como irmãos um importante bacharel e professor e um militar que atuava em muitas partes do Império português, trazendo consigo a inscontestável circulação de idéias.

Recebeu formação militar no Rio de Janeiro década de 1770, retornando posteriormente para a Bahia, como soldado da Fortaleza do Morro de São Paulo, situada no Arquipélago de Tinharé ao sul da cidade de Salvador, ascendendo imediatamente a outros postos, como o cargo de Capitão e Governador da mesma em 1790, tenente-coronel de infantaria em 1808, coronel em 1810, brigadeiro dos reais exércitos em 1818, brigadeiro dos

imperiais exércitos em 1822 e em 1827, recebendo o foro de Fidalgo Cavaleiro da Imperial Casa. Membro da tropa de primeira linha na organização militar colonial, composta por soldados profissionais que deveriam cuidar da defesa efetiva da colônia, garantiu sua ascensão a um dos mais altos postos da hierarquia militar com a vinda da família real para o Brasil, como Vogal do Conselho Supremo Militar e da Guerra, órgão máximo da justiça militar no Império. Com efeito, ser membro da nobreza, filho de militar, ter experiências mediante atuações bélicas e prestação de vários serviços à Coroa, foram atributos importantes para as expedições constantes de patentes a postos de prestígio.

Na Fortaleza do Morro de São Paulo, realizou trabalhos de recuperação, estudos como traçados das vilas coloniais, elaboração de cartas geográficas, projetos sobre a conservação das matas, mapas e tabelas acerca do custo da produção de madeiras de construção na Comarca de Ilhéus, estudos botânicos e mineralógicos, confecção de estampas de vegetais, entre outras atividades que nem sempre lhe foram atribuídas pelas autoridades. De acordo com Mário Mendonça de Oliveira (1999, p.55), a importância da referida fortificação era tamanha, que tendo se controlado o Morro de São Paulo, controlaria-se a cidade de Salvador. Essa importância justifica que durante o processo de negociação de paz com os holandeses entre 1624 e 1625, os mesmos tivessem proposto a posse do Morro como garantia do fim do conflito, como estratégia para invadir a "cabeça do Brasil". Muniz Barreto assevera sua importância para a segurança da Capitania:

> Como pois a Capital do Reino não tem por hora forças suficientes de Marinha para impedir que qualquer nação poderoza inimiga, tente algum desembarque em qualquer das capitanias do Brazil, e sendo a Ilha do Morro pelo seu local a mais importante chave da Comarca de toda a Capitania, e ainda sem receio, que de toda a América portugueza [...]. [85]

[85] "Carta do então Sargento-mor Muniz Barreto, ao Rei". Revista do IGHB, Salvador, v.2, p. 227-239, 1890.

IMAGEM I: “Ruínas da Fortaleza do Morro de São Paulo”. Disponível em: <httpmorrodesãopaulobyjam.blogspot.com200905fortaleza-de-morro-desão-paulo.html>.

A sua primeira missão militar ocorreu na Capitania do Rio Grande de São Pedro, território correspondente ao atual Rio Grande do Sul, na defesa da região contra as tentativas de invasão espanhola. Naquele momento, Muniz Barreto redigiu, pelo que indica o levantamento documental realizado, a sua primeira Memória dirigida à Coroa portuguesa, intitulada “Obsevações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro, no Brasil, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Cavalheiro professo da Ordem de São Bento de Aviz”, no ano de 1778. Trata-se de um documento de grande importância, visto que proporciona um rico e indispensável conhecimento do espaço do Rio Grande de São Pedro, elaborado com o intuito de arquitetar os meios para manter a

área sob controle. Além do serviço militar prestado à Coroa, o conhecimento produzido sobre população, agricultura, comércio e navegação, fatores indispensáveis ao funcionamento do Império e colonização da área, viabilizavam privilégios e concessões por parte da Coroa que atuavam como recompensas, de valor honorífico ou econômico, as mercês régias (RAMINELLI, 2008).

Sabe-se que entre as atividades mais enobrecedores dos colonos, estavam a defesa da terra. Os serviços prestados por Muniz Barreto na Capitania do Rio Grande de São Pedro foram reconhecidos pelas autoridades, retornando à Bahia como referido anteriormente, como militar da tropa de primeira linha, devido a experiência militar adquirida em campo, ocupando o cargo de Escriturário da Contadoria Geral da Junta da Fazenda da Capitania da Bahia, a partir de junho de 1779 [86] e, almejando a propriedade vitalícia do ofício de Intendente da Marinha e Armazéns Reais da Bahia, solicitação sobre a qual pouco se pode aferir.

Como já foi referido, durante o ministério de Martinho de Melo e Castro buscou dedicar-se a questões importantes como a demarcação de fronteiras, que buscou associar a História Natural, como foi comum naquele período. Longe de ficar fora das redes de relações estabelecidas pelos ministros, encontra-se no ano de 1801 cartas escritas por Muniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tratando de diversos assuntos. Realizou denúncias sobre a atuação dos magistrados baianos: "Nunca meo Snr. Esta Cap.nia chegou pela ignorância e corrupção, a sentir tanta opressão na administração da justiça como nesta infeliz época em q.' as contendas não se decidem pelas Leys".[87] Comunicou sobre as explorações científicas realizadas na Ilha do Morro de São Paulo e arredores, buscando conhecer as matas e minerais e enfatizando o

> [...] disvelo com q.' me emprego no Real Serviço não só na funçoens do governo subalterno q.' S. Alteza de me confiou, mas nas differentes e repetidas commissoens

[86] De acordo com Larissa V. Browm (1994, p. 465-466) em 1767 criou-se na colônia Juntas da Fazenda, "composta de 5 ou 6 membros, servindo o governador de presidente". Compostas por "homens prudentes e ricos, comerciantes abastados [...] atraídos por bom ordenado [...] assumiram a responsabilidade de cobrar as rendas reais dentro de cada capitania e de fazer o seu envio para Lisboa, respondendo directamente perante o Erário Régio". Em síntese, "tinham a responsabilidade pela administração financeira regional". Através de sua experiência na Junta da Fazenda da Bahia, Muniz Barreto escreveu uma polêmica carta para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1801, denunciando a má administração da justiça da Bahia e propondo os meios para "evitar os dannos q' a ignorância e a corrupção tem causado e vão causando na administração da justiça e no interesse do Estado". "Carta de Domingos Alvares Branco Muniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que especialmente se refere a má administração da justiça e a péssima escolha dos magistrados". AHU, Castro e Almeida, cx.114, doc. 22.524.

[87] Carta de Domingos Alvares Branco Muniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que especialmente se refere a má administração da justiça e a péssima escolha dos magistrados. AHU, Castro e Almeida, cx. 114, doc. 22.524. p.2.

> de q.' sou encarregado nesta Ilha, pelo Ex.mo Governador da Cap.nia da Bahia a quem sou sugeito, além dos auxílios efficazes com q.' me presto de [precador] pelo Juiz Conservador das Reaes Matas, p.ª fazer q.' a administração dos Reaes Cortes conserve sempre hum vigor e energia a q.' preenchão as illuminadas vistas de V. Exª. [88]

Conhecia os interesses de Sousa Coutinho no estudo das Matas e fomento dos Reais Cortes de madeira, informado sobre pesquisas que havia realizado com diversas árvores da região acima referida, das quais remeteu amostras para Portugal. Não menos atento estava a política de reativação dos estudos mineralógicos na colônia, enviando amostras sobre alguns poucos encontrados por ele e analisados juntamente com José de Sá Bittencourt e Aciolli, justificando que o Real Serviço não lhe deixava muito tempo disponível "p.ª fazer mais exatam.e curiosas observações de todos os mineraes e preciosidades q.' se encontram nesta Ilha [...]". [89]

Quando Sousa Coutinho assumiu a pasta do Erário Régio (1801-1803) Muniz Barreto, em carta escrita em 1801, mais uma vez buscou seu lugar na rede de relações do indivíduo, enunciando sua admiração por ele e indicando, mais uma vez, a forma mais utilizada pelos colonos do período para se inserirem no jogo político, realizando alianças com as elites governamentais:

> Tenho a honra de vir beijar a Mão de V. Exª e ainda q.' consternado por mim e por vêr a todos consternados pela falta de um Bem feitôr tão extraórdinário [refere-se a recém saída de Sousa Coutinho da pasta da Marinha e Domínios Ultramarinos que ocupou entre 1796 e 1801] q.' perdemos em V. Exª, vou contudo dar os parabéns a V. Exª de huma tão digna Promoção com q.' Sua Alteza Real quis dar um energico tom as suas Finanças, como tanto precisavão e q.' só V. Exª decididam.e era o q.' as podia restaurar pelas suas luminosas providências. Este beneficio em geral a todo o Reyno, e de q.' também participamos no Brasil hé q.' nos podia fazer menos sensivel a perda de hum Ministro de Estado, q.' entre o mais prompto e energico Expediente nos não negava, nem as honras, nem a propriedade dos ricos tesouros q.' contem este vasto Continente: sistema este q.' não esperavamos perder tendo a protecção de V. Exª [...]. [90]

[88] Carta de Domingos Alvares Branco Muniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na qual informa as explorações que fizera nas mattas na Ilha do Morro e das pesquisas a que procedera para a descoberta de mineraes. AHU, Castro e Almeida, cx. 114, doc. 22.514. p.1.

[89] Idem, p.1.

[90] Carta do Commandante do Presídio do Morro Domingos Alvares Branco Moniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que o felicita pela sua nova nomeação e lhe communica a remessa do seguinte mappa e anexos. AHU, Castro e Almeida, cx. 114, doc. 22.529.

Mesmo ocupando todas as funções que foram referidas, Muniz Barreto escreveu sobre muitos assuntos que interessam ao presente trabalho: história natural, exploração madeireira, conservação das florestas do sul da Bahia, "civilização" dos índios, agricultura, pesca predatória de baleias, entre outros.

CAPÍTULO III

ECONOMIA, SOCIEDADE E HISTÓRIA NATURAL

CAPÍTULO III

ECONOMIA, SOCIEDADE E HISTÓRIA NATURAL

3.1 A Memória Sobre a Civilização dos Índios do Brasil: Objetivos Políticos e Científicos

> Conseguida, senhor, a reforma entre esta tosca gente, de modo que pondero, com facilidade se conseguirão todas as outras cousas, que se fazem necessarias a uma sociedade polida. Então se desenvolverão as idéias da agricultura e do commercio, e de todas as artes que estão n'aquellas conquistas comndenadas a uma profunda ignorancia, ou seja, como querem alguns, por ter sahido ha pouco das mãos da barbaridade, ou, como querem outros por andar ali, com a fertilidade do paiz, unida a preguiça de seus habitantes. (MUNIZ BARRETO, "Plano", p.54)

Em 1788, Muniz Barreto ofereceu a D. João, príncipe do Brasil, através do ministro Martinho de Melo e Castro, um "Plano sobre a civilização dos Indios do Brasil, e principamente da Capitania da Bahia"[91], enfatizando ações e estratégias políticas para um novo projeto de incorporação dos indígenas da Bahia à sociedade colonial, com o intuito de conseguir o reconhecimento do serviço prestado, através da concessão de cargos. O autor afirma que se as suas idéias, fossem aplicadas de forma correta, suscitariam muitas rupturas, fazendo nascer no Brasil a paz, prosperidade e civilização. O plano divide-se em três partes, onde justifica:

> Na primeira mostrarei o estado em que se achavam aquelles barbaros e infieis no descobrimento do Brazil; o modo como que se principiou a missão, e a alteração e abuso que n'ella houve; na segunda o estado em que se acham presentemente os mesmos índios, e o modo indecoroso com que continuam algumas missões, tendo outras ao mesmo tempo parado; na terceira o melhor methodo (medindo a natureza e costumes d'aqueles barbaros) não só para se lhe continuar a crença, mas de os tornar ao mesmo tempo cidadãos úteis ao Estado. [92]

Após tecer severas críticas ao trabalho de catequização dos jesuítas, "que só cuidavam, como tenho feito ver, em [...] tirarem vantajosos lucros, tendo só em vista os seus interesses

[91] Muniz Barreto. "Plano sobre a civilização dos Indios do Brasil, e principamente da Capitania da Bahia". RIHGB, 1788.

[92] Idem, p. 40.

particulares",[93] apresenta um longo plano onde, em síntese, ficava estabelecido para os índios "mansos e bravos": a organização em novas vilas; liberdade civil; divulgação da verdadeira religião; estabelecimento de escolas bem estruturadas para as crianças; nomeação de dois diretores "ilustrados", um particular e um geral; escolha de párocos bem formados; construção de templos opulentos e casas para os indígenas com arquitetura semelhante a dos brancos; uso exclusivo da língua portuguesa; permissão e estímulo do casamento entre brancos e índios; vestimenta ao modo dos brancos; punição dos índios rebeldes e desertores e distribuição de mercês e presentes de pouco valor entre os índios subordinados; criação de um terço de ordenança em cada vila, nomeando como chefe ou capitão-mór o índio mais competente com o intuito de auxiliar os missionários no processo de evangelização e aldeamento e defender os brancos do gentio bárbaro; contato com governadores e outras autoridades coloniais, para que a observação da grandeza dos seus hábitos, levasse-os a querer ter por modelo ou norma.

Desta forma, o plano trata de questões seculares e temporais, visando uma ampla intervenção para "civilizar" os índios, articulá-los ao processo de colonização - pois atribuía aos mesmos papel central enquanto mão-de-obra - e incrementar o controle do Estado para cumprir o projeto de estabelecimento do Império luso-brasileiro.

Embora haja rupturas em relação a lei colonial denominada "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão", são nas políticas pombalinas ilustradas que devem ser buscadas as fontes de inspiração que fizeram Muniz Barreto pensar os indígenas como seres fragilizados e necessitados de assistência tutelar. Suas idéias são bastante coerentes com o ideário de civilização, progresso e felicidade pública das políticas do ministro de D. José I. Como afirma Maria Hilda B. Paraíso (1998) o militar, apesar das constantes críticas aos jesuítas, vai acrescentar ao Diretório Pombalino, sobretudo a incorporação de práticas de cristianização dos índios. Entretanto, em diversas passagens do documento, preocupa-se em tratar da necessidade de limitar o poder da Igreja. Sua proposta era essencialmente laica:

> [...] estas aldeias reduzidas a vilas devem abolir [...] a jurisdição espiritual [...] dos missionários e [...] passar para os párocos [...] e a qualquer destes o temporal, o que he sendo proibido pelo direito canônico, é sem dúvida incompativel o exercitarem jurisdição civil e criminal [...].

[93] Ibdem, p. 63.

Seu projeto etnocida estava voltado para os interesses da metrópole, a incorporação dos silvícolas nas atividades econômicas, através da "civilização" desses povos, substituição de sua cultura pela dos colonizadores (idem). Como afirma Norbert Elias (1994) o conceito de civilização neste período está imbuído de dois significados que não se opõem: utilizado pelas elites para se distinguir de um comportamento "bárbaro" e para transmitir a idéia de um projeto que objetivava mudanças no comportamento de grupos sociais concebidos como "primitivos", única via para se alcançar o desenvolvimento almejado para cada sociedade particular. O desenvolvimento da colônia, principal via para a superação do atraso da metrópole, passaria pela incorporação dos indígenas à economia.

As transformações objetivadas por Muniz Barreto, visando a conversão dos índios aos valores e comportamentos dos colonizadores, certamentemente, estavam de acordo com a definição eliasiana. Levando-se em consideração o contexto colonial e escravista, observa-se que todos os procedimentos indicados para "civilizá-los" visavam educá-los no sentido de conduzí-los a sua destinação: subsistência, disciplina, aceitação de coerção e limites, coexistência pacífica com os brancos, utilização como mão-de-obra para a agricultura e atividades extrativistas e apropriação dos seus conhecimentos técnicos sobre construção naval e acerca dos recursos naturais para fins comerciais.

> As terras que tiverem por cultivar devem logo ser distribuidas, a proporção das familias que cada um tiver, ordenando S. Magestade se lhe dem gratuitamente as ferramentas necessarias para o trabalho dos primeiros dous annos [...]. [94]

> [...] que no descobrimento do Brazil se houveram humanamente com os nossos cosmografhos, que sem o seu auxilio não se poderiam entranhar pelas terras dentro, d'onde souberam muitos segredos que por elles lhes foram comunicados, servindo-lhe ao mesmo tempo de guia, por serem de uma incomparável viveza, principalmente em conhecimentos de ervas medicinais. [95]

Acreditava que através das Luzes todos os povos seriam capazes de ultrapassar certos estágios de desenvolvimento e aprimorar todas as faculdades humanas. Esta idéia vigente no período, segundo a qual índios e escravos viviam uma fase transitória e que submetidos à processos civilizatórios poderiam ser incorporados à sociedade, fornecendo seus braços e conhecimentos dos segredos na natureza tropical para incrementar a empresa colonizadora,

[94] Muniz Barreto. "Plano sobre a civilização dos Indios do Brasil, e principamente da Capitania da Bahia". RIHGB, 1788, p.87.

[95] Idem, p. 43.

também pode ser percebida em sua "Memória sobre a Abolição do Commercio da Escravatura",[96] escrita tempos depois, oferecida a D. João VI em 1817, na qual defende, frente às pressões inglesas, a abolição gradual do tráfico e do regime de trabalho escravo, concebendo o "ócio, preguiça e vagabundagem" de escravos, índios e homens livres que mendigavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, como um vício antigo dos brasileiros, conseqüência da má educação para o trabalho e vida social e não da existência de uma diferença natural das faculdades dos homens. Em toda e qualquer sociedade pode surgir o homem sociável, na medida que se use de maneira adequada a Razão e a instrução. Influência de Locke, que acredita que o homem é naturalmente bom e a vida civil pode depravá-lo,[97] influência de Diderot, quando afirma em seu verbete "Direito Natural", que "o homem não é apenas um animal, mais um animal que raciocina e que pode descobrir a verdade das coisas" (SOUZA, 2006, p. 10).

Dessa forma, não se encontra nos seus textos influência de determinadas vertentes da literatura européia do período, como a concepção de inferioridade de povos de outros continentes em relação aos europeus expressa em Voltaire, que via na América a consubstanciação da "estupidez da espécie humana", povos vencidos que nunca cultivaram a razão e o desenvolvimento. (apud SOUZA, 2001, p. 211-212) [98] Sobre os índios, Muniz Barreto afirma:

> D'este modo os que forem applicados as letras poderão vir a ser felizes, seguindo depois os outros estudos scientificos, e virão a ter um formal conhecimento do que os seus antepassados perderam, por falta de quem os dirigisse, pois elles tem toda a

[96] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memória Sobre a Abolição do Commercio da Escravatura". Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F.P Brito, 1837. [1817]

[97] Muniz Barreto afirmava: "[...] quando são meninos [os indígenas] são dóceis e bem inclinados, porém com a educação dos seus pais vão de maneira perdendo este dom da natureza, que se fazem igualmente brutos com eles". Muniz Barreto, "Plano sobre a civilização dos Indios do Brasil, e principamente da Capitania da Bahia". RIHGB, 1788, p.41.

[98] Alguns intelectuais do período, como José Bonifácio de Andrada e Silva, na "Representação a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura", de 1823 e Frederico L. C. Bulamaque na "Memória Analytica a cerca do Commercio d'Escravos e a cerca dos Males da Escravidão Doméstica", de 1837, se posicionaram contra a escravidão, pois consideravam os negros africanos selvagens, imbecilizados, corruptos, imorais e indolentes, devido ao trabalho escravo. Com formação científica, Bonifácio considerava a decadência da agricultura e a devastação das florestas coloniais fruto do trabalho escravo, incompatível com a introdução de novas tecnologias. Nos "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil", também apresentado na Assembléia Constituinte em 1823, é mais sutil ao afirmar que apesar de serem os índios uma raça de homens preguiçosos, ignorantes e desumanos, são possíveis de serem civilizados, através dos esforços dos brancos em mostrar-lhes os aspectos positivos da vida em sociedade: "[...] não se deve concluir que seja impossível converter estes bárbaros em homens civilizados: mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes". Muniz Barreto enfatizava ser plenamente possível inserir negros e índios na sociedade. Entretanto, seu projeto civilizatório não tinha por base a construção de um Estado moderno, mas os interesses concretos de uma elite latifundiária: preocupava-o "a ruína, e destruição da fértil lavoura do Brazil, tirando-lhe os braços, que lhe são indispensáveis [...]." "Memória sobre a Abolição do Commercio da Escravatura". Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F.P Brito, 1837. [1817], p.21.

> disposição para as sciencias, pela sua incomparavel viveza e penetração [...]. [99]

Interessado em observar, conhecer e coletar produtos da natureza, incrementar a economia e a agricultura, não dirigiu sua atenção para a análise das relações entre os homens e os lugares por eles habitados. Mesmo referindo-se a obras do conde de Buffon, abade Corneille De Pauw, Lineu e outros intelectuais que puseram em questão a possibilidade do mundo tropical atingir o estágio de "civilização", comportando o desenvolvimento das ciências e das artes devido ao clima hostil da América que acabava por degenerar os homens e a sociedade.

Não estabeleceu relações entre o clima e o comportamento dos povos, preferindo afirmar a excelência do continente americano. De acordo com Lorelai Kury (2007) o clima, ou seja, a raça, a dieta, os costumes e todo o ambiente no qual cada população está inserida, era concebido como determinante sobre o caráter da mesma. Afirma que o barão de Montesquieu, muito admirado pelo indivíduo estudado por suas concepções acerca da liberdade, leis e poder, foi quem melhor sitematizou o determinismo climático setecentista, em sua obra "O espírito das Leis", de 1757.[100] Certamente, Muniz Barreto conhecia muitos conceitos manipulados pelo aristocrata francês, mas demonstra que a relação dos homens de letras do Império português com a Ilustração européia não foi passiva, visto que dialogava apenas com idéias que servissem aos seus interesses, produzindo um conhecimento singular.

> Encontraremos nos climas do norte povos com poucos vícios, bastante virtudes, muita sinceridade e franqueza. Aproximemo-nos dos países do meio-dia,

[99] Muniz Barreto, "Plano sobre a civilização dos Indios do Brasil, e principamente da Capitania da Bahia". RIHGB, 1788, p. 77.

[100] Trata-se do que Antonello Gerbi (1996) denominou de "Polêmica do Novo Mundo". Alguns intelectuais como Buffon, Hume, Voltaire, Bacon, De Pawn, Montesquieu, entre outros, teorizaram acerca da existência de climas superiores e inferiores e suas repercussões sobre os povos. O naturalista francês Buffon considerava a América inferior a Europa, sua natureza degenerada pela umidade dos solos, grande número de animais e insetos de pequeno porte e homens fisicamente frágeis. De Pauw, concordando com tais argumentos, chegava a afirmar que os europeus tinham a estatura diminuída quando passavam a viver no clima tórrido do Brasil, propício, para Buffon, apenas para índios e negros selvagens. Assim, Buffon explica a singularidade da natureza americana: "Vejamos porque se encontram tão grandes répteis, tão avultados insetos, tão pequenos quadrúpedes e homens tão frios neste Novo Mundo. Isto deriva da qualidade da terra, das condições do céu, do grande calor, de umidade, da situação, da elevação das montanhas, da quantidade das águas correntes ou estagnadas, da extensão das florestas e, sobretudo, do estado bruto no qual se encontra a natureza". E complementa afirmando que "neste estado de abandono, tudo se enlanguesce, tudo se corrompe, tudo sufoca [...] produzirá apenas seres úmidos, plantas, répteis, insetos, e somente poderá nutrir homens frios e animais débeis". Conseqüentemente, é "sobretudo por existirem poucos homens na América e por levarem em sua maioria uma vida de animais, deixando a natureza em bruto e negligenciando a terra, que ela permaneceu tão fria, incapaz de produzir os princípios ativos, de desenvolver os germes de quadrúpedes maiores, os quais precisam, para crescerem e se multiplicarem [...]" (apud Gerbi, 1996, p.22-23).

> acreditamos estar longe da própria moral: as paixões as mais vivas multiplicarão os crimes: cada qual buscará a tomar sobre os outros todas as vantagens que possam favorecer essas mesmas paixões. Nos países temperados, encontraremos povos inconstantes em suas maneiras, nos seus vícios e virtudes; o clima não possui qualidade suficientemente determinada para fixá-los (MONTESQUIEU apud KURY, 2007).

Assim, a "tradição climática" não fornece um padrão interpretativo para Muniz Barreto. Vivendo em um país com tão "feliz clima"[101], o progresso seria atingido apenas com o esforço do Estado no sentido de educar, controlar e disciplinar indígenas, escravos e homens livres pobres.

> [...] este paiz temperado, ameno, abundante de chuvas, orvalhos, fontes, rios e pastos; e de todas as producções dos tres reinos da natureza em tão grande copia e riqueza, que por toda a parte se ostenta ali a mesma natureza imperiosa, e cheia da maior energia, prodigalisando com a mão liberal todos os seus mais preciosos dons, merecendo por esta causa entre os philosophos modernos, e todos de commum accordo, a reputação de ser o paiz mais ricos em producções naturaes. [102]

Dessa forma, em 1788 Muniz Barreto inicia seus contatos com as comunidades indígenas com "brandura, efficacia e prudencia",[103] apropriando-se de seus conhecimentos sobre a natureza local e produzindo Memórias sobre minerais, plantas medicinais, árvores e fibras vegetais usadas na construção naval. Ao escrever instruções sobre a civilização dos índios, passou a ser reconhecido como um excepcional "desbravador e cativador" de nativos,

[101] Muniz Barreto valorizava o clima do Brasil, observando que se tratava de um lugar privilegiado para abrigar todos os elementos de um mundo civilizado, chegando a iniciar uma das Memórias que enviou à Academia Real das Ciências de Lisboa, com uma descrição do "feliz clima do Brasil que pela variedade de suas produçoens offerece a Portugal toda a riquêza com q.' se ostenta". Domingos Alves Branco Muniz Barreto, "Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilhéos na Capitania da Bahia e seus produtos em tres ramos da História Natural". s.d, aproximadamente 1790. Cópia extraída do códice manuscrito n. 688, existente na Real Biblioteca do AHU, 1.3.8. p.2) Na mesma direção, Azeredo Coutinho e Manuel Arruda da Câmara buscavam valorizar os trópicos e seus habitantes frente às concepções negativas quanto as possibilidades de abrigarem elementos do mundo civilizado. No trecho que segue, Manuel Arruda da Câmara se contrapõe as teses dominantes: "Se lançarmos um golpe de vista filosófico sobre a superfície do globo, veremos que os países situados entre os Trópicos parecem ser os únicos destinados pela Natureza para habitação dos homens; pois que só ali é que ele pode viver comodamente sem socorro d'Arte, e nutrir-se dos enumeráveis frutos que a terra prodigamente lhe liberaliza, e que não se encontra nos países vizinhos dos pólos". Câmara, M. A. da. "Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins botânicos nas principais províncias do Brasil". Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. p. 198. Entretanto, faltam estudos monográficos acerca das reações na América portuguesa, às teses climáticas européias, trabalho realizado por Gerbi (1996) privilegiando a América espanhola.

[102] Muniz Barreto, "Plano sobre a civilização dos Indios do Brasil, e principamente da Capitania da Bahia". RIHGB, 1788, p. 41.

[103] Idem, p. 82.

o que lhe proporcionou a mercê de uma longa licença do serviço militar para cuidar de interesses pessoais e ascensão na carreira profissional, além da designação pelo governador da Bahia e do apoio ouvidor da Comarca de Ilhéus Francisco Nunes da Costa para a realização de uma Viagem Filosófica entre os índios sublevados da Bahia, com objetivos políticos e científicos[104]: fazer com que os silvícolas que se encontravam refugiados nas matas retornassem as aldeias e vilas que haviam abandonado e apropriar-se dos seus conhecimentos acerca da floresta Atlântica, contribuindo para a dinamização da economia e fortalecimento das ciências.

Nos documentos resultantes da referida viagem, como será demonstrado no quarto capítulo, evidencia-se a participação dos nativos como colaboradores na navegação pelas águas dos rios traiçoeiros da região, localização geográfica, transmissão de conhecimentos sobre os três reinos da natureza, coleta das espécies observadas e informações sobre seus usos. Para um indivíduo sem formação acadêmica em História Natural que se propunha a produção, circulação e divulgação de conhecimento científico sobre a natureza local, tal estratégia de formação de redes foi fundamental: a apropriação dos conhecimentos empíricos dos indígenas se transformariam em ciência. Como afirma Warren Dean (1996, p. 134), o saber "vagamente rememorado dos indígenas, transmitido com dificuldade aos caboclos e africanos fugidos do perímetro colonial, foi fundamental para que espécies da mata atlântica tivessem adquirido nomes e alguns nomes [...] associados a usos".

[104] Informações contidas nos seguintes documentos: "Carta de Domingos Alves Branco Muniz Barreto para Martinho de Mello e Castro, na qual lhe pede para se interessar pela sua nomeação de ajudante das ordens do governo do Rio de Janeiro cujo posto havia Requerido". Bahia, 15 de julho de 1791. AHU, Castro e Almeida, cx. 75, doc. 14.459; "Carta de Domingos Alves Branco Muniz Barreto para Martinho de Mello e Castro, na qual se refere aos seus trabalhos sobre 'a civilização dos índios do Brasil' e sobre agricultura, commercio e navegação do Rio Grande de S. Pedro, á situação de sua família e a pretensão que tinha de ser nomeado ajudante das Ordens do Governo". AHU, Castro e Almeida, cx. 75, doc. 14.504. Importante ressaltar, que em todos os requerimentos e solicitações realizados por Muniz Barreto à Coroa, encontra-se referências ao trabalho de incorporação dos indígenas à sociedade por ele realizada. Num requerimento do final do século XVIII, solicitando a propriedade vitalícia do ofício de Intendente da Marinha e Armazéns Reais, seguido de muitos atestados de homens ilustres da Bahia justificando seus serviços, fica evidente a importância do trabalho supracitado, pois todos se referem ao mesmo com louvor. Apresentando as razões de seu pedido, o requerente informa: "[...] alem destes bons serviços da Fazenda, q.' o sup.e prestou, fêz mais outros não menos dignos de atenção, pois que sabendo que na Commarca dos Ilheos, os Indios da maior parte das Aldêas e Villas se achavam descontentes, e hum grande numero dispersos das suas habitaçoens, esquecidos muitos deles dos dogmas da Religião, vivendo como brutos a lei da natureza, differindo bem pouco dos bárbaros gentios, o q.' p.a o fucturo veria a ser de funestas conseqüências p.a o Estado e perigoso de voltarem todos os Indios daquella Commarca para as brenhas a seguir os erros do paganismo e das suas confusas crenças, se muniu o sup.e da Portaria e Cartas de Officio do Desembargador Ouvidor da referida Commarca dos Ilheos , q.' então se achava doente na Cidade da Bahia [...] dirigidas ao Capitão Mór e Ouvidor interino aos Juízes Ordinários da Villa de Cairú e Boipeba p.' obedecerem e darem todo o auxílio ao sup.e q.' movido do zelo de catholico e de fiel vassallo embarcou a sua custa para a dita Commarca dos Ilheos, a fim de socegar, como socegou os mesmos Indios, embarcar a sua continuada fuga, e reduzilos a procurar as suas antigas habitaçoens, e virem povoar as Villas e Aldêas q.' tinham abandonado e a viverem em paz e obediência e instruir-se de novo nos actos da Religião Chistã". AHU, Castro e Almeida, cx. 81,

Entretanto, as contribuições das culturas nativas para o conhecimento científico produzido pelos europeus ao longo do processo de colonização da América portuguesa não tem recebido a devida atenção dos historiadores das ciências, mesmo sendo inúmeros os depoimentos de cronistas acerca de suas habilidades no trato com a natureza local,[105] os medicamentos à base da flora americana elaborados pelos jesuítas e difundidos por toda a Europa e as expressivas Memórias dos naturalistas setecentistas que relatam a ampla utilização dos conhecimentos dos índios em seus trabalhos de campo. Como afirma Ildeu de Castro Moreira (2002, p. 41):

> As contribuições das culturas nativas de regiões distantes da Europa para o conhecimento científico adquirido ou construído pelos naturalistas quase sempre têm sido desconsideradas pelos historiadores da ciência. A atenção destes é dirigida para as observações e teorias dos cientistas, para as suas formações, instrumentos e métodos de trabalho, para a difusão de suas idéias e para as influências científicas, políticas, filosóficas e econômicas em e de suas obras. Com freqüência eles descrevem as populações locais como iletradas e ignorantes, mas delas dependia, em boa medida, o êxito das expedições científicas. As redes de apoio formadas pela interação com as comunidades residentes nas áreas visitadas tornaram possível o trabalho de campo de muitos cientistas. Essas redes incluíam outros naturalistas, estrangeiros (residentes e aventureiros), grupos indígenas, caçadores, escravos, fazendeiros, autoridades, padres, membros da elite, diplomatas, fornecedores, transportadores, empregados diversos e outros.

Levando em consideração os avanços historiográficos e o trato documental da produção nacional em História das Ciências nas últimas décadas, que tem voltado suas atenções para fontes como os diários de viagem, nos quais aspectos pormenorizados das atividades dos naturalistas aparecem nitidamente (diferente dos relatórios e memórias imbuídos de um caráter essencialmente científico, devendo livrar-se de observações não competentes ao referido fazer), é hoje possível encontrar os subalternos em algumas narrativas historiográficas. Entretanto, a inflexibilidade etnocêntrica permanece.

Estudando naturalistas que estiveram no Brasil durante o século XIX, Ildeu de Castro

---

doc. 15.794-15.836.

[105] Cronistas e missionários, vivendo em ambiente hostil, aproximaram-se dos povos nativos e interessaram-se pela utilização que faziam da natureza, acabando por transmitir à posteridade, muitos dos seus saberes sobre usos e propriedades dos vegetais. Entre as primeiras descrições da fauna e flora brasileiras, denominadas de literatura de informação, encontram-se os relatos de Gabriel Soares de Souza, "Notícias do Brasil" e Tratado Descritivo do Brasil"; Manuel da Nobrega, "Cartas do Brasil" e "Cartas Avulsas"; José de Anchieta, "Cartas, informações fragmentos históricos e sermões"; Fernão Cardim, "Do Clima e Terra do Brasil e Algumas Coisas Notáveis que se Acham assim na Terra como no Mar" e "Tratados da terra e da gente do Brasil"; Pero M. Gandavo, "História da Província de Santa Cruz"; Hans Staden, "Viagem ao Brasil", entre outros autores que descreveram um grande número de espécies vegetais empregadas pelos índios. Os inacianos, devido a grande demora da chegada de navios do reino trazendo os medicamentos necessários para o abastecimento de suas boticas, voltaram-se para os recursos naturais oferecidos pela terra, aproximando-se dos atentos observadores da natureza, os indígenas.

Moreira (idem) esforça-se em chamar a atenção para o papel desempenhado pelos habitantes locais nas viagens filosóficas, que tiveram seu conhecimento sobre o mundo natural americano reconhecido em cartas, livros e diários de viagem de renomados homens de ciências, como os ingleses Alfred R. Wallace (1823-1923) e Henry W. Bates (1825-1892) e o suíço Louis Agassis (1807-1873). Bates, em seu livro sobre a viagem realizada ao Brasil, afirma:

> Eu já havia aprendido que a única maneira de alcançar os objetivos que me tinham trazido ao país era acostumar-me ao modo de vida das classes mais humildes do lugar. Nosso auxiliar mais valoroso era Alexandro [...] um jovem tapuia, inteligente e afável, perito em navegação e incansável caçador. À sua descrição devemos o fato de terem sido levados avante todos os objetivos da nossa viagem. [...] Sebastião [um indiozinho] me acompanhou sempre nas minhas andanças pela mata, sendo de grande ajuda para encontrar os pássaros que eu caçava, os quais às vezes caiam no meio de cerradas moitas de mato [...] ele tinha uma grande habilidade para pegar lagartos com as mãos e para trepar em árvores e mesmo as palmeiras de tronco mais liso não lhe ofereciam nenhuma dificuldade. [...] Tenho observado nas crianças indígenas um senso de orientação quase tão apurado quanto o das vespas da areia. Certa ocasião, um velho português e eu, acompanhados por um garoto de dez anos de idade, ficamos perdidos na mata [...]. Nosso caso parecia sem esperança, e de imediato não nos ocorreu consultar nosso pequeno companheiro, que ficara brincando com seu arco e flexa [...] sem prestar atenção, aparentemente, no caminho que seguíamos. [...] Quando lhe pedimos, ele apontou no mesmo instante a direção certa de onde nossa canoa estava atracada. Não conseguiu porém explicar porque sabia; acho que registrava mentalmente o percurso que fazíamos [...]. No seu caso, o senso de orientação parecia institivo (BATES apud MOREIRA, 2002, p.44).

Louis Agassiz, na passagem que segue, também enfatiza o conhecimento dos indígenas sobre a natureza e suas importantes contribuições para a expedição "Thayer":

> Grande número das árvores que formam as florestas são desconhecidas ainda da ciência; entretanto, os índios, esses botânicos e zoólogos práticos, tem conhecimento perfeito não só de suas formas exteriores, mas de suas diferentes propriedades. Esse conhecimento empírico dos objetos naturais que os rodeiam vão tão longe entre eles que reunir e coordenar as noções espaças nas diversas localidades dessa região seria [...] contribuir grandemente para o progresso das ciências. Seria mister [...] escrever uma enciclopédia da floresta ditada pelas tribos que as povoam. Seria [...] excelente maneira de colecionar ir de aldeia em aldeia, mandando os índios colherem as plantas que conhecerem, secá-las, pôr-lhes etiquetas de acordo com os nomes vulgares do lugar e inscrever, sob esses títulos, ao lado dos seus caracteres botânicos [...] indicações relativas às suas propriedades medicinais ou outras. [...] A respeito das propriedades medicinais das plantas, estão melhor informados que quantos sábios tem estudado a matéria. [...] Cumpriria, pois, convocar os índios, pedir-lhe amostras, ouvir seus esclarecimentos sobre as madeiras, óleos, gemas, resinas, fibras teáveis, frutas, etc (AGASSIZ apud MOREIRA, 2002, p. 46-47)

Dessa forma, é inegável a difusão de conteúdos veiculados pelos indígenas através da

oralidade para o registro escrito. O fato é que apenas na segunda metade do século XVIII a Coroa portuguesa mostrou-se realmente interessada em investigar o domínio indígena sobre a biodiversidade e os biomas nativos, visando expandir o comércio de produtos agrícolas frente ao declínio das minas de ouro e a perda de possessões asiáticas, embora o interesse sobre os produtos da natureza brasileira que pudessem ser comercializados remontem ao início do período colonial.

Até o século XVIII, a divulgação ocorria sem grande apoio oficial, realizada por colonizadores que desejavam, com os seus escritos, a obtenção de cargos, títulos, benesses e mercês régias e das operações comerciais que enviavam para a Europa um grande número de gêneros medicinais, chegando a ter como conseqüência a extinção de muitos deles, como indica o médico Bernadino Antônio Gomes ao tratar da Ipeca:

> O bem que a humanidade percebe desta planta tão creditada, devia por si só ser um poderoso incentivo para se tomarem as medidas necessárias e para se obviar a extinção e mesmo a excassez dela [devido à exploração predatória visando a exportação] (GOMES, 1972, p.10).

Quando a História Natural se tornou um meio promissor de recuperação da soberania do Reino português, os "homens de ciência" afirmaram enfaticamente a necessidade da contribuição indígena para o conhecimento dos três reinos da natureza dos domínios coloniais. Nesse processo de valorização do mundo natural, o naturalista italiano Domingos Vandelli exerceu um importante papel. Através da confecção das "Instruções de Viagem" incentivava a realização de estudos de campo que buscassem obter informações acerca dos ameríndios e de sua relação com a natureza. Visando atender aos objetivos da ciência e da colonização, mapeando seus conhecimentos acerca das potencialidades naturais da terra em favor do restabelecimento do poderio do Estado português.

> Para se conhecer se huma terra he ou naõ sádia, basta de ordinario olhar para os seus habitantes, e observar a sua disposiçaõ, e as doenças Idemicas, a que estão sugeitos. [...] os Indios, como saõ os mais inteligentes practicos daquelle continente, saõ tambem os melhores Mestres para nos ensinarem os nomes das plantas, e o seu uso principalmente das que se podem extrahir cores, e das que servem nas doenças proprias daquella parte da America, onde elles morarem. [106]

[106] VANDELLI, Domingos. "Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar". 1779.

Muniz Barreto mostrou-se muito afeito aos remédios da terra, manifestando-se sensível aos usos que os indígenas e demais subalternos faziam das plantas medicinais.

3.2 Memória Sobre a Fortaleza do Morro de São Paulo

De acordo com Mário Mendonça de Oliveira (1999, p.49) os especialistas em engenharia militar e cronistas do período colonial são unânimes em afirmar a importância da Fortaleza do Morro de São Paulo para a segurança da capitania da Bahia e das vilas vizinhas, sobretudo Cairu e Boipeba, responsáveis por grande parte da produção de alimentos para o abastecimento interno, bem como para a proteção dos navios mercantes que necessitavam fugir de piratas. Ainda de acordo com o autor (idem, p. 56-59) durante o século XVIII a fortaleza ainda passava por constantes reformas devido à ação das águas que levavam a incessantes deslocamentos das encostas. Dessa forma, as atribuições de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento dos Extremos da referida fortaleza, não eram insignificantes.

Em 1797, escreveu uma Memória intitulada "A Fortaleza do Morro de São Paulo", onde destina algumas páginas ao seu estado de conservação e as reformas por ele mandadas realizar. O título amplo do documento parece ser mais um recurso retórico utilizado pelo autor, capaz de gerar a persuasão das autoridades lusitanas, uma vez que a defesa da Bahia era um tema de extrema importância no período, para discorrer acerca de questões diversas que demonstrassem sua sintonia com os interesses do Estado, embora teoricamente não fossem da competência de um militar, acreditando poder proporcionar distinção no real serviço.

Inserido no movimento memorialista e projetista do período, elaborou uma importante descrição da região, destacando sua realidade econômica, social, cultural e natural, movido pelo propósito de promover reformas na colônia.

Ao iniciar o texto tratando de questões militares, uma das medidas preconizadas por Muniz Barreto é a necessidade de mandar levantar fortes em Camamu e Boipeba, devido a presença de grandes reservas de "madeiras-de-lei" utilizadas na construção naval. Estava atento aos interesses da Coroa de impor medidas amplas objetivando o monopólio sobre às matas para suprir as necessidades diplomáticas e comerciais, construção de navios de guerra e mercantes.

> Esta precisa segurança que lembro nas duas Barras referidas de Camamú, e Boipeba, serve igualmente para amparar o adiantamento da nossa Marinha na segurança do

> útil corte de madeiras, estabelecido nesta Comarca, e que actualmente, e melhor do que nunca se tem posto em pratica, com a maior energia, não só pelas vivas recomendaçõens e providencias dada por um tão sábio e virtuoso general, mas pelas illuminadas vistas do atual Ouvidor da mesma comarca [...].[107]

A citação acima mostra a prioridade que a economia assumui nos textos do autor. Após tratar da defesa de áreas onde existiam os denominados "Reais Cortes de Madeira", Muniz Barreto preocupa-se em dissertar acerca de temas como a população e as atividades econômicas as quais se dedicavam. Como afirma José luís Cardoso (1989, p.72), trata-se de um dos domínios que mais ocupou os memorialistas, visto que na pespectiva dos pensadores de então, "o problema populacional mantém uma relação estreita com o problema da riqueza ou prosperidade das nações". Ainda de acordo com o autor (idem), tratavam a questão baseando-se nas teses mercantilistas, que associavam o aumento populacional ao aumento da riqueza, visto que o primeiro garantiria o incremento da produção e, conseqüentemente, dos impostos e tributos.

Numa outra pespectiva, pautada em princípios da economia política, o problema populacional é concebido como fonte e conseqüência do fomento econômico, entretanto observa-se uma valorização dos "braços que trabalham", em detrimento do mero aumento populacional. Muniz Barreto, tratando da população que vivia na região do Morro de São Paulo, expõe com clareza sua inserção na segunda perpectiva citada, após estimar o número total de moradores, relacionando com a atividade produtiva à qual se dedicavam:

> [...] o seu total número é mil e trezentas Almas, he grande, pouco industriosos, e somente se acham aferrados a pescaria, a extração de piassaba, e coquilho de que são abundantes as suas mattas e igualmente de madeiras para o fabrico de cazas, etc. Mas tudo isto he de modo que enquanto existe algum lucro do primeiro trabalho, não passam a segundo, e não cuidam de augmentar seus interesses.[108]

A passagem também é elucidativa por mostrar os usos que os homens faziam da floresta. A economia da comarca de Ilhéus esteve desde os primórdios baseada, fundamentalmente, na produção de gêneros de subsistência e voltada para o abastecimento do mercado interno. Entretanto, a atividade extrativista sempre foi uma alternativa econômica, sobretudo a exploração madeireira, o que levou a uma redução das áreas de matas, tema

[107] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "A Fortaleza do Morro de São Paulo". RIGHB, v. I, 1894, p. 236.

[108] Idem, p. 231.

observado com freqüência nos documentos da segunda metade do século XVIII, que denunciam a destruição florestal provocada pelo nomandismo da agricultura e pelo extrativismo, propondo meios para solucionar o problema. Como afirma Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, em Memória premiada em 1789 pela Academia Real das Ciências de Lisboa, a referida comarca:

> [...] pela maior parte ainda coberta de espessas matas, que seus habitantes procurão diariamente destruir, só com a pequena utilidade de huma, até quatro plantações, feitas no espaço de dezesseis, ou vinte annos [...] os habitantes tirão pouco ou nenhum partido da prodigalidade da Natureza [...]. [109]

No mesmo ano, 1789, Domingos Vandelli, corrobora a assertiva acima, através da leitura de textos de outros intelectuais da colônia que chegavam à Portugal, criticando o modelo de ocupação secular do território brasileiro e propondo mudanças no padrão dominante de produção, baseado na grande propriedade, monocultura, trabalho escravo e, conseqüentemente, baixa tecnologia. A prática indígena da coivara, que consistia em roçar e queimar uma pequena área para o plantio agrícola, foi apropriada pelos portugueses que a utilizaram em grandes espaços de terra voltados para a agricultura de exportação, causando grandes perdas da biomassa vegetal.

> Vai se estendendo a Agricultura nas bordas dos rios no interior do paiz; mais isso com hum methodo, que com o tempo será muito prejudicial, porque consiste em queimar antiquíssimos bosques, cujas madeiras pela facilidade de transporte pelos rios serião muito úteis, ou para a construção de navios, ou para a tinturaria, ou para Marceneiros. Queimados estes bosques, semeão por dous, ou trez annos, enquanto dura a grande fertilidade produzida das cinzas, a qual dimunuida, deixão inculto este terreno, e queimão outros bosques; e assim, vão continuando na destruição dos bosques nas vizinhanças dos rios com grave prejuizo. [110]

Em alguns períodos e áreas da comarca de Ihéus a atividade extrativista chegou a concorrer ou mesmo se igualar em importância à agrícola, podendo-se afirmar que se trata de uma herança do processo colonizador, associada às características naturais da região. Como afirma Nicolau Sevcenko (1996, p. 108*)*:

---

[109] SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. "Ensaio de descrição física e econômica da comarca dos Ilhéus na América". In: Academia Real das Ciências de Lisboa, Memórias Económicas, vol.I, Lisboa, 1990 [1789], p. 4-7.

[110] Vandelli, Domingos. "Memória Sobre a Agricultura deste Reino, e das suas Conquistas". In: Memórias Económicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1789. Vol. I, 164-175. p 170.

> [analisando] o processo de expansão européia sob essa condição de expansão colonial podemos muito bem interpretá-lo como uma guerra declarada contra a natureza. A expansão européia se fez em função da exploração dos recursos naturais [...].

Mas à Coroa, no período que se convencionou chamar colonial tardio, [111] interessava uma exploração racional dos recursos naturais, sobretudo o controle da devastação das matas e a expansão de uma agricultura "ilustrada", baseada na melhoria dos sistemas de transporte e comunicações,[112] no estímulo à adoção de novas técnicas produtivas, aclimatação de espécies endógenas e exógenas, confecção de leis agrárias, na produção de conhecimento científico, principalmente botânico, visando à aplicação na produção agrícola. Verificar-se-á mais adiante, uma outra questão bastante discutida no período, a partir de referenciais teóricos diversos, a interferência do Estado nos negócios dos proprietários rurais.

As propostas de reforma da agricultura da comarca de Ilhéus encontradas em algumas Memórias mostram-se sob forte influência da concepção agrarista de riqueza e não da fisiocracia, como alguns estudiosos costumam interpretar. Seus projetos não seguem o princípio de defesa da agricultura como atividade econômica exclusivamente criadora de riqueza, embora salientem sua grande importância para o Estado. Conforme aludido em capítulo anterior, corroborado pelas análises de José Luis Cardoso (1989, p. 74-75) é um erro constantemente cometido pelos historiadores "identificar fisiocracia com agrarismo, visto que embora perceba-se em alguns autores a discreta influência dos teóricos franceses da escola fisiocrática", os luso-brasileiros pensavam o desenvolvimento da economia como um todo, "concebiam a origem produtiva da riqueza na sua dimensão mais evidente e natural", por influência do desenvolvimento da História Natural no período, mas "não concordavam com a

[111] De acordo com Dauril Alden, o período colonial tardio corresponde a transição de uma economia colonial aurífera de meados de setecentos, para um retorno ao incentivo às atividades agrícolas que permanece até o final do período colonial. ALDEN, Dauril. El colonial tardio. In: BETHELL, Leslie. (org.). História de la América Latina, Vol. 3. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, pp. 306-35.

[112] Já afirmava Domingos Vandelli, "sem facilitar o transporte dos produtos da Agricultura, de nada serve augmentar a mesma, porque a despeza he tão considerável prezentemente nelle pelos máos caminhos, e pela falta de navegação interior, que em algumas comarcas, e terras por falta de consumo e estração dos ditos productos, ficão estes obrigados a restringir a cultura pouco mais do que he necessário para o sustento dos habitadores [...]". Dessa forma, no final do século XVIII, intensifica-se a abertura de estradas na Bahia, inserindo-se neste processo José de Sá Bittencourt e Accioli, "incumbido pelo governo de explorações mineralógicas e de inspecionar as minas de salitre de Monte Alto, onde fundou boa fazenda, abriu estradas que a aproximavam do litoral" (BLAKE, Vol. V, 1899), e Baltasar da Silva Lisboa, encarregado da construção de um caminho ao longo da costa da Bahia, de Valença ao Rio Doce, que deu origem a rica "Memória Acerca da Abertura de uma Estrada pela Costa, desde a V. De Valença até o Rio Doce Apresentada ao P. Regente, por Baltazar da Silva Lisboa". 1808. Biblioteca Nacional, m. 512 (58, doc. 52).

noção de esterilidade dos setores não agrícolas", conforme concebiam os fisiocratas. Como ilustra o excerto seguinte:

> A agricultura em toda a ilha [Ilha de Tinharé] consiste somente em poucos pés de Algodão, e muito pouco de arroz, de que tirão pela sua enercia pouca utilidade, sendo aliás as terras muito proprias para qualquer destas lavoiras, extraindo igualmente dos matos a abundancia de coquilho, e de piassaba, deixando todo o terreno inculto, e infrutifero. Animada que fosse a agricultura, ou fosse com premios, e algumas Leis Agrárias, de que em geral ha huma grande falta no Brazil, ou ainda ameaçando-os de perderem os terrenos para serem repartidos por cultivadores habeis, e industriozos se augmentaria de igual modo o comercio, que sem aquele indispensavel aliado não pode florecer, pois que a mesma ilha tem um terreno muito fértil, abundantissimo de excellentes agoas e varjarias para ser aproveitado.[113]

Domingos Vandelli, ao analisar as causas físicas e morais da decadência da agricultura, propõe meios para fazê-la florescer, cujos pontos principais assemelham-se aos levantados por Muniz Barreto: "Mas não he bastante, que haja uma sabia legislação [...] mas he necessario que a imitação dos antigos Romanos hajão Censores Agrarios, ou pessoas intelligentes, que as fação observar, honrando e premiando os bons lavradores".[114] E complementa:

> Escrever de Agricultura neste século he costume introduzido em quasi todas as Nações polidas; immensos livros temos de economia, e cada dia novos aparecem; e com tudo a Agricultura em alguns paízes esta pouco ou mais adiantada, que nos séculos passados, em que não havia este fervor por tal estudo. [...] Não foi a imensidade de livros que fez adiantar a Agricultura em Inglaterra; mas sim huma sábia política, e na França as sociedades divididas em differentes juntas: assim na Dinamarca, Suecia e nos Suissos não foram tanto as excelentes Memórias das Academias, como principalmente os premios, e as Sábias Leis que promoverão a cultivação nestes paízes. [...] Querendo promover no Reino e nas Conquistas Agricultura, inúteis são todos os livros, todos os projectos, não havendo huma particular legislação bem executada, que tire os fortes impedimentos, e anime com prêmios e honra os lavradores.[115]

Para o memorialista português Lourenço José G. Moreira, a origem da riqueza está em

[113] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "A Fortaleza do Morro de São Paulo". RIGHB, v.I, 1894, p. 232

[114] Vandelli, Domingos. "Memória Sobre a Agricultura deste Reino, e das suas Conquistas". In: Memórias Económicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1789. Vol. I, 164-175.

[115] VANDELLI, Domingos. Sobre a Agricultura deste Reino, e das suas Conquistas. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p.164-175. p. 164.

toda a produção econômica, ou seja, "todos os frutos e géneros, tanto na natureza como na indústria, de que os homens possam fazer uso ou utilidade. [...] A produção, contemplada desta maneira, é a causa mais eficiente da riqueza pública" (apud Cardoso, 1989, p.74).

As referidas propostas de incrementação da produção agrícola colonial estavam em consonância com as idéias propagadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, e suas congêneres de vida efêmera espalhadas pelo Brasil. A Casa Literária do Arco do Cego, fundada em Lisboa em 1799 por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e dirigida pelo botânico e eclesiático Frei José Mariano da Conceição Veloso, constituiu-se num espaço de produção e divulgação científica e técnica até 1801, quando foi incorporada à Imprensa Régia. Durante seus três anos de atividade foram publicados 83 títulos, 36 de autores portugueses, 41 traduções e 6 em latim, contribuindo para "ilustrar" vários homens e muitos lavradores da metrópole e da colônia, tratando de questões ligadas a agricultura e a modos de produção mais eficazes. Tamanho o cunho didático das obras coordenadas por Frei Velloso, que desenhos e gravuras de maquinários sempre acompanhavam-nas, como a que segue abaixo, realizada por Duhamell du Monceau, tratando de um método de fazer carvão de madeira, publicada em 1801.

IMAGEM II: "Ilustração de Arte do carvoeiro ou methodo de fazer carvão de madeira, de Duhamel du Monceau, edição da Arco do Cego, 1801". In: Neldson Marcolin. O botânico que fazia livros na Corte.

O interesse de Sousa Coutinho e Frei Veloso no desenvolvimento da agricultura colonial, levou a publicação de uma obra em cinco tomos, divididos em dez volumes, com textos recolhidos de vários autores e traduções de obras estrangeiras, intitulada "O Fazendeiro do Brasil", entre 1798 e 1806. As publicações da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Casa Literária do Arco do Cego conseguiram impôr modificações técnicas e diversificação da produção, sendo citadas em muitas Memórias e mostraram o interesse do Estado em diversificar e aperfeiçoar a agricultura colonial, através do desenvolvimento das ciências naturais.

Na Comarca de Ilhéus observam-se preocupações com o manejo racional dos solos (substituição das queimadas por técnicas mais modernas), o controle do trabalho (abolição gradual do trabalho escravo, concebido como impedimento ao avanço do nível tecnológico), a introdução de novas tecnologias (o uso do arado e reformas das fornalhas para gerar menor desperdício de madeiras nativas) e a aclimatação de espécies, embora muitos agricultores se mantivessem presos às antigas tradições e desconfiados destas novas "filosofias". [116]

De acordo com José Roberto do Amaral Lapa (1973, p. 111), as primeiras tentativas do governo português de aclimatar espécies vegetais na colônia, sobretudo de origem asiática, manifestam-se no século XVII, entretanto, é durante a segunda metade do século XVIII que se encontra o registro da transplantação para a América das mais valorizadas drogas para o comércio português, exatamente no momento da perda de parte das possessões asiáticas e o incansável incentivo de Domingos Vandelli e D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o desenvolvimento da agricultura do Reino e suas conquistas. No Arquivo Histórico Ultramarino, encontram-se documentos que tratam da aclimatação de espécies em Jardins

[116] Um exemplo da reação dos agricultores baianos nesse processo de transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura "ilustrada" é oferecido por José Augusto Pádua (2002, p. 97), ao afirmar que Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá introduziu técnicas inovadoras em seu Engenho da Ponta, cujas fornalhas passaram a economizar "2/3 da lenha normalmente utilizada, pois fazia experimentos com bagaço da cana e as modificações nos tubos da roda d'água [...] conseguiram poupar o trabalho de setenta cavalos". Assim, duplicou a renda do Engenho, passando a ser respeitado por muitos agricultores da região, enquanto outros o ridicularizavam, apelidando a sua propriedade de "engenho da filosofia". O mesmo indivíduo, afirma em Memória escrita à Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1789, a resistência dos lavradores ao cultivo de espécies endógenas e exógenas, de grande importância econômica, que se encontravam em estado silvestre na comarca, tendo seus habitantes apenas o trabalho de coletá-las, acostumados com a cultura de mandioca e o extrativismo. Sobre o cacau, enfatiza que apesar de todo o incentivo oferecido pela Rainha para o seu cultivo, observa-se pouco progresso na comarca devido à repugnância dos agricultores e falta de conhecimentos filosóficos e agronômicos da nação e dos magistrados, sendo que apenas no Engenho do Acaray, coincidentemente de propriedade da família do ilustrado, "o proprietário sem o menor esforço tinha já em 1784 mais de seiscentos pés vingados". Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá. "Ensaio de Descripção Física, e Economica da Comarca dos Ilheos na América". Memórias Econômicas da Academia de Sciencias de Lisboa. (1789), p.13.

Botânicos como o do Pará, criado por Carta Régia de 1796, e o de São Paulo e Pernambuco, de 1798. Aqueles estabelecimentos tinham como função aperfeiçoar e ampliar a cultura de espécies endógenas e aclimatar e difundir a cultura de espécies exógenas, embora as últimas tenham recebido mais atenção, devido às suas vantagens comerciais.

Na Bahia, sob o ministério de Sousa Coutinho, incentivador das ciências e melhoramento da agricultura colonial, iniciaram-se as tentativas de criação do Jardim Botânico da Bahia. Não há pesquisas que revelem o efetivo funcionamento da instituição, mas alguns indícios documentais levam a supor que funcionou com todos os percalços que cercavam a implantação das ciências. Os portugueses acreditavam que a transplantação de espécies, principalmente da Ásia, seriam o melhor objeto do comércio português. Assim, na "Memória da transplantação das árvores mais úteis de paízes remotos",[117] João de Loureiro apresenta as colônias do Brasil e Angola como os lugares ideais para a transplantação, devido à latitude e ao clima:

> [...] Pois logo porque não se poderão cultivar igualmente, e melhor, nas Colônias Portuguesas de Angola, e do Brazil? A qualidade do terreno, que he tão sensível aos vegetais em diversos climas, não provém da diversa longitude dos lugares em que se plantão, mas sim da latitude, ou altura do Pólo, que sendo diversas, fazem com que sejão mais ou menos oblíquas, mais ou menos receptíveis, e efficazes às influências dos astros, e principalmente do Sol, que hé o primeiro agente natural da vegetação.[118]

Em Ofício para o Visconde de Anadia, o governador Francisco da Cunha Menezes (1802-1805) informa que o grande empecilho para a implantação do Jardim Botânico baiano, encontrava-se na dificuldade de adquirir um terreno próprio para o seu estabelecimento e progresso, próximo à cidade e com possibilidades para alargamentos futuros.[119] Trata, ainda, da compra da fazenda do Coronel Caetano Maurício Machado, localizada no campo do Forte de São Pedro nesta mesma cidade, ideal para o empreendimento, por ter grandes porções de terras próprias, abundância de águas, vizinhança da cidade, casa de vivenda e outras

[117] LOUREIRO, João de. "Memória da transplantação das árvores mais úteis de paízes remotos". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p.152-163. p. 156.

[118] Idem, p. 156.

[119] Officio do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, sobre a escolha e aquisição do terreno onde seria estabelecido o Jardim Botânico e anexos. AHU, Castro e Almeida, cx. 128, doc. 25.306-25.311.

acomodações e benfeitorias, atestada pela análise de homens importantes da Bahia, entendidos em agricultura e qualidade de terras.[120] Ao que parece, o Estado decidiu pela compra da fazenda, nomeando o médico Ignácio Ferreira da Câmara Bittencout seu diretor.[121]

Importa ressaltar, que embora as fontes consultadas não possibilitem chegar a conclusões acerca de como funcionou a instituição, ou seja, se estabeleceu ou não o aperfeiçoamento e ampliação das culturas já existentes, se conseguiu animar novas culturas e estabelecer relações com outras instituições, conforme planejado por Sousa Coutinho, sabe-se que seu diretor contribuiu significativamente para a investigação, acumulação e sistematização de informações da natureza baiana, remetendo para Lisboa, plantas vivas com a indicação de suas qualidades terapêuticas.[122] Assim, cabe indagar, se teria sido a instituição baiana um lugar de disseminação de plantas medicinais, visto que não há indícios de sua atividade de aclimatação de vegetais interessantes para a agricultura e propagação de conhecimentos entre os lavradores, principal função a ser exercida pelos jardins criados no período.

Entretanto, este fato não dificultou a introdução de culturas exóticas na Bahia, principalmente na comarca de Ilhéus, quando a mesma passa a contar com a presença do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, exímio conhecedor de História Natural. Encontra-se na segunda metade do século XVIII o envio de canarins [123] para a Bahia, com o objetivo de promover a cultura das palmeiras. No mesmo ano, o Vice-rei Conde de Athouguia solicita que se envie para o Brasil especialistas na plantação de amoreiras e criação do bicho-da-seda; em 1763, já se informa sobre o cultivo da urraca [124] por canarins, o que demonstra que foram constantes, desde o período pombalino, o intercâmbio no campo das ciências e das técnicas no

[120] Idem.

[121] Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt foi indicado para dirigir o Jardim Botânico da Bahia em 1799, pelo então Governador, ao Ministro Sousa Coutinho. In: Carta de Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na qual agradeçe a sua nomeação para o logar de Director do novo Jardim Botânico e da informações relativas á sua installação. AHU, Castro e Almeida, cx. 106, doc. 20.734.

[122] Ver: Relação das plantas vivas remettidas para Lisboa por Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt, com a indicação de suas qualidades therapeuticas". Bahia, 23 de junho de 1800. AHU, Castro e Almeida, cx. 106, doc. 20.735; "Officio do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, em que lhe communica a remessa de plantas para o Jardim Botanico colhidas por Ignácio Ferreira da Câmara. AHU, Castro e Almeida, cx. 120, doc. 23.751; "Officio do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, em que lhe communica ter expedido as ordens necessarias para a remessa de plantas para o Jardim Botanico de Berlim". AHU, Castro e Almeida, cx. 127, doc. 25.114.

[123] Habitantes de Goa.

[124] Ao que parece, este termo urraca era utilizado para se referir a uma palmeira indiana, que produzia um licor de mesmo nome. Entretanto, tal palmeira também era utilizada na produção de linho, que certamente despertava o interesse português.

Império português.

No Arquivo Histórico Ultramarino, há referências ao excelente desempenho de Silva Lisboa, no convencimento e auxílio dos agricultores, para a realização de experiência com a "Ipeca, Linho cânhamo, Morus popyrifero, Teca, Pinheiros escossezes, Cedros, Erva da Giné, Caneleiras, Café, Pimenteiras da Ásia, Amoreiras",[125] entre outros,[126] contribuindo para o desenvolvimento da botânica e diversificação da agricultura. Em ofício de 1807, o Governador Conde da Ponte louva Silva Lisboa por ter conseguido promover a aclimatação das culturas supracitadas na comarca de Ilhéus:

> [...] vejo [...] não equivocas provas da sua efficacia actividade, e zelo pelo augmento do Patrimonio dessa Administracção; espero nos futuros resultados das providencias estabelecidas, ver confirmadas as esperanças de se realizarem felizmente os meus desejos e as mais interessantes vistas.[127]

Tais intessses, entretanto, não se resumiram a agricultura. Antes mesmo de Sousa Coutinho, influenciado pelas idéias de Adam Smith, esforçar-se por abolir o monopólio do sal a da pesca de baleias, [128] Muniz Barreto dissertava acerca dos danos que o monopólio estava causando ao comércio da Bahia:

> Tão bem se deve promover a pescaria que neste lugar hé abundante e se pode aproveitar a vizinhança que tem da costa do mar, e dos rios para se fazerem grandes salgas de peixes, para fornecimento da Marinha, fazendo-se essencialmente necessário que sua Magestade mande providenciar o escandaloso monopólio que faz o Administrador do Sal nesta Capitania, tendo os Armazéns abundantes deste Gênero, e pondo-o na mais estreita repartição, com o caviloso pretexto de que pode faltar, só a fim de revender pela porta travessa por altos preços quantidades de moios

[125] A amoreira era o vegetal cujas folhas eram utilizadas para alimentar o bicho-da-seda. O interesse português em produzir a seda, tecido originário do Oriente que proporcionava grandes lucros comerciais, levou a estudos em todo o país sobre as plantas que lhe servissem de alimentos. De acordo com as fontes consultadas, as experiências no período e espaço em estudo foram bem sucedidas, diferente do ocorrido em outras capitanias da colônia.

[126] Encontram-se referências a tais experiências na comarca de Ilhéus nos respectivos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino: cx. 155, doc. 22.56; cx.116, doc. 22.755; cx. 128, doc. 25314; cx.119, doc. 23.603;cx. 149, doc. 29.950.

[127] Officio do Governador Conde da Ponte para o Juiz Conservador Balthasar da Silva Lisboa, no qual o louva por ter promovido a cultura das canelleiras, do café, acafrão, pimenteiras da Asia e a creação de gados para arrastar as madeiras. AHU, Castro e Almeida, cx. 149, doc. n. 29.950.

[128] Por Carta Régia de 28 de julho de 1690, o sal foi colocado sob monopólio régio, com o intuito de evitar a concorrência com as salinas do Reino. Gênero de primeira necessidade, causou crises de abastecimento na colônia, sobretudo devido à sua importância para a pecuária e carne seca, alimentos básicos da grande maioria da população. De acordo com José Jobson Arruda (1986, p.123) "todas as regiões brasileiras, sem excepção, importavam o produto, cujo preço flutuava bastante em função da qualidade". O Alvará de 04 de abril de 1801, extinguiu o monopólio do sal e da pesca de baleias.

> [...] e isto quando Sua Magestade se sirva declarar livre o comércio do Sal para o Brazil, para que senão enriqueça hum só homem em prejuízo e vexame de tantos colonos, e dos interesses incalculáveis que Sua Magestade pode experimentar huma vez que assim o declare. [129]

Silva Campos (2006, p. 277) corrobora a assertiva acima, informando a importância da pesca na vila de Ilhéus, especialmente da "garoupa em mar alto" que empregava muitos braços, mas era prejudicada pelos administradores do contrato do sal que "não vendiam esta mercadoria senão por empenho e alto preço, desanimando de maneira absoluta a indústria da salga de peixe, tão proveitosa à população e que tanto interessava ao governo".

O anti-mercantilismo do período fazia com que a idéia sobre a supressão dos monopólios fosse quase unânime entre os reformistas. Sousa Coutinho, em sua "Memória sobre os melhoramentos", também esforçou-se por demonstrar seus malefícios para a metrópole e a colônia:

> [...] indubitavelmente o estanque do sal é, não só muito prejudicial a toda a América, mas ainda ao Reino, pois que o alto preço a que o mesmo gênero se vende na América impede que ali se dê aos gados a quem é benéfico, que se salguem as carnes, e diminui o consumo em dano do Reino, que exporta uma menor quantidade. Creio que sobre este ponto não há hoje pessoa alguma que hesite em tal matéria. [130]

A pesca de baleias deixou de ser monopólio real em 1801, após ter sido duramente criticada pelos ilustrados luso-brasileiros, em decorrência do caráter predatório como era praticada. De acordo com José Jobson Arruda (1986, p.122), o processo de industrialização da baleia realizava-se em três regiões distintas: Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina, tendo se intensificado nas últimas regiões, quando entra em declínio na primeira. A exploração desta indústria rendeu ao Estado lucros extraordinários,[131] sendo a sua supressão associada à

[129] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "A Fortaleza do Morro de São Paulo". RIGHB, v.I, 1894, p.234.

[130] D. Rodrigo de Sousa Coutinho. "Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América". (1797 ou 1798). In: SILVA, Andrée Mansuy Diniz. Introdução. In: Andrée Mansuy Diniz Silva. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros. p. 56.

[131] Na Memória escrita por Domingos Vandelli, intitulada "Viagens Filosóficas ou Dissertação Sobre as Importantes Regras que o Filósofo Naturalista nas suas Peregrinações deve Principalmente Observar", o autor não demonstra muita preocupação com a preservação do cetácio, mas com a sua exploração econômica. Assim, afirma: "Pelo que pertence aos animais aquaticos, os Americanos tem as Balêas de que se servem para diferentes usos: ellas allem do azeite para os candieiros, das barbatanas para os espartilhos, da mesma carne para os sustento ds pobres, dão os seus excrementos huma parte que serve para tingir de encarnado Otrichechus Omonodon, subministrão dos seus dentes hum Marfim mais precioso, por não se fazer pallido, Ophiserter macephalus, dá o Esparmassete na purificação do qual deve o filósofo trabalhar, como tambem em diminuir o máo cheio, que tem o azeite da Baleia, cuja pesca observara, se he mais facil fatigando-as pelo methodo que usão no Brasil, ou pondo em execução a fisga, que propoz Mr. Bond".

escassez e concorrência estrangeira, visto que no século XVIII os holandeses tornaram-se os maiores caçadores deste cetácio, e aos efeitos das críticas dos ilustrados, que dissertavam sobre o excesso de exploração e os métodos destrutivos empregados nas armações existentes no país, que matavam os filhotes para assegurar a pesca das mães, como explica José Bonifácio de Andrada e Silva, em crítica ao empirismo predatório das práticas produtivas coloniais (PÁDUA, 2002, p.135). Muniz Barreto, embora tenha tecido críticas aos monopólios, tratou da pesca de baleias de forma bastante sucinta, visto que detinha o monopólio de uma grande companhia no litoral baiano, em sociedade com Manuel José Machado, o que deve ter lhe rendido grandes fortunas. [132]

Assim, após tratar de diversos temas relevantes para o desenvolvimento das ciências naturais e da economia do período, Muniz Barreto solicita à Coroa, devido as grandes riquezas naturais comportadas pela comarca de Ilhéus, "fazer as mais exatas observações [...] das produções dos três reinos da natureza, [que] as faltas de Luzes, e de estudos próprios para este fim me impedem o seu desempenho". [133] O pedido foi atendido, tendo o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho se voltado para o levantamento das riquezas da comarca, para onde enviou alguns homens de ciência.

3.3 As Matas da Comarca de Ilhéus: Elites em Negociação

> O predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é, afinal de contas, uma precondição básica da história humana. A forma como ele racionalizou e questionou tal predomínio constitui um tema vasto e inquietante [...]. O assunto tem igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais, daquilo que elas pensavam sobre si mesmas.
> (Keith Thomas, O homem e o mundo natural, 1996, p.19)

Desde os primórdios da colonização brasileira as espécies vegetais foram alvo de políticas estatais visando à sua conservação, frente à exploração considerada predatória, realizada pelos colonos. Concernente às florestas, sobretudo as chamadas "madeiras-de-lei",

[132] Informação contida no "Requerimento (2) do Sargento- mór Domingos Alves Branco Muniz Barreto, nos quais pede que se lhe passe provisão de comissão à Mesa da Inpecção para privativamente conhecer todos os pleitos e questões respectivas à sociedade que tinha com Manuel José Machado nas armações de balêas". AHU, Castro e Almeida, cx. 139, doc. 27.788-27.789.

[133] Domingos Alves Branco Muniz Barreto. "A Fortaleza do Morro de São Paulo". RIGHB, v.I, 1894, p.234.

Margaret Ferreira dos Santos (2005, p.16) observa que, desde 1660, a Câmara de Salvador já se mostrava contrária, através de representação enviada à Coroa portuguesa, ao aumento da quantidade de engenhos na Bahia, por estarem provocando uma assustadora depredação das florestas do Recôncavo baiano.

Como conseqüência da manifestação da Câmara, por determinação régia, a partir de 1666 as cartas de sesmarias passaram a incluir uma cláusula que objetivava controlar os cortes de madeira. Ainda de acordo com a autora (idem), os regimentos de 1652 e 1751, impuseram proibições ao uso de algumas espécies arbóreas. Em 1713 e 1716 os decretos foram mais incisivos, "mandavam conservar as matas e bosques para a utilidade pública e proveito real".

Entretanto, ao analisar as intervenções portuguesas no sentido de controlar o acesso ao recurso madeireiro, constatam-se duas tentativas de monopolização régia de grande importância: o "Regimento do Pau-Brasil", primeira lei de proteção florestal colonial, editada em 1605, e a Carta Régia editada em 13 de março de 1797, que demonstram, entre outras questões, a importância do recurso para a consolidação do poder imperial português, fortalecendo a marinha mercantil e de guerra, já que freqüentemente a metrópole lusa se sentia ameaçada frente a outras potências européias. Em resumo, estabeleciam respectivamente:

> Primeiramente, Hei por bem, e Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito pau-brasil, por si, ou seus escravos ou Feiteiros sem licença, ou escrito do Provedor-mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitanias, em cujo distrito estiver a mata; em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer, encorrerá em pena de morte e confiscação de toda a sua fazenda (MIRANDA, 2004, p.2).

> A carta [1797] determinava uma hierarquia de objetivos que começava com a 'conservação das matas e arvoredos' e incluia a 'maior facilidade nas remessas' e o estabelecimento de uma 'perfeita contabilidade' do preço das peças de madeira. As medidas concretas a serem tomadas, nesse sentido, incluiam a definição de que as matas e arvoredos à borda da costa marítima, ou dos rios navegáveis que desembocassem no mar, eram consideradas propriedades a Coroa. Essas áreas não poderiam ser dadas como sesmarias, e aquelas que já haviam sido dadas deveriam com o tempo ser retomadas, indenizando-se os proprietários com terras no interior. Além disso, a partir da promulgação das cartas régias, ficavam os proprietários obrigados a conservar as madeiras reais, não podendo destruir as matas que as abrigavam (PÁDUA, 2002, p.100-101).

Observando de maneira mais global a legislação metropolitana que almejava conservar as espécies vegetais úteis à construção naval, Diogo de Carvalho Cabral (2008, p.129) observou os períodos de maior intensidade de monopolização régia do recurso lenhoso:

> [...] entre o começo da ocupação efetiva do território, em 1532, quando as cartas de sesmarias já interditavam o acesso dos concessionários ao pau-brasil, até a incorporação da Coroa portuguesa pela dinastia espanhola, em 1580; da restauração até o final do século XVII, período marcado por um esforço normativo numa etapa de consolidação do poder dos Bragança; e, finalmente, as últimas três décadas do domínio luso, quando, num contexto de decadência imperial e crise financeira pós-ciclo da mineração, tenta-se arrochar o pacto colonial, o que se expressa no plano florestal pela (tentativa de) monopolização régia de todas as matas à borda do mar e de todos os rios navegáveis (1797).

Na segunda metade do século XVIII, sob a influência do ideário cientificista e progressista da Ilustração, o problema da destruição ambiental passa a estar presente nas reflexões de um número cada vez maior de brasileiros, era a denominada geração ilustrada luso-brasileira. José Augusto Pádua (2002, p.17) analisou alguns autores que, entre 1786 e 1888, embasados pela "economia da natureza" de Lineu, concepções de ciência natural de Buffon, a "teoria do dessecamento", a doutrina econômica fisiocrata, entre outras premissas já destacadas, preocuparam-se em geral com o tema das florestas, "enquanto outros lograram perceber a existência de uma multiplicidade de temas interligados (desflorestamento, esgotamento dos solos, disponibilidade de água, mudanças climáticas, extinção de espécies animais e vegetais etc.)". Entretanto, o autor trata apenas daqueles intelectuais formados na Universidade de Coimbra, restringindo aos mesmos o conceito de ilustrados e dedica pouca atenção à influência de outros atores sociais, como as elites, autoridades coloniais e os pequenos produtores rurais envolvidos no processo, visto que não se trata do objetivo do trabalho.

Apesar das diferentes formações e interesses dos indivíduos que se envolveram nas discussões sobre as matas, é possível assinalar a existência de um denominador comum em suas manifestações: a maioria dos funcionários régios defendia a idéia de que a destruição da vegetação nativa estava sendo ocasionada pela permanência de uma agricultura predatória (monocultura escravista) e pela exploração extrativista dos colonos que, em alguns espaços, expandiam a indústria de construção naval, acabando com os estoques florestais. Assim, exploração madeireira, onipresente em todo o território colonial, caracterizou-se como uma das atividades mais importantes da economia rural, sendo realizada por variados agentes, devido aos seus diversos préstimos: construção naval, civil, instrumentos de trabalho, transporte terrestre, indústria açucareira, entre outros.

De acordo com F. W. O. Morton (1978, p. 41) a construção naval iniciou-se com a chegada do primeiro governador-geral a Bahia, permanecendo como atividade importante até

o século XIX, guardando um aspecto dual, público e privado. Durante o século XVIII, as constantes reclamações de que as madeiras estavam cada vez mais escassas, geraram um intenso conflito entre agricultores, madeireiros, construtores navais e representantes da Coroa encarregados de por em prática as políticas monopolistas da metrópole. Interressa ressaltar, conforme afirma Antônio Manuel Hespanha (1994, p.29-30), que se trata de uma característica marcante do Estado no final do período colonial, "a tentativa generalizada de impor à desordem dos interesses particulares, uma disciplina visando o interesse público, que surge deste modo, como algo contraditório ou oposto ao interesse dos particulares". Assim, a ingerência do poder público se observa nas mais variadas instâncias da vida colonial, na conservação das matas se manifestando na criação de um novo cargo administrativo: o Juiz Conservador das Matas.

Na Comarca de Ilhéus, o Ouvidor Francisco Nunes da Costa[134], também encarregado da inspeção dos Reais Cortes na região desde a década de 1780, foi uma das primeiras vozes a alertar à Coroa portuguesa, através de uma representação escrita em 1784, sobre a necessidade de políticas intervencionistas para deter os agricultores, afirmando que "todas essas riquezas desprezadas por estes homens rústicos e ambiciosos estão próximas a extinguir-se se de todo não forem as matas defesas, vedadas e guardadas" (apud SANTOS, 2005, p.16).

Nunes da Costa, apesar de não ter se doutorado na Universidade de Coimbra reformada antecipa a idéia do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho de efetivar o tombamento das matas virgens pelo Estado, fundamentando suas idéias principalmente na legislação portuguesa. Embora adotasse medidas contra o desmatamento, como advertências e notificações judiciais, prisões de contrabandistas de madeiras e tentativas de diversificação agrícola principalmente através do plantio do cacau, café, arroz de Veneza, linho cânhamo e algodão (SILVA CAMPOS, 2006, p. 261), afirma não ter recebido o devido apoio do governador da Bahia, D. Rodrigo José de Menezes e Castro, o Conde de Cavaleiros (1782-1788), oscilante em suas decisões devido à grande importância da agricultura da região, especificamente a produção de mandioca, para o abastecimento da capitania da Bahia.

A assertiva é confirmada por Silva Campos (idem, p.256) que declara que, ao longo

[134] Francisco Nunes da Costa, português, filho de Fernando Nunes da Costa, bacharelou-se em Leis na Universidade de Coimbra. Foi ouvidor da comarca de Ilhéus entre 1780 e 1792, falecendo em 1794. Designado Inspetor dos Reais Cortes de Madeira, contribuiu significativamente para proteger os recursos florestais da comarca, alertando à Coroa sobre os locais de maior devastação e punindo àqueles que atentassem contra os seus direitos. Exímio conhecedor da Legislação Portuguesa, tentava por em prática as tarefas no Monteiro-Mór, responsável pela proteção das florestas portuguesas desde o período medieval (Pádua, 2002, p. 98), e a Lei da Boa Razão (1769), na qual os legisladores pombalinos afirmavam, entre outros, os recíprocos direitos e ofícios dos Soberanos e dos Vassalos e penas para aqueles que desrespeitassem as leis e os magistrados.

da década de 1780, durante a administração de Nunes da Costa, encontrava-se "a vila de São Jorge às voltas com uma crise de farinha", tendo a população abandonado o cultivo pelo de outras espécies, o que levou o governador a ordenar que o ouvidor "publicasse editais obrigando os lavradores a plantar mandioca". Defender as matas virgens e a diversificação agrícola significava acabar com o corte e queima para a criação de novas lavouras de mandioca, e muitos agricultores sabiam utilizar esse argumento como instrumento de pressão política.

De acordo com Domingos Alves Branco Muniz Barreto, com a morte de Nunes da Costa[135], acentuou-se a devastação das matas de Ilhéus:

> Com o falescimento daquelle ministro continuaram os Cortes de madeiras, sem que a Junta da Fazenda, nem o Governador Presidente nomeassem para elles nôvo Inspectôr; e se ficarão regendo os mesmos Administradôres, que a Junta confirmou para os diferentes Cortes de que já se achavão encarregados pelo falescido Inspectôr, e sem que tivessem sujeição a pessoa alguã, que não fosse imediata a mesma Junta. [...] estes três Administradôres, como tinham sido creados, e estavam acostumados com os abuzos da antecedente administração, seguirão não só os mesmos vicios della, mas que pozerão as couzas em peor estado, como era muito natural que succedêsse em huma administração accéfala. [136]

O mesmo diagnóstico oferece Baltasar da Silva Lisboa[137]:

> [...] não se procedeu até o presente a demarcação do domínio dos particulares ao público. Destruíram e assolaram todas as matas à borda d'água com irreparável perda, pois que as matas que se propagam e crescem nas capoeiras não produzem árvores suficientes para os navios de guerra. [138]

Silva Lisboa foi nomeado em maio de 1797, para o cargo de Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, para que pusesse em prática a política intervencionista da Carta Régia de 1797, citada anteriormente. As medidas tomadas pelo ouvidor geraram

[135] Nunes da Costa permaneceu no cargo até 1792, mas foi acometido por muitas doenças que o impediram de se inserir nas matas e fiscalizar a exploração, como explicita em muitas correspondências enviadas a Coroa.

[136] "Memória Sobre os Cortes de Madeiras de Construção Estabelecida na Comarca S. Jorge dos Ilhéus Pertencente à Capitania da Bahia". s/d. Ms 512 (47, doc. 2). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN). p. 17.

[137] Baltasar da Silva Lisboa nasceu na Bahia em 6 de janeiro de 1761, filho de Henrique da Silva Lisboa e Helena de Jesus e Silva. Embarcou para Lisboa em 1775, onde iniciou os estudos na Universidade de Coimbra, sob o zelo do irmão José da Silva Lisboa. De acordo com Ronald Raminelle (2006, p.280) quando estudante da Universidade de Coimbra, "tornou-se aluno do curso jurídico e ainda estudou geometria, língua grega, história natural, física experimental, com o mestre Dolabella, e química, com Vandelli", destacando-se no campo das ciências naturais, que lhe renderam prêmios e a imediata recomendação de Melo e Castro para atuar como naturalista na colônia.

[138] Apud Pádua, 2002, p. 100.

grandes polêmicas na região, envolvendo proprietários de terras, negociantes de madeiras (que na maioria das vezes se confundiam), o governador da capitania da Bahia e intelectuais embasados nas mais diversas matrizes teóricas. José de Sá Bittencourt e Aciolli e Domingos Alves Branco Muniz Barreto, escreverem Memórias anônimas, onde criticaram as políticas implementadas por Silva Lisboa e defenderam os interesses dos agricultores e madeireiros, grupo do qual faziam parte. Esse conflito, aqui analisado a partir do discurso de três indivíduos, mostra os interesses maiores da sociedade local, uma sociedade em transição, em torno da apropriação dos recursos naturais. Assim, o objetivo principal será investigar como eles pensaram as relações entre o homem e a natureza, imbuídos de pretensões diversas.

Para F. W. O. Morton (idem, p. 49) a carta régia de 1797 apenas reafirmou direitos reais há muito tempo existentes. Entretanto, o momento em que foi executada, quando os plantadores de mandioca alertavam o governador, D. Fernando José de Portugal e Castro (1787-1801), sobre a falta de mandioca e seus altos preços, problema posteriormente associado à atuação enérgica de Silva Lisboa, acabou gerando grandes tensões. Inicialmente, o governador apoiou as políticas do juiz conservador, "[...] mandou investigar, por exemplo, a destruição das florestas ao longo dos rios Jiquiriçá e Das Donas, indignando-se com ela e ordenando o despejo dos plantadores próximos das margens" (PÁDUA, 2002, p.104). Entretanto, o próprio ouvidor já havia se antecipado nesta tarefa, realizando tombamentos de terras em nome da Coroa logo que assumiu o cargo, buscando retirar as sesmarias daqueles que não tinham escrituração que comprovasse a concessão. As câmaras locais enviaram representações ao governador, tratando das conseqüências que tal política poderia gerar: decadência da agricultura, decréscimo populacional e redução da oferta de madeiras. Na tentativa de conter o conflito, o governador realizou ao longo do ano de 1798, reuniões com funcionários reais e proprietários locais, buscando acabar com o "clima de incertezas e tensões" e esboçar um novo "plano" mais flexível (MORTON, 1978, p. 53).

Pádua (2002, p.105), afirma que Silva Lisboa antecipou-se ao governador, tratando rapidamente de escrever, após os debates acima referidos, um novo regimento para os cortes, que foi oficializado pela Coroa, através de uma carta régia datada de 12 de junho de 1799[139] expedida ao governador da Bahia, reafirmando, ainda que introduzindo algumas poucas modificações, as idéias de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, expostas em 1797.

Em seu conteúdo observam-se as seguintes determinações: concedeu plenos poderes a

[139] "Plano estabelecendo um Regimento para regular a direção dos Cortes de Madeiras de Construção, de Pernambuco e Bahia, mandado executar, pela Carta Régia de 12 de junho de 1799". 1 documento. 10 f. inum. II-34, 9, 4. BN-RJ.

Silva Lisboa; exigiu dos governadores medidas urgentes para a restituição das sesmarias; determinou nominalmente as regiões onde as matas ficariam restritas à exploração pela Coroa, dando ao juiz conservador a incumbência de realizar novos tombamentos; definiu penas para os agricultores que não utilizassem as capoeiras e cortassem madeiras nobres sem a licença de Silva Lisboa e debaixo da sua inspeção. As penalidades variaram da prisão, a indenizações pecuniárias, degredo para fora da comarca e perda de todos os instrumentos de trabalho, inclusive dos escravos. Também estabeleceu a abertura de novos cortes e o envio pelo governador da Bahia de relatórios anuais acerca da "física dos bosques", que deveriam ser realizados através de exames e experiências do juiz conservador. Diante de tantas atividades necessárias à organização do empreendimento, buscou-se planejar os cortes, nomeando um administrador, um escrivão, um mestre, um contramestre, um almoxarife, carpinteiros, estradeiros e práticos das matas, para auxiliar o juiz conservador.

O regimento de 1799 permitia aos particulares utilizarem-se das madeiras que não fossem consideradas nobres para edificarem casas, engenhos e outras obras, além de poderem vender e exportar com a licença do juiz conservador. Assim, espécies como "Vinhático, Potumoju, Tapinhoã e Oiti" poderiam ser exploradas, vendidas à Coroa por preços considerados justos pelas autoridades no assunto.

Apesar do pequeno retrocesso em relação à carta régia de 1797, os agricultores e madeireiros não ficaram satisfeitos. Por outro lado, D. Fernando José de Portugal comportava-se com certa restrição em relação a Silva Lisboa, que mantinha relações diretas com a Coroa, aproveitando-se de seus laços pessoais com o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e desrespeitando a hierarquia administrativa existente.[140]

Dessa forma, se o representante da Coroa recebia todo o apoio do ministro Sousa Coutinho, na comarca de Ilhéus foi conquistando alguns inimigos. O mais poderoso deles, foi José de Sá Bithencourt e Aciolli, membro da "geração de 1790", irmão mais velho de Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, bacharel em Filosofia Natural na Universidade de Coimbra e acusado de participação na Inconfidência Mineira.

De acordo com Silva Campos (2006, p.269) o inconfidente chegou à Bahia após ser denunciado pelo Visconde de Barbacena, escondendo-se no engenho Acaraí, em Camamu,

[140] De acordo com Morton (1978, p.54), Silva Lisboa mantinha uma posição relativamente autônoma em relação ao governador, chegando a confeccionar o plano de conservação referido anteriormente e enviá-lo diretamente a Sousa Coutinho, que o aprovou de forma entusiasta. Por este motivo, chegou a ser repreendido pelo governador, que certamente tinha conhecimento das querelas em que o mesmo havia se envolvido no Rio de Janeiro com D. José Luís de Castro, o Conde de Resende e temia posicionamentos muito radicais, visto que havia presenciado a força das elites coloniais e dos populares, na "Conspiração dos Alfaiates" de 1798.

onde residiam seus pais. Consta que ele planejava emigrar para os Estados Unidos, mas foi detido antes da execução do plano por "300 homens de infantaria da guarnição desta cidade", sob a autorização do ouvidor Francisco Nunes da Costa, que o prenderam e enviaram para o Rio de Janeiro, onde foi julgado e absolvido. Ainda nas palavras do autor, sua liberdade custou "duas arrobas de ouro com que uma sua tia e protetora o socorreu em tal emergência".

Depois de solto, retornou à Bahia, residindo inicialmente no Engenho de Santana, onde se dedicou a plantar algodão, estabelecendo relações com os agricultores locais, aos quais ensinava a cultura e distribuía sementes. Muitas obras realizou na comarca, como a abertura de uma estrada entre Camamu e Montes Altos, "para serventia das minas de salitre deste sertão, de cuja exploração foi encarregado com o título de inspetor, fundando ali uma fábrica para a refinação do minério, que dirigiu por alguns anos [...]", também expediu bandeiras com o fim de escravizar índios para a construção da referida estrada. (idem, p.297) Além disso, "era seu fim [...] facilitar o transporte de madeiras, gados e outros produtos para o litoral e dedicar-se a trabalhos de cerâmica e fundição de ferros" (ibdem). O ilustrado escreveu alguns trabalhos que proporcionaram um conhecimento rigoroso de vários aspectos da comarca de Ilhéus.

Interessa a presente discussão a Memória intitulada "Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da capitania da Bahia" [141], de 1799, atribuída a Bithencourt e Aciolli por Morton (1978, p.56), contendo uma série de oposições a política de Silva Lisboa. Com interesses opostos, Aciolli utilizou-se de argumentos científicos e liberais, para defender o setor agrícola e madeireiro, enquanto Silva Lisboa, imbuído de um espírito mercantilista, defendia de forma veemente as políticas monopolistas da Coroa portuguesa em relação às florestas coloniais, afirmando tratar-se do "mais importante ramo da indústria, defesa e segurança pública" (SILVA LISBOA apud Cabral, 2007).

Bithencourt e Aciolli inicia suas análises criticando os autores do "plano" por atentarem contra a propriedade, seja as sesmarias doadas ou as terras arrematadas em hasta pública, gerando a "opressão dos povos, que estabelecidos a muitos annos nestes terrenos tem edificado a proporção das suas forças engenhos para o fabrico de açúcar, águas ardentes, e para a farinha de mandioca e que tudo requer não pequena despesa, tempo e comodidade do lugar" [142].

[141] ACIOLLI, José de Sá Bithencourt e. "Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da capitania da Bahia". Rio de Janeiro, BN, n. 22, 1, 9, 1799.

[142] Idem, p.1.

Com um enfoque agrarista, afirma que se as matas a borda do mar e dos rios navegáveis convém a Real Marinha, não menos importante se constitui para a agricultura e comércio de seus produtos, sendo a cultura de mandioca a principal atividade econômica da comarca. Censura a carta régia de 1797, no parágrafo que afirma a retomada das sesmarias e indenização dos proprietários com terras no interior, o que encareceria o transporte de suas mercadorias e não compensaria os grandes investimentos realizados para viabilizar a produção. Estava em questão a qualidade dos solos e as benfeitorias realizadas na terra, que significavam grandes capitais investidos. Como afirma Mascarenhas (1999, p.113):

> O tipo de solo, o cultivo, e a localização eram fatos indicadores do seu valor [terra], isto é, esta variava para mais ou para menos de acordo com a qualidade do solo, as possibilidades de plantio dos gêneros mais valiosos do ponto de vista mercantil, bem como, o local onde se situava a propriedade, próximo ou distante dos recursos como rios e mares. E, evidentemente, da qualidade do solo dependia o bom rendimento da produção.

Ainda de acordo com Mascarenhas, a terra era apenas o investimento inicial, devendo-se considerar para a sua valorização "as benfeitorias e a existência dos meios de transformação dos gêneros agrícolas" (idem, p.114). Aciolli compreendia os fatores que valorizavam as propriedades rurais, assim afirma que caso ocorresse a retomada das sesmarias, deveria a Coroa:

> [...] indenizar aos proprietários do valor das suas benfeitorias, e do valor dos seus terrenos, grande em comparação das terras do interior, o que suppoem huma grande despesa da Real Fazenda; e além disto faz a despovoação do lugar; e a decadência total da agricultura daquelle Paiz.[143]

Utilizando sempre como argumento a ameaça da crise econômica, afirma em defesa dos plantadores de mandioca:

> De que servem ficarem os proprietários conservados nas capoeiras quando dellas lucro nenhum podem tirar; ainda quando ficam sem a liberdade de se utilizarem daquillo que eles mesmos compraram? Quem quererá se sacrificar a um trabalho tão insano de que não pode resultar maior utilidade? A mandioca não faz conta cultivar-se se nan em matas grossas, nam só pela facilidade das moendas, mas porque não sofre a planta a destruição que lhe faz a formiga quando he plantada em capoeiras. Esta planta requer mais e mais de idade para o Lavrador tirar della proveito, e sendo destruída pela formiga faz a ruína dos lavradores, e os desanima de semelhante cultura, além disto he muito diferente o producto que dá semelhante lavoira nas capoeiras para o producto que se tira nas matas grossas como dez para quarenta, ou

[143] Ibdem, p.2.

> sessenta. Logo estabelecido o plano, fica destruída semelhante cultura, e augmentada por conseqüência a fome sem se lhe dar remédio algum[...][144]

Como se observa, Aciolli não demonstrava nenhuma preocupação com a conservação das matas ou com a utilização de novas técnicas visando à diminuição de sua devastação. Objetivava expandir a agricultura e a exploração madeireira, chegando a sugerir as áreas que deveriam ficar restritas à Coroa.

O funcionamento dos cortes navais do Rio de Janeiro, de acordo com Cabral (2008, p. 221- 223), era mais flexível que os estabelecidos em outras capitanias, pois não contava com "uma estrutura burocrática de gerenciamento direto na área madeireira" e reconhecia a propriedade privada das madeiras, pagando pelo corte de "árvores enraizadas em terras particulares". Parecia ser o almejado por Aciolli, praticado durante a inspetoria de Nunes da Costa, visto que ao apontar os equívocos da Coroa e sugerir soluções, defendia que o melhor método para a obtenção rápida e segura das madeiras era a compra em mãos dos particulares e que um senhor de engenho, instruído das necessidades da lavoura e habitante da comarca de Ilhéus, se encarregasse da fiscalização dos cortes de madeiras, pois a experiência havia mostrado a impossibilidade de se gerir bem a justiça e os bosques, atividades que ficaram concentradas, desde o governo de Nunes da Costa, nas mãos de um só indivíduo.[145] Apenas homens conhecedores do cenário político local, seriam capazes de tornar mais maleável a política metropolitana.

Abordando a habilidade política do Vice-Rei Marquês do Lavradio no Rio de Janeiro, que buscava sempre conciliar os interesses da metrópole e da colônia na gestão florestal, Cabral (2007, p.70) afirma a importância dos administradores dos cortes modelarem a legislação às circunstâncias locais, às exigências econômicas. Entretanto enfatiza que "essas flexibilizações e adaptações dependiam muito da inteligência e sensibilidade política das autoridades encarregadas, [...] na maioria das vezes, demonstradas não pelos pomposos bacharéis de Coimbra [...], mas sim pelos funcionários mais experientes da política colonial".

A assertiva aponta para a congruência do discurso de Aciolli, incansável em exigir da autoridade administrativa dos cortes um conhecimento da situação específica da comarca de Ilhéus, o que tornaria possível uma adequação entre a teoria e a prática. De fato, os bacharéis de Coimbra pareciam desagradar algumas autoridades coloniais, sendo o próprio Aciolli vítima de críticas na Bahia, realizadas em 1808 pelo conde da Ponte ao Visconde de Anadia,

[144] Ibdem, p.3.

referindo-se as grandes quantias gastas com a abertura da estrada entre Camamu e Monte Alto. Como atesta Silva Campos (2006, p.299),

> [...] frisava o conde, o danoso resultado dos planos do bacharel de Coimbra - no exórdio da sua exposição o fidalgo já se confessara contrário ao sistema de preferir projetos teóricos e imaginários a reais e praticadas experiências - talvez bem mais escritos e luminosamente ilustrados e que a experiência no curto espaço de dois anos fez conhecer como tão defeituosos e mal concebidos.

Retomando as críticas realizadas por Aciolli, considerava o monopólio real sobre as madeiras desnecessário e ineficiente, pois, se aos proprietários fosse concedido o aproveitamento comercial das madeiras, seriam vendidas à Coroa, o que evitaria uma "destruição improdutiva".

> Ficando livre aos proprietários o tirar madeiras para o commercio nas matas já concedidas, madeiras sobre que terá S. Mag.[e] como fica dito a preferência, ganhará do Corte S. Mag.[e], e ganhará a agricultura. Resultará ainda um terceiro bem ao Estado, quero dizer, o da conservação das matas de todos os particulares, que fabricarem madeiras e tem serras d'agua. Ora dependendo estes da conservação das suas matas, de que tiram subsistência, he de esperar que as nan destruam [...].[146]

Buscando utilizar um argumento científico para a sua tese, aborda a constituição natural da comarca, afirmando que a destruição de uma parte das matas, para a produção agrícola, abertura de estradas, criação de pastos e suprimento do Arsenal Real seria benéfica, pois "melhoraria o clima sumamente chuvoso de que vêm dificuldades insuportáveis [...]" [147], desde os primórdios do processo colonizador.

Bacharel em Filosofia Natural, certamente conhecia as teorias acerca das conseqüências negativas da destruição da vegetação nativa para os solos, o clima, entre outros. Mas, sua adesão aos princípios da economia política fazia com que aplicasse seus conhecimentos científicos de acordo com as suas necessidades momentâneas, apenas quando necessários ao progresso dos setores agrícola e mineralógico aos quais se dedicou com afinco.

De acordo com Diogo Cabral (2007, p.159), Silva Lisboa percebendo os efeitos da elevada pluviosidade no Rio de Janeiro, buscava contorná-lo com a utilização de novas tecnologias, como "a drenagem e esquartejamento com valas". Aciolli, ainda mostrava-se

---

[145] Ibdem, p. 7-8.

[146] Ibdem, p. 10.

[147] Ibdem, p. 11.

apegado a velha tradição de que a derrubada de árvores levaria ao progresso, dentre outras razões de caráter econômico, por reduzir o índice pluviométrico e a umidade como consequência.

Mostra-se altamente sintonizado com as idéias dos enciclopedistas franceses, que contrários as políticas monopolistas francesas, defendiam na "Encyclopédie" que "uma boa administração do patrimônio florestal [...] seria aquela que lograria conciliar os dois interesses fundamentalmente opostos e conflitantes existentes em uma sociedade, o particular e o público", sendo fundamental aos "burocratas da floresta", não apenas um conhecimento técnico e biológico, mas "político, a familiarização com as estruturas de poder locais e regionais, que só pode ser adquirida com o tempo, com a vivência nas comunidades florestais". (idem, p. 227-228)

Silva Lisboa, funcionário leal da Coroa portuguesa não se preocupava em chocar-se com os interesses das elites. Era otimista, almejava modificar a realidade pondo em prática os propósitos, que sempre auxiliou a construir, do ministro Sousa Coutinho. Desta forma, não demorou em responder aos ataques dos críticos do "plano", identificados por ele sobretudo nas figuras de Bithencourt e Aciolli e do padre Joaquim Francisco Malta, possuidores de terras em áreas "abundantíssimas de madeiras de construcção".[148] O padre Malta detinha grande prestígio na comarca de Ilhéus e, de acordo com o juiz conservador, incitava os moradores contra as suas medidas, além de convencer o governador de que as mesmas provocariam danos no regime alimentar da população.

> Pois quais são os Povos queixosos? Consiste toda a queixa porque o P.^e Malta referido q.' vivia de madr.^as q.' tirava das matas dos indios e de outros particulares, e q.' sempre reservou e conservava em depósito a Capoeira gr. ^de, vio-se privado das vantagens q.' a sua ambição e entereces lhe prometião, e não sendo molestado buscou induzir aos Povos, a mil desatinos, espalhou terrores pânicos até p.^lo Governo, e de mãos dadas com o seu am.^go Jozé de Sá Betencourt invectivando contra o Plano, espalharão calunias contra a conducta do Juiz Conserv.^or, e intentarão suffocar o Plano no seu berço.[149]

Para o juiz conservador, apesar de muitos terem roças de mandioca, poucos viviam do plantio de tal gênero agrícola, como argumentava o autor do refutamento, sendo insignificante

[148] Baltazar da Silva Lisboa. "Documentos relativos ao corte de madeiras na comarca de Ilhéus do ouvidor Baltazar da Silva Lisboa". Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. originais e cópias, 70 f. BN ms. 512 (47, doc. 8). p. 6.

[149] Idem.

sua produção em muitas vilas e aldeias da região, acostumados que estavam os moradores à economia extrativista, sobretudo o corte de madeiras e seu transporte, seja por conta própria ou dos "particulares", senhores de terra com maiores capitais. Absurdo o argumento do ouvidor, visto que as câmaras das vilas remetiam a autoridade uma lista anual das plantações. Sabia que, mesmo quando a diminuição do fabrico de farinha ocorria por conseqüência de fatores ecológicos, como as grandes chuvas e ataques de lagartas ocorridas em 1804, eram os agricultores forçados a duplicarem a plantação (SILVA CAMPOS, 2006, p.300). O mesmo se contradiz quando, tratando das causas que impediam o progresso da comarca, afirma ser uma das principais "a falta de liberdade e independência dos colonos sem a qual não pode haver movimento e vigor nas faculdades ativas do espírito humano" (idem, p. 247). Referia-se o ouvidor, à política adotada na comarca de mandar destruir plantações de vegetais que competissem em importância com a mandioca.

Afirmava a inércia dos habitantes e a improdutividade agrícola da região, acreditando por abaixo o principal argumento dos seus opositores - a ameaça da fome - ao mostrar que apenas os "lugares de Serenhem, Braço e Caxoeira da V.^{la} de Camamu forão sempre aq.^{les} q.' derão maiores quantid.^{des} de farinha de mandioca"[150], mesmo após o início da execução do "plano", de acordo com investigações por ele mesmo realizadas no Celeiro Público da Bahia. Afirma que "he contra a verd.^{e} ser a cultura o principal objecto dos habit.^{es} da Com.^{ca} dos Ilheos, pois q.' Cairu, Valença e Boypeba não tem farinha para se sustentarem", vivendo seus habitantes de outras produções como café, arroz "e a maior p.^{te} do corte de madr.^{as} e taboados", sendo o mesmo aplicado a Camamu e Marau onde há uma maior diversificação agrícola, "som.^{e} o Rio de Contas com todo o affinco se entregão unicam.^{e} a Lavoira de mandioca", visto que Ilheos "não tem far.^{a} e a exportação he summam.^{e} insignif.^{e}."[151]

Há, certamente, exageros no discurso do ouvidor, pois a lavoura e o extrativismo não se constituíam em atividades conflitantes. Nem mesmo a diversificação agrícola iniciada na comarca no governo de Nunes da Costa desprestigiava a plantação de mandioca. Embora os habitantes da Barra do Rio de Contas produzissem mais farinha que todas as vilas da comarca, afirma Silva Campos (2006, p.282) que Maraú produzia grandes quantidades de mandioca, o que tornou sua população alvo de críticas do próprio Silva Lisboa, "por derrubarem vastas extensões de portentosas florestas". Em Camamu "a plantação de mandioca era extraordinária", embora tenha havido uma diminuição entre 1794 e 1797, devido à insistência

[150] Ibdem, p. 7.

[151] Ibdem, p. 8.

de Nunes da Costa em diversificar a produção agrícola. (idem, p.293) Em Cairu, dera-se a população ao cultivo de vários vegetais e ao extrativismo, o que gerou um acúmulo de riqueza, com a qual puderam adquirir escravos e bois para o arrasto, animando-se a agricultura de maneira extraordinária na segunda metade do século XVIII. (ibdem, p.284) Em síntese, se o extrativismo madeireiro se constituía numa atividade muito importante para a região, os governadores empenharam-se com sucesso em incentivar a cultura da mandioca, chegando a adotarem "medidas draconianas, vexatórias, no sentido de obrigarem todos os moradores a plantar determinado número de covas", havendo penas de prisão e multas para aqueles que não cumprissem as determinações. (ibdem, p.283)

Francisco Carlos Teixeira da Silva (1991, p.88-89), ao abordar a estrutura produtiva da Bahia, também enfatiza a especialização das chamadas "vilas de baixo", Cairú, Boipeba, Camamú, Valença e Maraú na produção de farinha, além das freguesias de Maragogipe, Nazaré das Farinhas, Jaguaripe e Itaparica, que em meados do século XVIII perderam a primazia na produção do "pão da terra" para as "vilas de baixo", devido à crise ambiental verificada na exaustão dos solos, assoreamento dos rios, invasão de formigas e lagartas, que levavam a uma constante busca por novas terras. Além disso, teria contribuído para a mudança de pólo produtor, os conflitos entre senhores de engenhos e plantadores de mandioca, pelo uso das terras e das madeiras, fundamentais para a manutenção da produção econômica de ambos. Assim, "longe das disputas por terras com os senhores de engenho, nesta parte do litoral ao sul de Salvador [...] cristalizava-se uma vocação de mercado interno para a agricultura local". (idem, p.89)

Desde o século XVII o autor (ibdem, p. 89) verifica o vocacionismo das "vilas de baixo" para o mercado interno, visto que então, encontra ações das autoridades coloniais no sentido de obrigar o plantio da mandioca para o abastecimento das tropas e da cidade de Salvador e a proibição do comércio local do mantimento. Em 1654 era firmado o "Conchavo das Farinhas", obrigando Cairú, Camamú e Boipeba a enviar a farinha necessária para o abastecimento das tropas e da capital da colônia, o que levou a uma especialização dessas freguesias na produção do referido alimento e, conseqüentemente, a prosperidade e enriquecimento dos lavradores. Como se tratava de uma agricultura "devoradora de solos", a busca por novas terras era incessante. Maraú teve sua produção no setor reconhecida, assim como a freguesia do Rio de Contas (Itacaré), a vila de Ilhéus e de Rio Una. Assim, o autor mostra que durante o início da colonização da comarca de Ilhéus houve uma opção local pela produção da mandioca, tendo durante o século XVII a Coroa portuguesa conseguido seu

intento de especializar áreas de produção, tornando a farinha o principal objeto da economia da comarca de Ilhéus, contrariando as afirmações do juiz conservador.

Silva Lisboa satirizou as pretensões do autor do refutamento de limitar os direitos de propriedade do Soberano, ao determinar as áreas que deveriam ser reservadas à Coroa e buscar torná-la dependente dos cortes particulares, o que demonstrava não se tratar de um fiel vassalo, mais de um "medíocre Patriota q.' se atreve a disputar o domínio de S. Alteza sobre tais terrenos [as matas litorâneas] [152]:

> [...] poderia dizer por algum engenhoso, q.' huma tal pertenção q.' tem por tal objectivo q.' p.' a Mar.ª Real se destinem som.e as matas dos certões da costa, sendo estas habitadas de Indios selvagens e de negros fugidos em mocambos, ainda assim não ficava essa propried. e segura p.los direitos lezos da Natureza, q.' reclamariam esses habt.es, e pelos danos da Lavoira, de q.' ficavam privados. E como neste século de tantas novidades tem havido Publicistas, e Doutores, q.' tem excripto livros expressos sobre o Direito das Bestas, q. m sabe não dariam m.to boas razões os Urango Tangos, Tigres, e Surucucus das matas grossas p.ª se queixarem de violência, e de huma indemnização condigna a posse em q.' estão de viverem nessas bronhas! [153]

Desde o início a autoridade não obteve o êxito esperado, mesmo reconhecendo que "as providencias da Lei [...] recahiam contra os mais poderosos" [154], não demonstrou nenhuma capacidade de amalgamar os textos jurídicos às necessidades locais. Acreditava que os seus procedimentos eram a

> [...] a face de todo o mundo [e que] a mentira e a calumnia erguerão sim o punhal ervado para cravalo no mais sensível [da sua] honra, mais jamais conseguirão q.' eu vergonhosam.e vencido e temeroso ao carro infame das cabalas e sugestões lhes renda cultos, deixando de fazer todos os possíveis sacrifícios p.ª conseguir o bem dos R.es entereces.[155]

A rigidez administrativa de Silva Lisboa mostra, como afirma Laura de Mello e Souza (2006, p.31), que na colônia, caso o "mando não fosse contemporizador, vestisse apenas a máscara da dureza, o edifício todo se esboroava". Apesar dos esforços formidáveis para proibir os cortes, Silva Campos (2006, p.289) afirma que, ao alvorecer do século XIX, "a

[152] Ibdem, p.12.

[153] Ibdem, p. 15.

[154] Ibdem, p.7.

[155] Ibdem, p. 20.

indústria mais importante da comarca era extração de madeiras".

Para F. W. O. Morton (1978, p.60) a derrocada da Coroa na competição travada com as elites do sul da Bahia foi inquestionável, visto que as mesmas impuseram seus argumentos liberais a uma burocracia mercantilista, mostrando seu poder de negociação e flexibilização do sistema administrativo, embora ainda se observe na primeira metade do século XIX algumas vozes isoladas clamando pela conservação das matas da Bahia. Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, ao ser indagado pelo Senado da Câmara acerca dos fatores que causavam a opressão da lavoura e comércio da Bahia e os meios que deveriam ser adotados para a mudança de seu estado, recorda em 1807, a necessidade de conservação das madeiras para o funcionamento dos engenhos e da indústria de construção naval:

> [...] a Lei feita para regular as plantações e conservar os bosques, e matas [1609]. Nela se ordena no tt. (título) da ordem, que o Governador do Estado do Brasil há de ter nas cousas de justiça, e Relação – que terá particular cuidado de prever sobre as lenhas e madeiras, que se não cortem, se queimem para fazer roças, ou para outras cousas, em partes que se possam escusar; por quanto sou informado que em algumas Capitanias do dito estado havia muita falta da dita lenha, e madeiras, e pelo tempo em diante haveria muito maior, o que será causa de não poderem fazer mais Engenhos, e de os agora há deixarem de moer – ora se há 198 anos, quando apenas este país tinha saído da sua barbaridade, havia já falta de lenha, e madeira; se essa falta então deu motivo a uma tão sábia e provida Lei a favor da Lovoura, e construções de todo gênero, principalmente navais, que tanto auxiliam a agricultura, que diremos do estado presente? Se aquela Lei, que na verdade contraria em parte a liberdade de alguns proprietários, a benefício de tantos, não teve cumprimento, que devemos esperar de novas, que talvez não tenham a sabedoria daquela?[156]

Em 28 de janeiro de 1808, após receber do governador da Bahia Conde da Ponte, as "Observações sobre a abertura dos portos do Brasil", texto sobre forte influência das idéias liberais, o Príncipe D. João escreveu uma Carta Régia contendo muitas iniciativas inovadoras visando fazer florescer a economia, mas mantendo a preocupação com o monopólio das madeiras: "[...] que não só os meus Vassallos, mas também os sobreditos Estrangeiros possão exportar para os Portos, que bem lhes parecer a benefício do Commercio, e Agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaesquer Generos, e Producções Coloniais à exceção do Páo Brazil, ou outros notoriamente estancados [...]".[157] Entretanto, analisando o discurso de

[156] Bithencourt e Sá, Manuel Ferreira da Câmara. In: Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio da Bahia. João Rodrigues de Brito [et al]; apresentação de Jorge Lins Freire; textos de Waldir Freitas Oliveira. Salvador. FIEB, 2004. p.157-158.

[157] Carta Régia escrita na Bahia, aos 28 de Janeiro de 1808. – Príncipe. – Para o Conde da Ponte. Apud: Francisco Marques de Góes Calmon. Contribuição para o estudo da vida econômico-financeira da Bahia no começo do século XIX. Subsídios para a História da Bahia. In: Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio da Bahia. João Rodrigues de Brito [et al]; apresentação de Jorge Lins Freire; textos de Waldir Freitas

Bithencourt e Sá citado anteriormente, é possível afirmar que na capitania da Bahia as Leis e Alvarás visando inibir o acesso dos colonos ao recurso lenhoso, tornaram-se letra morta.

3.3.1 Impactos Econômicos e Naturais dos Cortes de Madeira Estabelecidos na Comarca de Ilhéus: Críticas e Proposições de Domingos Alves Branco Muniz Barreto

Domingos Alves Branco Muniz Barreto, divergente em alguns aspectos dos interesses da Coroa, inicia sua "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia"[158], questionando por quê motivos, "a marinha do Brasil, que sem dúvida pode competir com a Marinha Inglesa e entrar no mesmo detalhe político della, senão dominar o Oceano, de ter pelo menos huã grande influencia nelle, ainda se acha muito longe de realizar",[159] mesmo contando com o grande potencial fornecedor de madeiras brutas e industrializadas da comarca de Ilhéus. Para o autor, a resposta encontra-se na má administração dos cortes de madeiras de construção, realizado por "homens que pela sua profissão não tinham idéa alguã da sciencia que se requer para semelhantes administrações".[160]

Desde os primórdios, quando a administração dos cortes foi encarregada aos comandantes do Presídio do Morro de São Paulo, ao momento em que a Junta da Real Fazenda o tomou aos seus cuidados, as violências praticadas contra os direitos da Coroa não cessaram, pois a mesma é "hum tribunal novo [e] por mais cheio de Luzes que se podesse considerar [não tinha] unida a sua theoria a prática".[161]

Sob a inspeção de Nunes da Costa, autoridade de grandes "talentos e boa lição de jurisprudência, [...] alguns conhecimentos práticos de agricultura, [e] melhores Luzes que seus predecessores", a corrupção obteve continuidade, visto que seus auxiliares aproveitavam-se da sua debilidade física para favorecerem os fabricantes de madeiras aliados.

Exímio matemático, Muniz Barreto tece severas críticas a organização dos "Cortes", que contava com um número de funcionários desnecessários, "hum serviço irregular e

---

Oliveira. Salvador. FIEB, 2004. p.54.

[158] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia". (1800) Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Ms 512 (47, doc. 2).

[159] Idem, p.2.

[160] Ibdem, p. 2.

[161] Ibdem, p. 4.

relaxado, e no qual se não preenchia o tempo e horas dadas para vencer o dia, além de muitos jornais supérfluos e desnecessários que faziam crescer a despesa [...]".[162] Em anexo à Memória referida, o autor acrescenta tabelas, que buscam atender às exigências da Carta Régia de 1797, de uma maior economia nos gastos com os "Cortes", o que envolvia desde o pagamento de funcionários, transporte e uma contabilidade correta dos preços das madeiras, beneficiadas ou não (PÁDUA, 2002, p.100).

O indivíduo mantinha uma relação bastante oscilante, ambígua e contraditória com Silva Lisboa. Embora cooperasse com suas atividades, cedendo terras de sua propriedade para a criação de gado que facilitariam o transporte das madeiras, os denominados "arrastos", criticava-o duramente, chegando a desdenhar de sua formação, afirmando ter o bacharel "alguns estudos filozoficos". Ora, certamente Muniz Barreto tinha ciência da formação de Silva Lisboa e dos excelentes trabalhos por ele realizados no Rio de Janeiro, na magistratura e na área de História Natural. O próprio militar faz referência ao passado do mesmo, em carta escrita para o Visconde de Anadia em 1805:

> [...] aquelle Ministro [Silva Lisboa], servindo o lugar de Juiz de Fora no Rio de Janeiro, sempre combateu os seus superiores, e se comportou sem caracter, e ainda depois de ter sucessor foram tantas as intrigas e enredos que fez naq.[la] Cid.[e] q.' o Exm.[o] Vice Rei d'aquelle Estado o mandou sahir de improviso, e dentro em vinte e quatro horas para fora daquella Cap.[nia] fazendo-o embarcar em um navio p.[a] essa Corte [...]. [163]

As querelas entre Muniz Barreto e Silva Lisboa tenderam a aumentar no decorrer da primeira década de 1800. Então, o capitão foi vítima de devassa, após queixas dos moradores dos arredores do Morro de São Paulo, segundo as quais estava cobrando foros sobre terras, que os queixosos acreditavam tratar-se de patrimônio real, sob a forma de "dinheiros, frangos e ovos [que] a pobreza dos mesmos soldados e paisanos, por viverem todos unicamente de soldos e pescaria" não podiam pagar.[164] Foi inocentado pelo Príncipe Regente em 1809, que afirmou ter o mesmo sofrido "falsas acusaçõens, que lhe urdirão seus inimigos, imputando-lhe

[162] Ibdem, p. 11.

[163] "Carta particular de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para o Visconde de Anadia, e requerimento do mesmo, em que pede para ser ouvido sobre quaisquer accusações que contra elle apresentasse o Desembargador Baltasar da Silva Lisboa". AHU, Castro e Almeida, cx. 139, doc. 27.640-27.641. p. 1-2.

[164] "Aviso de D. Fernando ao Conde da Ponte...queixas sobre o sargento-mor do Presídio do Morro de São Paulo sobre os foros que percebe destas terras. 1808-1809". 8 docs. originais e cópias, 11f. inum. Ms. 15. I, 31, 28, 68. BN.

delitos que não cometeu",[165] visto que havia comprado os referidos terrenos para estabelecer indústrias e lavouras, ainda que não tenha arcado com o investimento agrícola inicial, aforando-as e contribuindo para a criação de pequenas propriedades com diferentes cultivos. No decorrer do processo teve que abandonar suas atividades para livrar-se das acusações, o que lhe causou prejuízos econômicos.

O conflito levou Muniz Barreto a atacar aquele que considerava seu maior inimigo, Baltasar da Silva Lisboa, afirmando que o mesmo havia ido à Corte, sob pretexto de tratamento de moléstias, para "pôr na Presença de V. Ex.ª falsas acusaçõens não só contra mim, mas contra os Povos do meu Governo [...]".[166]

Conhecida as ambições de Silva Lisboa e seus constantes envolvimentos em disputas, o que fez recair sobre ele a autoria de acusações nas quais parecia não estar envolvido. O Capitão, acreditando que o mesmo mobilizava os moradores contra ele, pois as terras aforadas encontravam-se no norte da comarca, no Morro de São Paulo e na Vila de Cairú, cuja riqueza em madeiras nobres interessava ao juiz conservador. Acusou-o de ter um "péssimo caráter sempre vacilante, incerto e louco no Real Serviço de S. Alteza e na administração da justiça [causando] graves prejuízos a Real Fazenda".[167] A situação limite pela qual estava passando, fez com que exprimisse opiniões pessoais sobre Silva Lisboa, que também representavam os interesses divergentes entre grupos sociais.

Interessante observar, que Silva Lisboa não tinha a mesma impressão de Muniz Barreto. Pelo menos, não foi encontrada nenhuma fonte onde demonstrasse desconfiança ou buscasse denegrir a imagem do mesmo. Ao contrário, em atestado sobre os seus serviços, escrito em 1802, afirmou que desde sua chegada a comarca de Ilhéus, o militar "se prestou sempre de boa vontade ao Real Serviço [...] no exame das madeiras que lhe dirigi [...] dando providências para senão extraviarem as que pertenciam a Real Fazenda [...] destinando terrenos para formar pastos para que se podesse manter os Boys necessários para a carreação das madeiras [...]".[168] Enfim, afirma ter mostrado "o mais ardente zelo pelo Real Serviço e

[165] Idem.

[166] Carta particular de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para o Visconde de Anadia, e requerimento do mesmo, em que pede para ser ouvido sobre quaisquer accusações que contra elle apresentasse o Desembargador Baltasar da Silva Lisboa. AHU, Castro e Almeida, cx. 139, doc. 27.640-27.641.

[167] Idem.

[168] "Attestado do Juiz Conservador das Reais Mattas da Capitania dos Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa, sobre o zelo e bons serviços do sargento-mor Domingos Alves Branco Moniz Barreto". Valença, 02 de julho de 1802. AHU, Cx. 139, Doc. N. 27.642.

interesses da Real Fazenda [...] que além de fidelidade e honra com que serve a sua Alteza tem muita inteligência e capacidade".[169]

Amigo de Bittencourt e Aciolli, com o qual compartilhava não apenas conhecimentos e pesquisas na área de mineralogia,[170] mas também interesses econômicos, em várias oportunidades desvalorizou os serviços de Silva Lisboa perante as autoridades coloniais. O juiz conservador parecia não perceber a complexidade do jogo político, chegando a consultar o militar sobre seus "planos", buscando conselhos e apoio na região. Esta relação conflituosa leva a indagações sobre os desejos e a vida social de Muniz Barreto: estaria envolvido em negócios ilícitos relativos a madeira na região, tornando-se o juiz conservador um empecilho aos seus propósitos? estaria ambicionando tornar-se Inspetor dos Cortes, conforme havia sugerido Bittencourt e Aciolli que o cargo fosse ocupado não pelo ouvidor, mas por um senhor de engenho conhecedor das necessidades econômicas da região?[171] De alguma maneira, a solicitação por ele realizada da propriedade vitalícia do cargo de Intendente da Marinha e Armazéns Reais, realizada na década de 1790, antes da chegada de Silva Lisboa a região, oferece alguns indícios para a compreensão de tamanha animosidade e de seus interesses na indústria madeireira.[172]

Muniz Barreto acusa Silva Lisboa de ter concebido diferentes projetos para a conservação das matas, em um curto espaço de tempo, "inteiramente oppostos e contradictorios entre si".[173] Impregnado pelos ideais agraristas afirma que o primeiro "plano"

---

[169] Idem.

[170] Em carta para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as descobertas de minerais que realizara nas proximidades do Morro de São Paulo, Muniz Barreto evidencia a existência de uma rede de relações entre os homens que se dedicavam as ciências na comarca de Ilhéus. No monte do zimbeiro, afirma ter feito escavações por conta da notícia de haver ali "hum mineral, q.' desião ser cheiroso e olioso [...] e nella achei com alguã abundancia misturado com terra, q.' he da segunda espécie de Linnêo [...]". Mostrando a Silva Lisboa a sua descoberta, que nesta ocasião encontrava-se em sua residência, o "mesmo afirmou ser o óleo petrólio e chegando igualmente o Coronel José de Sá Bitencourt [...] lhe pareceu uma espécie de Nafta [...]." Também afirma realizar experiências em sua propriedade juntamente com Aciolli, com o intuito de examinar outros minerais, "tudo q.^{to} he de utilidade da Real Faz.^{da} e dos interesses dos colonos, seus humildes e sutuozos súbditos [...]". "Carta de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na qual informa das expedições que fizera nas mattas da Ilha do Morro e das pesquisas que procedera para a descoberta de minerais". AHU, Castro e Almeida, cx. 114, doc. 22.514.

[171] ACIOLLI, José de Sá Bithencourt e. "Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da capitania da Bahia". Rio de Janeiro, BN, n. 22, 1, 9, 1799. p. 11.

[172] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Requerimento de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, ex-capitão do Regimento de Infantaria de Extremoz e Escripturário da Contadoria Geral da Junta da Fazenda da Capitania da Bahia, no qual allegando os relevantes serviços que havia prestado no Brasil, pede a propriedade vitalicia do officio de Intendente da Marinha e Armazéns Reaes da Bahia, que vagara por fallecimento de Rodrigo da Costa de Almeida e estava interinamente occupado por José Venancio Seixas e anexos". AHU, Castro e Almeida, cx. 81, doc. 15.794-15.836.

[173] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção

criou abstáculos ao desenvolvimento da agricultura e à circulação e comércio de seus produtos. Constata-se em seus comentários, que considerava o setor agrícola como o principal setor produtivo.

> O primeiro Projecto era severo e a ninguém era permitido entrar nas suas próprias matas a cortar um unico pao, e ainda que fosse para concerto da ruina amiassada, sem a Licença do Juiz Conservador. A mesma faculdade dada era necessario para cultivar, e plantar e para preparar os terrenos para o uso necessarios. Que oppressão![174]

O "danno irreparável do comercio", teria sido causado principalmente pela grande demora de Silva Lisboa em conceder as licenças necessárias para a realização dos cortes das madeiras necessárias a construção das embarcações utilizadas então, geralmente construídas de vinhático e potumoju. Tal fato causou danos não apenas aos "lavradores no trânsito dos rios", mas também a "inumeraveis homens que subsistião do corte, e serrarias das outras madeiras [...] de cujos lucros sustentavão suas famílias, e por cuja falta se virão na indigênia mais penosa".[175] Enquanto madeireiros e agricultores afundavam-se na crise, chegando a "vêr sobre si huã calamidade igual à fome, peste e guerra",[176] afirma que Silva Lisboa, corrupto, favorecia quatro fabricantes do rio Jequié, únicos encarregados dos cortes de madeiras nobres, que eram "ressarcidos com os grandes lucros daquelle estanque".[177]

O segundo "plano", completamente oposto ao primeiro, parecia a Muniz Barreto mais adequado às necessidades da comarca e da Coroa, visto que exigia somente que a Real Fazenda tivesse "certos direitos na exportação de madeiras e taboados".[178] Entretanto, em pouco tempo o juiz conservador apresentou um terceiro plano, "opposto aos dous primeiros", acreditando que deveria ser permanente e, conseguindo convencer D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que o transformou em Alvará Régio,[179] fazendo renascer a opressão dos

---

Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia". (1800). p. 21.

[174] Idem, p. 21-22.

[175] Ibdem, p. 22-23-24.

[176] Ibdem, p. 24.

[177] Ibdem, p. 24.

[178] Ibdem, p. 25.

[179] O autor refere-se a documento intitulado "Plano estabelecendo um Regimento para regular a direção dos Cortes de Madeiras de Construção, de Pernambuco e Bahia, mandado executar, pela Carta Régia de 12 de junho de 1799". 1 documento. 10 f. inum. II-34, 9, 4. BN-RJ.

agricultores e fabricantes,[180] passando então Silva Lisboa a fazer medições de terras e demarcações terrenos, desapossando os povos e "tirando a liberdade de usar das suas terras como lhe conviesse para tirarem os meios de subsistência".[181] Seu antimercantilismo é notório: a interferência do Estado na economia da comarca de Ilhéus estava impedindo o seu crescimento, concebido como gerado pela produção agrícola e seu comércio.

Incrimina Silva Lisboa, por ter "faltado a boa fé e ao respeito que se devia consagrar ao seo Governador", D. Fernando José de Portugal, homem "sábio, eminente em talentos [que] ao mesmo tempo possuia a maior practica do Paiz, e de todos os ramos do seu extenso território, pelos muitos annos da mais saudosa residencia que teve na Capitania da Bahia". Refere-se às reuniões realizadas pelo mesmo, com o intuito de resolver as querelas envolvendo a conservação das matas, quando almejava, após ouvir homens com interesses diversos e "entendidos" no corte de madeiras, produzir um regimento que atendesse aos "Reais interesses e bem dos Povos". O juiz conservador antecipou-se, pôs em prática o referido projeto e "roubou aquella gloria" ao Governador.[182]

Entretanto, o objetivo central da "Memória" escrita por Muniz Barreto era pôr em prática as exigências presentes na carta régia de 1797, como a economia dos cortes e do transporte das madeiras e a "perfeita contabilidade" do seu preço para a construção naval.

Assim, afirma que a primeira providência a ser tomada pela Real Coroa para melhorar os cortes de madeiras e conservar a matas deveria ser "evitar a grande destruição de ferro e fogo com que os agricultores derrubando ricas matas as reduzem a cinzas",[183] para tornarem a terra agricultável. O referido processo de produção, apropriado pelos colonizadores dos indígenas, foi alvo de críticas de grande parte dos intelectuais ilustrados do período. José Augusto Drummond, analisando o contexto do Rio de Janeiro, apresenta uma síntese de como ocorria a denominada coivara:

> Ao fim da estação chuvosa [...] os encarregados do desmatamento penetravam certos trechos escolhidos da floresta a ser eliminada. O trabalho de selecionar e preparar trechos da floresta para a queimada era meticuloso e, a seu modo, especializado. Armados de machados e foices, os preparadores passavam vários dias abrindo picadas, derrubando pequenas árvores, arbustos, ervas e capins, sempre procurando

[180] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia" (aproximadamente 1800). p. 26.

[181] Idem, p. 27.

[182] Ibdem, p. 29-30.

[183] Ibdem, p. 35.

> favorecer o progresso do fogo. Depois, esperavam por várias semanas até que a vegetação derrubada secasse. Nos meses secos [...] mas não muito antes da chegada das chuvas, em dias de alta temperatura e vento suficiente, a vegetação seca era incendiada em diversos pontos ao longo das picadas. Depois de atingir determinado volume e temperatura, os fogos passavam a consumir também a vegetação viva e prosseguiam por conta própria. Com a ajuda do calor intenso e dos ventos, o fogo penetrava mesmo os trechos mais fechados e úmidos da mata. (apud CABRAL, 2007)

No terceiro tomo de textos publicados pela Academia Real das Ciências de Lisboa, Alexandre Antônio das Neves de Portugal, dedicou ao tema a memória intitulada "Apontamentos sobre as queimadas enquanto prejudiciais a Agricultura"[184], mostrando a existência de outras formas de se adubar a terra e fazer carvão, mais eficazes que as queimadas. Movido por preocupações essencialmente econômicas, tratou da falta de lenhas em toda a Europa, o que gerava a necessidade de utilizar o recurso de maneira racional, sendo as queimadas realizadas apenas em Estados "onde ha ainda restos de barbárie".[185] Sobre as desvantagens do método, afirma:

> E pelo que pertence a ficarem os campos ainda mais estrumados com as cinzas, menos ainda he a utilidade das Queimadas. Não precisaria lembrar os prejuizos dessa economia mal entendida, em communicar-se o fogo aonde menos o queirão os que o lanção; arderem leguas de charnecas; destruirem-se as mattas altas, e as de mais arvores que estejão proximas, pois não he preciso que se queimem, basta que se lhes communique hum grau repentino de calor, mui superior ao que naturalmente, para perturbar-se a economia vegetal: Nem seria preciso lembrar que no Brazil cada vez a falta de lenha é mais sensível, pois lanção fogo a campinas de matto virgem, para fazerem plantações; e em poucos annos vão queimar outras campinas, por se haver já dissipado o estrume das cinzas naquellas primeiras rossas. Porém a razão de dever ser ainda mais repreendido hum tal costume, he que de queimar-se assim o matto, se obtem muito menor porção de principios fertilizantes.[186]

Pragmático, Muniz Barreto não desprezava totalmente a técnica acima referida, sugerindo apenas que os agricultores, durante o processo de selecionar e preparar trechos da floresta que seria queimada, preservassem as madeiras de boa qualidade e os bosques à borda dos rios e mares.

A avaliação da idade e crescimento das árvores foram tratados como ferramentas

[184] PORTUGAL, Alexandre Antônio das Neves. "Apontamentos sobre as queimadas enquanto prejudiciais a Agricultura". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M.DCC. XCI. Tomo III. p. 344-350.

[185] Idem, p.349.

[186] Ibdem, p.346.

importantes para o manejo da floresta. Entre as medidas para garantir o crescimento de espécies com maiores viabilidades econômicas, propõe a redução da competição por nutrientes, restringindo-se os galhos que atraiam para si "suco vegetativo",[187] impedindo que os troncos e raízes engrossassem. Observa-se, que o interesse estava centrado no desenvolvimento de partes da planta úteis para a contrução naval: raízes para a produção de curvas e grandes dimensões e diâmetros do caule para a produção de embarcações de grande porte.

> Hé evidentemente certo, que se o suco nutricio se reparte por diferentes troncos ficão estes muito débeis, e delgados, alem do que, como no Brazil as raízes não profundão, como na Europa, e as àrvores esgalhão muito, se parte destes galhos se não cortarem de tempos a tempos, os grandes ventos impellem as arvores, e sendo derrubadas, sucede, muitas vezes, o levar huã de menos préstimo a diante de si muitos preciosos páos, sendo que também por isso he necessário desafogar as matas, cortando as que forem inúteis. Com esta providência tambem os páos crescem, e o ar que então circula, sem embaraço, engrossa não só os troncos, mas as suas ramadas, e estas pelos mesmos vistos motivos se estendem, assim como as suas raízes, que são as que dão os grandes páos devolta, os mais custozos, e necessários na construção, e que por isso sé deve tambem fazer, que a certos galhos das árvores enquanto estão na sua infância, se lhe dêm direçoens de curvas, amarrando, e enlaçando-os com piassaba, para suprir aquela impossibilidade. [188]

Os grandes galhos, associados aos fortes ventos da comarca de Ilhéus, perturbavam a estabilidade das árvores, levando ao chão algumas espécies de grandes préstimos para a Marinha Real e interferindo na altura, diâmetro, rigidez e densidade.[189] Assim, Muniz Barreto considerava necessário eliminar os indivíduos sem valor comercial, para "desafogar as matas"[190] e melhorar a iluminação e circulação do ar, visto que concebia que a necessidade de luz requerida pelas espécies vegetais aumentava com o seu crescimento e as altas

[187] Expressão utilizada no século XVIII para referir-se a seiva das árvores.

[188] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia" (aproximadamente 1800). p.37.

[189] De acordo com perspectivas atuais de manejo das florestas, "no caso de existir excesso de sombra na plantação, uma boa alternativa é a poda dos galhos das árvores, o que, além de diminuir o sombreamento sem matar as árvores, serve para adubar o solo, aumentando a quantidade da matéria orgânica e acelerando a incorporação de nutrientes, como o nitrogênio, por exemplo. [...] A poda permite, ainda, a condução das árvores para ocupar os diferentes estratos, permitindo que um número maior de árvores cresça no sistema, sem diminuir a produtividade da área" (SAMBUICHI, 2009, p. 103).

[190] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia" (aproximadamente 1800). p.37.

temperaturas poderiam diminuí-las.[191] Altamente sintonizado com a ciência de então, cita todos os meios conhecidos, ambientais e físicos, que influenciam no crescimento dos vegetais, através das leituras de autores clássicos como Lineu, Buffon, Duhamel du Monceau,[192] Galileu, entre outros. Além disso, a experiência o fez perceber que as árvores que interessavam a construção naval, como "jequitibá, potumuju, cedro, louro, vinhático" necessitavam de muita luz para apresentarem um crescimento rápido.

Para a produção de curvas,[193] que, de acordo com Cabral (Idem, p.204) encontrava grandes dificuldades de produção pois eram poucas as espécies no Brasil adequadas para tal objetivo, ou seja, possuidoras de curvatura natural do tronco para compor o costado do navio, utiliza um conhecimento empírico, provavelmente observado entre os indígenas da região responsáveis pela construção das embarcações baleeiras utilizadas por Muniz Barreto durante todo o tempo em que esteve envolvido com esta atividade. Sabe-se que as referidas embarcações necessitavam de peças particulares, utilizando muitas curvas. Assim, indica a Coroa "que a certos galhos de árvores, enquanto estão na sua infância, se lhe dêem direçoens de curvas, amarrando e enlaçando-os com piassaba, para suprir aquela impossibilidade".[194] Atento às necessidades da Marinha e detentor de grande conhecimento prático, antevia a impossibilidade de utilizar apenas as raízes de árvores, como recomendava Sousa Coutinho para a produção de curvas, peças tão necessárias à construção das embarcações.

> [...] sendo aqui muito necessarias Madeiras tortas, e devendo procurar-se aquelas que naturalmente tenhão a curvatura necessaria para o serviço a que se destinão, se devem tirar as ditas Madeiras das Raizes das Arvores que se cortão, por serem as ditas raizes as que mais facilmente se tem a configuração que se quer [...]. (Sousa Coutinho apud Cabral, 2007, p.204)

[191] Embora a Ecologia ainda estivesse por se desenvolver, conhecia a corrente científica que Lineu denominou "economia da natureza", que de acordo com Pádua (2000, p.120) "representa um dos elos fundamentais na genealogia" da referida ciência. Portanto, que "cada árvore em uma floresta interage com diversos fatores: as outras árvores, os outros tipos de planta, os amimais, o solo, a água, o clima e tudo mais à sua volta" (SAMBUICHI, 2009, p. 29). Entretanto, seu utilitarismo e preocupação apenas com árvores nativas de valor comercial, fazia com que ameaçasse a conservação de toda a biodiversidade da floresta, ao buscar "desafogá-la". Como afirma Sambuichi (2009, p. 24) "a derrubada de árvores afeta a dinâmica das florestas, modificando as suas condições ambientais internas e favorecendo o aparecimento de espécies oportunistas em detrimento da maioria das espécies nativas".

[192] Refere-se a "La Physique des Arbres", obra de 1757.

[193] De acordo com Cabral (2007, p. 204) denominava-se "curvas as madeiras arqueadas componentes do costado do navio [...]".

[194] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia", 1800, p.37.

Ainda refletindo sobre "a resistencia dos páos [que] hé o objecto mais essencial da construção", preocupou-se com a questão dos nutrientes, afirmando que se devem preferir para o corte "aquellas árvores que ficão na borda dos bosques [...] por ficarem assim menos expostas a huã atmosfera humida e fria, como as que se achão no interior dos mesmos bosques, e que faz ver por isso a sua nutrição menos perfeita" e ainda àquelas que "se frutificão em terra preta da primeira especie de Lyneu", que faz "os páos sólidos, compactos, e muito mais duráveis pelos sáes"[195] Importante notar a relação estabelecida por Muniz Barreto entre os fatores climáticos - tais como temperatura, umidade do ar, luz - e pedológicos - como a fertilidade do solo - de modificarem e tornarem-se decisivos no crescimento das árvores. Apresenta a relação entre o crescimento das espécies e a umidade, visto que a água exerce uma função fundamental no crescimento das plantas, pois os minerais são absorvidos pelo sistema radicular em forma de solução aquosa e dos solos cuja textura influencia a absorção dos nutrientes pelas raízes.

Para Muniz Barreto, outra questão importante nos cortes de madeira voltados para a construção naval é o procedimento e tempo correto dos cortes. Afirma que "huã árvore que se observa com copa triste, e pouca elegância anuncia vício, e por isso hé incapaz de se tirarem dellas pessas para se empregarem na construção".[196] Assim, através de diagnósticos visuais, associava a aparência dos vegetais ao seu estado de deficiência nutricional e, portanto, de fragilidade. Concebe que as árvores cobertas de folhas novas não devem ser cortadas, pois "se achão sem força alguã, adhezão e solidez", devendo preferir-se as árvores que são "gomosas, e resinosas, [...] pela maior abundância de succos que mostram ter [...]".[197] Então, o corte sendo realizado na correta estação do ano, apresenta grandes vantagens para a construção, pois as árvores estão repletas de sucos, "a parte humida das plantas, [...] e que contem o que nellas he mais substancial" (MORAES E SILVA, 1813, vol. 2, p.735).

O referido conhecimento sobre o corte das árvores, de acordo com o autor pautado nos principais teóricos do período, aparece referendado em muitos pontos, em 1868, no "Archivo Rural. Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias correlativas", que baseando-se nos mesmos autores que Muniz Barreto e mostrando a pouca evolução da matéria, afirmava que na primavera, quando as árvores vestem-se de folhagem, apresentam "mais vida e maior

[195] Idem, p.38.

[196] Ibdem, p.39.

[197] Ibdem, p.41-42.

abundância e movimento de seiva".[198] O indivíduo é bem sucedido ao tratar da época correta para os cortes das árvores:

> [...] é fundado n'estes princípios que, desde a mais alta antiguidade, os architectos aconselham que o corte se faça no outono e por todo tempo de hibernação das arvores. É de outubro a fevereiro e segundo alguns até abril que se deve fazer o corte. Logo na proximidade do inverno é o tempo mais conveniente [...]. Foi n'este sentido que Vitrúvio escreveu o seguinte preceito 'materies coedena est à primo autumno ad id tempus, quod erit antequam flare incipiat favonius'. Na primavera há toda a força de vegetação e a fibra está dilatada, emquanto que ao approximar-se o inverno há menos seiva e a fibra entra a apertar-se e contrahir-se pelo frio. [199]

A relação estabelecida entre a boa qualidade das madeiras e seu "suco nutritivo, nutrício ou vegetante", como denominavam no período, também foi estabelecida por Baltasar da Silva Lisboa ao tratar do momento correto para a realização do corte:

> [...] a experiencia confirma ser somente quando as arvores estão com o fructo maduro, he que cumpre nos minguantes da lua serem derribadas, tendo sido dous annos descascadas, na occasião da abundancia do succo, que tem o nome seva, porque estão morrendo pouco a pouco, se converte entre o casco em pao perfeito; mas não rachão, as madeira que conservão dessecadas proporcionalmente a sua boa qualidade. [200]

Refletindo sobre formas a serem utilizadas para diminuir as despesas da Real Fazenda com os cortes de madeiras, Muniz Barreto tece críticas aos "falquejadores", que iniciam seus trabalhos sem examinar o centro das árvores, "onde de commun aparecem os ocos dos páos". Sustenta que "todas as árvores tem huã fenda desde o nabo athé a sua extremidade, e pella qual se communica o suco nutricio ao coração delas".[201] Realizado os exames em tal fenda, poupa-se dias trabalhados em árvores sem préstimos. Outro meio proposto, é o aproveitamento de todas as partes da espécie derrubada:

---

[198] Moraes, R. de; SOARES, J. I. F.; LAPA, S. B.; LIMA, J. M. T. "O Archivo Rural. Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias correlativas". Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes. Rua dos Calapates, 110. 1868. Vol. XI. p. 310.

[199] Idem.

[200] Silva Lisboa, Baltasar da. Anais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967. tomo IV, p. 152-153. [1834-1835]

[201] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia" (1800). p. 42.

> [...] tirada della a principal pessa de construção devem se aproveitar todas as galhadas, que com maior erro se desprezão, e se deixão apodrecer nas matas, as vezes athé perdendose pessas bem raras de se encontrarem, e que podem ter uso nos Vazos de menos dimensoens, e athé mesmo para o fabrico de lanchas, escalares, e bótes que tudo pode render aos Particulares, e deste modo, sem dúvida, ficarião as pessas de construção, mais principais, ou gratuitas, ou muito mais comodas pelos lucros que podem tirar das pessas que se desprezão, e dellas não se faz caso algum.[202]

As referidas observações realizadas para auxiliar no progresso dos Reais Cortes de madeira, visavam apenas mostrar a lealdade e zelo do capitão no serviço real. Utilizando-se mais uma vez da retórica, afirma que "se o meu voto porem merecesse attenção para se mandar seguir, eu aconselharia muito diverso systema daquelle que athé agora se tem seguido".[203] Então, expondo o seu "systema", afirma concordar que a conservação das matas deveria ficar sob a inspeção do ouvidor da comarca de Ilhéus, que também cuidaria de transplantar constantemente árvores úteis à construção, visando apenas a sustentabilidade da indústria de construção naval a longo prazo. De acordo com Pádua (2002, p.105), Silva Lisboa já havia proposto o plantio de árvores em "caminhos públicos, nas bordas das fazendas dos particulares e nas terras vagas e devolutas", além de exigir dos proprietários que substituíssem as árvores cortadas por outras e "cercassem as margens das estradas, onde estão situadas suas fazendas, com árvores de construção".

Quanto à Coroa, não deveria apossar-se das antigas sesmarias, conforme exposto na carta régia de 1797, pois:

> [...] os quais perdendo por isso o verdadeiro espírito de propriedade se disgostão, e dia a dia se augmentão os máos efeitos deste dissabor. Hé melhor conservar os páos, como dito tenho, debaxo da vigia dos seus proprietarios, e premiando-se na vizita geral, que o Ouvidor deve fazer anualmente, áquelle Lavradór ou Lavradôres a quem se acharem mais páos de construção bem conservados.[204]

Como Bithencourt e Aciolli, defendeu a propriedade privada como a melhor maneira de preservar as matas, mostrando nas entrelinhas a lacuna existente entre a lei e a realidade colonial, visto que de qualquer maneira os particulares continuariam se apropriando das florestas, impotente que era a administração dos cortes diante da sua vastidão. Indicou que melhor seria utilizar-se de uma política menos coercitiva e mais eficaz: a distribuição de

[202] Idem, p. 43.

[203] Ibdem, p. 47.

[204] Ibdem, p. 48.

prêmios, títulos e honrarias entre aqueles que conservassem as madeiras nobres. Modestamente, buscou alertar às autoridades que a política de recompensas e privilégios por elas adotadas em outros campos, a acumulação de capital simbólico, levaria os vassalos a um maior empenho na defesa dos interesses reais. Novos valores e práticas deveriam nortear os vínculos entre a metrópole e a colônia, assegurar a fidelidade dos vassalos.

Pela força persuasiva de sua palavra, buscou mostrar que a compra das madeiras dos particulares constituía-se na melhor forma de garantir o suprimento constante e os preços mais cômodos. Este método era adotado com sucesso no Rio de Janeiro e apoiado pelas autoridades locais, tendo sido utilizado com sucesso durante a inspetoria de Nunes da costa. A necessidade da abertura de estradas para facilitar a condução apareceu com freqüência no seu discurso, associada a necessidade da criação de bois para o arrasto das madeiras, visto que os agricultores eram obrigados a ceder os seus para o Real serviço, "ficando a lavoura em desamparo".[205] Desde tempos remotos, funcionários advertidos pela Coroa por demorarem em entregar as madeiras para a construção naval, informavam que isto ocorria devido a falta de bois para o arrasto das mesmas até os locais de embarque. Como se vê, a situação permaneceu a mesma durante o início do século XIX, ainda que Silva Campos (2006, p. 258) afirme que, na década de 1780, esta situação levou as autoridades a incentivarem a criação de gados para a lavoura e extração de madeiras. Enfatiza que a falta de gado prejudicou sobretudo a agricultura do norte da comarca, não devido a falta de iniciativas oficiais para sua introdução, mas devido a dificuldade de introduzí-lo, "em conseqüência da própria natureza do terreno, todo alagado pelos multiplicados rios e recôncavos do Morro, Boipeba e Camamu" (idem, p. 262). Além das querelas em torno da conservação das matas, apresenta outro grande conflito observado no período, a utilização dos bois de particulares na condução das madeiras reais.

Como afirma Mascarenhas (1999, p.120) embora as ferramentas e equipamentos necessários a manutenção da produção agrícola não tivessem um custo elevado, "o mesmo não se pode dizer dos carros de boi ou dos barcos, que mesmo velhos e gastos podiam custar entre 6 e 10 mil réis cada um". Além de contarem com poucos carros de boi na Bahia, afirma Muniz Barreto serem retirados dos agricultores no momento da colheita, em que mais precisavam dos mesmos.

Desta forma, na "Memória Sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Commarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente a Capitania da Bahia", Muniz Barreto estabelece um histórico da atividade na comarca, apontando os equívocos administrativos.

[205] Ibdem, p. 6.

Profundo conhecedor da atividade, apresenta as formas por ele concebidas como primordiais para fomentar os Reais Cortes de madeira. Em seguida, expõe a sua opinião sobre o tema ou a melhor forma de se conduzir a extração madeireira, onde defende a harmonia entre os interesses dos agricultores e da Coroa e expressa com cautela críticas à intervenção estatal, mostrando através da construção de uma tabela com o custo das peças necessárias à construção de uma embarcação, como as madeiras compradas em mãos de particulares tornariam o serviço mais módico.

Assim, opõe-se ao "plano" de conservação das matas, no que concerne a opressão por ele causada a agricultura, através da retomada das sesmarias e do não reconhecimento da propriedade privada das madeiras, que estavam reduzindo a liberdade dos lavradores, determinando o que deveriam fazer com suas terras, braços e capitais. Apresentou, então, providências a serem tomadas pela Real Coroa para melhorar os cortes de madeiras, conservando as espécies úteis à construção naval, sem prejudicar as atividades dos agricultores que, tocados pelas Luzes e pela Razão, se darião a conservar seus bens, fomentar a indústria, tirar da terra toda a utilidade possível.

Bithencourt e Aciolli mostrou-se a favor da supressão do "plano", argumentando contra todos os seus parágrafos, visto que considerava o monopólio estatal como um infausto à lavoura e causa da pobreza de qualquer Estado que aderisse a tal prática. Assim, afirmou que "[...] não se pode conceber como Sua Mag.^{e} queira, e possa fazer hum semelhante monopólio deametramente opposto aos públicos, e ainda aos seus interesses".[206] No entanto, diante da impossibilidade de pôr em prática o seu objetivo, de acordo com Silva Lisboa "suffocar o Plano no seu berço"[207], apresentou o que considerava as duas convenientes maneiras de conter as insastisfações dos habitantes da comarca de Ilhéus e manter a conservação das madeiras nobres: "[...] ficarem todas as terras que se acharem devolutas, ou que não forem possuídas com o título de sesmarias ou de compras, para os cortes da Marinha Real [...]"[208] e nomearem um senhor de engenho da região para gerir os cortes, com o claro intuito de criar uma rede de solidariedade entre os proprietários de terras, capaz de coexistir com as relações institucionais ou jurídicas.

[206]ACIOLLI, José de Sá Bithencourt e. "Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da capitania da Bahia". Rio de Janeiro, BN, n. 22, 1, 9, 1799. p.06.

[207] Baltazar da Silva Lisboa. "Documentos relativos ao corte de madeiras na comarca de Ilhéus do ouvidor Baltazar da Silva Lisboa". Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. originais e cópias, 70 f. BN ms. 512 (47, doc. 8). p. 6.

[208] ACIOLLI, José de Sá Bithencourt e. "Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da capitania da Bahia". Rio de Janeiro, BN, n. 22, 1, 9, 1799. p.04.

Considerava como a melhor forma de governo, aquela que interferia sobre a economia apenas para auxiliar o exercício dela, visto que quando cada indivíduo segue seus próprios interesses, contribui para o bem estar geral da sociedade. Trata-se, assim, de um adepto das idéias liberais, empenhado na luta em prol da liberdade de comércio, da valorização do interesse individual para garantir o interesse público, não havendo hesitado em revelar a sua adesão ao conceito de "mão invisível", quando os interesses do grupo de senhores de engenho do qual fazia parte, foram ameaçados pela política monopolista do Reino. Enquanto Silva Lisboa defendia um Estado central que gerisse as forças materiais e humanas, Aciolli afastou-se completamente do pensamento mercantilista, concebendo que ao Estado caberia assegurar a liberdade e direito de propriedade e o livre funcionamento do mercado.

CAPÍTULO IV

A VIAGEM FILOSÓFICA DE DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO

CAPÍTULO IV

A Viagem Filosófica de Domingos Alves Branco Muniz Barreto

> "[...] desde o alvor da humanidade moderna que o Homo sapiens se serviu, sem dúvida, de forma consciente, dos vegetais para manter a vida e esconjurar a morte." Jacques Le Goff. As plantas que curam.

Grande parte das "Viagens Philosophicas" realizadas durante a segunda metade do século XVIII na América portuguesa, estiveram sob a coordenação da Universidade de Coimbra, da Academia Real das Ciências de Lisboa e, diretamente de Domingos Vandelli. Uma exceção a esta regra foi a viagem empreendida por Domingos Alves Branco Muniz Barreto na Bahia, em 1790, determinada por uma autoridade colonial, o governador da Bahia, com o intuito de resgatar índios que se encontravam refugiados nas matas, como forma de resistência as imposições do Diretório que lhes causavam insatisfação. Essa resistência havia atingido proporções bastante elevadas, como indica o autor ao relatar o número de indígenas que havia conseguido fazer retornarem às vilas e aldeamentos. Paraíso (1998, p. 141) explica de maneira contundente os fatores que ocasionaram tal deserção, utilizando como fonte, análises do próprio Muniz Barreto:

> É pelo reconhecimento do insucesso do projeto civilizatório que ele vai explicar uma série de atitudes adotadas pelos índios. As tiranias praticadas contra os *Bakoni* (provavelmente Makoni) teriam resultado em que desconfiassem e fugissem, e outras aldeias, que estariam prontas a se aldearem, "mudaram inteiramente de parecer pelo que ouviram aos mesmos índios que desertaram, ou, para melhor dizer, fugiram das nossas tiranias" e promoveram uma aliança entre si e – "... têm procurado invadir os campos, privando os moradores de suas culturas". A postura dos colonos também era criticada, porque, quando os aliados *Bakoni* se dispuseram a ajudar os colonos na defesa das roças em troca de proteção dos ataques dos *Pataxó*, esse auxílio lhes fora negado. Essa era a razão pela qual preferiam a fuga e a recusa à civilização, pois as relações com os brancos se caracterizavam pela "... tirania, pouca proteção e nenhuma comodidade..." (Moniz Barreto, 1856, p.65). Apenas o receio dos ataques dos bravios fazia com que alguns permanecessem aldeados. As mesmas causas eram atribuídas ao fato de os bravios recusarem o aldeamento: ou teriam sido atacados, ou teriam notícias dos maus tratos que eram impostos aos aldeados.

De acordo com o viajante, mesmo após ter enviado um "plano sobre a civilização dos índios"[209] para a Coroa em 1788, os mesmos continuavam vivendo "como brutos, à lei da

[209] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Plano sobre a civilização dos Indios do Brasil, e

natureza", abandonando as aldeias e vilas e instalando-se nos matos que "lhes servia de muito forte abrigo". As conseqüências da referida dispersão, fizeram com que o governador formasse uma "espécie de Junta particular, em cujas cessoens alguns Vogais hábeis, valorosos e de préstimos derão razoens e arbítrios", acerca de como acabar com a "desordem". Apresentando seu projeto e mostrando a todos que "só huã considerada brandura, e muito modificado o jeito, poderia reduzir aquella gente [...]", foi designado "encarregado da importante diligência", obtendo toda a autoridade para "pôr em practica [tudo] quanto eu visse era acertado, tudo por concessão do Ex.^{mo} Governador daquella Capitania, que fez expedir ordens necessarias pelo ilustrado e prudente Ouvidor da respectiva Commarca, p.^{a} o auxílio e obediência q.^{e} me devião prestar os encarregados do governo della [...].[210] Iniciou sua viagem, acompanhado por um oficial, vários soldados e índios remadores.

Apesar de ter sido incumbido por um alto funcionário da administração colonial para resolver questões de cunho político e social e não pelas instituições científicas metropolitanas, Muniz Barreto conhecia a importância das investigações em História Natural para a obtenção das mercês régias e buscou realizá-las.

Nota-se nos manuscritos resultantes da missão a influência das "Instruções de Viagem" composta pelo naturalista italiano Domingos Vandelli, especificamente a memória "Viagens Filosóficas ou Dissertação Sobre as Importantes Regras que o Filósofo Naturalista nas suas Peregrinações deve Principalmente Observar" (1779). O conjunto de interesses econômicos, políticos e científicos fica mais óbvio quando se observa que usando os resultados dessa mesma viagem, produziu três documentos distintos, enviados a destinatários com interesses diversos: "Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte da Capitania da Bahia",[211] enviado à Coroa portuguesa; "Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilhéos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural",[212] memória portada à Academia Real das

---

principamente da Capitania da Bahia. RIHGB, 1788.

[210] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50). p. 6-7-8.

[211] Idem.

[212] Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural. (s/d, aproximadamente 1790). Cópia extraída do códice manuscrito n. 688 existente na Real Biblioteca do AHU, 1.3.8, p. 207-223.

Ciências de Lisboa com amostras dos minerais e vegetais pesquisados,[213] além de estampas de ervas medicinais e plantas das aldeias de São Fidelis e Jequiriçá, da vila indígena de Santarém em Ilhéus, da aldeia de Massarandupió e da vila indígena de Abrantes, nas proximidades de Salvador; e "Plantas do Certão do Gram Pará", que contem como introdução um texto em que discute as "Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais".

Partiu de Salvador no dia 02 de setembro do provável ano de 1790, percorrendo por um mês, muitas partes do litoral baiano e fazendo espalhar a notícia entre a população local que se tratava de um naturalista interessado em fazer observações sobre ervas medicinais, "p.ª q.' os índios se não posessem em desasperação, timidez e inquietação".[214] Sem descuidar de seu objetivo, o naturalista vangloria-se de que em apenas dois dias, conseguiu fazer retornarem às vilas e aldeias 113 casais e 7 índios solteiros, sem utilizar-se para isso da violência física.

Como referido anteriormente, observa-se nos seus textos a tentativa de seguir as instruções contidas na memória "Viagens Filosóficas ou Dissertação Sobre as Importantes Regras que o Filósofo Naturalista nas suas Peregrinações deve Principalmente Observar", que se tornou um cânone da ciência do período. O manuscrito é composto pelos seguintes títulos: "Das necessidades dos Diários e Methodo de os fazer"; "Do Conhecimento Físico, e Moral

[213] Relação dos produtos que Muniz Barreto remeteu à Academia Real das Ciências de Lisboa: "Pedra Betumosa do morro de Amaro Mendes; Ocre amarelo do Outeiro do Giz; Ocro branco do Outeito do Giz; Cipó-de-cruz, chamado de pau-de-santa-cuz; frasquinho com tinta de jectibá; Estopa de jectibá; Baga de louro; Terra ou lama que tinge de preto; Couros tintos com lama preta da vila de Santarém; fruta que se assemelha a pimenta da Ásia; Lã de embirossu; Mucuiba-assu; Erva em rama de Grasso; Mucuiba-merim; Andás ou sapecoeranas; Frutas com a configuração de miolos de que extraí óleo; Gravatá-coroá; Frasco com a fruta que se assemelha a azeitonas; Cabos de Jussara; Jussara em rama; Óleo de Mucuiba-assu; Óleo de Mucuiba- merim.

[214] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50). p.9. Muniz Barreto saiu do porto da Bahia para o Morro de São Paulo no dia 2 de setembro, realizando observações em praias, montes e matas dos locais por onde passou. Depois de três dias na referida localidade, seguiu viagem fluvial para a vila de Cairú, passando pelo "sitio chamado Jequié" para a Vila de Santarém, de onde embarcou com oito índios para a Ilha de Quiepe, visto que na vila de Santarém encontravam-se os silvícolas que melhor conheciam as ervas medicinais e na ilha encontrava-se a maior diversidade de espécies, de forma que se deslocavam com grande freqüência e facilidade, principalmente em busca de ervas contra venenos de cobras. Pelo mesmo caminho de Jequié retornou para Cairú, passando apenas um dia, direcionando-se para a vila de Boipeba, realizando levantamentos de produtos em suas praias, para fornecer ao Real Museu. Regressou para Cairú, embarcando para a povoação de Una, através de um rio do mesmo nome e passando apenas um dia na localidade, cujos hóspedes lhe serviram para beber o melhor café produzido na comarca. Então, seguiu por terra para a aldeia de São Fidélis, ficando muito satisfeito com as observações de plantas medicinais realizadas. Da referida aldeia seguiu para o porto de Una, chegando por mar ao "Campo Grande", de onde seguiu por terra para a freguesia de Santo Antônio de Jequiriçá e, ainda por terra, deslocou-se para a aldeia dos índios de Nossa Senhora dos Prazeres. Retornou para a povoação de Jequiriçá e do seu porto embarcou para o porto do "Caribé", informando-se sobre aspectos importantes da navegação. Seguiu viagem por terra para a "Estiva", uma das mais opulentas povoações que encontrou, embarcando então para a vila de Jaguaripe e depois para a Ilha de Itaparica, onde encerrou sua viagem satisfeito com a diligência.

dos Povos"; "Do ar"; "Do que se deve observar principalmente o Naturalista nos Lugares Beira Mar"; "Da Mineralogia"; "Dos Rios, Fontes Mineraes e Lagoas"; "Do Reino das Plantas"; "Do Reino Animal"; "Dos Insetos"; "Preparação de Animais". Assim, continha instruções sobre diversos temas, para que os naturalistas produzissem um conhecimento condizente com os interesses do Estado.

Ainda assim, o autor reconhece no início do texto enviado à Academia Real das Ciências de Lisboa, as limitações de sua formação, considerando-se um "estrangeiro na sciencia da História Natural", mas ainda assim atrevendo-se "a pôr patente a [...] temeridade, na certeza de que as incoerências serão desenvolvidas debaixo dos auspícios de tão Sábia Academia [...]".[215] A incoerência afirmada consiste em não ter utilizado o sistema de classificação lineano em seus escritos, argumentando falta de tempo para tal empreitada. Mas o Capitão sabia interessar ao Estado de então, uma ciência útil à economia e bem estar dos povos, por isso dedicou-se, entre os diversos ramos da História Natural, à economia, botânica e mineralogia.

O fato de não poder "reduzir a classe de Linneo" às suas observações, não as tornavam desprezíveis e sem valor. De acordo com Keith Thomas (1996), que estudou a relação entre o homem e a natureza na Inglaterra dos séculos XVI, XVII e XVIII, tratava-se de uma atitude imperdoável no mundo científico de então. Entretanto, o contexto português era outro: para o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, grande expoente da Ilustração, a nomenclatura latina parecia ter importância menor, visto que "o grau de aplicação de uma ciência mede-se pela sua utilidade". (apud Filho, 1939, p.22) Esta concepção era compartilhada com Domingos Vandelli, ao definir o saber botânico:

> O saber pois somente o nome das plantas não he ser Botanico, o verdadeiro Botanico deve saber alem disso a parte mais difficultoza, e interessante, que he conhecer as suas propriedades, usos econômicos e medicinaes; saber a sua vegetação, modo de multiplicar as mais uteis, os terrenos mais convenientes para isso, e o modo de os fertilizar. [216]

[215] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural". (s/d, aproximadamente 1790). Cópia extraída do códice manuscrito n. 688 existente na Real Biblioteca do AHU, 1.3.8, p. 207-223. p. 2.

[216] VANDELLI, Domingos. "Diccionario dos termos technicos de Historia Natural extrahidos das obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a inteligência dos mesmos. E memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos que offerece a Raynha D. Maria I". Coimbra: Real Officina da Universidade. M.DCC. LXXXVIII. p. III.

Se na Inglaterra do final do século XVIII os naturalistas impunham novos métodos de classificação, buscando escapar da visão antropocêntrica da natureza e de qualquer simbolismo, no Império português vivia-se um período de transição, no qual a escassez de médicos e as necessidades econômicas faziam com que não se desprezasse os conhecimentos populares, visto pelos ingleses como inconfiáveis. A botânica ainda se encontrava intrinsecamente ligada a medicina e a agricultura. Muniz Barreto preocupou-se com os "usos e virtudes" das plantas medicinais, utilizando nomes indígenas em suas descrições, sem ocupar-se com seus equivalentes latinos. De fato, como afirma Thomas (1996, p.99), este procedimento era um grande problema para a ciência do período, visto que "muitos nomes vernáculos eram inapelavelmente voláteis, saltado de planta para planta, de acordo com os caprichos locais". Os naturalistas insistiam na padronização científica, através da classificação e descrição exata das plantas, para evitar fraudes e confusão, pois na Inglaterra uma mesma espécie era vendida com denominações diferentes.

4.1 "Das Producções Naturaes"

Seguindo as regras estabelecidas por Vandelli, Muniz Barreto inicia seus trabalhos tratando do "conhecimento físico e moral dos povos", artigo segundo da Memória referida anteriormente, que visava auxiliar os naturalistas a observar as produções naturais nas cidades, vilas, aldeias e povoações investigadas, enfatizando o grau de civilização de sua população, número de habitantes, comércio, agricultura, gêneros que produz ou pode produzir, costumes, instrumentos de trabalho que fabricam, entre outros. Assim, também difundiu imagens das localidades por onde passou. De acordo com Luciana Rossato (2005, p.178), existiam duas formas usuais de veicular imagem sobre a América portuguesa no século XVIII. A primeira preocupava-se em "registrar o entorno das vilas e o seu aspecto geral", realizada por Muniz Barreto.

Das Memórias escritas pelo agente, pode-se extrair informações assaz interessantes sobre muitos locais do território pertencente a antiga comarca de Ilhéus. Sobre a vila de Santarém, em Ilhéus, afirma ser um "lugar eminente, ameno e aprazível", com uma população de mais ou menos trezentos índios dedicados sobretudo ao corte de madeiras de construção, das quais são "insignes conhecedores", além de "abridores de novas estradas p.ª a condução de páos á borda d'agua, e lugar do embarque, e que fazem navegar muitos pondossse a cavalo

sobre elles em rios caudalosos".[217] Constata, que a exploração madeireira era a principal atividade econômica desempenhada pelos indígenas nos locais por ele investigados, o que demonstra que não havia grandes avanços tecnológicos no setor[218], tornando tal mão de obra fundamental, o que contraria a tese um tanto generalizante de Diogo Cabral (2007, p. 54) que afirma que, apesar do conhecimento da natureza acumulado pelas populações autóctones durante longos anos de contato com a Mata Atlântica, "estava longe de ser o suficiente para abastecer as demandas de uma sociedade, muito maior e materialmente mais complexa", existente no século XVIII. Amaral Lapa (2008, p. 85), estudioso das construções navais baianas, afirma categoricamente que as contribuições indígenas ultrapassaram a mera localização geográfica de espécies de madeiras específicas para construção de embarcações:

> Os indígenas que tinham, então, considerável influência na fabricação das embarcações intermediárias empregadas nos rios do Recôncavo para abastecer, municiar direta ou indiretamente os navios da Carreira da Índia no porto do Salvador, passaram a servir nesse outro amplo campo de aplicação seu rico cabedal. [...] Para uma marinha que pelo menos em boa parte dos séculos XVI e XVII foi das mais adiantadas do mundo, cuja técnica de construção naval e arte náutica foram apurados ao longo dos séculos [...], a modesta cota indígena assume alta significação, não se limitando ao simples expediente dos remendos ou à utilização da força bruta.

Silva Campos (2006, p. 255) é igualmente enfático, ao declarar que os índios de Nazaré até Maraú hostilizavam a agricultura, "pois só se ocupavam em serviços de machado". Enquanto os de Olivença eram "serradores e falquejadores de primeira ordem, como todos os demais índios da comarca". (idem, p. 278) Em Santarém, "ocupavam-se em derrubar madeiras e fazê-las descer pelas cachoeiras do Jequié, serviço perigoso em que eram experimentados". (ibdem, p. 284) Em Olivença, Barcelos e Santarém, muitos índios dedicavam-se a plantação de mandioca, "porquanto sendo muito inclinados ao serviço de derrubada e falquejamento de madeiras, bem como seu transporte pelos rios abaixo, estavam de preferência dedicados em tais misteres, já por conta da Coroa, já por conta dos particulares". (ibdem, p. 293) Dessa forma, a predileção dos indígenas pelos cortes de madeira

[217] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia". p. 18.

[218] A primeira máquina de serrar madeiras foi introduzida na camarca de Ilhéus em 1799 por José de Sá Bithencourt Aciolli, e mandada copiar pelo Príncipe Regente, o que demonstra a fragilidade da política de conservação das matas no período em estudo, na qual apenas Silva Lisboa parecia acreditar. Ver CAMPOS, 2006, p. 285.

era geral, o que acabou implicando na perfectibilidade com que realizavam os serviços.

Sobre as práticas agrícolas dos indígenas de Santarém, Muniz Barreto afirma dedicarem-se apenas ao arroz e algodão, para consumo interno. Impressionado com a qualidade dos pés de algodão ali nascidos, não deixa de informar a Real Coroa, ciente de que se tratava de uma atividade econômica altamente lucrativa, devido às demandas do mercado externo.

Outro intectual do período, Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, foi incansável em incentivar seu plantio para a exportação, em sua variedade arbórea (*Gossypium brasiliense*), planta nativa do Brasil e cultivada durante todo o período colonial para o consumo interno. Importante ressaltar, que a espécie apenas recebeu atenção estatal durante o período pombalino, quando a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, passaram a incentivar seu plantio para exportação, tendo sido remitidas grandes quantidades de matéria-prima para Portugal para abastecer a grande demanda das fábricas têxteis inglesas devido à recusa em comprar algodão americano após a independência dessa antiga colônia. De acordo com Arruda (1980, p.364), o algodão era, então, "o segundo produto da exportação colonial em termos de importância", sendo a Bahia a terceira região produtora, embora, juntamente com Pernambuco, obtivesse "melhor preço pela sua qualidade superior". Entranto, trata-se de uma economia sazonal, que apenas obteve alto nível de produtividade durante o período de bloqueio do algodão americano pela Inglaterra.

> O algodão he hum genero de infinito preço, e utilidades quotidianas: a multiplicidade de fabricas estabelecidas na Europa de fustões, chitas, velbutes affiança o seu consumo. Todo o Brasil produz com igualdade o Algodão, mas os commerciantes dão a preferência ao de certos países: ainda não he conhecido o dos Ilheos [...].[219]

Antes dos ilustrados reconhecerem a utilidade da cultura referida, o governador Manuel da Cunha Menezes, conforme atesta Silva Campos (2006, p. 260), já havia iniciado plantações de algodão na comarca de Ilhéus:

> Cientificado de que o algodão estava dando em Lisboa 9 e 10$000 a arroba, escrevera circulares às câmaras, capitães-mores e diretores de índios na Bahia, expondo-lhes os proveitos que adviriam àqueles desocupados povos se se

[219] Sá, Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e. "Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de São Jorge dos Ilhéus". 1789.

dedicassem ao plantio daquele vegetal, acomodado pela felicidade do seu tratamento, colheita e beneficiamento a gente de todas as idades. Ao mesmo tempo persuadira certo comerciante a afixar em todas as freguesias da colônia declarando comprar qualquer algodão que se levasse ao seu estabelecimento, ao preço de 3$200 a arroba, sem caroço, e $800 com caroço. Do que resultou incrementar-se sobremodo a cultura da malvácea e ser, dentro em breve, avultada a sua produção nas paragens em que fizera aquela propaganda.

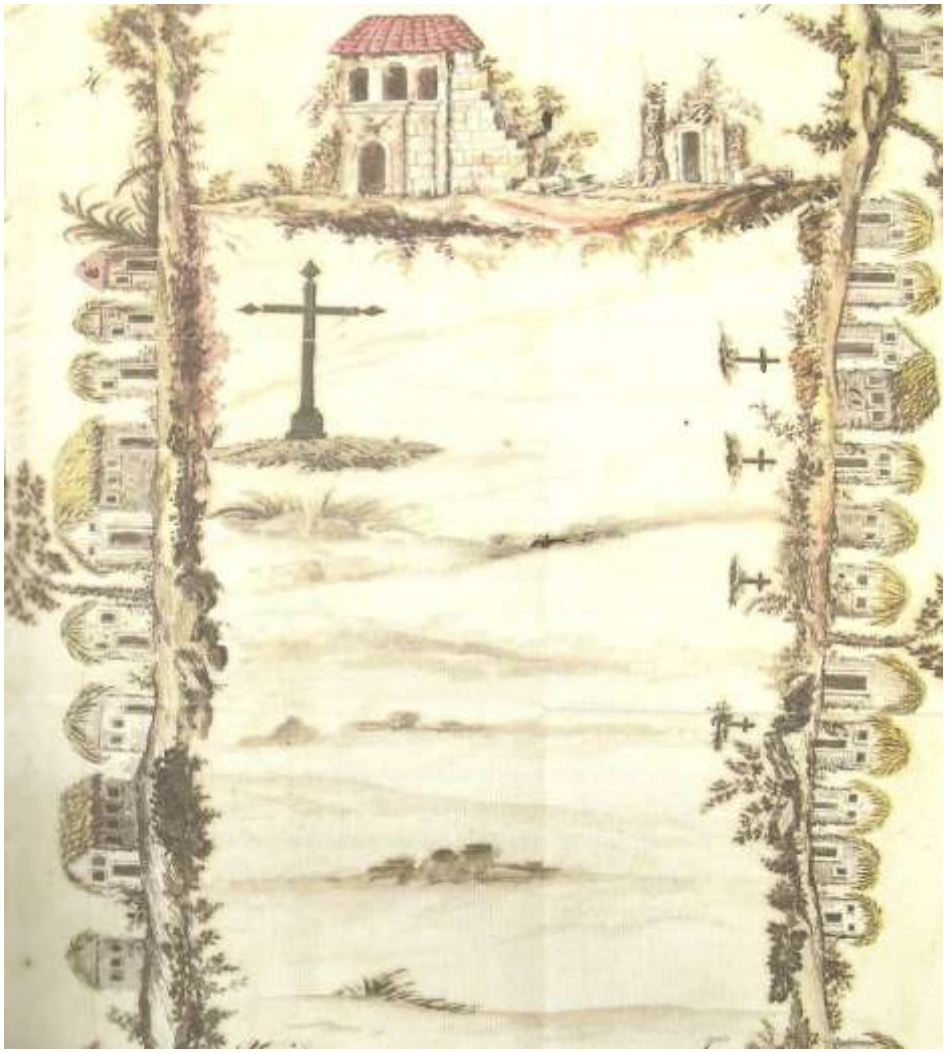

IMAGEM III: "Planta da Vila de Santarém"

LEGENDA: "A. Igreja Matriz, a mais indecente q.' encontrei, e que ao m.^{mo} tempo serve de hum lado de curral de ovêlhas. B. Igreja Nova, que se principiou e na qual se gastou já seis mil cruzados, parando a sua continuação por falta de dinheiro, quando se podia só m.^{mo} com aquella quantia, ou ter reformado a antiga, ou dado fim a outra, q.' não tivesse o grande risco, q.' me foi apresentado da q.' esta principiada. C. Casa da Câmara, Cartório e residência do Escrivão Directôr. D-E-F-G. Casas dos Officiaes Maiores, q.' nesta Villa tem o distinctivo de ter huma cruz á porta, e quanto mais pequena he, mostra a menor superiorid.^{de} de Patente, onde a maior a q.' mostra a residência do Cap.^{ão}-Mor. NB. Esta Povoação continua em muito maior extensão q.' mostra o Mappa e tem 160 Palhoças. H. Estrada p.^{a} as Fazendas donde os Indios agricultão. I. Estrada q.' desce ao Porto do Rio, e

chamado o Grande, q.' se comunica a barra de Serenhem, em distancia de 4 Legoas, onde se vai esperar vento favorável e occasião oportuna de atravessar sem perigo a Ilha de Quiepe. Neste rio tãobem desaguam outros, q.' se ajuntão em distancia de meia legoa, denominados Roncó, Piauhi e Orucu. Na baixa daquele dito porto chamado Grande, tem os Portugueses estabelecido m. tas serras d'agoa para madeiras. L. Estrada q.' vai ter á Povoação de Jequié. M. Estrada, q.' desce a outro porto do Rio acima dito, a que chamam os indios Porto Falso".

FONTE: MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50).

Sobre a aldeia de São Fidelis, em Ilhéus, habitada por alguns portugueses e 120 casais de índios, afirma dedicarem-se a plantação do arroz, que colhem em abundância devido às características naturais locais, enquanto as índias eram exímias tecedeiras de panos de algodão, com o qual faziam redes que serviam de camas de uso quase geral entre os indígenas do Brasil. Entretanto, interessa ressaltar, que na referida aldeia encontrou silvícolas que eram "grandes cordoeiros de diferentes estrigas", ou seja, construtores de cordas feitas de linho utilizadas para arrastar as madeiras. Também, concluiu que os indígenas da região eram

> [...] os mais necessários para o trabalho do corte de madeiras alli estabelecido, por haverem nas vizinhanças da mesma Aldêa, as melhores Mátas de bons páos de construção, assim em qualidade como em compatibilidade, e rigeza [...]. São peritos navegadores do caudaloso Rio Mapendipe, pelo qual descem com incrível facilidade até a boca [...]. Do m.mo modo são os melhores Serradores de madeiras, principalmente do Vinhático, de que abundam aquellas matas, e insignes fabricantes de Grandes Embarcações de um só páo [tipo de embarcação tipicamente tupi, chamadas de ubás e que predominaram por muito tempo em todo o litoral baiano], a que no Brasil chamão Cânoas, muito necessarias para a navegação interior dos Rios.[220]

Deve-se notar que se trata de uma economia tradicional da comarca, caracterizada pela associação entre cultura de subsistência e produção extrativista, onde todos os indígenas haviam se aperfeiçoado para abastecer as demandas da indústria madeireira, sua principal fonte de renda.

[220] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia". p.21.

IMAGEM IV: "Planta da Aldeia de São Fidélis"

LEGENDA: "A. Igreja Matriz. B. Casa do Administrador desta Aldeia, q.' vem de passagem a este lugar. C. Casa do Cap. Mor Indio. N.B. As Casas em circulo mostrão a forma da Povoação, e achei aqui o pessimo costume de morarem m.tas familias em huma so Casa, ainda sem divisão alguma p.ª o pejo natural e honestid.e q.' se requer. D. Estrada q.' vai ter aos lugares donde os Indios agricultão seu sustento. E. Estrada p.ª o Corte de Madeiras aqui estabelecido. F. Estrada p.ª a Aldêa dos Indios de N. Sr.ª dos Prazeres. G. Estrada q.' ter ao Rio de Una. H. Estrada q.' vai ter a Casa do Parocho, q.' fica em distancia de hum quarto de legoa".

FONTE: MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50).

Na aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Jequiriçá, o naturalista considerou sua diligência mais arriscada, por serem os duzentos índios residentes na povoação, pouco dados ao trabalho agrícola, "alguã coisa revoltosos, dados a embriaguez, e a assassinios, cujos vícios

e má indole lhe provem da falta de educação, por não terem a muito tempo [...] Director q' os advirta, nem Paroco que os instrua [...]". Como enfatiza Paraíso (1998, p. 139) apesar desta "insistência na associação entre civilização e cristianização, uma das características do Iluminismo em Portugal e Espanha", o que pretendia o reformista

> [...] era evitar que os representantes da Igreja ultrapassassem os limites de seu exercício espiritual. Sua proposta é a da constituição de um Estado laico e de uma administração indígena também de caráter laico. A administração espiritual nas vilas deveria ser de responsabilidade dos párocos, desde que não tivessem qualquer ingerência no campo temporal [...].

IMAGEM V: "Planta da Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Jequiriçá"

LEGENDA: "A. Igreja que serviu de Matriz. B. Casa do Cap.^{ão} Mor Indio. C. Estrada q.' vai ter ao Sertão da

Ressaca. D. Estrada p.ª os sitios onde agricultão os Indios. E. Estrada p.ª os cortes de Madeira de Vinhático. F. Estrada q.' vai ter a Freguesia de S. to Ant.o de Jequiriçá".

FONTE: MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50).

Na Vila de Nova Abrantes, nas proximidades de Salvador, cuja população não chegava a cem índios - tratava-se de uma vila totalmente incorporada à sociedade colonial no final do século XVIII, o que deve ter implicado em constantes fugas, justificando o número reduzido de sua população se comparado a outras analisadas pelo indivíduo -, encontrou muita gente dada a lovoura, "sendo a sua principal força a plantação de mandioca, de q' fazem farinha p.ª sustento, e o muito q.' lhes sobra a reputão na cidade".[221] Também dedicavam-se a produção de algodão, que não gerava uma renda condizente com a qualidade da matéria-prima, pois faltava-lhes o conhecimento da técnica de colheita. Os silvícolas que não se dedicavam a agricultura, fabricavam telhas e tijolos em uma grande olaria, mas sem técnica alguma. Cabe ressaltar, que a referida olaria estava sem funcionar desde 1758, tendo sido reativada pelos índios e se transformado em uma atividade econômica importante. Visando incrementá-la, ensinando novas tecnologias, o naturalista fez "salariar dois homens, q.' mandei convidar das Olarias da Villa de Jaguaripe, p.ª os ensinar tão bem a fabricar Loiças p.ª o uso ordinario das cozinhas. Observei tão bem a doulid.e, e boa inclinação dos indios, enq.to pequenos e a sua aptidão p.ª os primeiros estudos e p.ª as Sciencias". [222]

Importa ressaltar, a ênfase dada a agricultura, vista como fonte de renda e sinônimo de civilização. Assim como para os ingleses do século XVI e XVII analisados por Keith Thomas (1996, p.303), apenas "uma paisagem domesticada, habitada e produtiva era bela". Lamentava-se as vastidões de terras não cultivadas! Entretanto, de acordo com o autor citado (idem, p. 310), a industrialização inglesa levou a uma mudança radical de pensamento no final do século XVIII, a natureza selvagem passou a ser divinizada e a sua conservação objeto de legislação oficial, apoiada pelos "profetas" Rousseau, Alexandre von Humboldt e pelos protestantes.[223] O Brasil colônia também foi alvo de medidas conservacionistas, entretanto, os motivos que levaram às mudanças que revalorizaram algumas espécies da natureza foram

[221] Ibdem, p.28.

[222] Ibdem, p.28.

[223] De acordo com Thomas (1996, p.308), para os protestantes a natureza era obra divina e todas as suas partes obedeciam a um propósito, devendo ser respeitadas como ao criador.

econômicos e não morais, a contestação do crescimento agrícola e de uma natureza dominada pelo homem foi realizada apenas em algumas ocasiões, pelo Estado e alguns poucos homens, influenciados pela ilustração que constantemente entravam em contradição.

IMAGEM VI: "Vila de Nova Abrantes"

LEGENDA: "A. Igreja Matriz. B. Habitação do Vigário. C. Caza da Câmara. D. Caza da Olaria. E. Cartório onde reside o Escrivão Director. F. Caza do Cap.ão Mór-Índio. G. Grande Praça desta Povoação. NB. Todas as mais cazas moram dispersam.te os Oficiais maiores e mais moradores desta vila, que continuão tanto pela estrada q.' vai ter à feira, como pela outra chamada do Arambepe a fazer o número de 65 cazaes ao todo, morando em m.tas seis, e oito famílias de mistura. H. Estrada q.' vai ter a Capoame e a feira do Gado que vem dos Sertões p.a o fornecim.to da cidade. I. Estrada do Arembepe, e geral da Povoação da torre e Sertoens. L. Estrada seguida para os sítios onde tem os Indios a repartição das terras da sua cultura de que arrendam algumas porções vários portugueses. M. Estrada q.' vai ter à Freguesia de S.to Amaro d Ipitanga. N. Estrada q.' vem do Rio de Joanes, caminho Geral, e único da Cid.e p.a esta Villa. O. Varzea seguida com montanhas dos Lados, e na da esquerda reverdão bons Pastos p.a a creação de Gados".

FONTE: MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50).

Na Aldeia de Massarandupió, nas proximidades de Salvador, encontrou mais de 400 índios, "muitos delles de espécie degenerada com pretos, por serem as índias nacionais muito inclinadas dos desta Côr".[224] Assim, revela seus contatos com vários sujeitos sociais, que conviviam e interagiam ativamente, formando uma rede de saberes sobre plantas medicinais e práticas de cura. Procurou, nesta localidade, animar a produção de algodão e ticum (espécie de palmeira):

> [...]ensinando aos índios de melhor forma a separar a estriga, e a macerala, porq.' do modo geralmente seguido por eles perdião muita parte, q.' hoje aproveitão em maior utilid.[e] sua, q.' pode vir a ser hum grande artigo de commercio, quando se dêem as providências p.[a] a comodidade dos transportes, pela grande abundância que há destas Palmeiras [...]".[225]

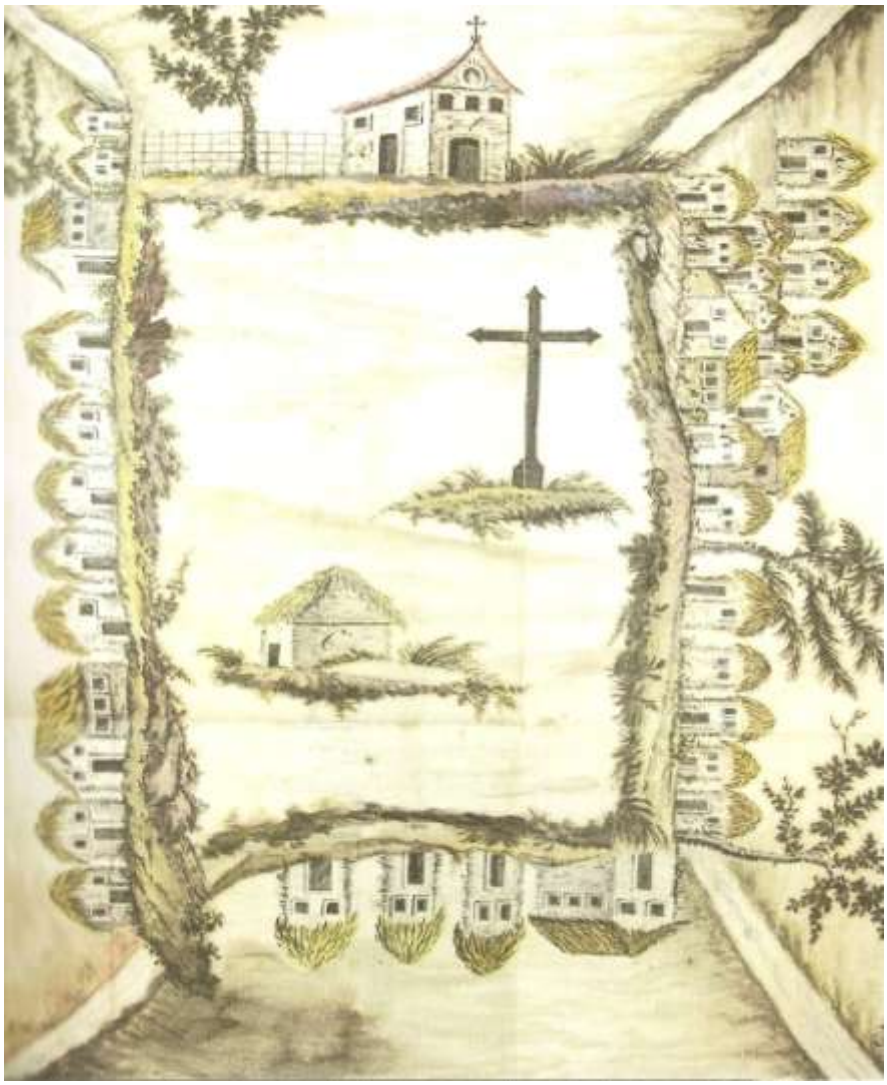

IMAGEM VII: "Planta da Aldeia de Massarandupió"

[224] Ibdem, p. 29.

[225] Ibdem, p. 31.

LEGENDA: A. "Igreja Matriz; B. Casa da Residência do Missionário; C. Casa da Hospedaria; D. E. F. G. H. I. J. L. M. N. O. P. Q. R. Palhoças q.' mandei levantar de novo em lugar das q.' tinham sido incendiadas; S. Caza do Cap.ão Mor Indio; T. Estrada geral p.a as terras onde os Indios agricultam; V. Estrada p.a os ferteis campos do Bibó; X. Estrada p.a o Rio Imbassahí; Z. Estrada q.' vai ter o Rio Jacuípe; NB. Todas as mais cazas formão a Povoação e depois de fazerem o circulo q.' se mostra ainda se estendem dispersamente pelas quatro estradas assinaladas a perfazer o número de 180 palhoças".

FONTE: MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50).

Na "Memória sobre algumas producções naturaes das conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam", escrita em 1789, Vandelli refere-se a dificuldade de introduzir a cultura do linho cânhamo no Brasil devido às características da espécie, cujas sementes não suportavam um longo período de transporte. Alude a necessidade de procurar substituí-lo, manifestando interesse por espécies coloniais do gênero dos "Hibiscus que se podem tirar fios para fiar-se como linho, os quaes no Brasil costumão tirar da o Ticum, que he huma especie de Palmeira, da o Gravatá, e Coroá [...]".[226]

Este alerta moveu muitos homens de ciência na colônia, destacando-se Bithencourt e Sá, que além do Ticum, apresentou outra espécie igualmente útil, encontrada em Minas Gerais, a Macaúba. Em todas as vilas e povoações da comarca arregimentava-se pessoas para a colheita do ticum ou tucum, sendo que em 1810 observa-se a maior recolha, quando "o ministro conde de Aguiar mandou o cirurgião-mor agregado do regimento de artilharia da Bahia, José Manuel Antunes Frota, colher a maior quantidade possível [...]. (SILVA CAMPOS, 2006, p. 308)

Na memória publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, intitulada "Da transplantação das árvores úteis de paízes remotos",[227] o autor João de Loureiro faz uma rica observação acerca de técnicas realizadas no período para conseguir realizar a transplantação de espécies vegetais sem prejuízo das sementes:

[226] VANDELLI, Domingos. "Memória sobre algumas producções naturaes das conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam". In: Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. 1789, I, f. 187-206.

[227] LOUREIRO, João de. "Da transplantação das árvores úteis de paízes remotos". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p.152-163.

> Chegadas que forem [...] huma boa parte das sementes de cada espécie, se deve logo metter na terra em tempo próprio para nascerem, e assim ter alli prompto maior viveiro. Outra parte se deve pôr em cestinhos em diversas camas, entrefachando-as com musgo um pouco fresco, para que com o tempo comecem a grelar, e produzir pequenas raízes nos mesmos cestinhos; que nelles mesmos se pódem embarcar, ou tardando muito o embarque, será bem separallas, e metellas na terra. Finalmente, a terceira parte das sementes se ha de conservar secca, expondo-as ao ar e não ao Sol que seja muito forte: depois se embrulharão em pequenos embrulhos de papel ou panno encerado: logo serão mettidas em hum caixote, forrado por todas as partes de dentro com folhas seccas de tabaco, para evitar quaesquer bichos ou insectos; barrando ultimamente por fóra todas as junturas do caixote com cera derretida, não muito quente, para que não possa entrar o ar externo: com advertencia, que não se deve abrir até chegar ao lugar aonde se devem logo semear. Este methodo tem mostrado a experiência ser o melhor para conservar ilezas as sementes que se pretendem levar de muito longe: e como tal se acha recommendado no Livro Inglêz Naturalist's, and Traveller's Companion.[228]

Após cumprir o objetivo político da viagem, fazer com que índios refugiados retornassem às principais vilas e aldeamentos, descrever o seu estado e animar algumas produções, Muniz Barreto inicia seu segundo propósito de, "com as luzes, e com os seus planos desembaraçar toda a sorte de obstáculos, q.' distroem [...] interessantes e úteis produções."[229]

Então, no trabalho enviado à Academia Real das Ciências de Lisboa, intitulado "Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural", dedicou-se essencialmente as ciências, atacando logo no início, aqueles homens "q.' tem oferecido a essa Ilustre Academia, sobre os productos do Brazil, várias Relaçoens, consistindo sua glória em dizerem couzas novas, ainda que essas sejam fabulozas".[230] O naturalista, reconhecendo que lhe faltavam os "perfeitos conhecimentos em História Natural",[231] recorre mais uma vez a retórica para valorizar o seu trabalho.

Nas praias do Morro de São Paulo afirma ter encontrado objetos interessantes para o Gabinete de História Natural, além de muita quantidade de zimbo que deveria ser extraído para facilitar o comércio de escravos com a costa da Guiné. Realizou investigações mineralógicas com "pedras brancas"ou "pedra marcial" utilizadas para a fabricação de cal,

[228] Idem, p.158.

[229] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural". (s/d, aproximadamente 1790). p. 2.

[230] Idem, p. 4.

[231] Ibdem, p. 3.

analisou uma espécie de "betume"[232] e "pedras ocras" (argila colorida por óxido de ferro)[233] as quais eram encontradas por toda a Ilha de Tinharé e empregadas na extração de uma tinta amarela, muito utilizada pelos holandeses. Na seção da Memória "Viagens Filosóficas ou Dissertação", Vandelli se refere a necessidade dos naturalistas se examinarem as diversas espécies de "Ochra" existentes na colônia, por serem muito úteis para a confecção de louças e pintura. Ainda, fez exames com "madeiras de construção, marchetaria[234] e tinturaria", encontradas em abundância. [235]

Objetivando fazer florescer a agricultura da região, recorreu ao exame da qualidade dos solos "p.ª ver se estava a sua infrutiferidade na 3ª ou 4ª espécies dos terrenos". Após os exames, reconheceu que estavam na "2ª classe de mediam.te fértil, por ser terra delgada, misturada com alguã arêa, não obstante o q.' sendo o seu impedimento todo acidental fica na 3ª classe".[236] Apesar de não citar o autor do sistema de classificação utilizado é provável que tenha se baseado, nas idéias do saxão Abraham Gottlob Werner (1749-1817) que, de acordo com Alex Gonçalves Varela (2005, p. 41-42), propunha que "os minerais deveriam ser classificados de acordo com a sua composição, uma vez que nela residia a característica essencial [...], seriam classificados levando em conta suas características externas e composição química." Ainda de acordo com o autor referido (idem), além de dividir as camadas da terra em classe, como faz o indivíduo em estudo, Werner considerava fundamental estudar a estrutura dos solos e a formação da crosta terrestre. Também Vandelli, dissertando sobre a agricultura, afirma que o objeto que o naturalista deve primeiro preocupar-se nesta arte, "chegando a algum lugar [...] he examinar as seis qualidades da terra, a que as tem reduzido o homem: a saber, a terra humosa, arguilosa, ou cretosa, arenosa, pantanosa, bituminosa, tophosa; a sua composição, e mistura, porque ellas diferem humas das outras e examinar em particular os seus princípios."[237] Assim, é preciso considerar que

[232] De acordo com MORAES e SILVA (1813, vol. I, p.280) o "Bétume é uma espécie de barro fluido, tenaz e pegajoso, com mistura de enxofre, o qual emana do Lago Asfiltete da Judea. Há outro betume artificial composto de cal, azeite, e outros ingredientes, de que se usa para vedar e estancar canos, e junturas por onde a água se não vá".

[233] "Serve na pintura, de várias cores; a mais vulgar é amarella, e daqui tomão o nome" (idem, p.359).

[234] Madeiras utilizadas para ornamentação.

[235] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural". (s/d, aproximadamente 1790). p. 7-8.

[236] Idem, p.9.

[237] VANDELLI, Domingos. "Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar". 1779.

tratava-se de um amador, não possuindo conhecimentos práticos de mineralogia (experiência em trabalhos de campo, orientado por naturalistas renomados, como tiveram acesso os estudantes de História Natural de Coimbra), o que faz supôr que sua análise acerca da qualidade dos solos seja o resultado científico da leitura de muitos saberes sobre o tema, embora utilize pressupostos que o aproximam das leituras de Werner e Vandelli.

Junto aos índios, pesquisou "ágoas de cassimba, de côr Loura, muito amarga, e dizem os índios provocam a Cezoens".[238] Notícias sobre lagoas capazes de curar doenças foram muito propagadas no império português setecentista, embora em seu final já fossem vistas com certa desconfiança pelos "homens das Luzes". Muniz Barreto apresenta notícias daquelas capazes de provocar achaques nos indivíduos, sem proceder a um exame acerca das características que determinavam a referida qualidade.

Apreendeu dos indígenas formas de tingir tecidos com "lama ou terra preta", enviando para Lisboa explicações minuciosas de todas as etapas do procedimento;[239] formas de confeccionar chapéus com espécies nativas como "Enbirussú e Simauma";[240] frutas para extração de azeite;[241] palmeiras das quais se extraiam cera e espécies para substituir o linho cânhamo, destacando o "Hibiscus, Gravatá, Coroá e Jussara",[242] com as quais fez experiências para testar a resistência, comparando com a do cânhamo. Assim descreve a peripécia realizada com a Juçara:

> Encontrando nesta estrada [entre a freguesia de Santo Antônio de Jequiriçá e a

[238] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural". (s/d, aproximadamente 1790). p.14.

[239] Idem, p. 19.

[240] Ibdem, p. 20. A Simaúma ou Sumaúma é uma planta utilizada pelos indígenas da América do Sul para diversos fins: medicinal, construção, artesanal, entre outros. O seu fruto contem uma fibra empregada como alternativa ao algodão, como divulga Muniz Barreto, para confeccionar chapéus na comarca de Ilhéus setecentista. O conjunto dessas fibras sedosas que envolve a semente, continua sendo um dos seus mais importantes usos, visto que o proveito da madeireira constitui a sua principal aplicação. Suas sementes produzem um óleo, do qual os indígenas faziam sabão, além de fertilizantes. O Embirussú, Embiruçú ou Emburuçú é uma espécie nativa da mata Atlântica, cujo nome vem do tupi (imbira= corda e açú= grande).

[241] Ibdem, p. 26.

[242] Ibdem, p.28-29-30-31. A Jussara ou Juçara (Euterpe edulis Mart.) é uma espécie nativa da Mata Atlântica, pertencente à família das palmeiras. Entre as Antilhas e a América do Sul, são encontradas mais de 28 espécies que fornecem frutos, cera, óleo, fibras, material para construções, matéria-prima para a produção de celulose, além de alimento para o homem, aves e outros animais. O "Gravatá Coroá", provavelmente, refere-se a *(Bromelia sagenaria* - Ar. Cam.) cujas fibras se prestam para tecidos finos (gravatá) e para a cordoalha (coroá). O (*Hibiscus sp.*) é considerado a mais resistente das fibras citadas, juntamente com o Ticum ou Tucum (*Bactris setosa* - Mart.), também investigado por Muniz Barreto, bastante utilizado pelos índios na fabricação de redes, cordas, entre outros.

> aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres] hum grande pao, q.' vinha puxado por Boys p.[a] o porto de Jequiriçá, reparei que não uzavão os Camboeiros de corda de linho, mas sim de huã espécie de estriga grossa, e mal torcida. Fazendo parar aquella condução, perguntei a os q.' a dirigião, a razão de não uzarem o linho; e me responderam q.' nas puxadas de páos pezados, ou pela sua consistência, ou pelo seu vulto, não havia couza q.' resistisse como a chamada Jussara, de q.' uzavão, se bem q.' os cabos neste trabalho poucas semanas, ou dias duravão. Isto me fez logo pertender huã necessária, e curiosa experiência [...] fazer o meu calculo com a sua força comparada a do cânhamo. Com effeito mandando preparar dous cabos do comprimento de 3 braças,[243] e de grossura de huã polegada,[244] hum de linho cânhamo, e outro de Jussara, quebrou este depois de suspender os pêzos p.[lo] espaço de 5 minutos com 6 @, 5 £,[245] e o cânhamo por 6 ½ minutos, com 3 quintaes,[246] e 4 £; differença esta m.[tto] concideravel pela que vim a conjecturar, q.' toda a sua força momentânea procede enquanto nova, pelas partes humidas q.' em si conserva, e q.' absorvidas estas perdem toda a actividade: e não duvido porq.' pondo eu de infusão em agoa o mesmo cabo de Jussara por 12 horas, e fazendo depois segunda observação, e exame sustentando então os pezos por 7 ½ minutos, quebrou com 7 @, e 11 £, do que bem evidente hé o q.' digo, pelo augmento q.' teve de força [...]. De qualquer modo não se pode duvidar da sua útil serventia, pois q.' sem despeza da Real Fazenda se puxão os páos naquelles cortes ao porto de Mar.[247]

Como se pode observar, apesar das inúmeras tentativas de Vandelli e de todo o grupo de homens que conheciam o potencial econômico dos usos das fibras conhecidas como cânhamo,[248] sua aclimatação ou substituição por espécies locais tornava-se cada vez mais difícil. Inúmeros foram os incentivos a sua cultura, através da distribuição de sementes e de instruções técnicas sobre o seu cultivo, para os lavradores. Entretanto, o próprio Vandelli reconheceu as dificuldades de introdução do mesmo na colônia, pois "hé difficultozo transportar-se da Europa a semente; a qual por ser muito olleoza, na passagem da linha, não tendo todas as cautelas necessarias, faz-se rançoza, e por consequencia, inutil".[249]

Ainda assim, várias tentativas de aclimatação foram realizadas. Em 1783, o vice-rei Marquês do Lavradio fundou a Feitoria Real do Linho Cânhamo, no rincão do Cangaçu, no Rio Grande de São Pedro, hoje conhecido como Rio Grande do Sul, posteriormente tranferida para outra região, funcionando até 1824, com boa produção.

---

[243] 1 braça equivale a 2,2 m.

[244] 1 polegada equivale a 2, 54 cm.

[245] Seis arrobas e cinco libras. 1 arroba equivale a 14, 699 Kg e uma libra a 453, 5 g.

[246] 1 quintal equivale a 58, 796 Kg.

[247] Ibdem, p. 29-30

[248] Matéria-prima fundamental para a construção naval: fabricação de cordas para o arrasto de madeiras, velas para embarcações, entre outros.

[249] VANDELLI, Domingos. "Memória sobre algumas producções naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão". Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789, I, f, 187-206.

Instruções sobre as formas de produção também demonstram a importância da espécie. Na coleção "O Fazendeiro do Brasil", editada pelo botânico mineiro frei José Mariano da Conceição Veloso, entre 1798 e 1806 por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, encontra-se duas edições dedicadas ao produto no mesmo ano: o "Discurso Prático Acerca da Cultura do Canamo" e a "Collecção de Memórias Inglezas Sobre a Cultura e Commercio do Linho Canamo Tiradas de Differentes Authores que Devem Entrar no Quinto Tomo do Fazendeiro do Brazil" que oferecem uma variedade de textos compostos por diferentes autores de várias nacionalidades (destacando-se os ingleses), tratando minuciosamente da cultura na Suíça, Irlanda e nas colônias inglesas, da sua importância, do método de obter o linho fino, da escolha dos melhores terrenos e preparação da terra para o plantio, dos melhoramentos que se devem utilizar na maceração, meios para se aperfeiçoar a prática e evitar os efeitos prejuduciais (acompanhado da demonstração de várias experências) e dos prêmios oferecidos pela Sociedade do Encorajamento das Artes, Manufactura e Commercio, para buscar aumentar a cultura.

Manuel Arruda Câmara foi bastante pragmático, escrevendo a "Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos próprios". Então, ilustrados luso-brasileiros, burocratas e agricultores empenharam-se de diversas formas no desenvolvimento da cultura, que ainda carece de pesquisas a respeito.

4.2 As plantas que curam

Digno de nota, sem dúvida, na viagem realizada por Muniz Barreto foi sua apropriação do conhecimento indígena sobre ervas medicinais, que deram origem a manuscritos, seguidos de vasta iconografia, descrição textual da forma das espécies e indicação de seus usos e suas virtudes terapêuticas. Como afirma Vera Regina B. Marques (1999, p.116):

> Os saberes dos ameríndios continuavam valendo para os naturalistas do século XVIII, tanto quanto haviam sido úteis para os viajantes e colonizadores fazerem suas descrições no século XVI e XVII. Identificando as plantas medicinais e alimentares, os indígenas forneciam o conhecimento básico para o início dos estudos de História Natural em terras do Brasil. Como 'mais entendidos', localizavam as plantas e sementes para serem descritas e classificadas.

Nesse processo de valorização do mundo natural, o naturalista italiano Vandelli exerceu um importante papel. Através da confecção das "Instruções de Viagem", incentivava a realização de estudos de campo que buscassem obter informações acerca dos ameríndios e de sua relação com a natureza, visando atender aos objetivos da ciência e da colonização, mapeando seus conhecimentos sobre as potencialidades naturais da terra em favor do incremento do comércio, agricultura, farmácia e navegação, como almejado pelo Estado português setecentista.

> Para se conhecer se huma terra he ou não sádia, basta de ordinario olhar para os seus habitantes, e observar a sua disposiçaõ, e as doenças Idemicas, a que estão sugeitos. [...] os Indios, como são os mais inteligentes practicos daquelle continente, são tambem os melhores Mestres para nos ensinarem os nomes das plantas, e o seu uso principalmente das que se podem extrahir cores, e das que servem nas doenças proprias daquella parte da America, onde elles morarem.[250]

Cabe ressaltar, que as pesquisas sobre a fauna e flora local iniciam-se nos primórdios da colonização, mas o apoio oficial só ocorreu na segunda metade do setecentos. Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra "Caminhos e Fronteiras" dedicou um capítulo magistral intitulado "Botica da Natureza", a análise da apropriação do conhecimento dos nativos por colonos, destacando-se os jesuítas e bandeirantes, para sobreviverem às intempéries da natureza local. A historiografia que destaca o papel de curadores exercido pelos jesuítas é ampla. Através do convívio com diferentes etnias, sobretudo àquela que matinha sob seus cuidados, conseguiram acumular um conhecimento vasto, que pode ser observado, entre outros, nos manuscritos que compõem a "Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil, compostas e experimentadas pelos melhores médicos e boticários mais célebres que tem havido nessas partes, aumentada com alguns índices e notícias muito curiosas e necessárias para a boa direção e acerto contra as enfermidades". Entre as várias fómulas destacou-se a "Triaga Brasílica", segunda maior fonte de renda do Colégio de Jesus na Bahia (EDLER, 2006, p.17). Entretanto, deve-se destacar que os franceses e outros naturalistas também fizeram uso da fauna e flora brasílica, divulgando os saberes adquiridos pela Europa e, a sociedade branca residente na colônia, "recorreu indiferentemente às formas de cura trazidas

[250] VANDELLI, Domingos. "Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar". 1779.

da Europa ou àquelas a que diversas etnias, com as quais se manteve em constante contato, utilizavam para lutar contra os males que as cometiam" (idem).

Muniz Barreto também sabia serem os indígenas a principal fonte do saber botânico colonial. Com ascendentes boticários e sintonizado com as diretrizes das autoridades colonias, como o Conde de Resende que criticava os boticários do final do século XVIII por não aproveitarem a "infinidade de ervas e raízes conhecidas pelo mesmo nome das que mandam vir de fora", apenas com a finalidade de obterem lucros sempre maiores com as drogas já corrompidas que mandavam vir do Reino (apud MARQUES, 1999, p.198), o militar voltou-se para os "vegetais que estivessem em seu estado de perfeição", mais uma vez recomendação do vice-rei para os boticários (idem), investigando as plantas medicinais utilizadas pelos índios da vila de Santarém, povoação de Jequié, aldeia de São Fidelis e de Nossa Senhora dos Prazeres e ilha de Quiepe, "que faz fronteira com a barra de Camamú e onde encontram-se os maiores conhecedores de ervas da Comarca".

À custa dos saberes dos "curadores da terra", construiu o conhecimento que segue, enviado à Academia Real das Ciências de Lisboa em anexo a uma das suas "Memórias", com o título "Contem a descrição dos vegetais estampados nas suas naturais cores". Observa-se a apropriação do conhecimento ameríndio e sua organização de acordo com alguns referenciais da História Natural. Conhecia a medicina hipocrático-galênica ou humorista que de acordo com Lorelay Kury (2002), neste período, se fortaleceu relacionando as doenças com o ambiente no qual o corpo estava inserido, ou seja, o clima. Então, buscou inserir os seus estudos no referido sistema. Explica a autora (idem, p. 2):

> A noção de clima no neo-hipocratismo é muito abrangente. Inclui temperatura, pressão, umidade, topografia de cada região, influências astronômicas e meteorológicas, tipo de vegetação e de solo de cada região, presença de rios, lagos, montanhas, aspecto do céu, etc. O conjunto de fenômenos ambientais que atuam numa determinada época do ano constitui o que Hipócrates chamava das constituições epidêmicas (doenças de grande número de pessoas), ou seja um quadro que predispõe a certos tipos de doenças, de acordo com a correspondência entre os humores presentes no corpo humano e suas correspondências com o mundo exterior. De acordo com a tradição hipocrático-galênica que chegou aos tempos modernos, os quatro humores são os seguintes: sangue, fleuma, bile amarela e bile negra, que correspondem aos temperamentos, respectivamente: sangüíneo, fleumático, colérico e melancólico. Cada humor é associado a qualidades: quente, frio, úmido, seco. O sangue é quente e úmido, a fleuma é úmida e fria, a bile amarela é quente e seca e a bile negra fria e seca. Esses humores e qualidades correspondem às estações do ano e aos fenômenos climáticos em geral. As doenças físicas e morais advêm de um desequilíbrio de humores. Na época estudada a presença da medicina humoral é flagrante, mesmo que nem sempre se utilize essa palavra.

Quadro das plantas investigadas

Nome Vulgar	Virtudes
Vegetais da Ilha de Quiepe	
Mil Homens	"A sua raíz relada e dada a beber em suficiente quantid.e [...] hé evidente remédio para todas as espécies de Cezoens,[251] contra moléstias ainda que sejão inflamatorias"
Pindaíba	"Os frutos da casca desta árvore, "em cozim.to [serve] para dores de barriga e de estômago, se estas procedem de causa fria"
Taracatia	"A sua raíz cozida serve para dores, e malinas,[252] facilitando a transpiração e provoca a ourinas"
Espinheiro	"O seu sumo bebido serve para estancar a gonorhea e tem muitas qualidades contra os tumores produzidos por infecção Gallica,[253] e principalm.te para obulão gallico a q.' vulgarm.te chamão mulla. Humas cascas do seu principal caule de infusão em água e bebida [...] hé contra as queixas que se originão de producto gallico"
Bet	"Serve para banhos nos reumatismos, e contra dores"
Camará	"Esta erva sendo cozida com sua própria raíz é bebida admiravel para os oppilados das veias [...]"
Ervinha	"Serve tanto a raíz, como a folha sendo cozida para dores de estomago, do peito e do figado"
Teritoassú	"Serve para banhos na disenteria do sangue, reprime os immoderados fluxos do menstro,e refreia as chagas q.' se dilatam"
Emborá ou Folha do Coração	"Hé contra venenos de cobras uzando da folha bebida, e a raíz relada, e posta em cima da ferida. Serve também para curar chagas podres, uzando-se das folhas de costas sobre ellas, limpando-as com presteza [...]
Manboca	"Serve para molestias cutaneas, applicando-se as folhas cozidas para banhos, e a raíz

[251] Por Cezoens ou Sezões, designavam as febres intermitentes, muito comuns no período. Também denominadas de Maleitas, de acordo com o "Diccionario de Medicina popular e das sciencias accessorias para o uso das famílias" (1890, p.1092), difere-se dos vários tipos de febres existentes, pois não procede da afecção de um órgão, nelas "os órgõs estão bons e a moléstia parece depender da modificação particular do systema nervoso. Portanto, as febres intermitentes distinguem-se das contínuas, não só pela sua natureza, como também pelas causas, pela marcha e pelo tratamento. O que indica o adjetivo intermitente, na febre d'este nome, é que ella apparece e desapparece successivamente, por intervallos mais ou menos longos, durante os quaes não existe vestígio algum de movimento febril [...]".

[252] De acordo com Bluteau (1712-1728) malinas ou malignas, "segundo médicos he aquella [doença], que applicando-se os remédios convenientes, sendo aliás curável, não obedece a elles, mas com certa dissimulação offende pela calada, & com ser mui perigosa, não tira totalmente a esperança de vida". Chernoviz (1890, p.1096), afirma tratar-se do mesmo que febre maligna, designação ora para a "inflammação do cérebro, ora a de suas membranas, ora os accidentes nervosos que predominam em certas inflammações do tubo digestivo, e finalmente certas moléstias convulsivas [...]". Certamente, Muniz Barreto refere-se a esta febre.

[253] "Infecção Gallica", "Obulão Gallico", "Mulla", "Producto Gallico", "Mal Venereo", são os vários nomes utilizados no período para designar a Sífilis, doença contagiosa que atingia muitas pessoas no período, ocupando muitas páginas dos dicionários de medicina. Ver: CHERNOVIZ (1890, p. 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040).

	bebida q.' expurga com suavidade, e ligeiram.te os humores coléricos"
Bute	"A sua raíz serve bebida para disgastos obstrucçoens, uzando por fomentação da mesma raíz relada com ourina, e também para inflamação da madre"[254]
Vegetais da Vila de Santarém dos Indios	
Pindaíba Merim	"Pela ardencia da mesma fructa não me derão os indios prestimo algum q.' Não fosse o do uso para a comida [...]"
Louro	"A sua baga mastigada, ou relada, e tomada em porção de d'agoa morna hé experimentado remedio para colicas neofriticas,[255] e ainda para outras quaisquer dores de estomago e de barriga"
Vegetais da Povoação de Jequié	
Páo Vermelho Medicinal	"A raíz desta árvore cozida, e bebida a dose proporcional, hé excelente vomitivo [...] hé optimo purgante, disfazendo as oppilaçoens,[256] extinguindo antigas febres, e confortando o cerebro"
Quitoco Cheiroso	"Serve a sua raíz, sendo cozida para cristeis purgativos[257] [...] e folhas cozidas provoca as ourinas"
Grasso	"Serve para curar impigens, e sarna: uzada em banhos"
Tambarandi	"Servem as suas folhas uzadas em banho para as cólicas nefriticas, e a sua raíz cozida para fazer desenxar a face pela fluxão, que vem a os dentes, e a mesma raíz raspando-se depois de sêca, e introduzida no dente faz parar a dor"
Cravinho	"Serve o seu sumo, sendo pizada a folha, para estancar a purgação da gonorhea"
Vegetais da Aldeia de São Fidelis dos Indios	
Ipecacuanha chamada do Matto	"A sua raíz cozida, e bebida a tintura serve para fazer expurgar com suavidade a gonorhea, curando-a ou estancando-a ao mesmo tempo"
Grandeza	"O sumo da sua folha bebida serve para os oppilados, e hidropicos. A mesma folha posta em cima de qualquer inxação, principalmente a q.' com a face pela de fluxão dos dentes[258] a desmancha logo"
Lingua de Maçarico	"Pizado serve para curar as feridas feitas com páo, e para puxar para fora o ôlho em qualquer problema"
Erva Terrea	"A sua raíz sendo pizada enquanto tenra, e ainda o cozimento della depois de seca serve

[254] De acordo com Moraes Silva (idem, p.246, v. II) "Madre" significa entre outros, o útero das fêmeas, onde se desenvolve o feto antes de nascer. Dessa forma, Muniz Barreto trata de inflamações uterinas.

[255] Cólicas neofríticas ou nefríticas são dores abdominais provenientes de problemas renais.

[256] De acordo com o dicionário setecentista de Raphael Bluteau, "Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatomico, architectonico...", oppilação significa "entupimento das veas, ou douctos, por onde nas funções animaes se descarregão os humores." Oppilado, "o que tem veas, & poros entupidos". (1712-1728. p. 90).

[257] Cristél significa o mesmo que "mezinha, ou seja, remédio caseiro preparado para qualquer mal". (Moraes Silva 1813, p. 298-497, v.I) Assim, Muniz Barreto refere-se a remédio preparado para purgar, limpar qualquer enfermidade do corpo.

[258] "Fluxão", "Inchação do rosto" ou "Carregação dos Dentes", de acordo com Chernoviz (1890, p. 804) "pode desenvolver-se por occasião de todas as lesões dos dentes, ou succeder ás operações, quaesquer que sejam que se pratiquem n'estes órgãos".

	para banho dos entrevados”
Cravina	“Serve pizada para repôr por cataplasma em cima de qualquer ferida feita com ferro cortante, fazendo-a ligar sem m.to trabalho.
Erva do Bicho	“Serve fervida em agua para banhos, ou lavar os bexiguentos [...]”
Maria Preta	“Serve de mistura com outros vegetaes [...] par puxar fora as portenhas interiores”
Caroba	“Depois de pizada, serve para pôr cataplasmas em cima das bobas[259], e tambem p.a chagas que tiverem excesiva humidade por causa de algum vaso limphatico”
Manboca	“A raíz pizada, e posta em cima da mordedura de cobra a cura [...], serve também para curar chagas impertinentes [...]”
Vegetais da Aldeia dos indios de Nossa Senhora dos Prazeres	
Erva de Sangue	“Cozida a raíz em agua faz lançar as Lombrigas”
Erva do Bicho mais Ardento	“Serve para cristeis contra a corrupção e ainda para malinas”

A precaridade da assistência médica na colônia, o encantamento que ainda exercia a rica flora brasílica e as diversas formas de curar apresentadas por indígenas, escravos, entre outros povos, fazia com que as elites letradas recorressem às práticas indígenas de cura no século XVIII, como haviam feito os colonizadores de períodos anteriores.

Entretanto, observa-se uma diferença fundamental, imposta após a reforma do ensino médico na Universidade de Coimbra. O naturalista busca a cura dos males do corpo entre os

[259] No tomo IV das publicações da Academia Real das Ciências de Lisboa, há uma memória intitulada “Das Boubas”, o médico lisboeta Bernardino António Gomes, analisa de forma minuciosa, em 32 páginas, a referida enfermidade. Afirma ser ainda pouco estudada, sabendo-se ao certo que “os Brancos e Pretos são sujetos a padecella; nestes porém observa-se tão frequentemente, que parece ser-lhes particular. Em África, segundo me disserão, he tão trivial nelles, que poucos deixão de a padecer em algum período da vida [...] dalli foi transmitida com a Escravatura para o Brazil.” Ao descrever a enfermidade, distingue no Brasil duas espécies de boubas. Aponta muitas causas para o surgimento das mesmas, como a alimentação, o clima, a higiene, o contágio através do coito e da amamentação, entre outros. Interessa, o capítulo da memória em que disserta acerca dos medicamentos, indicando para a sua cura, muitas plantas medicinais da colônia portuguesa americana, “sendo as Boubas huma enfermidade virulenta [...] cuja crise se faz por huma erupção ulcerosa, e fungosa [...] três indicações se apresentam para se executarem no méthodo curativo; 1º facilitar a erupção benéfica das ulceras boubosas, 2º erradicar o vírus, e 3º detergir as ulceras para se cicatrizarem”. A primeira indicação medicinal realizada pelo autor é a utilização do “guaico, sassafraz, folhas de senne e semente de funcho, salsaparrilha, bardana, Japecanga, Caroba, fumaria e enxofre”, enfatizando a superioridade da infusão da salsaparrilha sobre todos os remédios anti-boubais e a insuficiência do mercúrio. Em resumo, dava clara preferência ao uso de plantas medicinais em detrimento das fórmulas químicas surgentes. GOMES, Bernardino António. “Das Boubas”. Memória Sobre a Agricultura deste Reino, e das Suas Conquitas. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. Tomo IV. Parte I. 1815. p. 3-35.

indígenas, mas foge de descrições de benzeduras, rezas, pajelança e outros conhecimentos considerados arcaicos e incivilizados, buscando tornar seu discurso objetivo, científico.

Ao afirmar seu encontro com dois indígenas de "avançada idade, tendo um deles 80 annos de idade e [...] 40 annos de curar os moradores daquelle circuito [Cairu] com Ervas Medicinaes, de q.' tinha grande conhecim.to, e experiência"[260], fazendo-o crer que não se tratava de um impostor e alongando a sua permanência no local mais do que pretendia devido aos preciosos ensinamentos daquele que deveria tratar-se de um pajé, é certo que teve contatos com sistemas mágico-religiosos de cura, que procurou não difundir em sua "Memória", limitando-se como observado acima, à divulgação da farmacopéia de algumas étnias nativas: a descrição das espécies e de como utilizá-las como medicamentos. Acredita-se no contato referido anteriormente, pois para os indígenas, religião e cura sempre estiveram interligadas, dado que as adversidades sofridas pelo corpo eram concebidas como conseqüentes do corpo e do espírito. Como Silva, citando Posey (1997, p.1):

> O conhecimento indígena não se enquadra em categorias e subdivisões precisamente definidas, como as que a Biologia moderna tenta artificialmente organizar. Em vez disso, o conhecimento de *folk* vem a ser uma amálgama de plantas, animais, caçadas, horticultura, espíritos, mitos, cerimônias, ritos, reuniões, energias, cantos e danças (apud SILVA, 2004).

É provável que tivesse ciência, da criação em 1782, do órgão denominado Protomedicato, que buscava legalizar a atividade médica e perseguir os denominados "curandeiros". Mas como afirma Marques (1999, p.70):

> Se os saberes dos indígenas sobre a flora brasileira seriam usualmente descredenciados no nível discursivo, não parece tê-lo sido no nível prático. Utilizados como indicativo para coleta de espécies desconhecidas, tiveram seus usos posteriormente abalizados por experimentos científicos. E antes mesmo destes conhecimentos serem afirmados cientificamente, as plantas indígenas já constituíam capítulos de farmacopéia portuguesas e estrangeiras, o que demonstra os bons resultados obtidos por aqueles que as usavam.

Flávio Edler (2006, p.18) corrobora a assertiva acima, ao afirmar que embora "físicos, cirurgiões e boticários portugueses" tivessem preconceito com relação as práticas de cura dos

[260] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural. (s/d, aproximadamente 1790). Cópia extraída do códice manuscrito n. 688 existente na Real Biblioteca do AHU, 1.3.8.

indígenas e seus pajés, considerados "pagãos e selvagens", acabavam não tendo como fugir das mesmas, de forma que "de todas as práticas terapêuticas, o uso das ervas medicinais brasileiras era a de mais legitimidade popular".

É necessário ressaltar, que essa associação entre as doenças e o sobrenatural não era uma característica específica das comunidades indígenas. Eugénio dos Santos (1983) apresenta o século XVIII como um período de contrastes, no qual o campo da medicina não pode ser pensado de maneira dicotômica, popular e erudito. Tamanho era o temor do homem diante da morte, que em 1727 um membro da Academia de História Portuguesa, de acordo com o autor "padre congregado natural de Lisboa [...] homem culto e prestigiado" publicou um texto intitulado "Receita Universal ou Breve Notícia dos Santos Especiais Advogados Contra Achaques, Doenças, Perigos, Infortúnios, a que Ordinariamente Vive Sogeita a Natureza Humana" (idem, p. 188). Tal documento, entre muitos de semelhante conteúdo publicado no período, mostra como o cristianismo, com a sua concepção milenar da "interferência do demônio" na vida dos homens, também atribuía a causa das doenças ao sobrenatural (ibdem, p.189). Juntamente com os receituários médicos empíricos, surgem fómulas de benzeduras, exorcismos, orações, entre outros. Tamanha era a interferência eclesiática na medicina do perído, que baseando-se em farta documentação, Santos (ibdem, p.190-191) conclui:

> Na mentalidade coletiva, desde muito cedo e quase até hoje, se associou a figura do padre à do médico, muitas vezes consubstanciadas na mesma pessoa. Com efeito, o sacerdote era o médico da alma, aquele que levava alívio aos remorosos, ao espírito atormentado pelo pecado, que sossegava as consciências e que, por essa via, também restituía a paz ao homem como tal. Ora, se a alma sempre foi vista como o princípio nobre, superior ao corpo, seria abusivo ver no padre também um médico do corpo? Não. É que quem tratava de um necessariamente influía no outro. E assim, em todos os países do Ocidente, o médico estava sujeito a várias jurisdições e juramentos, competindo eles indistintamente ao poder civil e à autoridade eclesiática. Por isso, ninguém poderia exercer a medicina sem dar garantias de ser bom cristão e de avisar logo a autoridade eclesiática, desde que presentisse qualquer sinal de enfermidade grave. O confessor acompanharia imediatamente o clínico, confundindo por vezes as suas atribuições.

Com a reforma da Universidade de Coimbra, a ciência médica baseada na observação e experimentação tentou impôr-se, mas a sociedade resistia, como pode ser observado em outro documento analisado por Eugénio dos Santos (ibdem), intitulado "Medicina Theologica ou Supplica Humilde Feita a todos os Senhores Confessores e Directores Sobre o Modo de Proceder com Seus Penitentes na Emenda dos Pecados, Principalmente da Lascívia, Cólera e

Bebedice", escrito em 1794, no qual se explicita uma das concepções de medicina, na luta pela hegemonia no período:

> [...] porque ser médico, quer dizer hum sujeito que examina o enfermo com cuidado, combina com attenção as circunstancias da culpa, julga da sua causa com inteireza, ensina com brandura quanto o penitente deve fazer para evitar seus pecados, prescreve os remedios necessarios para os evitar e mesmo procura com affecto estes remédios (idem, 1983, p.191).

Como pode ser observado, ambas as matrizes culturais - européia e indígena - valorizavam o místico em seus processos de cura. Mas em território cristão, como afirma Calainho (p.72), o "olhar demonológico" de eclesiásticos e leigos sempre recaiu sobre os gentios, principalmente os seus pajés e os rituais xamâmicos variados, visto como ilegítimos, lidos pelos códigos culturais europeus e associados, então, "com rituais sabáticos da feitiçaria européia" (ibem). Para exemplificar tal processo de repúdio e demonização às referidas práticas, Calainho utiliza as palavras de dois eclesiáticos do século XVI, Manuel da Nóbrega descrevendo um procedimento de cura indígena e José de Anchieta depreciando os pajés:

> Acabando de falar ao feiticeiro, começaram a tremer, principalmente as mulheres, com grandes tremores em seu corpo, que parecem demoninhadas (como de certo o são), deitando-se em terra, e escumando pelas bocas, e nisto o persuade o feiticeiro que então lhes entra a santidade; e a quem isto não faz tem-lho a mal. Depois lhe oferecem muitas coisas e em as enfermidades dos gentios usam também estes feiticeiros de muitos enganos e feitiçarias (NOBREGA apud CALAINHO, p. 72).

> Já não ousas agora servir-te de teus artifícios, perverso feiticeiro, entre povos que seguem a doutrina de Cristo; já não podes com as mãos mentirosas esfregar membros doentes, nem com lábios imundos chupar as partes do corpo que os frios terríveis enregelaram, nem as víceras que ardem em febre, nem as lentas podragas nem os baços inchados. Já não enganarás com tuas artes os pobres enfermos que muito creram, coitados! Nas mentiras do inferno (ANCHEITA apud CALAINHO, p.73).

Atento às diversas solicitações de envio de plantas medicinais desde o período pombalino e as grandes exportações que se faziam para o Reino, gerando lucros consideráveis, Muniz Barreto apreendeu dos indígenas o essencial para a cura de doenças que afetavam a colônia e a metrópole, enviando uma relação de produções naturais úteis na farmácia e conseqüentemente no comércio. Deixa claro o referido interesse comercial, quando escreve sobre as formas que acreditava corretas, para se estampar os vegetais. Não pretende-se realizar análise iconográfica, utilizando seu discurso acerca das imagens

produzidas para mostrar o interesse comercial presente em sua produção.

Assim, afirma que as imagens produzidas durante a viagem tinham um caráter essencialmente descritivo e a função de complementar os textos produzidos. Foram confeccionadas visando à representação fiel do objeto: reproduziu-se a cor e a parte considerada principal da espécie, pensando na sua posterior localização e exploração:

> [...] a melhor serventia que tem as estampas com o verdadeiro tamanho, cor e feitio da folha de que se trata [...] Enquanto as estampas que remeto sei que essa Academia poderá notar o não serem estampadas, as ervas e arbustos, proporcionalmente no seu todo e raiz, o que não pus em prática tanto porque o tempo não me sobrava, como por me parecer que semelhante sistema, somente sem ser acompanhado da estampa do verdadeiro tamanho, feitio e cor da folha não é o mais próprio, porque ainda um perito ervolário por estampas reduzidas a pequeno ponto, poderá procurar de modo algum o que se lhes pedir, quanto mais os que disso não tiverem inteligência.[261]

Com o intuito de obter maior confiabilidade sobre o conhecimento indígena no concernente aos vegetais e certificar-se acerca da qualidade e pertinência das representações produzidas, utilizou uma técnica bastante pitoresca, consistindo em entregá-la para alguns índios e fazê-los procurar pelos vegetais desenhados. Para a sua segurança, todos foram localizados, o que acreditava justificar a forma de representação adotada.

> Para melhor me perssuadir do q.' affirmarão, depois que estampei os mesmos Vegetaes mandei differentes vezes por dous Indios q.' nenhuã intelligencia tinhão desta matéria procurar entre outras ervas aquellas, ou aquella q.' me parecia, para o q.' lhe dava a estampa, e com effeito consegui q.' por ella me troxessem o mesmo que lhe pedia e exaqui a melhor serventia q.' tem as Estampas com o verdadeiro tamanho, cor e feitio da folha q.' se tracta, alem de já ter feito o primeiro exame de perguntar a os mesmos Ervolarios Indios, pelas estampas, o nome, e a propriedade dos mesmos Vegetaes, q.' por estarem em tudo semelhante as ramas q.' me trouxeram, nada diferirão de quanto anteriormente tinhão asseverado.[262]

Outra forma utilizada para organizar intelectualmente o mundo da natureza, altamente antropocêntrica, foi a utilização de critérios como a cor, o feitio e o sabor dos vegetais. Destaca que a maneira mais correta de se reconhecer as qualidades e préstimos das espécies "é a do sabor que na boca nos der qualquer folha". O critério de comestibilidade utilizado, segundo o qual cada sabor - amargo, azedo, oleoso, doce – equivaleria a uma qualidade do

[261] Ibdem, p. 15.

[262] Idem, p.14.

vegetal, há muito havia sofrido oposição da ciência moderna, visto que estas categorias eram consideradas perigosas e subjetivas. Trata-se, de acordo com Marques (1999, p. 41-42) de uma prática que se tornou comum no período renascentista, apropriada das populações indígenas da América, quando as plantas medicinais eram identificadas através da "doutrina dos sinais", tendo principalmente a cor e forma a capacidade de indicar seus usos terapêuticos.

> Para conhecer a qualidade dos vegetais, alguns julgaram dela e de seu grau e temperamento pelo mais ou menos aromático ou malcheiroso e ainda pelas cores, porém isto é debaixo de uma combinação que a todo instante falha [...]. Outros quiseram que tais conhecimentos estivessem no tato tomado entre as ervas, julgando seca e que pela sua consistência era dura, e toda a que era branda por úmida, o que também pode falhar, como falha muitas vezes. Sendo três as diferentes opiniões que a este respeito se tem seguido, e seguem, parece-me que a mais certa é a do sabor na boca nos der qualquer folha, se bem que se deve proceder nestas provas com toda a cautela [...].[263]

Como afirma Carlos A. L. Filgueiras (1999), apesar de todas as inovações ocorridas na medicina desde o século XVI, durante o período em estudo:

> [...] a medicina ainda era bastante empírica e em boa parte dependia do acúmulo de conhecimentos práticos passados de geração em geração, assim como da habilidade, espírito de observação e experimentação, e da destreza dos médicos. As doutrinas médicas se sucediam, mas apesar de todo o seu aparato teórico eram, em geral, bastante empíricas, já que o conhecimento microscópico do organismo, de seu funcionamento a nível celular, da etiologia, transmissão, desenvolvimento e cura das doenças estava ainda por vir.

Empenhou-se em produzir um conhecimento próprio, dando notícias sobre o melhor método de se estampar os vegetais, as formas que deveriam ser utilizadas para o reconhecimento de suas qualidades e préstimos e o modo de recolhê-los e "arrancá-los". Isto denota o pensamento de uma geração de homens unidos pelo propósito de, através de estudos botânicos, incrementar o comércio, a medicina e, principalmente, a agricultura. Esforça-se em orientar aquele que irá manipular as plantas: era fundamental conhecer a época correta de plantar e colher, as formas de transportá-las corretamente e descobrir as suas virtudes. O local escolhido

[263] Muniz Barreto, Domingos Alves Branco. Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais e fazer recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios, não só do modo que apontam os melhores autores, mas segundo as reflexões que tenho feito a este respeito. Série Azul, Ms. 627 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). In: "O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Rio de Janeiro: Dantes, 2008, p. 99.

para o cultivo das ervas também era extremamente relevante, pois elementos naturais poderiam prejudicar suas qualidades. Utilizando seus conhecimentos científicos e os saberes ameríndios, ressalta a melhor forma de explorá-los:

> Sendo certo que a grande umidade enfraquece a virtude de quaisquer vegetais, de modo algum se deve arrancá-los em tempos de chuvas, como muitos costumam, pois isto faz diminuir tanto da sua virtude [...]. Ainda aos que os arrancarem em tempo enxuto, se deve advertir que aqueles que se acharem nos altos dos montes serão de muito melhor qualidade e virtude. Deve-se também ter muita conta com a própria sazão na duração das mesmas ervas, pois é um dos pontos essenciais que se colham, para ter mais atividades e conservação, quando estas estiverem cercadas por sua própria semente madura. Se a semente, porém, for a que tiver a virtude, devo advertir que, suposto nos países da Europa costumem recolher as sementes depois de terem secado nos arbustos, no Brasil se devem recolher logo que principiarem a secar, pois, do contrário, e seguindo-se o mesmo que ali se pratica pela proximidade da zona e ardência do sol, este fará evaporar toda a sua virtude. Pelo que respeita as ervas cujas raízes é que tem préstimo, não sei nistoo que se deverá seguir, para que alguns assuntam que, quando estão com flor ou princípio de semente, toda a sua substância se acha no caule, nas folhas e na flor, e nada na raiz; outros que, quando não tem brotado nenhuma flor, nem semente, é que elas se acham de ter o humor e virtudes naturais. Sobre o modo de secar, são bem sabidas a diferença e a utilidade das ervas que são secadas a sombra e não ao sol [...]. Para transporte dessas mesmas ervas, asseveram serem as vasilhas de barro vidrado as melhores. Isto lembro pela necessidade também de dar extração às mesmas ervas medicinais, porque vejo que, ainda que se faça uma grande descoberta nesse interessante artigo, os únicos indivíduos que se aproveitaram disso, como ainda se aproveitam, são os índios, a cujos lugares não chegam os médicos deste país, que nada mais fazem para um costume abusivo que esgotarem os miseráveis infermos com sangrias, confiando mais nas moléstias que são de mais porte de terras e minerais etc. do que nos vegetais que tem no seu próprio continente, e cheios de vigor [...].[264]

Importante observar no discurso do naturalista que, no final do século XVIII, momento em que a medicina buscava se impor como ciência, desdenhava da prática médica "moderna". Demostrava preferência por procedimentos utilizados por outras matrizes culturais, como a indígena - conhecimento acumulado e validado durante séculos - apresentando a colônia como uma inesgotável fonte de recursos naturais. A experiência se constitui no grande poder da medicina. Além disso, revela grande perspicácia ao indicar substâncias curativas por ele investigadas que faziam parte do cotidiano dos doentes, em detrimento da erudição acadêmica que não atingia as populações pobres. Como se refere Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa (apud MARQUES, 1999, p.28):

---

[264] Idem, p. 100-103.

> [No] Brasil colonial só existiam médicos oficiais, pertencentes às milícias ou às câmaras. Os nomes que se registram de médicos dessa época são todos de profissionais com missão ligada à tropa ou ao mundo oficial. [Os curandeiros] constituíam uma classe na qual se podia distinguir o curandeiro, e entendido, e os curiosos. O povo os estimava e muitas vezes preferia-os aos poucos homens diplomados residentes nas vilas ou povoados.

Esta concepção acerca da medicina, segundo a qual os conhecimentos eruditos e populares deveriam associar-se para o bem comum da sociedade, parece ter permeado mesmo a concepção de médicos doutorados na Universidade de Coimbra reformada pelo Marquês de Pombal, como Bernardino António Gomes (1768-1823) que estudou diversas plantas medicinais da colônia. Como afirma Flávio Edler (2006, p. 18):

> [...] em fins do século XVIII observou [Bernardino António] o pouco uso feito pelos médicos portugueses das plantas medicinais do país, entendendo que isso ocorria porque, tendo aprendido medicina nas universidades européias, eles curavam tudo "a européia", desprezando a medicina indígena.

Em relação à iconografia, de acordo com Luciana Rossato (2005, p.178), existiam duas formas usuais de veicular imagem sobre a América portuguesa no século XVIII. A primeira preocupava-se em "registrar o entorno das vilas e o seu aspecto geral", como foi demonstrado anteriormente na retratação das vilas indígenas realizada por Muniz Barreto.

A segunda forma de produção de imagens, ainda de acordo com Rossato (idem, p.181-182), "consistia na produção de imagens da natureza, fosse ela no seu conjunto [...] fosse ela compartimentada, com animais e plantas sendo pintadas individualmente, em detalhes". Destaca, entre os autores que pintaram a natureza no século XVIII, a influência de Conrad Gessner, Humboldt e Carl Von Linné. O primeiro buscava retratar a natureza detalhadamente, seguida de anotações explicativas, marcando uma ruptura com a "botânica puramente ilustrativa" e encaminhando-se para "um estudo das plantas, descrevendo-as cientificamente, pressagiando desta forma as futuras pesquisas dos cientistas". Para o segundo, a representação deveria ocorrer *in loco*, para captar as "relações entre os seres humanos e a natureza e como elas contribuem para a formação da paisagem". Lineu, por sua vez, enfatizava a necessidade do desenho matemático, onde os vegetais deveriam der "recortados e pintados em seus detalhes a partir de vários ângulos, ou seja, individualizados [...]".

Na Memória "Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais e fazer

recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios, não só do modo que apontam os melhores autores, mas segundo as reflexões que tenho feito a este respeito" [265], Muniz Barreto percebe-se a influência de Conrad Gessner, embora o autor discorde do mesmo em alguns aspectos, em razão dos interesses econômicos que se somavam aos científicos. Afirma que as ervas remetidas à Academia foram estampadas com toda a exatidão, "assim em feitio e cor como em sabor; e ainda a respeito dos préstimos e virtudes que me foram declarados". Entretanto, entende não ser suficiente à Academia Real das Ciências de Lisboa, porque o seu sistema consiste em

> [...] estampar uma pequena parte da rama de qualquer vegetal ou arbusto de modo que por elas, ainda que sem inteligência, se possa procurar o que se precisar, nem por isso (com mais juízo e vagar do que tive) se devem também deixar de estampar no todo os mesmos vegetais, demonstrando o seu caule, ou tronco, a sua configurações, etc".

Concorda com Gessner que as espécies devem ser retratadas no todo, seguidas de notas explicativas, mas a necessidade de exploração comercial fazia com que buscasse um potencial de comunicação que pretendia universal para suas imagens. Se "ervolários índios", conseguiram identificar os vegetais por ele pintados, poderiam ser utilizados como mão-de-obra no extrativismo daqueles que parecessem interessantes aos acadêmicos. Confere pouca importância a questões estéticas e, embora afirme preocupações com a difusão do conhecimento científico dentro da comunidade, sua formação parece tê-lo habilitado para outros tipos de desenhos, visto que as ervas por vezes assumiram formas toscas (se comparadas a outras estampas produzidas no período) que talvez só permitissem a sua identificação, entre exímios conhecedores. Como pode ser observado abaixo:

[265] MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais e fazer recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios, não só do modo que apontam os melhores autores, mas segundo as reflexões que tenho feito a este respeito". Série Azul, Ms. 627 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). In: "O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

IMAGEM VIII - "Espinheiro"

FONTE: MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Plantas do Certão do Gram Pará. Série Azul, Ms. 627 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). In: "O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

LEGENDA: "A caule principal cresce a altura de três braças, e esgalha de modo incerto assim [ilegível] como triangular. As suas folhas em cor, feitio e tamanho são em tudo semelhante as q.' servem na estampa. O seu sabor é amargo".
"Suas Virtudes: O seu sumo bebido serve para estancar a gonorrhea, e tem muitas qualidades contra os tumores produzidos por infecção gallica, e principalm.te para obulão gallico, a q.' vulgarm.te chamão mulla. Humas lascas da sua principal caule de infuzão em agua, e bebida em agua comuã hé contra as queixas q.' se originão de producto gallico".

IMAGEM IX - "Cravinho"

FONTE: MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Plantas do Certão do Gram Pará. Série Azul, Ms. 627 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). In: "O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

LEGENDA: "A principal caule deste Vegetal pouco se eleva. O seu modo de esgalhar é o que se vê desta estampa, e em cada hum dos que se lança para os lados em forma de cruz brota a flor que serve em seu tempo próprio, que julgo ser em Setembro, e Outubro. A sua folha é do mesmo feitio, comprim.to, divisão, côr [ilegível]. O seu sabor hé amargo".
"Suas Virtudes: serve o seu sumo, sendo pizada a folha, para estancar a purgação da gonorrhea".

Assim, conclui-se que a viagem realizada por Muniz Barreto, com objetivos políticos e científicos, insere-se numa tradição inaugurada na segunda metade do século XVIII, que objetivava o conhecimento, domínio e aproveitamento econômico dos recursos naturais da colônia. Apesar de tratar-se de um naturalista sem formação acadêmica, seguiu as "instruções

de viagem" de Domingos Vandelli e algumas diretrizes da ciência hegemônica, desempenhando a função de homem de ciência e agente imperial (PRATT, 1993), dedicando-se a dominação dos povos indígenas e apropriação dos seus conhecimentos acerca da natureza local, visando a exploração comercial, o que constitui o grande diferencial da sua produção. Mesmo tendo se dedicado com todo afinco às demandas do Estado, se contrapôs a alguns procedimentos metodológicos do período, não utilizando o método de classificação taxionômico de Lineu e propondo novas regras para se estampar vegetais, condizentes, sob o seu ponto de vista, com os interesses econômicos e sociais do Estado de então.

Considerações Finais

Domingos Alves Branco Muniz Barreto apresentou-se como um intelectual ilustrado luso-brasileiro, pois suas reflexões manifestaram os mesmos traços de teóricos contemporâneos, formados no contexto da Universidade de Coimbra reformada, que se apropriaram do conjunto de idéias que floresceram no século XVIII. Entendendo que os homens de ciência do período formavam um grupo social que compartilhava um ideário básico semelhante, pode-se apontar como características centrais: a crença de que o conhecimento científico era o mais poderoso instrumento de desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, do Estado português; racionalismo; utilitarismo; busca de um conhecimento profundo do meio ambiente e seus recursos naturais com potencial econômico; a arrogante pretenção ilustrada de "civilizar" os índios do Brasil, visando homogeneizar a sociedade e inserí-los no processo de produção econômica; tentativas de apropriação dos conhecimentos dos nativos acerca da fauna e flora locais; renovação da agricultura através da inovação tecnológica, cultivo de espécies endógenas com potencial econômico e introdução de espécies exógenas e a tentativa de conservar as matas coloniais, objetivando o fortalecimento da Marinha mercantil e de guerra da Metrópole.

Todo o conjunto de idéias supracitadas, que permeavam os textos escritos no período em estudo, tiveram um princípio motivador: fizeram parte de um projeto de Estado, iniciado com o Marquês de Pombal e aprofundado durante o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sempre moldado por Domingos Vandelli que orientava as pequisas científicas realizadas na colônia, por intermédio da direção das principais instituições científicas ou da confecção das "Instruções de Viagem". Assim, importa enfatizar que a cultura científica ilustrada surge num contexto de crise do sistema colonial, com o objetivo maior de fomentar a economia do Império português, embora os estudiosos não tenham descuidado do desenvolvimento interno do conhecimento científico.

Muniz Barreto, como pôde ser observado ao longo da dissertação, seguiu as diretrizes da política metropolitana, visando desenvolver um conhecimento que aproveitasse lucrativamente os recursos naturais coloniais. Entretanto, teriam sido estas práticas científicas meros reflexos das diretrizes coloniais? Apesar de todo o esforço centralizador de Domingos Vandelli e do grupo de cientístas que atuou junto a ele, observou-se que os homens de ciência da comarca de Ilhéus apresentaram um conhecimento científico próprio, associado ao contexto colonial em que foi produzido.

Muniz Barreto refutou argumentos predominantes no debate científico do período e realizou novas propostas, sobretudo no campo da botânica e iconografia. No campo das ciências mineralógicas, se apropriou de vários conhecimentos, formando um amálgama que interessava às suas pesquisas, realizadas sempre com José de Sá Bithencourt e Aciolli, em sua própria residência.

Juntamente com José de Sá Bithencourt e Aciolli, membro da elite formada na Universidade de Coimbra, realizou investigações mineralógicas nos arredores da Ilha de Tinharé e refutou o "plano" de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para a conservação das matas da comarca de Ilhéus, esforçando-se para confeccionar um projeto condizente com a realidade econômica da região - caracterizada, sobretudo, por uma agricultura voltada para o abastecimento interno -, sem descuidar dos interesses da Marinha Real, utilizando argumentos científicos para fomentar os Reais Cortes. Ocupou-se da "física dos bosques" e da melhor forma de se conduzir a extração madeireira, que deveria ocorrer com a maior economia dos cortes e do transporte das madeiras e da contabilidade do seu preço para a construção naval. Assim, destaca: a necessidade da abertura de estradas; reflorestamento; avaliação da idade e crescimento das árvores; conhecimento dos meios ambientais e físicos que influenciavam no crescimento dos vegetais; questões referentes aos nutrientes, pedologia e umidade, fundamentais no crescimento das plantas; observação do conhecimento prático dos indígenas na construção de embarcações, para obter as formas de confeccionar peças navais de grande dificuldade de produção, como as curvas; o procedimento e tempo correto dos cortes das árvores, altamente influenciáves na qualidade das madeiras; a distribuição de prêmios, títulos e honrarias entre aqueles que conservassem as madeiras nobres; a compra de madeiras em mãos de particulares para diminuir os custos da produção, entre outros.

Entretanto, buscou sempre o reconhecimento social e as mercês régias. Realizou muitos trabalhos onde pode-se perceber a sua sintonia com os interesses do Estado - como seu projeto etnocida de "civilização" dos índios - e a apropriação das principais idéias científicas do período. Seus principais escritos inserem-se no campo da Botânica, onde apesar de não utilizar o sistema de classificação predominante no período (sistema lineano), mostrou-se conectado às idéias de Domingos Vandelli, que buscava tornar a ciência mais pragmática, preocupando-se com a apropriação do conhecimento indígena sobre plantas medicinais, possibilitando fomentar o saber médico e o comércio. Ainda, com a busca de espécies interessantes para a economia: aclimatação, produção de azeites, linho, construção civil e naval, entre outros.

Observou-se que Muniz Barreto foi um naturalista preocupado com a agricultura, concebida pelas autoridades do período colonial tardio, 1750-1808, como uma das principais fontes de riqueza do Estado e da população. Esforçou-se em incrementá-la refletindo sobre os fatores que condicionavam a sua decadência e prosperidade, como fizeram grande parte dos ilustrados vinculados à Academia Real das Ciências de Lisboa. Interessava uma exploração racional dos recursos naturais, sobretudo o controle da devastação das matas e a expansão de uma agricultura "ilustrada", baseada na melhoria dos sistemas de transporte e comunicações, no estímulo à adoção de novas técnicas produtivas, aclimatação de espécies endógenas e exógenas, confecção de leis agrárias, na produção de conhecimento científico, principalmente botânico, visando à aplicação na produção agrícola, integração dos indígenas no processo produtivo. Outra questão bastante discutida foram as conseqüências da intervenção estatal nos negócios dos proprietários rurais. As propostas de reforma da agricultura da comarca de Ilhéus encontradas nas Memórias escritas por Muniz Barreto, mostram-se sob forte influência da concepção agrarista de riqueza. Seus projetos não seguem o princípio de defesa da agricultura como atividade econômica exclusivamente criadora de riqueza, embora salientem sua grande importância para o Estado: a origem da riqueza está em toda a produção econômica.

Assim, as Memórias foram produzidas por Muniz Barreto num momento bastante específico das relações entre a metrópole e a colônia, o período de crise do sistema colonial, onde as ciências passam a ser cada vez valorizadas por seu poder econômico, tranformando-se em "moeda de troca" entre os naturalistas (funcionários da burocracia estatal portuguesa) e o Estado. Como outros naturalistas do período, o indivíduo estudado era pragmático e eclético, interessando-se pelos trabalhos de muitos homens de ciência que predominavam nas discussões de então. Entretanto, utilizava das suas concepções apenas aquilo que pudesse ter uma aplicação imediata na "utilidade pública", na economia. E, com o intuito de contribuir para o conhecimento das riquezas naturais da colônia, projeto maior de Domingos Vandelli, vai diferenciando-se de outros homens de ciência, no processo de apropriação e valorização do conhecimento indígena, que incorpora ao patrimônio cultural metropolitano.

REFERÊNCIAS

ACOT, Pascal. **História da ecologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALBUQUERQUE, Luís de. Estudos Menores. In: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal.** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965.

ALDEN, Dauril. El colonial tardio. In: BETHELL, LESLIE (org.). **História de la América Latina.** Vol.3. Barcelona: Editorial Critica, 1990.

ALEXANDRE, Valentim**. Os sentidos do Império**. Questão Nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português. Porto: Afrontamento, 1993.

ARAÚJO, EMANUEL. Introdução. In: VILHENA, Luís dos Santos. **Pensamentos políticos sobre a Colônia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, 1987

ARRUDA, José Jobson. A produção econômica. In: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (orgs.). **Nova História da Expansão Portuguesa**. O Império luso-brasileiro 1750-1822. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. **O Brasil no Comércio Colonial.** São Paulo: Editora Ática, 1980.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **O Feudo: A Casa da Torre Gracia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790 – 1822).** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2002. (Tese de Doutorado)

BEIRÃO, Caetano Maria de Abreu. **D. Maria I, 1777-1792:** subsídios para a revisão da história de seu reinado. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1994.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionário Bibliográphico Brazileiro**. Instituto Histórico Geográfico Brazileiro do Atheneu Lima, etc. Segundo volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Janaína Amado e Marieta Moraes (coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BROWN, Larissa V. Juntas da Fazenda. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil.** Lisboa: Verbo, 1994.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Homens e árvores no ecúmeno colonial: uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do rio Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825.** Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.

_____. **Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa.** Varia História, Belo Horizonte, vol.24, nº39, p.113-133, jan/jun 2008.

CALAINHO, Daniela B. **Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial.** Revista Tempo. Rio de Janeiro, nº19, p.61-75.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Ilhéus, Ba: Editus, 2006.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, José Luis. **O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808.** Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARVALHO, Rómulo de. **A História Natural em Portugal no Século XVIII.** Biblioteca Breve, vol.112, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

CHARTIER, Roger. **O Homem de Letras.** In: MICHEL VOLVELLE (dir). O homem do Iluminismo. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina popular e das sciencias accessorias para o uso das famílias.** Paris: Editora A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELERUE, Maria Luísa Martins. **Domingos A. B. Moniz Barreto (Baía, 1748-Rio de Janeiro, 1831):** Entre o Reformismo Ilustrado e a Independência do Brasil. Porto: Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, 1998. (Dissertação de Mestrado).

DIAS, J. S. da Silva. **O ecletismo em Portugal no século XVIII.** Gênese e destino de uma atitude filosófica. Revista Portuguesa de Pedagogia, ano VI, 1972.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Silva, Maria Odila L. da Silva. **A interiorização da metrópole outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DIDEROT, Denis. **Da interpretação da natureza e outros escritos.** São Paulo: Iluminuras, 1989.

DOMINGUES, Ângela. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais:** a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. História, Ciência, Saúde-Manguinhos, vol. III (suplemento), 823-38, 2001.

DOMINGUES, Francisco C.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **Do Antigo Regime ao liberalismo (1750-1850).** Lisboa: Vega. Coleção Documentação Histórica, 1989.

DROUIN, Marc. **Reinventar a Natureza.** A ecologia e sua história. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

EDLER, Flávio Coelho. **Boticas & Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador - uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (vol. 2).

_____.**A sociedade da corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Mozart, sociologia de um gênio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina.** Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1993.

FELIZARDO, Jorge Godofredo. **Linhagens Baianas no Rio Grande do Sul** (Verbetes Genealógicos). Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia. Bahia: Tipografia Beneditina Ltda, 1950, v. III.

FIGUEIRAS, Carlos A.L. **A influência da Química nos saberes médicos acadêmicos e práticos do século XVIII em Portugal e no Brasil.** Revista Química Nova. Vol.22, n.4 São Paulo Julho/Agosto 1999.

FIGUEIRÔA, S. F. de M.; SILVA, C.P.da; PATACA, E. M.; **Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o XIX.** História, Ciências, Saude – Manguinhos, Vol. 11 (3): 713-29, set.-dez. 2004.

FILHO, Virgílio Correia. **Alexandre Rodrigues Ferreira:** vida e obra do grande naturalista brasileiro. São Paulo, Nacional, 1939.

FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FUNCHAL, Marquês. **O Conde de Linhares.** Dom Rodrigo Domingos Antonio de Sousa Coutinho. 2ª edição fac-simile comemorativa do bicentenário da vinda da família real de Portugal e fundação da impressão régia. Apresentação por Vamireh Chacon. Brasília: Thesaurus, 2008.

GERBI, Antonello. **O novo mundo:** história de uma polêmica: 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Bernadino Antônio. **Plantas Medicinais do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1972.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa.** Lisboa, Arcádia, 1971.

GOMES, Alfredo. **Introdução à economia: subsídios históricos e doutrinários.** Rio de Janeiro: Agir, 1958. [PUCRJ – Coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais].

HESPANHA, Antônio Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KURY, Lorelay. **Más influências: o clima tropical e o Brasil.** ComCiência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Julho de 2007.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Economia Colonial.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

_____. **A Bahia e a Carreira da Índia**. Ed. Fac-similada. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 2000.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e libertários:** pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.

LE GOFF, J. (org.). **As doenças têm história.** Lisboa: Terramar, s.d.

MACEDO, Jorge Borges de. **"Estrangeirados", um conceito a rever.** Bracara Augusta, Braga, v. 28, n. 65-6, p. 179-202, 1974.

MARQUES, A. H de Oliveira. **Breve História de Portugal.** Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões:** medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. **Fortunas coloniais, elites e riqueza em Salvador:**

1760-1808. São Paulo, Departamento de História, USP, 1999. (Tese de Doutorado)

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa:** a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Chocolate, piratas o outros ensaios tropicais.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Marquês de Pombal:** paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAYR, Ernest. **Desenvolvimento do pensamento biológico:** diversidade, evolução e herança. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O intendente Câmara.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958.

MIRANDA, E. E. Água na natureza, na vida e no coração dos homens. São Paulo: Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.aguas.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 8 de junho de 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social.** Almanack Brazilense, nº2, novembro/2005.

MORAES E SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza -** recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Vol. I –II.

MORTON, F. W. O. **The Royal Timber in Late-Colonial Bahia.** Hispanic American Historical Review, v.58, 1978.

MOREIRA, Ildeu de Castro. **O escravo do naturalista:** o papel do conhecimento nativo nas viagens científicas do século XIX. Revista Ciência Hoje, vol.31, nº184. Julho de 2002.

MOREL, Marco. **Apontamentos entre Luzes e sombras:** apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.28, 2001, p. 3-22.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza.** Departamento de História, Rio de Janeiro, PUC, 1993. (Disssertação de mestrado)

_____. **Uma sinfonia para o Novo Mundo.** A Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998. (Tese de Doutorado)

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. **O reformismo ilustrado luso-brasileiro:** alguns aspectos. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVAL, Fernanda. As honras militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa, Estar Editora, 2001.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. **Das fortificações do Morro de São Paulo.** Revista da Bahia. Salvador, Bahia, v.30, 1999, p.48-59.

PÁDUA, José Augusto. **A profecia dos desertos da Líbia:** conservação da natureza e

construção nacional no pensamento de José Bonifácio. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, nº44, outubro, 2000.

_____. **Um sopro de destruição.** Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho.** A conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste. São Paulo: USP, 1998 (Tese de doutorado).

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Raquel. **Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro.** Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.58-79, jan.-jun. 2005.

PINHEIRO, Raquel. **Aspectos das produções textuais nas viagens científicas**. Disponível em: <http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/rachel.html>. Acesso em 15 de julho de 2009.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas:** monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing).** Trad. Lisboa: Presença, s.d.

RICUPERO, Rodrigo. Governo-geral e a formação da elite baiana no século XVI. In. BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia do Amaral (orgs.). **Modos de Governar:** idéias e práticas políticas no Império português. São Paulo: Alameda, 2005.

ROSSATO, Luciana. **Imagens de Santa Catarina**: arte e ciência na obra do artísta viajante Louis Choris. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.25, n.49, p. 175-195, 2005.

RUSSELL-WOOD, A J. R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808.** São Paulo: Revista Brasileira de História, vol.18, n.36, 1998.

SÁ, Carolina Ramalho de. **Domingos Alves Branco Muniz Barreto e o Despertador Constitucional.** Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006. (Monografia de Graduação).

SAMBUICHI, R. H. R.; MIELKE, M. S.; PEREIRA, C. E. (Coord.). **Nossas árvores: conservação, uso e manejo de árvores nativas no Sul da Bahia.** Ilhéus-Bahia: EDITUS, 2009.

SANTOS, Eugénio dos. **O Homem Português Perante a Doença no Século XVIII: atitudes e receituário.** Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1983.

_____. **Pombal e os Oratorianos.** Portugal: Revista Camões, nº 15/16, 2003.

SANTOS, Margaret Ferreira dos. **Manifestações pela conservação da natureza no Brasil (1784-1889)**. Revista UNIARA, nº 16, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Angela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis:** do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal (1750-1807).** Lisboa: Verbo, 1982, 6v.

SEVCENKO, Nicolau. **O Front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura.** Revista USP, São Paulo (30): 108-119, Junho/Agosto, 1996.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. Discurso sobre a verdadeira influência das minas e dos metais preciosos na indústria das nações que o possuem, e especialmente da portuguesa (1789). In:

Andrée Mansuy Diniz Silva. **D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811).** Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. Introdução. In: Andrée Mansuy Diniz Silva. **D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811).** Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A Morfologia da Escassez:** política econômica e crises de fome no Brasil. Niterói: UFF, 1991 (tese de doutorado).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia.** São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

SMITH, Adam. **Investigações sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. vol II, cap. VIII.

SOUZA, Laura de Melo. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Maria das Graças. **Ilustração e História:** o pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VARELA, Alex Gonçalves. **Ciência e Patronagem na Correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho ("Pai e Protetor") e José Bonifácio de Andrada e Silva ("Venerador Sincero e Criado Humilíssimo") (1799-1812)**. XIII Encontro de História ANPUH-RJ, s/d.

_____. Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva em sua fase portuguesa (1780 -1819). Anais do Museu Paulista, v.13, nº1, jan-jun. 2005.

VARNHARGEM, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962, tomo III -IV.

VILLALTA, Luis Carlos. **Reformismo, censura e práticas de leitura:** usos do livro na América Portuguesa. Doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FONTES PRIMÁRIAS:

ACIOLLI, José de Sá Bithencourt e. Observações sobre o plano feito para a conservação das matas da capitania da Bahia. Rio de Janeiro, BN, n. 22, 1, 9, 1799.

Aviso do Conde de Linhares ao Conde de Aguiar. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Cx. 764. 1813.

Aviso de D. Fernando ao Conde da Ponte...queixas sobre o sargento-mor do Presídio do Morro de São Paulo sobre os foros que percebe destas terras. 1808-1809. 8 docs. originais e cópias, 11f. inum. Ms. 15. I, 31, 28, 68. BN.

Attestado do Juiz Conservador das Reais Mattas da Capitania dos Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa, sobre o zelo e bons serviços do sargento-mor Domingos Alves Branco Moniz Barreto. AHU, Castro e Almeida cx. 139, doc. 27.642.

GOMES, Bernardino António. "Das Boubas". Memória Sobre a Agricultura deste Reino, e das Suas Conquitas. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa,

para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. Tomo IV. Parte I. 1815.

BULAMAQUE, Frederico Leopoldo Cesar. Memória Analytica à cerca do Commercio d'Escravos e a cerca dos Males da Escravidão Doméstica. Rio de Janeiro: Comercial Fluminense, 1837.

CÂMARA, M. A. da. Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins botânicos nas principais províncias do Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

Carta de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na qual informa das expedições que fizera nas mattas da Ilha do Morro e das pesquisas que procedera para a descoberta de minerais. AHU, AHU, Castro e Almeida cx 114, doc. 22.514.

Carta de Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na qual agradeçe a sua nomeação para o logar de Director do novo Jardim Botânico e da informações relativas á sua installação. Bahia, 24 de junho de 1800. AHU, Castro e Almeida cx. 106, doc 20.734.

Carta particular de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para o Visconde de Anadia, e requerimento do mesmo, em que pede para ser ouvido sobre quaisquer accusações que contra elle apresentasse o Desembargador Baltasar da Silva Lisboa. Bahia, 13 de maio de 1805. AHU, Castro e Almeida cx. 139, doc. 27.640-27.641.

Carta de Domingos Alvares Branco Moniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que especialmente se refere à má administração da justiça e a péssima escolha dos magistrados. AHU, Castro e Almeida, cx. 114, doc. 22.524.

Carta de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para Martinho de Mello e Castro, na qual lhe pede para se interessar pela sua nomeação de ajudante das ordens do governo do Rio de Janeiro cujo posto havia Requerido. AHU, Castro e Almeida cx. 75, doc. 14.459.

Carta de Domingos Alves Branco Muniz Barreto para Martinho de Mello e Castro, na qual se refere aos seus trabalhos sobre "a civilização dos índios do Brasil" e sobre agricultura, commercio e navegação do Rio Grande de S. Pedro, á situação de sua família e a pretensão que tinha de ser nomeado ajudante das Ordens do Governo. Bahia, 15 de novembro de 1791. AHU, Castro e Almeida cx. 75, doc. 14.504.

Carta de Domingos Alves Branco Muniz Barreto para Martinho de Mello e Castro, na qual se refere aos seus trabalhos sobre "a civilização dos índios do Brasil" e sobre agricultura, commercio e navegação do Rio Grande de S. Pedro, á situação de sua família e a pretensão que tinha de ser nomeado ajudante das Ordens do Governo. Bahia, 15 de novembro de 1791. AHU, Castro e Almeida cx. 75, doc. 14.504.

Carta do então Sargento-mór Muniz Barreto ao Rei. Revista do IGHB, Salvador, v.2. p.227-239, 1890.

Carta de Guia do Estadista português no século XVIII, por D. Luís da Cunha. s.d. p.3-5. ACL, Série Azul, Mn 490.

Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Sciencias e nos Professores e Diretores que a Regiam, pelas Maquinações e Publicações dos Novos Estatutos por elles Fabricados. Lisboa: Officina Typografica, Anno, MDCCLXXII.

Discurso Político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça, por ocasião do terremoto de 1º de novembro de 1755. In: Sebastião José de Carvalho e Melo.

Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos. Lisboa: Europa – América, s/d.

Estatutos da Universidade de Coimbra, compilados debaixo da imediata e suprema inspeção de El Rei D. José I Nosso Senhor pela Junta da Providência Literária criada pelo mesmo Sr. para a Restauração das Ciências, e Artes Liberais nestes Reinos e todos os seus Domínios ultimamente roborados por Sua Magestade na Sua Lei de 28 de agosto deste presente ano de 1772. Lisboa: Régia Typ., 1773

Informação contida no Requerimento (2) do Sargento- mór Domingos Alves Branco Muniz Barreto, nos quais pede que se lhe passe provisão de comissão à Mesa da Inpecção para privativamente conhecer todos os pleitos e questões respectivas à **sociedade que tinha com** Manuel José Machado nas armações de balêas. AHU, Castro e Almeida cx. 139, doc. 27.788-27.789.

LOUREIRO, João de. "Da transplantação das árvores úteis de paízes remotos". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p.152-163.

MARQUÊS DO LAVRADIO. Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776, Rio de Janeiro, Instituto Estadual do livro, 1978, Carta 355, de 06 de março de 1772.

MELO e CASTRO, Martinho. Documentos officiais ineditos realativos ao alvará de 5 de janeiro de 1785, que extinguiu no Brasil todas as fabricas e manufacturas de ouro, prata, sedas, algodão, linho, lã, etc. 1785. RIHGB, Tomo X, Segunda Edição. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignácio da Silva, 1870.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos. Francisco Lyan de Castro (editor). Portugal: Publicações Europa-América, s.d.

Moraes, R. de; SOARES, J. I. F.; LAPA, S. B.; LIMA, J. M. T. "O Archivo Rural. Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias correlativas". Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes. Rua dos Calapates, 110. 1868. Vol. XI.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. A Fortaleza do Morro de São Paulo. RIGHB, v.I, 1894.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Despertador Constitucional Extraordinário. 14 de março de 1831. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Informação contida no Requerimento do Sargento-mór Domingos Alves Branco Moniz Barreto, por si e como procurador de sua mãe D. Marianna da Glória Moniz Barreto e de seus irmãos Francisco Joaquim e Joaquim Anselmo Alves Branco Moniz Barreto, em que pedem a entrega dos documentos e certas providências a respeito da administração dos bens de sua mãe. Baía, 22 de dezembro de 1807. AHU, Castro e Almeida cx. 150, doc. 30.099-30.101.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Memória sobre a Abolição do Commercio da Escravatura. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F.P Brito, 1837. [1817]

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Memória sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus Pertencente a Capitania da Bahia. s/d. Ms 512 (47, doc. 2). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN).

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Notícia da Viagem e jornadas que fez o

Capitão Domingos AZL Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas villas e aldeias da Comarca dos Ilhéos e Norte na Capitania da Bahia. (s/d, provavelmente 1790) 1 doc. original 17f. inun., 5 est. coloridas. Ms 512 (50). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN).

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Obsevações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro, no Brasil, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Cavalheiro professo da Ordem de São Bento de Aviz. IAN/TT, Manuscritos do Brasil (Livraria), nº47, [1778].

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Plano sobre a civilização dos Indios do Brasil, e principamente da Capitania da Bahia. RIHGB, 1788.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Plantas do Certão do Gram Pará. Série Azul, Ms. 627 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). In: "O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais e fazer recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios, não só do modo que apontam os melhores autores, mas segundo as reflexões que tenho feito a este respeito. Série Azul, Ms. 627 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). In: "O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Relação que contem por lembrança a descripção de huã diminuta parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia e seus produtos em três ramos da História Natural. (s/d, aproximadamente 1790). Cópia extraída do códice manuscrito n. 688 existente na Real Biblioteca do AHU, 1.3.8, p. 207-223.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. Requerimento de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, ex-capitão do Regimento de Infantaria de Extremoz e Escripturário da Contadoria Geral da Junta da Fazenda da Capitania da Bahia, no qual allegando os relevantes serviços que havia prestado no Brasil, pede a propriedade vitalicia do officiode Intendente da Marinha e Armazéns Reaes da Bahia, que vagara por fallecimento de Rodrigo da Costa de Almeida e estava interinamente occupado por José Venancio Seixas e anexos. AHU, Castro e Almeida cx. 81, doc. 15.794-15.836.

NEVES, Guilherme Pereira das. Repercussão, no Brasil, das reformas pombalinas da educação: o seminário de Olinda. RIGHB, Rio de Janeiro, 159 (401): 1707-1708, out./dez.1998.

Oficio de Antonio Pires da Silva Pontes para João Felippe da Fonseca, sobre a venda de livros impressos por conta da Real Fazenda. AHU, Castro e Almeida cx. 120, doc. 23632.

Oficio de Antonio Pires da Silva Pontes para João Felippe da Fonseca, sobre a venda de livros impressos por conta da Real Fazenda e anexos. AHU, Castro e Almeida, cx. 119, doc. 23584-23585.

Oficio do Governador D. Fernando José de Portugal para o Visconde de Anadia, sobre a venda de diversos livros e impressos por conta da Real Fazenda. AHU, Castro e Almeida, cx.116, doc. 22830-22831.

Oficio do Governador D. Fernando José de Portugal para o Visconde de Anadia, em que se refere á tentativa que se fizera junto as Camaras, para que subsidiassem diversos indivíduos para que seguissem os estudos da Universidade e da Academia de Marinha de Lisboa e voltassem ao Brasil habilitados sufficientemente, para exercerem as profissões a que se dedicassem. AHU, Castro e Almeida, cx. 116, doc. 22783.

Oficio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no

qual accusa a recepção de diversos livros, destinados á venda, sobre diferentes culturas agrícolas e preparação do anil, salitre e etc. AHU, Castro e Almeida, cx. 107, doc. 20787.

Officio do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, em que lhe communica a remessa de plantas para o Jardim Botanico colhidas por Ignácio Ferreira da Câmara. Bahia, 24 de julho de 1802. AHU, Castro e Almeida, cx. 120, doc. 23.751.

Officio do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, em que lhe communica ter expedido as ordens necessarias para a remessa de plantas para o Jardim Botanico de Berlim. Bahia, 23 de abril de 1803. AHU, Castro e Almeida cx. 127, doc. 25.114.

Offício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, sobre a escolha e aquisição do terreno onde seria estabelecido o Jardim Botânico. Bahia, 14 de setembro de 1803. AHU, Castro e Almeida, cx. 128, doc. 25.306-25.311.

OLIVEIRA MENDES, Luís Antônio. Preliminares para os Estatutos da Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras. s.d. BNRJ/MN – II, 34, 8, 5.

Plano estabelecendo um Regimento para regular a direção dos Cortes de Madeiras de Construção, de Pernambuco e Bahia, mandado executar, pela Carta Régia de 12 de junho de 1799. 1 documento. 10 f. inum. II-34, 9, 4. BN-RJ.

PORTUGAL, Alexandre Antônio das Neves. "Apontamentos sobre as queimadas enquanto prejudiciais a Agricultura". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M.DCC.XCI. Tomo III. p. 344-350.

Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manoel Alves de Azevedo, Thomas Joze Tinoco d'Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valério Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, José Clemente Pereira, padre Januário da Cunha Barbosa, e o padre Antonio João Lessa. Pronunciados na devassa a que mandou proceder José Bonifácio d'Andrada e Silva para justificar os acontecimentos do famozo dia 30 de outubro de 1822. Julgados innocentes por falta de prova (excepto João Soares Lisboa) no Tribunal Supremo da Supplicação da Corte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ. de Silva Porto, 1824, p. 3-4.

Relação das plantas vivas remettidas para Lisboa por Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt, com a indicação de suas qualidades therapeuticas. AHU, Castro e Almeida cx. 106, doc. 20.735.

Requerimentos (2) do Sargento môr Domingos Alves Branco Muniz Barreto, por si e como procurador de sua mãe D. Marianna da Glória Moniz Barreto e de seus irmãos Francisco Joaquim e Joaquim Anselmo Alves Branco Muniz Barreto, em que pedem a entrega de documentos e certas providências a respeito da administração dos bens da sua mãe. AHU, Castro e Almeida, cx. 150, doc. 30.097-30.098.

Requerimentos (2) do Sargento môr Domingos Alves Branco Moniz Barreto, relativos a um acontecimento de certo reserva que se dera com uma pessoa de sua família e anexos. AHU, Castro e Almeida, cx. 150, doc. 30.099-30.101.

Sá, Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e. Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de São Jorge dos Ilhéus. In: Academia das Ciências de Lisboa, Memórias Econômicas, vol. I, Lisboa, 1990 [1789].

SANCHES, António Nunes Ribeiro. Cartas sobre a educação da mocidade. Porto: Editorial Domingos Barreira, s.d. [1759] (Obra microfilmada, Seção de Leitura Geral da BLN.)

SERRA, José Correia da. Discurso Preliminar. In: Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I.

SILVA LISBOA, Baltasar da. "Documentos relativos ao corte de madeiras na comarca de Ilhéus do ouvidor Baltazar da Silva Lisboa". Queluz, Valença, 1791-1806. 24 docs. originais e cópias, 70 f. BN ms. 512 (47, doc. 8). p. 6.

SOUSA COUTINHO, Rodrigo de. "Discurso sobre a verdadeira influência das Minas dos metais preciozos na industria das Nações que as possuem, e especialmente da portuguesa". In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p. 237-244.

SOUSA COUTINHO, D. Rodrigo de. "Quadro da situação política da Europa, apresentado ao Príncipe Regente por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho" em 16 de agosto de 1803. In: Instruções políticas; introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva; Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

VANDELLI, Domingos. Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das obras de Linnéo, com a sua explicaçaõ, e estampasabertas em cobre, para facilitar a intelligência dos mesmos e a Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botanicos que offerece a Raynha D. Maria I Nossa Senhora, encadernado junto à Flora Lusitanicae et Brasilienses Specimem. Plantae exoticae B. Brasilienses et Epistolae ab eruditis viris Carolo A. Linné et Antonio de Haen ad Dminicum Vandelli Scriptae Coimbra: Na Real Officina da Universidade. MDCCLXXXVIII.

VANDELLI, Domingos. Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar. 1779. ACL, série vermelha, 405.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas producções naturaes das conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam. In: Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p. 176-186.

VANDELLI, Domingos. Memória Sobre as Producções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiras matérias de differentes Fabricas, ou Manufacturas. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. M. DCC. LXXXIX. Tomo I. p. 223-236.

VANDELLI, Domingos. Memória Sobre a Agricultura deste Reino, e das Suas Conquitas. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. Tomo I. Desde 1780 até 1788. 1797